

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CAMPUS DE FRANCA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

RAFAELA MANHA DA COSTA

**CÍCERO E SUA RELAÇÃO DE *AMICITIA* COM ÁTICO: Dinâmicas financeiras
(IAEC)**

**FRANCA
2025**

RAFAELA MANHA DA COSTA

**CÍCERO E SUA RELAÇÃO DE *AMICITIA* COM ÁTICO: Dinâmicas financeiras
(IAEC)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para
obtenção do Título de Mestre em História.
Área de concentração: História Antiga

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de
Carvalho

FRANCA
2025

C837c

Costa, Rafaela Manha da

CÍCERO E SUA RELAÇÃO DE AMICITIA COM ÁTICO: :
Dinâmicas financeiras (I AEC) / Rafaela Manha da Costa. -- , 2025
209 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca,
Orientadora: Margarida Maria de Carvalho

1. República Romana. 2. Cícero. 3. Ático. 4. Sociabilidade. 5. Vida
Econômica. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa apresentada nesta Dissertação, ao analisar as dinâmicas prestamistas na República Romana e investigar a relação específica de Cícero e Ático, tem como objetivo contribuir com a subárea da História Antiga no Brasil. Do ponto de vista científico e técnico, o estudo segue abordagens interpretativas baseadas em uma historiografia atualizada, recuperando trabalhos nacionais e internacionais, com uma investigação documental detalhada a fim de ampliar a compreensão sobre poder, relações interpessoais, mundo econômico na Antiguidade Clássica.

Além do impacto acadêmico, este trabalho busca também dialogar com a sociedade não especializada, oferecendo interpretações e exemplos acessíveis que ajudam a contextualizar o quadro político e econômico do período antigo, permitindo ao público geral ampliar seus recursos históricos para um conhecimento mais específico, bem como refletir sobre questões contemporâneas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research presented in this Dissertation, by analysing lending dynamics in the Roman Republic and examining the specific relationship between Cicero and Atticus, aims to contribute to the field of Ancient History in Brazil. From a scientific and technical perspective, the study adopts interpretative approaches grounded in up-to-date historiography, incorporating both national and international scholarship, and develops detailed documentary research in order to broaden our understanding of power, interpersonal relations, and the economic world in Classical Antiquity.

In addition to its academic impact, this work also seeks to engage with non-specialist audiences by offering accessible interpretations and examples that help contextualise the political and economic landscape of Antiquity, enabling the general public to expand their historical resources for more specialised knowledge, as well as to reflect on contemporary issues.

RAFAELA MANHA DA COSTA

**CÍCERO E SUA RELAÇÃO DE *AMICITIA* COM ÁTICO: Dinâmicas financeiras (I
AEC)**

Tipo de trabalho Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Franca , para obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: História

Data da defesa: 06/11/2025

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Franca

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Glaydson José da Silva
Universidade Federal de São Paulo

À minha mãe, Lidiane.

AGRADECIMENTOS

Para iniciar esta seção, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). À primeira, agradeço pela concessão da bolsa de estudos, Código de Financiamento 001, no mês de maio de 2023. E a esta segunda instituição, agradeço a Bolsa de Mestrado com a qual fui contemplada em junho de 2023. Também por meio desta agência de fomento obtive a Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) que me possibilitou acessar espaços acadêmicos internacionais. Graças às iniciativas de apoio ao financiamento da pesquisa brasileira realizadas por essas instituições, tive a oportunidade de trabalhar nesta pesquisa de modo exclusivo. As inúmeras experiências acadêmicas e o aprofundamento dos meus conhecimentos no campo da História Antiga devem-se, em grande parte, a essas instituições de fomento.

Percorrer este trajeto não teria sido possível, também, sem o incentivo e instrução de minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Margarida Maria de Carvalho. Tive a honra de contar com o seu apoio desde a minha Graduação, quando você apoiou o meu interesse pela pesquisa e alcançamos a Iniciação Científica FAPESP. Em todos esses anos de orientação foram inúmeros os conselhos, correções, direcionamentos e colaborações. Querida Margô, sou grata pela oportunidade de aprender com você! A sua paciência e dedicação com o meu trabalho me trouxeram até aqui, espero que esta versão final corresponda aos ensinamentos que me foram oferecidos.

É com apreço que agradeço à Prof^ª. Dr^ª Cristina Rosillo-López, minha supervisora no exterior. Nossas discussões acrescentaram muito a este trabalho, bem como o acesso que me ofereceu à biblioteca da Universidad Pablo de Olavide e aos seminários de seu grupo de estudos.

Expresso, igualmente, meus agradecimentos ao Prof. Dr. Deivid Valério Gaia e ao Prof. Dr. Glaydson José da Silva pelos apontamentos e críticas durante a Banca de Qualificação, os quais foram fundamentais para a concretização desta Dissertação. Obrigada pelo cuidado e atenção dedicados com meu trabalho.

Sou muito grata aos colegas do GLEIR - Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano da UNESP/Franca, que acompanharam a realização desta pesquisa desde o princípio e ofereceram reflexões que enriqueceram significativamente este trabalho: Prof^ª Dr^ª Nathalia Monseff Junqueira, Prof^ª. Dr^ª. Bárbara Alexandre Aniceto, Prof. Dr. Pedro

Benedetti, Prof^ª. Jéssica da Costa Minati Moraes, Prof. João Pedro de Almeida Castro e Prof^ª. Lais Felipe Lucon. À última, gostaria de agradecer também pelo apoio e conversas sobre pesquisa, vida acadêmica e, principalmente, pela amizade construída ao longo do Mestrado.

Ao meu querido amigo Leonardo de Oliveira Baroni por todos os debates, suporte e carinho que me incentivam desde a Graduação até os dias de hoje.

À minha família, sou grata por tê-los ao meu lado, pelo incentivo e por acreditarem no meu trabalho. Aos meus irmãos, Bruno e Clara, cujo companheirismo e amor foram essenciais ao longo desta jornada. Àquele que, com atenção e carinho, tem se mostrado como um verdadeiro pai em minha trajetória, Antônio Marcos. À minha avó Marta, que me inspira todos os dias. À minha mãe, Lidianne, cuja presença, amor e incentivo diários foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. A vocês devo meu profundo reconhecimento e gratidão.

Terei que correr o sagrado risco do acaso. E substituirei o destino pela probabilidade.
Clarice Lispector.

RESUMO

As redes interpessoais desempenharam um papel importante para aqueles homens que almejavam ascender no cenário republicano antigo. Independente de sua natureza, tais núcleos possuíam uma influência política, social e financeira significativa à época. Na qualidade de homem-novo, Cícero dependeu da sua sociabilidade bem articulada e financiada para garantir o prestígio social. Naturalmente, a dependência desses vínculos crescia em momentos de crise e para Cícero suas redes sociais e financeiras foram imprescindíveis após seu exílio. Seu principal contato e conselheiro financeiro era o equestre Ático, o qual também foi o correspondente epistolar mais recorrente e amigo desse senador. Ático possuía uma extensa rede de contatos e era visto como um homem influente. Os tópicos financeiros sempre estiveram nessas cartas, mas com uma ressonância maior nos períodos de instabilidade. As cartas desses períodos são marcadas por solicitações de serviços financeiros a Ático. Assim, indagamos, em forma de hipótese, como o vínculo amigável deste senador e equestre serviu aos interesses econômicos de Cícero e quais intercâmbios lhe eram cabíveis. Para essa análise, adotamos como recorte documental principal cartas selecionadas de Cícero a Ático, o *De Amicitia* e a *Vita Attici* como materiais de suporte à investigação - a qual considera os anos 57 a 43 A.E.C., da volta do exílio até a morte do arpinate.

Palavras-chave: Cícero; Ático; Sociabilidade; Vida econômica; República Romana.

ABSTRACT

Interpersonal networks played an important role for those men who sought to rise in the ancient Republican scene. Regardless of their nature, such circles exercised significant political, social, and financial influence at the time. As a *novus homo*, Cicero relied on his well-articulated and well-funded sociability to secure social prestige. Naturally, the dependence on these ties increased in times of crisis, and for Cicero, his social and financial networks were indispensable after his exile. His main contact and financial advisor was the equestrian Atticus, who was also his most frequent epistolary correspondent and a close friend of this senator. Atticus possessed an extensive network of contacts and was regarded as an influential man. Financial topics were always present in these letters, but they gained greater resonance during periods of instability. The letters from these years are marked by requests for financial services from Atticus. Thus, we hypothesize on how the friendly bond between this senator and the equestrian served Cicero's economic interests and what exchanges were feasible for him. For this analysis, we adopt as our main documentary corpus selected letters from Cicero to Atticus, the *De Amicitia*, and the *Vita Attici* as supporting materials, considering the years 57 to 43 BCE, from his return from exile until the Arpinate's death.

Keywords: Cicero; Atticus; Sociability; Economic life; Roman Republic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 - DISCUSSÃO DOCUMENTAL: <i>EPISTULAE AD ATTICUM</i> , O TRATADO <i>DE AMICITIA</i> E A BIOGRAFIA <i>VITA ATTICI</i>	09
1.1 Epístolas na República Romana.....	10
1.2 <i>De Amicitia</i>	27
1.3 <i>Vita Attici</i>	37
CAPÍTULO 2 - AS SOCIABILIDADES NO MUNDO FINANCEIRO TARDO- REPUBLICANO.....	47
2.1 Um panorama historiográfico: A História Econômica e as produções históricas sobre a vida financeira na Roma Antiga.....	47
2.2 As esferas econômica, política e social romanas no século I A.E.C.....	59
2.3 A compreensão sobre atividade prestamista na República Romana no século I A.E.C	84
2.4 A <i>amicitia</i> como um canal à sociabilidade financeira.....	92
CAPÍTULO 3 - A SOCIABILIDADE FINANCEIRA DENTRO DA AMICITIA DE CÍCERO E ÁTICO.....	104
3.1 Entre riquezas e dívidas: a vida financeira de Cícero.....	105
3.2 O percurso político e financeiro de Ático.....	122
3.3 A interseção entre finanças e amizade: a relação de Cícero e Ático.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
BIBLIOGRAFIA.....	167
Documentações textuais.....	167
Obras de Referência.....	167
Obras Gerais.....	167
APÊNDICE - CATÁLOGO DO CORPUS DOCUMENTAL	179

INTRODUÇÃO

As transformações políticas e sociais enfrentadas pela República Romana no século I Antes da Era Comum sempre foram objetos chamativos à análise histórica. De fato, submetidos a variadas perspectivas teóricas e metodológicas ao longo dos séculos apresentaram-se abordagens, indagações, práticas documentais que renovaram os agentes e eventos investigados. Apesar do amplo rol construído nos estudos da Antiguidade romana clássica, o campo econômico tem recebido uma atenção menor. A distância da História Econômica é perceptível nos trabalhos das últimas décadas, seja no âmbito internacional ou, com ênfase, nas produções acadêmicas nacionais. No entanto, como exploraremos em nossos capítulos, a esfera financeira não pode ser dissociada da vida e dos acontecimentos públicos que fundamentaram as mudanças do regime republicano antigo. Para além da raiz aristocrática, de uma boa formação, contatos interpessoais, os instrumentos financeiros passaram a desempenhar um papel significativo para aqueles interessados em manter uma carreira política bem sucedida. Dessa maneira, fosse na vida íntima ou política, os romanos testemunharam a centralidade das finanças para a vivência republicana.

O estudo proposto aqui, nesta Dissertação, tem as considerações sobreditas como ponto de partida. De acordo com a historiadora espanhola Cristina Rosillo López (2020, p. 92), as ações políticas do século I Antes da Era Comum não eram coordenadas por partidos ou famílias; ao longo dos cem anos, acentuado na segunda metade do período, as alianças internas se tornaram a principal ferramenta de sucesso para indivíduos com objetivos particulares. Por tal dinâmica, interpretamos que manter redes de sociabilidade ativas e eficazes em suas metas foi uma preocupação dentro de círculos públicos à época. Nesse viés, Rosillo López (2017a; 2017b; 2020) explora a relevância da sociabilidade na manutenção da trajetória política, proteção pessoal e ascensão em meio aos conflitos republicanos. A autora citada, bem como outros estudiosos da área reconhecem as naturezas múltiplas dos relacionamentos interpessoais, eles poderiam ocorrer entre vizinhos, clientes, *amici*, etc. Averiguando o ângulo econômico dos vínculos interpessoais, Koenraad Verboven (2002) argumenta terem sido utilizados os vínculos de amizade e patronagem como aparelhos facilitadores às negociações monetárias. Sob o raciocínio do classicista aludido, interpretamos que as interações financeiras são características da dinâmica social republicana. Torna-se evidente, portanto, como a valorização financeira da rotina adicionou outra camada às uniões dos aristocratas romanos, sobremaneira reforçando os laços entre esses homens e seus interesses.

A *amicitia* nutrida pelo senador Marco Túlio Cícero (106 - 43) e o equestre Tito Pompônio Ático (110 - 32) é um exemplo dessas relações interpessoais, servindo-nos como um caminho para compreender melhor as conexões extrainstitucionais, suas extensões e influências. Em nossa Monografia¹ analisamos o uso político que arpinate² fez de sua relação com Ático para defender o fim de seu exílio em 57. Ao ampliarmos nosso recorte documental e cronológico, percebemos que esse comportamento é cíclico no vínculo mantido por eles. Nos momentos em que Cícero enfrenta algum obstáculo, pessoal ou público, suas cartas para Ático são preenchidas por pedidos de ajuda, conselhos, desabafos, estratégias políticas, entre outras solicitações. Os anos compreendidos entre sua restauração a Roma, em 57 Antes da Era Comum³, até o seu assassinato em 43 são realçados por crises em sua trajetória íntima e pública. Na comunicação mantida durante tal recorte temporal, ao lado da preocupação em modelar sua imagem pós-exílio, a vida financeira do senador se torna um dos principais assuntos discutidos com Ático. Nesse segmento, observamos as demandas financeiras do senador para o amigo equestre, as recorrentes tarefas monetárias atribuídas a ele, o suporte a transações, a intermediação para empréstimos, liquidação de débitos, administração de propriedades encontram, etc. e, assim, questionamos as faces da *amicitia* cultivada por Cícero e Ático.

Em seu raciocínio, Nicholas Rauh (1986) identificou seis circunstâncias que ilustram a dependência monetária de Cícero para com Ático; o primeiro momento em 58 enquanto o senador estava banido de Roma e contou com o suporte do equestre para resolver seus assuntos econômicos na cidade, amparando sua família financeiramente; depois, entre 51 a 50, durante seu cargo de governador da Cilícia quando o arpinate requisitou ajuda para quitar uma dívida com Júlio César; a terceira vez em 48, no tempo em que estava acompanhando as tropas de Pompeu, Cícero passou por uma grande instabilidade em seu patrimônio e apoiou-se nos créditos do equestre novamente; poucos meses após, na passagem de 48 a 47, o arpinate dependeu da ação financeira de Ático para manter-se em Brindisi no tempo em que esperava o perdão de César; o senador fez novas solicitações em 45, pois enfrentava uma nova crise em suas contas ao precisar entregar o dote de seu casamento com Terência⁴ (98 A.E.C. - 6 E.C.),

¹ Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº: 2022/00505-4.

² Denominação comumente utilizada como referência a Cícero relacionando-o com a sua origem na região do Arpino (Pina Polo, 2016).

³ As datas assinaladas neste trabalho indicam os séculos Antes da Era Comum, salvo quando referenciadas as exceções.

⁴ Ainda que saibamos pouco a respeito de sua origem familiar, trabalhos recentes têm discutido que Terência tinha origem abastada, como seu dote a Cícero sugere (Salisbury, 2001). Recuperá-la-emos no Capítulo 2 deste trabalho, onde será possível contornar melhor sua figura e o relacionamento com Cícero e Ático.

arranjar seu novo matrimônio com Publília⁵, além das despesas que adquiriu com a construção de um jardim em homenagem de sua filha recém falecida, Túlia (79 - 45)⁶; em 44, Cícero expõe de novo a sua preocupação com as finanças e pede que o financista auxilie-o a contornar uma possível falência e, também, a manter os estudos de Marco Túlio Cícero, o Jovem (65 - ?)⁷, em Atenas.

Apesar das considerações aventadas por Rauh, reforçamos que o estudo desse relacionamento e sua face financeira ainda se encontra em um nível bastante superficial. Por meio das análises feitas pelo historiador Francisco Pina Polo (2016b), sabemos que Cícero foi capaz de aumentar suas economias de maneira considerável, executando uma boa administração por longos anos. Mesmo diante de sua atividade financeira, o senador manteve uma fortuna modesta se comparado aos seus contemporâneos, característica que o colocou em uma posição de desvantagem em crises e reforçou o impacto de seus relacionamentos financeiros (Pina Polo, 2016, p. 170-172). Houve diversos momentos em que Cícero recorreu às conexões de amizade ou de negócios para proteger seu patrimônio e, por consequência, sua honra e prestígio público (Braga, 2022; Rauh, 1986). Por tal viés, um dos objetivos de nosso trabalho é averiguar como a aliança financeira poderia atuar em ocasiões de instabilidade e compreender a maneira que Cícero a aplicou no período pós-exílio - quando a reconstrução do seu prestígio era a sua principal demanda.

O material epistolar ciceroniano revela a intimidade e a confiança singulares que fundamentaram a associação de Cícero e Ático, além de sinalizar a troca financeira que havia entre eles. Constituindo a principal ponte para contatos afastados geograficamente e paralelos ao contato oral do cotidiano, as cartas desempenhavam um papel primordial na manutenção e durabilidade das relações. Utilizando-se das missivas, o arpinate fazia desabafos de suas preocupações financeiras, pedia por conselhos, empréstimos, confiava transações a Ático, entre outras atividades monetárias. Nesse contexto, assumia-se ser essencial zelar pelo *status*,

⁵ De origem abastada, Publília não tinha seu pai e, por isso, esteve sob a tutoria de Cícero (Oliveira, 2018). Não localizamos informações mais precisas sobre seu arco temporal e, segundo Emília Oliveira (2018, p. 351), a reconstituição dessa personagem é mais difícil por aparecer apenas por três meses, ainda que tenha deixado sua marca na documentação epistolar. De qualquer maneira, retornaremos a essa figura feminina em nosso segundo capítulo.

⁶ Voltaremos a discutir sobre essa aristocrata no decorrer do trabalho, a saber, não existem muitos detalhes biográficos sobre a filha de Cícero. Sabemos que seu primeiro casamento se deu com Caio Pisão Frúgio, eleito questor no ano de 58, em seguida, foi prometida a Furio Crassipes, personagem sobre o qual não se tem muitas informações. O seu terceiro, e último, matrimônio ocorreu com Públio Cornélio Dolabela (Alonso, 2022, p. 66-67)

⁷ Filho mais novo de Cícero e Terência, interessado pelo universo intelectual e, também, militar. Veremos adiante a respeito de sua tentativa de ingressar nas tropas cesaristas na Hispânia em 45 contra a recomendação de seu pai e a sua retirada para Atenas no mesmo ano a fim de dedicar-se aos estudos. Ele desempenhou papéis importantes de 39 a 30, inclusive, como governador na Ásia (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1517).

proteger a imagem pública era um pedido e exigia manobras político-sociais diárias. A comunicação de Cícero a Ático expõe de modo claro suas requisições, sobretudo o senador, por boas articulações financeiras. Quando nos debruçamos sobre as epístolas em questão, apreendemos a constância do tópico financeiro no contato pós-exílio. O arpinate precisava reconstruir não somente seu patrimônio, considere-se o confisco de sua casa em Roma e outras propriedades pelo Senado durante seu exílio, mas também o seu lugar social dentro da sociedade em que vivia (Piacentin, 2021, p. 156; Verboven, 2002, p. 83, 122). Os comentários para seu destinatário reconhecem os serviços monetários prestados pelo equestres; Cícero repete, em diversos contatos, a essencialidade dos recursos de seu amigo para seu restabelecimento na sociedade romana (Cícero, *Att.* IV. 2).

Para avançarmos com o raciocínio da interação monetária entre Cícero e Ático é preciso reconhecer a confiança (*fides*) que proporcionava tais trocas. Esse, e outros elementos responsáveis por viabilizar a formação de acordos e demandas financeiras complexas, originaram-se na *amicitia*. Assim, convém traçarmos algum panorama a respeito desse conceito antes de avançarmos, desde que a maneira em que se organizava a amizade antiga era distinto daquele proposto no mundo moderno. De acordo com a perspectiva ciceroniana, embora favores eventualmente pudessem amalgamar a relação entre amigos, o princípio dos vínculos amigáveis se encontrava na aproximação genuína de homens bons. É no tratado *De Amicitia*, escrito em 44, é dedicado a Ático - como uma afirmação da amizade que os envolvia -, que Cícero traça as características da amizade verdadeira. Em formato dialógico, Cícero apresenta uma conversa sobre a amizade por meio de figuras aristocráticas marcantes para a tradição romana⁸. Em seu escrito, o arpinate defende a existência da amizade verdadeira e reflete a sua natureza, considerando a importância da *amicitia* no itinerário pessoal e público de um homem virtuoso (Braga, 2022; Powell, 2015). Sem haver alinhamentos interpretativos inclusive entre os escritores latinos, a historiografia tem se debruçado em alcançar a melhor interpretação sobre a *amicitia*. Sublinhamos, neste ponto, o argumento de Craig Williams (2012), o qual nos apoiamos; para o autor, o debate deve avançar a divisão entre amizade política ou amorosa, flexibilizando-se diante da possibilidade de que vínculos também forneçam poder em outras arenas.

Correlato aos argumentos anteriores, Cícero qualifica o laço amigável fundamentado no cuidado e amor desinteressado, todavia, destaca a possibilidade de que trocas de favores

⁸ Os três interlocutores empregados por Cícero foram políticos e militares destacáveis entre os séculos III e II, participaram de batalhas decisivas à República e tinham suas imagens associadas à tradição das elites romanas (Powell, 2015). A discussão será aprofundada no Capítulo I deste trabalho.

surgissem. Com esta base, reconhecemos que, segundo a perspectiva desse orador, a amizade romana poderia servir como ponte para intercâmbios. Sob o prisma de Christian Rollinger (2017, p. 354), a *amicitia* poderia impulsionar o capital social de um indivíduo, dirigindo-o às suas metas. Em outras palavras, a amizade facilitava que trocas materiais e imateriais, por efeito, gerassem redes de apoio para períodos de crise capazes de defender os objetivos particulares dos envolvidos. Dando continuidade, não identificamos trabalhos que investiguem os intercâmbios comuns à relação de Cícero e Ático. Nas leituras voltadas ao senador, quando curiosas por seu vínculo singular com este financista, são poucos os que avançam na face econômica e, em consequência, ainda existem muitas perguntas a serem solucionadas sobre essa conexão tão influente nas décadas finais da República - algumas delas já destacadas no início desta seção.

Diante do quadro visualizado, julgamos ser fundamental observar a segunda figura desta ligação: Ático. Embora fosse um equestre reconhecido entre políticos e militares em virtude de suas habilidades administrativas e financeiras, Tito Pompônio Ático foi - muitas vezes - omitido das análises históricas. A sua influência e papel nos eventos da República foram submetidos a novos olhares apenas na passagem do primeiro ao segundo quarto do século XX. Em seus estudos, os autores Alice Byrne (1920) e Olaf Perlwitz (1992) sugeriram uma nova interpretação às atividades e poder individual exercido por Ático no meio republicano. Segundo Byrne, o romano se poupou de grandes polêmicas, atuando nos bastidores políticos, o que não reduziu seu compromisso e interesse por esse universo. A tese de que ele seria uma figura inerte ou isolada da República pode ser contestada pelas próprias missivas ciceronianas, as quais o apresentam como um agente prestigioso em seu tempo (Perlwitz, 1992, p. 12-14; Welch, 1996, p. 452-453). A ausência de documentações cria obstáculos para a análise da participação política, social e econômica de Ático nos acontecimentos ao seu redor. Em acréscimo a falta de materiais referentes a ele, são raros os trabalhos que se concentram na individualidade do equestre. As menções a Ático são feitas, na maior parte das vezes, em paralelo a outros indivíduos do século I, sempre desconsiderando a sua individualidade nos acontecimentos à época.

Neste trabalho, almejamos aprofundar a investigação em torno do Ático, portanto, verificar sua trajetória pessoal e pública, movimentações comerciais, seus contatos e ações nas décadas finais do século são pontos a serem questionados por nós. Para esta fase de nosso trabalho, concentrada no segundo e terceiro capítulos, buscaremos analisar além do conjunto epistolar ciceroniano destinado a ele, a biografia *Vita Attici* escrita por Cornélio Nepos (109/110 - 25) ao redor de 34 a 32. Será factível, assim, acessá-lo em suas características mais

particulares, desvinculado de seu elo com Cícero. Seguindo o estilo biográfico tradicional, Nepos perpassa a infância, juventude, vida adulta e separando-as nas esferas familiar e profissional. Nesse formato, ele expõe um protagonista articulado e sábio, reforça a sensatez de Ático e os reflexos disso no cotidiano tranquilo, próspero e bem conectado que levava (Nepos, *Att.* 1.1-3). Em nosso primeiro capítulo, onde tratamos todas as documentações utilizadas, são detalhadas as características e reforçada a leitura crítica do material. Ainda assim, muito do que se tem dito a respeito de Ático é inferido, o que dificulta a avaliação de seu personagem.

Como resultado, emerge um debate historiográfico focado em compreender a função exercida por Ático no mundo romano. Cícero não classifica as atividades do equestre, apenas são discriminadas tarefas financeiras - como conselhos, movimentação de somas, pagamento de dívidas em nome do arpinate -, mas nada está claro no que toca ao papel de Ático para Cícero e outros homens. Da mesma forma, ainda que reconheça a existência de uma rede financeira ao redor de seu biografado, Nepos não categoriza os negócios prestados por Ático. Apoiando-nos em Jean Andreau (2003) e Verboven (2002) distinguimos múltiplas interpretações aos serviços do cavaleiro⁹ em foco, concluindo que há uma concordância no que toca a presença preponderante que Ático tinha sobre as redes financeiras e políticas da República; aristocratas confiavam-lhe suas riquezas e contavam com sua representação para negócios, essa dinâmica proporcionou a ele um crédito considerável entre seus contemporâneos. As lacunas a respeito de seu percurso, carreira e família leva-nos a apurar os círculos financeiros em que ele estava inserido e delinear seus compromissos com Cícero, a fim de reconhecer as características, deveres e benefícios da atividade que prestava ao senador e outras elites.

Investigar os acordos econômicos dessa relação nos direciona, inevitavelmente, à discussão da economia republicana. Como se davam as atividades comerciais? Qual o impacto das transações privadas entre amigos e familiares? Como estava estruturada a economia da República? Além dos expostos, outros questionamentos surgem e deverão ser contemplados nos capítulos seguintes, a fim de mapearmos a conjuntura na qual estas conexões financeiras aconteciam. Nesse viés, aclarar o que entendemos por economia antiga é de suma importância. Guiando-nos pelos argumentos de Claude Nicolet (2008) e Carlo Cipolla (1991) percebemos haver um entrelace nas práticas culturais, políticas, econômicas,

⁹ Aqueles que pertenciam a ordem equestre poderiam ser referidos também como cavaleiros como menção a origem da ordem, ou seja, quando os homens que possuíam seus próprios cavalos eram associados ao grupo equestre (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 530).

legais, religiosas, fazendo-se primordial a leitura das faces financeiras em articulação aos outros elementos da vida antiga. Com isso estabelecido, podemos definir a economia na Antiguidade nos termos de Nicolet (2008, p. 599), ou seja, interpretá-la como operações de troca físicas ou imateriais. Em reflexo a essa abordagem, as atividades prestamistas oferecem um caminho amplo à investigação. Fundados no interesse individual ou em vínculos amigáveis, os serviços desta categoria exemplificam hábitos financeiros à data, haja vista os acordos realizados.

Diferenciados entre operadores profissionais e privados, o oferecimento de crédito e outras tarefas econômicas tinham raízes diversas e, por consequência, admitiam formatos de recompensas diferentes (Andreaeu, 2003; Verboven, 2002). Para esta *Introdução* não debateremos as classificações profissional e privada, foquemos na existência dos cargos *faenerator* e *procurator*, comuns aos indivíduos de grupos dirigentes. Em paralelo aos profissionais, os *faeneratores* atuavam apenas em suas redes particulares, cobrando juros variáveis sobre os montantes emprestados (Andreaeu, 2003; Gaia, 2018). No que tange ao tema supracitado, Deivid Valério Gaia (2018, p. 655) nos informa que o nível de proximidade entre negociantes determinava o compromisso a cada negociação; em episódios de familiaridade, os créditos poderiam ser maiores e contavam juros e formatos de pagamento flexíveis. Já o *procurator* atuava em serviços patrimoniais para conhecidos equestres e senadores, era como um funcionário responsável por intermediar empréstimos, gerenciar rendimentos e propriedades, cuidava dos pagamentos, entre outros compromissos. Apesar de suas diferenças, ambos surgiam das conexões de confiança, como a *amicitia* e a patronagem, e facilitavam estratégias e articulações políticas (Gaia, 2018, p. 655; Verboven, 2002, p. 244).

O debate relativo ao campo financeiro da Roma republicana dispõe de estudos escassos na historiografia recente, são argumentos pontuais que envolvem este tema, mencionaremos abaixo algumas das reflexões. Prosseguiremos com esta ponderação na primeira parte de nosso segundo capítulo, dedicando-nos em observar as pesquisas históricas que fundamentam os argumentos desta Dissertação. Nesse ínterim, à vista da reduzida produção acadêmica em nosso recorte e almejando contribuir, em algum grau, ao campo da História Antiga e ao debate contemporâneo, perguntamos: Cícero mantinha interesses econômicos sobre seu relacionamento com Ático? No momento de retorno e nos anos seguintes ao exílio, qual a profundidade da dependência econômica que Cícero teve de Ático? Assim chegamos a hipótese a ser investigada nesta pesquisa: ao ser restaurado do banimento o arpinate estabeleceu uma interação econômica expressiva com Ático, em um momento onde

recuperar sua honra era essencial, assim, estaria o vínculo financeiro de Cícero com Ático ligado aos câmbios inerentes da *amicitia* que possuíam?

Antes de mais nada, vale elucidarmos a estrutura em que se apresentarão as discussões aludidas nesta seção. Divididas em *Introdução*, *Capítulos I, II, III*, *Considerações finais* e *Apêndice*, as informações seguem do conjunto geral para o particular. Logo, o primeiro capítulo abrangerá o tratamento documental das fontes selecionadas para o trabalho, discriminadas de modo amplo acima. Dedicaremos tópicos separados para todas a fim de manter uma leitura coerente e organizada, em cada uma das análises nos concentramos em apresentar o tema de cada obra, sua datação, autores, estrutura e difusão do material. Já no segundo capítulo, inicialmente iremos nos atentar à discussão historiográfica que atravessa o tema investigado, em seguida, aclararemos a contextualização histórica do recorte temporal estabelecido neste trabalho, ou seja, o período entre 57 a 43. Dando ênfase às questões financeiras, políticas e sociais que fazem fundo às carreiras de Cícero e Ático. Será neste momento, também, que dedicaremos especial atenção à trajetória individual de Ático, pesquisando suas relações e os papéis desempenhados nos grandes embates de sua geração. No terceiro capítulo, recuperaremos a hipótese de trabalho e a colocaremos sob a análise final das documentações. Daremos ênfase à *amicitia*, para assim explorarmos o caminho percorrido no relacionamento Cícero e Ático, investigando as possibilidades financeiras, políticas e sociais que poderiam acompanhar ou não este vínculo. A última seção está formada pelo *Apêndice*, o qual é composto pelos catálogos de todo o *corpus* documental. Estruturado segundo a metodologia da categorização apregoada pela francesa Laurence Bardin (1977), criamos blocos documentais para cada fonte. Por meio deles, o leitor poderá consultar a numeração e os trechos completos dos textos examinados. Apesar de todas as fontes trazerem a apresentação bilíngue, latim e outra língua contemporânea, os catálogos têm suas passagens traduzidas por nós ao português - essa decisão está relacionada à coerência de texto e estrutura, visto o uso das passagens em português na redação do trabalho, e ao interesse de facilitar o acesso do leitor.

CAPÍTULO 1 - DISCUSSÃO DOCUMENTAL: *EPISTULAE AD ATTICUM*, O TRATADO *DE AMICITIA* E A BIOGRAFIA *VITA ATTICI*

A República Romana foi marcada, com ênfase sobre seus dois últimos séculos, por transformações culturais, políticas, sociais e, sobretudo, econômicas como consequência de seus avanços territoriais - em particular, após a Segunda Guerra Púnica¹⁰ (218 Antes da Era Comum). Ademais, acompanhando essas mudanças, assistimos igualmente ao desenvolvimento das discussões intelectuais e, por conseguinte, da documentação textual dessa época. A efervescência cultural aproximou a sociedade romana da escrita teatral, biográfica, filosófica e epistolar de maneira expressiva. Esse bojo, entretanto, há muitos anos tem sido um tópico pouco explorado pelos estudos históricos contemporâneos - em especial, pela historiografia brasileira, como apontado em nosso balanço historiográfico. Tal afastamento, por muito tempo, foi justificado pela ausência de fontes variadas capazes de colorir eventos tão emaranhados e críticos. Todavia, para além das fontes materiais, concentrando-nos nas produções intelectuais, sabemos que há um extenso *corpus* textual a ser pesquisado¹¹.

Apesar dessas diferentes possibilidades documentais, encontramos em Cícero o maior escopo textual conservado até os dias de hoje para a compreensão da vida romana à época - desde o seu âmbito mais privado, a *domus*, até suas trocas formais e informais. Assim, a segunda metade do século I Antes da Era Comum, também referenciado como Era Ciceroniana, pode ser discutida por meio dos discursos de defesa que Cícero declarava em Roma, com versões textuais preservadas de seus livros teóricos e filosóficos e com o uso de suas cartas; de maneira ampla, são alguns deles: *De Re publica*, *De Officiis*, *De Divinatione*, *De Amicitia*, *De Legibus*, *Pro Lex Manilia*, *Pro Milone*, *In Catiliniam*, *Pro Marcello*, *In Verrem*, *Pro Caecina*, entre outros, além dos livros epistolares, *Epistulae ad Atticus*, *Epistulae ad Brutum*, *Epistulae ad Amicos*, *Epistulae ad Quintum*.

Esses materiais permitem que múltiplos episódios, características, elementos da vida republicana sejam captados, entre eles a sociabilidade política e econômica vivenciada por

¹⁰As Guerras Púnicas aconteceram entre 264 a 146 com três períodos de conflitos entre romanos e cartagineses motivado, desde o princípio, pela expansão do império romano sobre o Mediterrâneo. Os embates foram protagonizados por Roma e Cartago, a Segunda Guerra Púnica aconteceu entre 218 a 201. É marcado pela intensa campanha militar de Aníbal - general cartaginês - sobre o território italiano. A vitória romana foi garantida sob o comando de Públio Cornélio Cipião, o Africano ao derrubar a força cartaginesa em sua capital na Hispânia. Os impactos dos anos em batalha foram sentidos pelos romanos política, cultural, econômica e religiosamente (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1239-1241).

¹¹ A título de exemplo, destacamos os textos de Júlio César (100 - 44), Marco Terêncio Varrão (116 - 27), Caio Salústio Crispo (86 - 34), Caio Valério Catulo (87 - 54), Cornélio Nepos (109/110 - 25), Marco Túlio Cícero (106 - 43), entre outros.

Cícero e sua rede de contatos, ou seja, figuras das elites romanas. Para essa pesquisa, como pontuado em nossa *Introdução*, interessa-nos a troca financeira revelada nas missivas destinadas a Ático. A sugestão da face econômica no relacionamento amigável desse senador e do equestre mencionados fazem-nos questionar os interesses que cercam esse vínculo, tão emblemático na vida pessoal e pública de Cícero. Logo, na presente pesquisa, jogamos luz ao discurso *De Amicitia*, tratado voltado à discussão da amizade verdadeira, e à biografia *Vita Attici*, escrita pelo historiador e biógrafo Cornélio Nepos, contato contemporâneo ao equestre.

Considerando esses aspectos, neste capítulo, dedicar-nos-emos à análise documental dos materiais citados. Essa parte essencial do nosso trabalho ganha contornos ainda mais profundos ao utilizarmos gêneros textuais tão distintos. Portanto, este capítulo encontra-se dividido em diferentes seções, cada uma delas destinadas ao estudo particular das fontes selecionadas. Nelas, apresentar-se-á uma discussão minuciosa e individual no que toca às composições, as abordagens feitas pela historiografia mais recente, o papel desempenhado e sua conexão com o ambiente em que foram produzidas.

Por último, entendemos que, por meio da análise ora empreendida, o tema do nosso trabalho ficará cada vez mais compreensível.

1.1 Epístolas na República Romana

Durante toda a Antiguidade, as epístolas foram ferramentas cruciais para o desenvolvimento da vida pública e privada. Seu principal objetivo, em um primeiro momento, era bastante direto: vencer a separação geográfica entre correspondentes. Entretanto, quando consideramos o poder que essa comunicação escrita desempenhava sobre o indivíduo antigo, ao ser capaz de abranger inúmeros aspectos institucionais, religiosos, filosóficos, financeiros, políticos, familiares, sociais, além de outros conteúdos, fazem-se notórias as inúmeras facetas e usos aplicáveis a ela, a comunicação epistolar. Desse modo, antes de avançarmos para o conjunto de cartas ciceroniano, buscaremos compreender esse modelo de contato em seu cenário mais amplo na República Romana.

Ser uma figura informada dos eventos ao seu redor, dentro de uma arena política como aquela que se desenhou no decorrer das últimas décadas na República, significava força e poder. Nesse sentido, a informação era um recurso cobiçado por todos que planejavam uma performance política controlada e duradoura. É indiscutível, portanto, que essa ferramenta garantia movimentações interpessoais e assimetrias de informação importantes às disputas internas, tendo em vista como saber mais do que a figura política antagônica a você

era uma clara declaração de poder. A competição por informações estratégicas adquiriu camadas variadas e, como exploram as professoras Marta García Morcillo e Cristina Rosillo López (2021, p. 7), provocaram efeitos econômicos dentro da sociedade romana antiga. A negociação para obter conhecimento, as redes de sociabilidade, e bem mais, o contato frequente e mútuo eram preocupações do cotidiano político de senadores, equestres e da aristocracia romana de maneira geral.

Nesse viés, era preciso manter conversações com diferentes grupos, a fim de ter acesso aos assuntos compartilhados em cada nicho. Essa socialização poderia acontecer por duas vias, a formal e a informal. Os contatos de caráter oficial aconteciam nos espaços institucionais, tais como o Fórum, as reuniões senatoriais, as declamações orais e eram marcados pela *contentio*, recurso estilístico formal, aplicado aos discursos públicos e falas eloquentes. Em contrapartida, as conversas casuais aconteciam nos encontros naturais, jantares e reuniões íntimas após assembleias oficiais. Assim, com uma linguagem cotidiana - *sermo cotidianos* - eram feitas as discussões extra-institucionais capazes de proporcionar manobras decisivas no jogo político (Bernard, 2013, p. 127; Rosillo-López, 2022, p. 96-97).

Além das trocas informativas, esses encontros garantiam a sociabilidade entre os políticos romanos, a qual vinha acompanhada de um movimento - natural - de seleção, em que tais homens filtravam os vínculos que lhes pareciam mais interessantes para a composição de uma rede de contatos influente. Diante dessa conjuntura, é compreensível que a interação presencial fosse uma preferência para conversas que, é certo, poderiam ser comprometedoras. O mesmo aspecto é destacado por Rosillo-López (2022). Segundo a autora, os romanos favoreciam os encontros pessoais quando pretendiam debater acordos políticos, divulgar informações privilegiadas com seus aliados (Rosillo-López, 2022, p. 48). Porém, muitas vezes esse contato físico estava comprometido e fazia-se necessário recorrer a outra ferramenta para que a sociabilidade fosse mantida: a comunicação epistolar.

Ainda nessa ótica, observa-se que diferentes fatores restringiam esse contato de socialização à mensagem escrita, como a disponibilidade da pessoa, o nível de intimidade compartilhado, momentos seguros e oportunos para a conversa, conhecimento prévio sobre o assunto. Para além desses, uma das principais origens da limitação à conversa escrita era o isolamento geográfico - podendo ser motivado por múltiplas situações, comandos militares em territórios afastados de Roma, banimento político, viagens pessoais, etc (Rosillo-López, 2017b; 2020; 2022). A distância existente entre dois comunicadores os levava a buscar suporte no envio de missivas para que a linha de contato se mantivesse ativa. Seu conteúdo, como veremos à frente, é variável e sua linguagem também, desde que estejam relacionados à

razão do contato, a qual será particular a cada caso. No que tange à aplicação da epístola para vencer a barreira do distanciamento, o exílio ciceroniano é bastante emblemático; nesse caso, fica evidente o alcance que a epístola é capaz de ter, pois, estando ausente de Roma, esse senador dependeu totalmente do contato escrito e da sua rede de sociabilidade para a articulação de sua restauração.

Nesses contextos, a epístola atuava como uma ponte entre os correspondentes, garantindo que, a depender do grau de intimidade da relação entre eles, informes políticos, pessoais e econômicos fossem trocados. Atuando como uma substituta do encontro físico, a carta era uma ferramenta basilar aos relacionamentos à época e utilizada com frequência diária, para suprir a ausência de um aliado e mantê-lo informado a respeito dos eventos que vivenciava. Como veremos mais adiante neste capítulo, Cícero possuía um ritmo expressivo na troca de missivas, atualizava os seus correspondentes cotidianamente, sobretudo Ático - quem chegou a receber cartas diárias (Pina Polo, 2017, p. 86). Por conseguinte, paralelo a essa essencialidade das cartas na estruturação das redes de vínculos, elas ganham especificações, formatos, linguagens, ou seja, camadas que as complexificam (Bernard, 2013, p. 34-35, 38).

Nesse segmento, Armando Ríos Sánchez (2011) sustenta que a epístola carrega uma prática discursiva e, com efeito, deve ser entendida como um gênero literário. Com dimensões histórica e social, as quais abordaremos a seguir, a epistolografia carrega uma estrutura definida, a qual é perceptível por meio dos elementos característicos a esse estilo de texto: data, local, saudação, parágrafos de desenvolvimento com tom narrativo, despedida e assinatura. Apesar das possíveis variações, são os traços comuns à escrita de missivas desde a Antiguidade os acréscimos e as supressões derivados do tom presente em cada carta e do período histórico em que estão inseridas (Ríos Sánchez, 2011, p. 39). Diante disso, tendo em consideração que o gênero literário indica a existência de uma macroestrutura em uma obra, a saber, aponta a existência de regras, semelhanças, a criação de um modelo de texto à classificação de um estilo de escrita, concordamos com o argumento de Ríos Sánchez (2011, p. 41), segundo o qual a epistolografia é enquadrada como uma categoria literária porque possui uma técnica textual própria.

De mais a mais, Beatriz Antón (1996) aprofunda o debate ao expor um panorama teórico elucidativo quanto às divergências na classificação ou rejeição da epistolografia romana antiga como um gênero literário. O que podemos depreender é que, para a teoria clássica, os romanos desenvolveram um sistema suficientemente complexo, com critérios de elaboração e categorização, fazendo possível apontar a escrita de missivas como um gênero

textual. Contrariando essa perspectiva reguladora, na segunda metade do século XX, há a teoria moderna que intervém a favor da extensão do conhecimento retórico e estilístico no centro intelectual greco-latino antigo (Antón, 1996, p. 108-109). Reforçando essa perspectiva, Abraham Malherbe (1998) ratifica que existiam manuais para a escrita de cartas, com distinções de estilos e usos da linguagem, ainda que essa teoria tenha sido formulada por meio da prática epistolar, sendo uma consequência. Em vista dessa discussão teórica, concordamos com a leitura defendida por Antón. A carta está inscrita em um gênero literário e, como foi possível observar, a presença da teoria epistolar à época é taxativa para essa interpretação. Para complementar a leitura, há de se recuperar o agrupamento presente em Marco Fábio Quintiliano¹², que posiciona a missiva como um dos gêneros didáticos e líricos (Ríos Sánchez, 2011, p. 39). Com propriedades específicas, a redação de cartas se consolidou dentro da antiga Roma, aplicada como meio de comunicação entre pessoas fisicamente afastadas e, ao mesmo tempo, reflexo de uma via intelectual atenta à formação de uma estrutura discursiva.

Diante das reflexões expostas, entendemos que a documentação deve ser considerada para além de seu aspecto escrito, o que significa englobar - com a mesma ênfase - os aspectos histórico e social presentes que a acompanham. Isso porque, de outro modo, estaríamos mais propensos a adotar esse material como literatura - o que não é a intenção deste trabalho. Alertando sobre esse caminho interpretativo, Jean-Emmanuel Bernard (2013) advoga que a carta deve ser visualizada como um produto de comunicação que une duas ou mais pessoas em uma corrente de transmissão e, como resultado desse olhar, deve-se considerar a função social desse objeto. Tal entendimento nos permite captar a função de cada carta e classificá-las de acordo com seu papel. Para fundamentar esse raciocínio, apoiamo-nos no destaque feito por Bernard (2013, p. 82) aos manuais teóricos gregos em que, na ausência de conceitos para cada estilo, as cartas eram separadas pelo seu ofício. Cícero atua de maneira semelhante, mas vai além da distinção entre público e privado, aprofundando a divisão de categorias epistolares. Seguindo essa discussão, o autor traduz que “Cícero igualmente associa o conceito de ‘gênero’ à ação cumprida pela carta.” (BERNARD, 2013, p. 82).

Em consonância com o debate recortado acima, também é necessário ponderarmos acerca da nomenclatura usada para nossa documentação. Os substantivos carta e epístola têm origem grega: o termo *χάρτης* indica o material usado para contato e *ἐπιστολή* como o ato de enviar essa mensagem; já em sua escrita latinizada, essas referências ocorrem, respectivamente, como *epistolaris* - instrumento onde se deposita o conteúdo, por meio do

¹² Marco Fábio Quintiliano (35 - 95 Era Comum) era um orador e professor romano famoso, conhecido por sua tutoria a Plínio, o Jovem (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1251-1252).

qual será feito o contato - e *epistula* - que caracteriza a mensagem em si (Ríos Sánchez, 2011, p. 38). Partindo disso, a teoria reguladora adota distinções entre as palavras carta e epístola, sendo o principal difusor dessa ideia o teólogo alemão Gustav Adolf Deissmann. Apontando a oposição entre os termos epístolas e cartas, ele coloca a produção epistolar no plano artístico, em um formato público e literário, ao passo que a carta seria uma produção simples, uma conversa de tom íntimo e não-artístico (Antón, 1998, p. 109-111; Doty, 1969, p. 190-191).

Em contraposição à ideia referenciada, apresenta-se a teoria epistolar moderna - responsável pelos questionamentos expostos previamente. Logo, William Doty (1969) interpreta tal distinção como equivocada e rígida à análise das missivas. Nessa linha de raciocínio, Doty (1969, p. 197) alega existir um espectro mais rico para discutir o campo de estilos de redações, com escritas moldadas por sua função, do que separar o que é um formato artístico ou não, nomear epístola ou carta. Quando nós voltamos ao vocábulo antigo, as nomenclaturas são manuseadas com sentido semelhante, porque mencionam a mesma prática discursiva. Seguindo essa interpretação, continuaremos utilizando essas denominações como sinônimas em nossa análise documental, pois entendemos que diferenciar esses substantivos não geram impactos na leitura aqui proposta.

Explorando mais a fundo a questão imaterial do contato através de missivas na Antiguidade, dediquemo-nos a enxergar os estilos de cartas. Como exposto, a carta tinha como meta estabelecer um canal para trocas de informações entre dois ou mais correspondentes que estão impossibilitados de manter uma conversa frente a frente (Bernard, 2013; Volk, 2021). A propósito, Katharina Volk (2021) reflete a atividade epistolar dentro da República Romana e defende que, por meio das missivas, conseguimos acessar o exercício intelectual das elites republicanas. Neste contexto, Volk concentra-se sobre a formação de redes informais para interações de *studia*. Embora a autora não vá a fundo na distinção das missivas, ela pondera que essa ferramenta de contato carregava a função social de formar e dar manutenção aos laços sociais (Volk, 2021, p. 41-42). Isso exigia, indubitavelmente, que o material escrito passasse por adaptações conforme o seu assunto e o círculo de correspondência envolvido (Bernard, 2013; Hall, 2009; Volk, 2021).

As cartas ciceronianas estão inseridas no já aludido bojo da ebulição intelectual e política do século I e, por isso, apresentam-se como um excelente caminho à exploração dos papéis assumidos pelas epístolas. É significativo frisar que não nos interessa teorizar a estética ou a retórica que compõem o material epistolar ciceroniano; porém, é primordial reconhecer as categorias possíveis almejando, mais a frente, localizar essas funções nas *Epistulae ad Atticum* que selecionamos para o nosso *corpus* documental. Ao analisar o movimento

sociocultural nas cartas de Cícero, Bernard (2013) percorre algumas definições para esse conjunto. Em primeira instância, o autor aduz que a troca de correspondências atingia dois planos: a *officia* privada e a *officia* pública. A primeira consistia em cartas escritas aos amigos que estão fora de Roma para mantê-los informados, ao envio de suporte financeiro, político, familiar que fossem solicitados por um parceiro em circunstâncias difíceis; já a *officia* pública designa as cartas que têm natureza na *dignitas*, *commendatio*, *suffragio* ou *obseruantia* entre correspondentes, em outros termos, sinalizam um teor cerimonioso e público, e são destinadas aos laços mais formais e políticos.

A distinção entre o contato público e o privado, acima exposta, atinge os manuscritos de Cícero. Em suas cartas, ele explicita a diferença existente entre o contato formal, com acesso público, e aquele particular desenhado de modo íntimo para a leitura de alguém próximo (Malherbe, 1988). Suplementando a discussão, Jenny Druckenmiller (2007) arrazoa como o arpinate deixa visível em sua escrita epistolar a diferença entre o contato íntimo e o destinado a uma audiência. Nas cartas nas quais o destinatário não forma sua rede mais próxima, o ritmo e a métrica são preocupações frequentes. Ademais, nelas os acontecimentos exteriores e personagens envolvidos ficam explícitos para o leitor (Druckenmiller, 2007; Von Albrecht, 2003). Entretanto, o estilo de redação é alterado quando o receptor da mensagem é alguém familiar ou uma pessoa de confiança para Cícero. É o que se verifica nas missivas trocadas com Terência, esposa de Cícero entre 79 e 45, e nos escritos para Tito Pompônio Ático (110 - 32), equestre e financeiro reconhecido entre a elite romana. Em tais correspondências, surgem as elipses, termos gregos, transições temáticas bruscas (Druckenmiller, 2007, p. 13; Hutchinson, 2002, p. 30; Von Albrecht, 2003, p. 69).

Avançando neste tema, a comunicação epistolar ganha mais camadas, o que alimenta sua complexidade e relevância para a aristocracia romana. Percebemos que, além da separação macro supracitada, as cartas assumem características relativas ao propósito do contato, em outras palavras, admitem variações conforme sua função social. De mais a mais, o contexto à época exigia que a comunicação fosse polida e ponderada, em destaque àquelas conexões recém estabelecidas. À face do posto, as qualidades do receptor da mensagem enviada, isso é, se ele compunha o círculo íntimo do receptor, se havia algum vínculo ou aceno prévio para que a mensagem redigida estivesse ocorrendo, bem como o cargo político ou militar ocupado pelo indivíduo alteram a linguagem da carta, o que levanta outras configurações de epístolas (Bernard, 2013; Hall, 2009; Von Albrecht, 2003).

Como resultado, múltiplas classes epistolares podem ser exploradas, como missivas militares, religiosas, administrativas, amorosas, financeiras, científicas, filosóficas,

comemorativas, lamentosas, para além de outras combinações (Doty, 1969, p. 197). Ao investigar o conjunto de cartas ciceronianas, Bernard (2013) identifica que as cartas do arpinate compreendem as seguintes funções: (1) Recomendação, (2) Informativas, (3) Consolação, (4) Conselho e (5) Entretenimento dos amigos. Adicionamos a essa leitura, as estratégias de polidez identificadas por Jon Hall (2009), logo, as cartas antigas podiam assumir as categorias de: (1) Apoio, (2) Empatia, (3) Boa vontade, (4) Parabenização e (5) Comemorativas. A soma desses níveis interpretativos oferece, segundo nossa avaliação, ferramentas à análise das cartas antigas e um caminho para elucidar a rede comunicativa alimentada por Cícero.

De acordo com Bernard (2003, p. 77), as cartas traziam a recomendação como uma de suas metas, assim eram sinalizados os pedidos de ajuda ou a devolução de um favor prestado. Ademais, o papel informativo fica evidente desde que os romanos eram cuidadosos em manter sua rede interpessoal atualizada acerca dos acontecimentos em Roma quando algum desses aliados se encontrava afastado da cidade. O contato de consolação abarcava as vicissitudes da vida particular ou pública por meio das cartas e, para o autor mencionado, essa era uma função frequentemente empregada entre indivíduos da mesma rede de contato. Já aquelas no campo do conselho eram usadas em circunstâncias de crise, atreladas ao compromisso de suporte mútuo dos vínculos mantidos. Entendemos que essas funções são aplicáveis a ambas as esferas de *officia* expostas outrora, mas que encontram a sociabilidade como um ponto de convergência, em suas possíveis finalidades, a mensagem escrita tem seu papel social enfatizado (Bernard, 2003).

No que tange o aspecto da polidez, Hall (2009) debruça-se sobre a presença de expressões formais, verbos, focando nos aspectos linguísticos que traduzem a cortesia fundamental na interação aristocrática. Em um exame acerca das normas sociais contidas na mensagem escrita, Hall (2009) desenvolve cinco faces de discurso realizáveis nas cartas de Cícero. Dessa maneira, quando tem como propósito a conquista de novos aliados, verbos como *confirmo*, *adfirmo* e *spondeo* introduzem a estratégia de afiliação e apoio, com uma linguagem formal a pessoas que estão distantes social e politicamente. Além do suporte, demonstrar empatia e cuidado com as redes interpessoais é um pilar crucial; Hall (2009, p. 41) ilustra-nos que nesse quesito Cícero se saía bem, pois sinalizava sua intimidade com frequência a Ático. Para estas cartas, são habituais os substantivos *voluptas* e *laetitia*, que indicam os sentimentos de compreensão, felicidade e prazer (Hall, 2009). As afirmações de boa vontade são permutadas nas correspondências à criação de alianças sociais e, de modo mais decisivo, à manutenção dos vínculos já existentes. Devido a isso, podemos encontrar as

cartas de benevolência, as quais têm sua estrutura pensada na negociação de serviços. Essas são manuseadas quando há a intenção de prestar ou cobrar um favor, e a formalidade é a principal preocupação, mesmo nos casos em que a mensagem era enviada para conhecidos. Além disso, outra ordem de escrita construída pelos documentos epistolares antigos é a de parabenização. Relacionada à *dignitas*, oferecer felicitações a algum colega demonstrava preocupação social e política. As epístolas com tom comemorativo são outra técnica popular na sociabilidade romana, alimentavam o respeito mútuo e a intenção de aliança. O uso da linguagem afetiva nesse caso demonstra ser um recurso para acessar o destinatário com mais facilidade e respeito (Hall, 2009, p. 47-66).

À vista do exposto, o comportamento polido com certos correspondentes retratava, além da convenção e manipulação política, a harmonia e os cuidados que poderiam surgir dos laços interpessoais (Hall, 2009, p. 78). Conforme o estudo epistolar de Hall (2009, p. 81), Cícero responde às obrigações de polidez e aplica essas diferentes estruturas e funções às suas correspondências. Com efeito, seja em suas cartas formais ou informais, percebemos como esse senador recupera as locuções de respeito para seus contatos. Assim sendo, mesmo nas mensagens enviadas para seu irmão, Quinto Túlio Cícero (102 - 43)¹³, e para Ático, podem ser encontrados traços de sofisticação e polimento - usualmente empregados ao contato feito a pessoas afastadas. Destacando o caso específico de correspondências com o equestre e financeiro em questão, o autor compreende que os usos feitos por Cícero indicam o seu cuidado em oferecer manutenção ao relacionamento que ambos mantinham, demonstrando um teor afetivo (Hall, 2009, p. 81).

Ainda conectado às distintas categorias para cartas, frisamos o entendimento que o próprio Cícero sustinha. Na mesma posição de seu explícito discernimento entre o conteúdo público e privado, já refletido por nós, o arpinate percebia que eram numerosas as aplicações cabíveis à correspondência. Essa informação fica posta em seus contatos epistolares com amigos. Com o duplo reparte entre a função - informativa, de recomendação, suporte, etc - e a qualidade do texto - brando, humorado, cuidadoso, etc - empregados pelo orador romano, ganha forma o ponto de que ele estava consciente da manifestação de categorias para as cartas (Hutchinson, 2002, p. 7; Fögen, 2018, p. 56). Incorporando essa ideia, o classicista George Hutchinson assinala a preocupação de Cícero em adaptar a transmissão segundo o cenário que a envolve, explorando a maleabilidade desse material ao criar classificações heterogêneas. Essa atitude “[...] demonstra um cuidado artístico autoconsciente e autoreflexivo na criação de

¹³ Irmão mais novo de Cícero. Ele também atuou em posições políticas de destaque, como edil em 65 e pretor em 62, e esteve militarmente ao lado de Pompeu no início da Guerra Civil (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1519).

uma estrutura literária a partir das divisões convencionais relativas ao gênero.” (Hutchinson, 2002, p. 8).

Antes de avançarmos a respeito das correspondências ciceronianas, depreendemos ser relevante verificar quem era Cícero, o autor das epístolas analisadas por nós. É importante reconhecer, todavia, que o faremos de maneira breve neste momento, abrangendo melhor sua trajetória em nossos segundo e terceiro capítulos. Nascido em 106 na região do Arpino, próxima de Roma, Marco Túlio Cícero usufruía de uma boa reputação familiar e recursos financeiros. Apesar da raiz favorável, ao buscar a carreira política em Roma, o arpinate é classificado como um homem novo¹⁴. Por esse viés, sua ascensão através dos cargos públicos, alcançando seu ápice em seu consulado no ano de 63, esteve calcada em seus relacionamentos interpessoais. O uso de vínculos influentes para sua reafirmação nas disputas políticas romanas se fazem notórias nas mensagens enviadas a Ático, inclusive, faz-se perceptível pelo papel do próprio equestre aludido (Pina Polo, 2016b; Rawson, 1975).

Com o objetivo de aprofundar o tema epistolar de Cícero, enfatizando a linguagem e categorias presentes na comunicação que o senador sustentava com Ático, consideramos o exame produzido por Michael Von Albrecht (2003). Crítico aos últimos estudos da escrita ciceroniana, esse filólogo alemão concentra-se em entender o estilo linguístico do orador romano. Para tanto, propõe um mapeamento da sintaxe epistolar - com ênfase nos livros do Ático. Isso estabelecido, o pesquisador destacado defende a importância de elementos externos para a escrita das missivas do senador em questão. A maneira pela qual emitia suas mensagens não orais era instigada pelo quadro em que se encontrava, fosse de crise, de sucesso, decisório, etc. Em complemento, Von Albrecht (2003) raciocina como a intimidade que envolve a relação dos correspondentes é decisiva para a configuração da carta, ponto também aludido por Bernard (2013) e Hall (2009), indicados previamente. As cartas enviadas após sua restauração a Roma, com ênfase nas direcionadas para Ático, contemplam o juízo supradito. Com suas finanças pessoais prejudicadas, o contato com o equestre retoma a assiduidade e os elementos de polidez são novamente perceptíveis; tais recursos acompanham o tom de desabafo e pedido de ajuda financeira.

Dentro destas considerações, observamos a adequação feita por Cícero no uso de palavras gregas para cada interlocutor. Mesmo que o saber grego fosse um distintivo, visualizado como reflexo da intelectualidade aristocrática, ele era dispensado em algumas circunstâncias. Para atender à preferência e ao nível de formalidade mantida por seus

¹⁴ Lê-se, os indivíduos sem histórico familiar na trajetória política romana que, por consequência, foram os primeiros a ocuparem magistraturas do *cursus honorum* romano (Pina Polo, 2016b).

correspondentes e com o intuito de que a informação fosse recebida sem ambivalências, o orador dispensava as expressões gregas em contatos com menos receptividade ao vocábulo grego ou em contextos formais (Von Albrecht, 2003, p. 55). Tal movimento está espelhado nos livros de Ático, a intimidade do relacionamento¹⁵ que possuíam permitia ao redator maior liberdade. Logo, o conjunto epistolar para o equestre conta com aproximadamente 820 frases, palavras, locuções gregas empregadas, enquanto aos outros destinatários - com exceção de Quinto, seu irmão - localizam-se ao redor de 102 usos (Hutchinson, 2002, p. 15).

Seguindo neste diagnóstico, o autor argui que a adaptação da escrita epistolar ao vocabulário do destinatário é algo comum nas missivas do arpinate, especialmente quando ele está respondendo a algum contato anterior; nesses episódios torna-se nítido o comprometimento do senador em manter a mesma estrutura adotada pelo seu contato (Von Albrecht, 2003, p. 55). Ademais, identificamos a grafia coloquial nas trocas de mensagens entre interlocutores que possuíam certo grau de familiaridade, sendo o caso da correspondência enviada a Ático. Nesse material encontramos uma linguagem fluida, pois a escrita íntima para o equestre permite o estilo de frases simples e sem muitos recursos estilísticos. A valer o repouso de estruturas na redação a esse amigo, fazem-se corriqueiras as elipses. Com um formato espontâneo e natural, a exclusão de datas ou informações fragmentadas são uma constante - o que exige um acréscimo de cuidado à leitura das cartas a Ático (Von Albrecht, 2003; Hutchinson, 1998). A escrita rítmica também é tomada por Hutchinson (1998, p. 11-12) como um dos aspectos particulares ao diálogo entre Cícero e o equestre, a singularidade revela o laço íntimo do vínculo haja vista não ser uma estrutura comum a outras epístolas ciceronianas. Com a apreciação feita reforçamos nossa perspectiva, uma vez mais, quanto ao papel social e à sociabilidade que existe no contato missivo.

Outro aspecto referente à composição da carta e sua importância no progresso das relações de sociabilidade é o endereçamento que marca o início do contato, sendo um item indispensável na estruturação da epístola desde a Antiguidade junto a outros elementos: lugar, data, conteúdo, despedida e assinatura (Ríos Sánchez, 2011, p. 39) - destacados no início deste capítulo. A denominação do destinatário adquire um significado mais meritório ao somarmos o código de respeito e hierarquia basilar exigidos para os vínculos; assim, o arranjo envolve fatores como: idade, cargo, sexo, objetivo do contato, o nível de proximidade do vínculo desses interlocutores, etc. Em um amplo espectro, o cabeçalho apresenta o nome do autor da carta no nominativo, seguido da nomeação do destinatário na declinação dativo, finalizando com a saudação, *salutetem dat*, por vezes abreviada de várias formas (Bernard,

¹⁵ A análise da natureza e implicações deste vínculo se fará presente nos próximos capítulos de nosso trabalho.

2013, p. 132-133). As ponderações feitas são levadas até às missivas ciceronianas por Bernard (2013) que reconhece o valor do endereçamento para mapear o tipo de contato feito. As combinações feitas por Cícero são um elemento chave quando tratamos de sua documentação, porque revelam a proximidade que mantinha com um destinatário em específico.

De fato, as chances de que o endereçamento tenha passado por alterações no processo de edição dos livros epistolares é real, porém, isso não reduz a relevância que desempenha a análise. Observemos, ainda que com distância, as junções possíveis examinadas por Bernard (2013): *tria nomina* era utilizada em situações bastante formais e algumas vezes acompanhada pela referência ao cargo político ou militar ocupado pelo remetente ou destinatário; o *praenomen-nomen* também indica formalidade, apesar da ausência do primeiro nome sugerir deste ser um contato habitual; a combinação de *praenomen-cognomen* era comum entre os círculos aristocratas e revelam a presença de uma aliança formal; já o uso exclusivo do *nomen* remete à familiaridade e à troca pessoal dos correspondentes envolvidos; o cabeçalho que apresenta o *cognomen* atesta o prestígio do remetente e, em certos casos, atua como símbolo da boa relação dos comunicadores; por último, o *praenomen* é igualmente empregado em ligações de formalidades (Bernard, 2013, p. 134-136).

Nas cartas que destina a Ático, tal como ocorre nas epístolas enviadas a seu irmão Quinto, Cícero chama-os pelo primeiro nome ou pelo *cognomen*, o que ilustra textualmente a intimidade e cuidado para com esses dois relacionamentos. Outro recurso linguístico muito comum é o uso do pronome possessivo no final do endereço, como um símbolo do respeito mútuo ou mecanismo para atravessar a distância - política e social - de uma conexão ainda em progresso (Bernard, 2013, p. 140-141). No caso de Ático, os pronomes de posseção ou a presença de adjetivos como *amici* e *amicissimus* são colocados como sinais à conexão que possuíam (De Giorgio, 2015). Ao depreender uma análise minuciosa no tocante às nomenclaturas do endereçamento de correspondências ciceronianas, Bernard (2013, p. 143) confere que a *dignitas* se revela em todas as peças do material, indo além do conteúdo. Em outras palavras, por menores que sejam, essas características são atributos primáveis para o estudo da comunicação epistolar. E mais, refletindo a mesma opinião, frisamos como essa busca minuciosa nos auxilia a captar a sociabilidade e o gênero das alianças à época, em especial, dentro da arena política ciceroniana.

Outrossim, os componentes sobre os quais estivemos refletindo não excluem que o próprio remetente tenha forma dentro da carta. A comunicação epistolar possibilita que o leitor acesse o escritor, dando o acesso aos seus receios, às suas qualidades e decisões, etc

(Haroche-Bouzinac, 2016). Essa percepção nos traz, em primeiro plano, a face biográfica contida nos registros de correspondência, pois, em meio ao seu conteúdo principal, são localizados os traços do sujeito que escreve e do mundo que o envolve (Malatian, 2017). À luz de Geneviève Haroche-Bouzinac (2016, p. 128), depreendemos que o movimento de voltar para si, ou seja, as brechas biográficas contidas na epístola são uma decorrência natural do contato missivo. Todos os comunicadores devem ter seu espaço do diálogo demarcado e quando o autor assume o papel que lhe cabe, somos capazes de observá-lo.

As cartas de Cícero refletem esse jogo. Formadas por detalhes de sua vida pública e privada, elas retratam os discursos que ele ratificou em momentos críticos, suas alianças, seus interesses e suas sensibilidades e, lógico, evidenciam o caráter biográfico cabível às correspondências (Malatian, 2017, p. 198). Porém, em nosso entendimento, tal consideração deve ser tomada com mais profundidade quando encaramos o cenário em que foram projetadas as cartas de Cícero. A subjetividade confinada à mensagem escrita, lê-se, a biografia implícita ao conteúdo era executada - muitas vezes - de modo consciente por seu redator. Na urgência em conquistar e articular sua rede por meio de um *ethos*, ele escolhia seu discurso segundo as crises e os desafios que enfrentava (Bernard, 2013, p. 170). Há, de fato, uma biografia revelada, mas que está estruturada no interesse de reparar a imagem exterior e defender objetivos particulares. Nas palavras de Haroche-Bouzinac (2016, p. 24), “A sinceridade do epistológrafo não passa de um mito no qual alguns têm acreditado.”

Pela mesma ponderação, a leitura de Jean Pierre De Giorgio (2015) é precisa quando se ocupa em medir a representação do “eu” na epistolografia de Cícero. De Giorgio traz contornos profundos à perspectiva da autorrepresentação contida nas mensagens enviadas. De acordo com ele, o retrato ressoado nas cartas deve ser apreendido como uma escrita menos espontânea do que se costuma sugerir. Nesse ínterim, as missivas de Cícero são um caminho frutífero para essa discussão, tendo em vista a gama de assuntos abarcados por elas, abrangendo desde a esfera mais pública à mais privada de sua vida. Não obstante, é imprescindível frisar que, apesar das frestas biográficas, as cartas estão distantes de configurarem-se como relatos autobiográficos. O que encontramos nas correspondências, sobretudo no conjunto de Cícero, é a difusão de uma identidade e autoridade exigidas pelas circunstâncias das últimas décadas da República Romana (Bernard, 2013, p. 175; De Giorgio, 2015, p. 24, 28-29; Galloway, 2021, p. 81).

Podemos interpretar, nesse segmento, que as cartas do orador comportam um enunciado, seu *ethos*. Esse conceito, na filosofia aristotélica, indica o jogo retórico executado sobre o público com a construção de uma *persona*, lê-se, de um personagem modelado. Indo

além, Cícero utiliza do *ethos* para propagar sua autoridade, *gloria*, *dignitas*, com um longo alcance, persuadindo seu público enquanto propaga o retrato que lhe é vantajoso (Galloway, 2021). A propósito, a relação entre os correspondentes irá influenciar o *ethos* a ser compartilhado, como é traduzido pelas cartas do Ático. Para a reconstrução de seu prestígio, ele compartilha em suas missivas com o equestre um *ethos* de supervalorização e urgência. O cuidado que dedica à construção de sua própria representação após os Idos de Março é analisado por Meg Galloway (2021): em sua tese, a autora conclui que, indubitavelmente, essa foi uma das maiores performances da carreira ciceroniana. A saber, é a atenção dispensada em propagar um *ethos* capaz de movimentar o jogo político ao seu favor. Com efeito, nas correspondências desse período, Cícero aplica discursos que o posicionam como uma pessoa sábia, um conselheiro empenhado nos estudos filosóficos em detrimento da obscuridade política que dominava a República. Em outras crises, ele coloca seu retórico em um tom sentimental. Cícero busca o caráter emotivo e um *ethos* ligado à piedade, alcançando-os por meio da externalização de seus sentimentos para seus destinatários (Bernard, 2013, p. 177). Somando ao debate, outro ângulo explorado nas correspondências ciceronianas é a autovalorização, com a celebração expansiva de seus sucessos pessoais ou públicos. No entanto, é válido frisar que embora a escrita de Cícero seja interpretada como vaidosa, é indispensável recuperar quão necessária era a propagação de um perfil poderoso para um homem novo como ele (Bernard, 2013, p. 184).

Até esse momento, demos ênfase à análise dos componentes imateriais relacionados à carta na Antiguidade, com atenção ao conjunto ciceroniano e as suas características. Porém, a qualidade material das missivas não deve ser ignorada, acima de todos os elementos apontados ela era um objeto. A sua materialidade alcança um relevo mais denso quando visualizamos quão determinante eram os detalhes físicos da carta durante a comunicação escrita. Desde o modelo para sua entrega até a escolha da peça onde seria grafada a mensagem revelam as particularidades do contato, a relevância política dos comunicadores, o caráter público ou privado do contato, a natureza do relacionamento mantido por eles, todos os detalhes físicos impactavam a rede de comunicação em algum sentido (Bernard, 2013, p. 33; De Giorgio, 2015, p. 43-45; McCutcheon, 2013, p. 21; White, 2010, p. 64).

Um dos primeiros caminhos para a interpretação da carta como um objeto é a própria redação. Afinal, elas poderiam ser escritas pelo próprio remetente ou ditadas por ele a um terceiro. Seguindo as regras de polidez e respeito mútuo esperados pelos vínculos aristocráticos, a carta escrita pelo punho do autor, com sua caligrafia, era lida como um símbolo de dedicação para com o remetente. A demonstração de cuidado auxiliava a gerenciar

os relacionamentos (McCutcheon, 2013, p. 58-59; White, 2010, p. 65-66). A quirografia (*chirographum*), porquanto, era comum aos contatos cujos destinatários eram familiares ao remetente, sendo mais frequente a carta ditada às situações oficiais. Confiar um assunto pessoal a um escravo ou liberto, com a expansão do acesso a informações pessoais, poderia soar como uma ofensa ao destinatário (Bernard, 2013, p. 42). Por vezes, a carta poderia dispensar a caligrafia do autor sem qualquer complicação. Tal ponto faz-se comum ao conjunto destinado a Ático, acompanhada de pedidos de desculpas pela ausência de sua própria caligrafia quando Cícero as ditava para Marco Túlio Tirão¹⁶ (Bernard, 2013, p. 43-44).

Em paralelo, também deve ser medido o material selecionado para a carta. Vê-se, dessa maneira, partes do discurso sendo conduzidas através dos componentes físicos. Segundo McCutcheon (2013, p. 132), há uma extensa discussão historiográfica tocante ao tipo de componente escolhido pelos grupos romanos para o envio das mensagens escritas. De maneira ampla, as investigações estão divididas entre dois grupos teóricos: pesquisadores que entendem não ser possível encontrar uma resposta concreta e aqueles responsáveis por identificar os tablets de cera e papiros como os principais recursos utilizados. Todavia, para McCutcheon (2013, p. 133), essas explicações são rasas para o nível de interação epistolar romana; faz-se indiscutível, então, traçar as obrigações sociais que acompanham essas escolhas. O autor em destaque defende haver razões sociológicas diferentes para cada material¹⁷.

Quando olhamos para a Antiguidade clássica, múltiplos materiais são empregados para a escrita de epístolas. Havia os pequenos tablets que tinham sua base na madeira e eram cobertos por cera, o que permitia que fossem adicionadas várias unidades de folhas. Nesse caso, as cartas poderiam ser redigidas rapidamente, pois não era necessário tinta para marcar a superfície do material. Já as mensagens redigidas no papiro exigiam mais atenção, haja vista ser marcado com tinta (White, 2010, p. 64). Para além dos já mencionados, Felipe Ladeira (2020) distingue o uso da cerâmica, couro, chumbo e madeira, explorando os componentes de cada uma dessas opções e seus respectivos períodos de predominância. Para McCutcheon (2013, p. 135), o papiro prevaleceu sobre as outras opções no período da República. O autor pretexto que os escritores republicanos usavam esse modelo de papel como estratégia para valorização de suas práticas literárias, útil para demonstrar um alto nível de letramento. Com

¹⁶ Marco Túlio Tirão (m. 4) era escravo de Cícero, tinha uma relação próxima com o arpinate e chegou a ocupar o cargo de secretário. Posteriormente, foi libertado, mas não deixou de conviver intimamente com Cícero e sua família (Pina Polo, 2016b, sem paginação).

¹⁷ A saber, a tabuleta encerada era comumente destinada aos contatos em que o conteúdo da missiva deveria ser compreendido como o único pilar da mensagem, por outro lado, o papiro ganha destaque por sua estilização, evidenciando o escritor da carta (McCutcheon, 2013, p. 134-135).

esse entendimento, ainda que seja delicado assegurar qual o material eleito por Cícero, vide raramente mencioná-lo em suas cartas, é plausível conjecturar que seu cotidiano lhe tenha permitido escolher o papiro (McCutcheon, 2013, p. 135-136; White, 2010, p. 65).

Com a compreensão da materialidade da missiva, e acompanhando o pensamento de White, entendemos ser incontornável cingir a entrega das cartas à época. O primeiro sistema postal (*cursus publicus*) é desenhado apenas durante o governo de Augusto. Durante todo o período republicano, aqueles que desejavam ter suas mensagens distribuídas dependiam do esforço próprio em conseguir pessoas de confiança que pudessem transitar com as missivas. Neste termo, os governadores de províncias aproveitavam dos serviços prestados pelos *publicani* que, ao viajarem pelo território realizando a cobrança de taxas, também distribuíam as cartas necessárias. Para negócios privados, na falta do serviço de postagem, o *tabellarius* poderia ser contratado - sujeito pertencente aos grupos privados responsáveis pela distribuição das missivas. Quando eram escravos ou libertos, ligados a alguma figura aristocrática, os entregadores eram reconhecidos como *tabellarii dosmetici*. Por último, o remetente poderia contar com o suporte de algum amigo que estivesse viajando para a mesma região do destinatário (Nicholson, 1994, p. 33, 37-38; Pina Polo, 2017, p. 82; White, 2010, p. 11).

As cartas ciceronianas fazem alusões a esse tema e revelam detalhes acerca dos arranjos feitos para a postagem das cartas. Conforme clarifica John Nicholson (1994, p. 34), Cícero deixa explícito quão rotineiro era o seu envio de cartas, sempre com indicações sobre entregador responsável ou tecendo comentários a respeito do tempo que determinada missiva levou para chegar em suas mãos. Lendo o contexto, constatamos que independentemente da distância que o separava de seus contatos, as emissões feitas por esse orador mantinham uma regularidade notável “[...] fosse com Ático no Epiro, por exemplo, ou com seu irmão na Gália [...]” (NICHOLSON, 1994, p. 34). Nas *Epistulae ad Atticum*, o interesse em garantir trocas diárias leva-o a solicitar mais cartas por parte do equestre, declarando haver valor mesmo nas mensagens que não contivessem assuntos profundos. A partir de tal panorama, convergimos com Nicholson (1994, p. 36) no que tange à estima que Cícero possuía em manter diálogos frequentes com seus destinatários. Diante de circunstâncias especiais, o arpinate enviava suas próprias *tabellarii* para buscar recados escritos por Ático, devido à consideração dispensada para com esse vínculo (Nicholson, 1994, p. 34).

Em episódios de crises, a circulação de cartas crescia de forma exponencial. Segundo Hall (2009), é admissível traçar que Cícero escrevesse ao redor de dez cartas diárias, intensificando a atividade como resposta à conjuntura. Seus destinatários eram variados, comunicava-se com figuras de grupos sociais variados, o agrupamento de materiais em

Epistulae ad Amicos transparece sua gama de destinatários. Ainda que conservasse uma extensa malha de contatos, chama-nos a atenção que, ao tratar-se de uma conversa ajustada aos momentos de instabilidade, o arpinate centralizava suas emissões em Ático. A posição singular ocupada pelo equestre é acentuada. Essa dependência comunicacional fica evidente, por exemplo, nas cartas emitidas no exílio e nos meses posteriores ao retorno do arpinate. As cartas para o equestre são as que melhor retratam os momentos críticos vivenciados por Cícero, pois, era quando suas emissões para ele aumentavam - sugerindo uma troca diária de informações (Pina Polo, 2017, p. 87).

A constância, porém, não deve mascarar as dificuldades que cercavam o despacho de recados. Isso porque o receio de que a confidencialidade fosse violada no transporte era coerente visto a ausência de um sistema imparcial para as entregas. Outro problema comum eram os materiais que se perdiam no trajeto, atrapalhando o ritmo da conversa. Por último, era difícil garantir que o destinatário guardasse a missiva somente para si, muitas vezes ela era compartilhada com outros leitores (White, 2010, p. 16). Sobre isso, Rosillo-López (2022, p. 122-123) demonstra que o reenvio de cartas era uma etiqueta frágil e ligada ao tipo de tema e do acordo firmado entre o autor e o receptor. Assim, a prática poderia caber em algumas situações e nos casos em que a polidez não era respeitada surgiam conflitos e rompimentos. De qualquer forma, não havia como assegurar que a mensagem seguiria inviolada ou preservada apenas entre os correspondentes oficiais. Por conseguinte, conscientes desses obstáculos, os redatores construíam suas mensagens com cautela. Os destinatários de Cícero, por exemplo, não recebiam o mesmo tipo de detalhes por cartas e tal diferenciação é perceptível nas epístolas para Ático e naquelas destinadas a Quinto - com o irmão, as conversas políticas são menos comuns (Rosillo-López, 2022, p. 121).

Em face ao raciocínio exposto, interpretamos as epístolas para Ático como um conjunto textual que abre um caminho à leitura crítica dos eventos públicos e pessoais na vida de Cícero. Seus aspectos linguísticos e estruturais, outrora explorados por nós, sugerem a existência de um canal comunicativo singular. Sabemos que o vínculo deles se tornava mais ativo em episódios de instabilidade política (Pina Polo, 2017; Nicholson, 1994). Nas conversas trocadas com esse equestre, Cícero percorre assuntos de negócios, desabafos familiares, angústias, discussões políticas e, captando nossa atenção com mais ênfase, solicitações financeiras. Por meio da catalogação de nossa documentação presente em nosso *Apêndice* constatamos a assiduidade de combinados econômicos entre Cícero e Ático - sejam demandas para prestação de serviços, pedidos de recursos financeiros ou conselhos - nas cartas pós-exílio, os quais iremos analisar no terceiro capítulo desta Dissertação.

Observamos, ainda, além das elipses e comentários fragmentados na composição deste conjunto, que a publicação das correspondências a Ático carrega, sem dúvidas, manipulações por parte do editor (White, 2010, p. 33). Nesse ângulo, nota-se primordial destacar que o material epistolar ciceroniano foi publicado postumamente e, mesmo que essa fosse uma ação habitual, não há um consenso histórico a respeito do interesse de Cícero em divulgar esse material e junto a isso outras questões são levantadas pelos pesquisadores. De acordo com White (2010, p. 31), não há como provar a intenção do orador em publicar ou não o conjunto epistolar; mas a sua ausência na edição das cartas pode ser dada como algo concreto, tendo em vista as rupturas no conteúdo, nas linhas argumentativas e na estrutura. Entendemos, em consonância com Ladeira (2020, p. 87), que Cícero manifesta sua vontade em divulgar suas mensagens para seus próprios contatos; assim lemos em uma de suas missivas a Ático, na qual declara que, para publicar, será necessário reunir a parte compilada por Tirão e aquela sob posse do equestre: “Não há nenhuma recopilação de minhas cartas, mas Tirão possui cerca de setenta e algumas outras podem ser retiradas com você. Devo estudá-las e corrigi-las. Então, por fim, poderão ser publicadas.” (Cícero, *Att.*, XVI. 5).

O debate estende-se ao processo da edição e publicação das cartas. Conforme recorta White (2010, p. 34), Cornélio Nepos (ca. 110 - 25) observa em *Vita Attici*, escrita ao redor da década de 30, que as cartas a Ático ainda não haviam sido publicadas. Logo, em congruência com o argumento defendido pelo autor citado, parece-nos plausível que Cícero não tenha participado da edição final, ainda que possa ter contribuído e selecionado as epístolas de maior interesse ainda em vida (White, 2010, p. 33-34). Dessa maneira, estudiosos têm ensaiado quem teria sido responsável por tal projeto, nomes como Nepos, Tirão, Ático ou outros conhecidos do senador são explorados. Para Pina Polo (2016b, sem paginação), é crível que Tirão seja o agente dessa atividade, considerando o acesso que tinha às missivas, ele pode ter garantido a ordenação dos livros que foram a público anos mais tarde. No que tange ao lançamento dos livros, Ladeira (2020, p. 87-88) objeta ser impossível precisar quando o material foi disponibilizado, o que se abre é o debate para quando ele passa a ser mencionado. Não nos estenderemos sobre essa arena em razão do espaço disponível, mas destacamos a defesa de Pina Polo (2016b, sem paginação) sobre o aparecimento do conjunto concentrar-se no período neroniano.

O momento de redescoberta do conjunto ciceroniano está ligado ao humanista italiano Francesco Petrarca no século XIV. A partir disso, assiste-se às primeiras cópias do trabalho, fomentando a busca por mais materiais de Cícero. Acredita-se que o primeiro manuscrito tenha sido formado por missivas de Ático, Quinto e Bruto, porém não foi

conservado para períodos posteriores (Ladeira, 2020, p. 91). Para consultas utilizaremos apenas traduções bilíngues, são elas: a obra de Juan Antonio Ayala (1975), publicada em espanhol e latim pela Universidad Autónoma de México, e a tradução de E. O. Winstedt (1919) em inglês e latim pela The Loeb Classical Library. As correspondências a Ático estão distribuídas em dezesseis livros, ordenadas cronologicamente, englobando as trocas entre 68 a 44. Entre as 426 cartas, seguindo a contabilização feita por Mayan Braga (2018, p. 40), selecionamos 57 que estão diretamente relacionadas com a hipótese proposta para este trabalho. Isso é, ajudam-nos a buscar se o vínculo financeiro entre Cícero e Ático, evidenciado nessa comunicação, tinha como sentido os interesses político-sociais do orador nos anos pós-exílio. Essa escolha pode ser conferida, de modo objetivo, em nosso catálogo.

1.2 *De Amicitia*

Para avançarmos, debruçar-nos-emos sobre o discurso *De Amicitia*, também parte do conjunto documental deste trabalho. Cabe a ressalva de que, independentemente da ordem da análise em questão, todas as fontes selecionadas possuem o mesmo valor e serão articuladas no último capítulo. Percebemos que frente a outros materiais ciceronianos, como as cartas ou os discursos retóricos com propostas filosóficas mais explícitas, o tratado sobre a amizade é colocado - de modo frequente - ao lado ou analisado sob a luz de outras obras de Cícero. Selecionamos tal discurso, nesse ínterim, por entender sua relevância para o estudo da sociabilidade exercida pelo arpinate, com ênfase em seu relacionamento com Ático, tendo vista a influência do equestre acerca da escrita desse material, para além de ter sido um dos últimos trabalhos do arpinate.

Na sequência de uma série de produções filosóficas, desenvolvidas entre os anos em que Cícero esteve afastado de Roma devido ao governo de Júlio César (100 - 44)¹⁸, *De Amicitia* foi escrito em 44 respeito dessa data, Jonathan Powell (2015) revela-nos haver um debate historiográfico interessado em precisar os meses de desenvolvimento, todavia, em congruência com o autor, tal expectativa nos sugere observações bastante subjetivas. A localização mais plausível seria entre os meses de março e novembro, sem aprofundar as possibilidades (Powell, 2015, p. 5). A busca em entender o momento em que tal documentação se inscreve ganha dimensão quando partimos do pressuposto de que há conexões entre o conteúdo e o cenário que cerca sua produção (Maingueneau, 1997). Por tal

¹⁸ Político e militar romano, Júlio César gerenciou os avanços territoriais pela Gália Transalpina e Cisalpina, além das ocupações políticas destacáveis de sua carreira (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 757).

ângulo, no tratado sobre a amizade existem dois recortes temporais: o primeiro é o ano de 129, tempo em que se desdobra o diálogo, e o segundo em 44, quando Cícero escreve o livro.

Devemos tecer algumas considerações a respeito das tensões políticas e pessoais que envolviam a escrita desse senador - ainda que o façamos de maneira breve por ora. O início do governo de Júlio César em 46 representou o início do afastamento político de Cícero, além do rompimento de seu matrimônio com Terência. Mesmo após seus esforços amigáveis com os cesarianos, abalado pela morte da filha Túlia, o arpinate se colocou distante de Roma. Tal ausência política agravou-se após o Idos de Março e sob regime do triunvirato¹⁹, então, isolado geograficamente concentrou-se na escrita de tratados como *De Virtutibus*, *De Officiis*, *De Amicitia* (Pina Polo, 2016b, p. 341-345, 363-365). À vista disso, concordamos com a defesa aventada por Powell (2015, p. 7) de que, por não encontrar mais espaço ativo na política republicana, Cícero usou suas últimas obras, sobretudo *De Amicitia*, como ferramenta para contribuir com a República ainda que por meio da inspiração moral.

Sigamos, agora, para o assunto e o método pelo qual Cícero o apresenta aos seus leitores na obra em foco. Logo quando inicia sua escrita, o autor observa que a inspiração para o trabalho tem origem em uma conversa que ele e Ático tiveram com Múcio Cévola (ca. ? - 115), na qual foram compartilhadas as reflexões feitas por Caio Lélcio (188 - 125) a respeito da amizade quando um de seus grandes vínculos, Cipião Emiliano, o Africano (185 - 129) faleceu. Assim, somos apresentados aos três personagens que irão conduzir a narrativa: Caio Fânio (145 - 90), Múcio Cévola, Caio Laélcio. Faz-se compreensível, também, o eixo central da obra: refletir a respeito da amizade romana antiga, sua natureza e relevância para a vida de um homem bom (Cíc., *De Amicitia*). Referente à estrutura do material, encontramos três discursos principais de Laélcio, intercalados por conversas de interlúdio entre os interlocutores. Para auxiliar na clivagem da fonte, Powell (2015, p. 12) propõe a seguinte estrutura: as seções §1 ao §5 revelam o prólogo de Cícero; de §6 ao §16 ocorre a introdução do tema em uma conversa entre os personagens; a primeira exposição de Laélcio se inicia no parágrafo §17, com a explicação do vínculo que enxerga existir entre virtude e amizade, a qual se estende até o §24; no §25, Fânio e Cévola colocam o primeiro interlúdio da conversa; o segundo momento de Laélcio acontece em §26 ao §32, quando reflete a respeito da honestidade e o

¹⁹ Nomenclatura empregada como referência à aliança formada entre Marco Antônio, Marco Emílio Lépido e Otaviano estabelecida oficialmente em 43 por meio da *lex Titia*. Vale recordar que, na leitura moderna, essa tríade é apontada como a segunda, dada a formação em trio por Júlio César, Pompeu e Marco Crasso em 60. Interpretamos, todavia, que essa é uma distinção equivocada, pois mesmo que fosse anterior, o acordo não foi reconhecido como um triunvirato à época e não tinha termos oficiais (Hornblower; Spawforth, p.1510-1511).

caráter amoroso da amizade romana; com a última intervenção de seus colegas em §32, Laélio segue com suas explicações de §33 ao §104, finalizando-as.

No mesmo padrão de seus outros tratados, Cícero optou por redigir o discurso com destaque na estrutura dialógica. Os interlocutores desenvolvem o tópico em um estilo informal, contando com pausas em suas falas, questionamentos em tons de espontaneidade que incentivam o desdobramento da conversa. Apesar da interação entre os três personagens durante a obra, salientamos a predominância da fala de Laélio, justificada por sua experiência positiva no vínculo mantido com Emiliano. O discurso parte de Laélio com preponderância, aliás, passa a impressão para o leitor de que o livro é um monólogo. Todavia, o formato dialógico não abandona o texto, pois se nota a presença dos outros interlocutores para que a reflexão seja desenvolvida (Almeida, 2015, p. 261). Em alguns momentos de interação, Laélio espera a concordância dos companheiros para seguir com sua fala ou vê-se motivado a continuar por indagações levantadas por eles, na verdade, é assim que o diálogo tem início: Fânio questiona como Laélio tem lidado com a morte de Emiliano, considerando o laço de afeição que os unia.

Por outro lado, de modo inusitado aos seus escritos, Cícero dispensa termos gregos e, até mesmo, o teor filosófico no tratado *De Amicitia*. Como quaisquer outros aristocratas no final do século II, o trio de romanos possuía interesse sobre o campo da filosofia. Isso se confirma por meio de outros livros ciceronianos em que aparecem. Podemos localizar, com ênfase, a inclinação que tinha Laélio à filosofia ateniense (Niegorski, 2008; Prost, 2008). No entanto, soa-nos curioso não haver relativos a isso no tratado da amizade. Percorrendo esse caminho, Robert Jones (1939, p. 316) arrazoa que *De Senectute*, escrito pouco tempo antes, exibe um alto nível de reflexões gregas e alguma crítica a esse elemento pode ter influenciado a proposta de redação para *De Amicitia*. Tal argumento afigura-se perspectivo, mas ao ter em conta a estrutura informal, a ausência dos elementos filosóficos pode ser justificada pela intenção de redigir um texto mais pessoal e o mais historicamente verossímil possível, o que põe o debate intelectual da obra à margem (Powell, 2015, p. 7; Prost, 2008, p. 112).

De qualquer modo, a supressão da filosofia não esconde as fontes gregas que inspiraram a lógica construída pelo arpinate. De fato, como já dito, não existem menções a autores ou obras filosóficas no documento, não nos são revelados - ao menos não de modo explícito - os autores que guiaram a concepção de amizade debatida. Entretanto, tendo em conta a recepção que o autor demonstrava às ideias de Aristóteles e Platão (Beltrão, 2020, p. 9), além do interesse comum de seus contemporâneos às produções clássicas, é concebível que algumas das ideias presentes em *De Amicitia* tenham sido influídas pela filosofia grega.

De acordo com Walter Nicgorski (2008, p. 91), a própria questão em torno da amizade, indagar “o que é amizade?” encontra suas raízes na tradição dos clássicos, desde Platão às escolas de Epicuro. De modo amplo, quando se debruçam sobre o tratado da amizade ciceroniano, estudiosos apontam que além de qualquer experiência pessoal do autor, as ponderações feitas devem à filosofia helênica (Nicgorski, 2008; Powell, 2015).

Nessa ótica, são múltiplos os paralelos cabíveis entre o conteúdo redigido por Cícero e autores gregos. José Carlos Almeida (2015, p. 265-266) dedica uma parte de seu artigo a elucidar as simetrias em *De Amicitia* para com essas outras obras, assim, faz referência à teoria socrática difundida por Xenofonte em *Memoráveis*, na qual a amizade teria origem na natureza, bem como a interpretação alcançada pelo arpinate. Outra analogia, que François Prost (2008) explora, diz respeito a Platão e sua percepção implícita sobre a união entre os homens de boa vontade na *philia*. O prisma ciceroniano converge em vários elementos com a amizade grega, uma amostra são as declarações acerca da semelhança entre homens bons ser o fator responsável pelo laço a conectá-los. Ainda que contenha os traços particulares do orador romano, esse seria um ponto de analogia central entre ambas as filosofias (Prost, 2008, p. 121). Em acréscimo, atentando a noção de *alter ego* levantada pelo orador, bem como sua defesa à indispensabilidade de companhia ao ser humano e à raridade que envolve encontrar um amigo verdadeiro, Powell (2015, p. 19) mapeia a influência de Aristóteles na redação do discurso.

A contraposição ao epicurismo também está na obra. Latente nos argumentos expostos por Laélio, Cícero nega que a amizade seja formada exclusivamente pela busca de vantagens. Em outras palavras, o autor elabora serem a afeição e a afinidade as características responsáveis pela formação de um vínculo natural entre indivíduos de honra. No parágrafo §46, o escritor deixa clara sua crítica aos teóricos que defendem “[...] fazer amizade, para buscar proteção e apoio e não afeição e carinho.” (Cíc., *De Amicitia*, XIII. 46). Encontramos, justamente, o argumento da amizade utilitarista nos autores epicuristas, doutrina criticada com recorrência em outros trabalhos ciceronianos. Para o orador, o epicurismo mostrava-se uma vertente de baixa elaboração epistemológica, além da popularidade que possuía dentro dos grupos menos intelectualizados da sociedade romana (Beltrão, 2020, p. 12). Com o suporte da análise feita por Cláudia Beltrão (2020), percebemos que os ataques aos epicuristas neste discurso são mais equilibrados e implícitos do que em outras obras, o que nos remete à proposta de uma produção mais pessoal e cuidadosa, em especial, tendo em conta a inclinação à doutrina epicurista que tinha Ático, o dedicatário do tratado da amizade.

Diante dessas profusões filosóficas na obra, vê-se germinar a aspiração dos pesquisadores em descobrir a existência de uma possível fonte à redação de Cícero. Essa busca parte, inicialmente, do comentário feito por Aulo Gélíio²⁰ de que o orador estivesse lendo as obras de Teofrasto²¹ enquanto redigia *De Amicitia*, assim, interpretando algumas das reflexões do filósofo grego para a escrita do tratado (Almeida, 2015; Powell, 2015). Em sua perspectiva, Powell (2015, p. 3) pondera o comentário de Gélíio e considera que Cícero tenha recorrido aos livros de Teofrasto e recolhido argumentos nessa documentação. Não obstante, Almeida (2015, p. 267) entende não haver mais espaço para essa crítica nos estudos mais recentes. De acordo com esse autor, existem indícios suficientes para inferir que as fontes primárias ao desenvolvimento do *De Amicitia* estão localizadas na obra *Sobre o conveniente* de Panécio de Rodes²². Para sustentar sua leitura, Almeida (2015, p. 267) apresenta quatro pontos sobre o fato do filósofo de Rodes compartilhar as ideias de Aristóteles a mais de seu posicionamento estoíco moderado - questões comuns ao tratado da amizade, como já recortado.

Avançando em nossa análise, outro elemento primável ao *De Amicitia* é sua dedicatória a Ático. Esse discurso não é o único dedicado ao equestre, leve-se em conta o *De Senectute*, no qual Cícero apresenta suas observações sobre o envelhecimento e a morte para o amigo. No entanto, a dedicação do tratado sobre a amizade é singular, vide o realce feito pelo orador ao fato de que sua redação responde aos pedidos de Ático, quem - por repetidas vezes - lhe solicitou uma obra a respeito da amizade. Dessa maneira, ainda nos parágrafos introdutórios lemos: “Muitas vezes, você [Ático] me havia solicitado que escrevesse sobre a amizade e esse tema, merecedor da atenção de todos parece-me, também, digno da amizade que nos une.” (Cíc., *De Amicitia*, I. 4). Além disso, convergindo com Eleanor Leach (1993), notamos o esforço do arpinate em relacionar seu vínculo com Ático ao sustentado por Lélíio e Cipião, homens célebres na tradição romana. Esse cuidado pode ser mapeado em diferentes momentos do texto, como mostra a afirmação de que o equestre irá se reconhecer em todo o

²⁰ Conhecido por sua obra *Noites Áticas*, as informações sobre Aulo Gélíio (ca. ? - ca. 128 E.C.) são incertas, acredita-se que tenha nascido na África, mas estabeleceu-se em Roma. Seu prestígio cresceu entre autores da Antiguidade Tardia, como o gramático Macróbio, e também no período carolíngio (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 606).

²¹ Teofrasto (ca. 370 - ca. 288) foi um filósofo grego sucessor de Aristóteles no Liceu e líder da escola Peripatética. Contribuiu com os estudos lógicos aristotélicos, mas é na parte dos estudos botânicos que se concentra sua maior participação científica. Em seus trabalhos sobre amizade, a fortuna e busca por felicidade são pilares essenciais (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1461).

²² Filósofo grego ligado ao pensamento estoíco, Panécio de Rodes (185 - 110) viveu entre Atenas e Roma por longos anos. Interessado nos pensamentos aristotélicos e platônicos, propôs mesclas à filosofia estoíca. Segundo Simon Hornblower e Antony Spawforth (1996), o tratado ciceroniano *De Officiis* teve seus dois primeiros livros escritos sob influência do pensamento de Panécio (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1073).

diálogo. De mais a mais, o dedicatário pode justificar a moderação de tópicos de autor para autor e atuar na mesma proporção sobre aqueles a serem aprofundados. Nesse ínterim, depreendemos que Ático influenciou na redação da obra, ainda que subjetivamente.

Sob um amplo olhar, consideramos a atenção reduzida que o tratado em foco recebe quando colocado em perspectiva às outras obras, discursos ciceronianos. É possível afirmar, então, que Ático é uma das facetas menos visualizadas nos estudos recentes. Junto a Véronique Leovant-Cirefice (2009), depreendemos haver uma cristalização do equestre ao papel de *amici*. Ou seja, são ignoradas as perguntas acerca da relevância de Ático para a escrita do tratado da amizade, tudo é justificado pela figura de Cícero. Em sua investigação, Leovant-Cirefice (2009, p. 90) reconhece na expressão *non inuitus* o indicativo de que a iniciativa do discurso partiu do equestre e que Cícero estava concretizando-a sem esforços ao tomá-la como digna do laço que os une (Cíc., *De Amicitia*, *apud* Leovant-Cirefice, 2009, p. 90). Por último, ademais a experiência com a amizade ser colhida da relação cultivada entre o senador e o equestre, o que - de maneira concreta - garante a influência de Ático na imagem da *amicitia* ciceroniana, também é possível perceber como passagens são modeladas a partir da trajetória individual desse romano. Tal influência é perceptível, como amostra, na argumentação oferecida à honestidade. Cícero a reconhece como o primeiro pilar na fundamentação da amizade; esse mesmo valor é atrelado às cartas trocadas com Ático, nas quais o senador agradece ao amigo pelos conselhos, sugerindo como ecoam honra e honestidade nas ações do equestre (Leovant-Cirefice, 2009, p. 92).

Outra maneira produtiva para o mapeamento da influência de Ático é a projeção que o autor faz de seu amigo na figura responsável por transmitir os ensinamentos da amizade, a saber, Laélio. Como pontuamos, a trajetória que vivenciou com o equestre serve ao escritor do tratado para a arguição da amizade verdadeira, porém, isso está subjetivo na obra. Nota-se, a exemplificar, a associação feita pelo autor de seu vínculo com Ático ao relacionamento de Laélio e Cipião. Nessa analogia, portanto, quando expõe o vínculo único de dois antepassados, Cícero indica - na mesma proporção - quão ímpar é sua proximidade com o equestre (Marchetti, 2009). Nesse quesito, Sandra Marchetti (2009, p. 94-95) não enxerga o *De Amicitia* apenas como um documento acerca da amizade romana antiga, mas, igualmente, um espelho de Cícero e Ático. Acrescentamos a essa leitura, importância em buscar a individualidade do arpinate e do equestre, acima de tudo, interpretar a figura de Ático para além de sua forma cristalizada nos estudos tradicionais - tópico a ser trabalhado com profundidade em nosso terceiro capítulo.

Em seus discursos, Cícero aplica a memória como um mecanismo retórico para alcançar seu público e objetivos. É assim que o orador oferecia sustentação aos seus discursos, com imagens que lhe conferiam persuasão e autoridade (Réndon, 2012). Nesse sentido, devemos encarar a seleção de personagens em *De Amicitia* com mais cautela, sobretudo Laélio e Cipião, os quais Cícero emparelha a si mesmo e a Ático. Nesse enquadramento, Powell (2015) clarifica a trajetória de cada um dos homens retratados, inclusive, elabora uma árvore genealógica dos protagonistas do diálogo. Consolidamos, com o auxílio desse estudo, a carreira pública de sucesso exercida não apenas por Laélio nas magistraturas do *cursus honorum*, mas também por seu pai, militar destacável nas batalhas da Segunda Guerra Púnica; a menção a Cipião Emiliano, o Africano é menos minuciosa; todavia, somos informados de seu desempenho político e militar na Terceira Guerra Púnica (Powell, 2015, p. 8-12).

Quando encaixamos a obra no ambiente de 44, com a nítida fragilização da República, das suas instituições e das associações políticas - o que gerava fortes preocupações ao arpinate -, soa lógico o resgate de homens tão ligados ao *mos maiorum* para os personagens de um tema urgente à manutenção das relações interpessoais e das próprias tradições (Almeida, 2015, p. 260). Confere-se, então, que o autor do discurso da amizade articula seu raciocínio em cima da memória. É nesse trajeto que Cícero propõe, em diferentes momentos do discurso, a associação de seu relacionamento com Ático e o laço que unia Cipião e Laélio, figuras distintas à República em uma fase histórica, igualmente, crítica. Além disso, para Leach (1993), é visível o cuidado do autor em reforçar o poder do passado à resolução dos conflitos no presente - recordemos do conceito ciceroniano *história magistra vitae*. E por essa estratégia fornece o tratado como uma ferramenta para questionar os eventos que os cercavam. A admiração depositada por Cícero em Cipião e Laélio aparece em diferentes obras, tal fascínio aparece, em proporção semelhante, em *De Re publica* com a reprodução desses protagonistas (Powell, 2015, p. 11). Ele os associava ao mais alto grau de civilização e cultura romana. De modo geral, não havia pessoas mais sábias e capazes para retratarem assuntos tão importantes, haja vista a experiência que demonstravam sobre a virtuosidade romana, assim sublinhamos:

Naquele livro [*De Senectute*], quem fala é Catão, talvez o homem mais velho do seu tempo e também, o mais sábio. Neste, quem fala sobre a amizade é Lélío, que não somente era sábio (assim era considerado), mas, também, que ficou célebre como amigo. Peço-lhe, pois, que me esqueça por um instante, e imagine estar a ouvir o próprio Lélío (Cíc., *De Amicitia*, I. 5).

Outrossim, é neste discurso que Cícero apresenta de modo objetivo seu entendimento a respeito da amizade romana, a *amicitia*. Em suas cartas, em particular aquelas enviadas a Ático, são inúmeras as referências a esse tipo de relacionamento, com o emprego de adjetivos ou substantivos relativos a tal modelo de vínculo. Porém, é apenas em *De Amicitia* que o orador se dedica em expor seus principais pontos de vista. Escapa ao objetivo deste capítulo traçarmos detalhadamente os argumentos empregados pelo autor, abordaremos essa questão no Capítulo 2; agora, concentramo-nos na tese que sustenta sua escrita. Cícero aduz que a amizade tem sua origem na própria natureza e, sendo conservada apenas por homens bons, ela é uma das mais belas virtudes. Para o arpinate, esse tipo de laço se reduz à afeição, o cuidado existente entre dois ou mais amigos e, portanto, dispensa bases interesseiras. As conexões com essa natureza têm como fonte o bem-estar mútuo das pessoas envolvidas, ações movidas com a única intenção de preservar a bonança de cada amigo (Cíc., *De Amicitia*).

Em face de tal raciocínio, o orador rejeita qualquer noção gananciosa ou individualista na formação da amizade. Ao mesmo tempo, ele reforça a possibilidade de que frutos fossem colhidos nessas relações, como a troca de favores e de oportunidades. Ele reconhece como os vínculos estreitos e honestos poderiam servir aos pedidos dos amigos, além de pincelar a valia da assistência mútua - desde que nenhuma ação atingisse a República de maneira negativa (Cíc., *De Amicitia*). Ponderando acerca desses fundamentos, e com o auxílio da leitura oferecida por Rollinger (2017), captamos neste tratado ser possível que certos elos estruturados na *amicitia* gerem recursos, sejam esses materiais ou imateriais, para os amigos envolvidos. Ante o exposto, subscrevemos a perspectiva defendida por Almeida (2015, p. 264-265) de que a redação de Cícero está marcada por incongruências, as transições temáticas são abruptas e seu raciocínio parece repetitivo e incoerente em seus argumentos. Por isso, no terceiro capítulo, devemos aprofundar a discussão tocante aos usos plausíveis presentes na ligação de Ático e Cícero.

Direcionando nossa discussão às questões relativas ao conteúdo e à composição dessa fonte, existem as particularidades que envolvem a linguagem utilizada. Em um caminho distinto aos outros gêneros de escrita, muitas vezes os tratados filosóficos revelam confusões fonéticas e empregos consideráveis de arcaísmos (Von Albrecht, 2003). A respeito, Von Albrecht (2003, p. 27) identifica que a escrita de Cícero escapa a esses padrões arcaizantes e demonstra uma escrita desprendida de convenções. Como descrédito, torna-se comum serem encontrados alguns equívocos nas formas do latim mais tradicional em seus escritos. Os recortes em que pincela a raiz arcaica em seus discursos são aqueles ligados à produção legal ou filosófica e, mesmo assim, seus usos ocorrem de maneira moderada; a saber, Cícero faz

poucas menções à forma do latim mais antigo, evitando as terminações em *-d* no ablativo e imperativo. Como resultado, os traços de uma escrita antiga e, ademais, poética soam comuns aos seus trabalhos filosóficos, em que adapta o diálogo dos personagens ao período em que estão inseridos e o lugar que ocupam (Von Albrecht, 2003, p. 30; Powell, 2013, p. 58).

Seguindo por essa ótica, a redação discursiva ciceroniana carrega camadas consideráveis em sua composição: passagens com narrativas vívidas, exclamações, questionamentos, citações, epigramas (Von Albrecht, 2003, p. 85; Powell, 2013, p. 48). Quando visualizamos *De Amicitia*, essas matizes podem ser identificadas nas indagações e regressões que Laélio faz em suas falas explicativas. Outra característica interessante são os caracteres informais e orais, as orações e mesmo os diálogos filosóficos refletem características da oralidade, como se pode verificar pela escrita ritmada (Powell, 2013). Discutindo sobre essa harmonia, Von Albrecht (2003, p. 86) aponta a entonação entre os interlocutores em *De Re publica*, pois interpreta haver elementos de uma conversa aristocrática. Esse pesquisador germânico encontra também marcadores informais, como o uso da expressão *equidem*, em tradução para o português “naquilo que me diz respeito”. Analogamente, associamos o emprego desse advérbio no diálogo em *De Amicitia* como um indício de tal informalidade e atenção didática para o discurso.

A escrita ciceroniana de tratados passa por três momentos distintos: seus primeiros anos, com a publicação de *De Inventione* na década de 80; com um segundo período de redação nos anos 50, representado pelo trabalho *De Oratore*; por fim, suas últimas obras de 46 A.E.C a frente, *Brutus*, *De Re Publica*, *De Amicitia* (Von Albrecht, 2003). O estilo de Cícero para a redação de discursos retóricos desenvolveu-se de forma bastante similar às orações, compartilham as mesmas disposições de sentenças, vocabulário e recursos estilísticos. Tais mudanças acompanharam o envolvimento político de Cícero, com uma inserção cada vez maior ao quadro público romano, o uso dos escritos para tal instância foi progressivo (Steel, 2005, p. 13; Von Albrecht, 2003, p. 115). Portanto, dentro de uma formação mais madura, suas obras passam a ser regidas por uma tendência mais precisa, a construção gramatical do ablativo comparativo é mais comum aos seus manuscritos finais enquanto aplica *quam*, um termo mais simples, para as comparações em obras iniciais (Von Albrecht, 2003, p. 112).

Ainda discutindo a tendência de Cícero para a elaboração de suas obras discursivas, é notório o peso dos eventos externos e pessoais sobre sua escrita. A autora Catherine Steel (2005, p. 42-43) sinaliza a distância estilística entre as obras publicadas antes da Guerra Civil

de 49²³, as quais continham uma carga expressiva de assuntos filosóficos, e aquelas elaboradas após a ditadura e morte de Júlio César onde ganham espaço os temas relacionados à conservação da República, transitando pelos deveres, honra e amizades necessários para a vida de uma figura pública à época. Em última instância, há uma influência direta do público destinatário, o manejo das expectativas e o nível de complexidade recaem sobre a atividade literária de Cícero. Sabemos que para o arpinate o conhecimento textual de oradores e homens públicos deve ser eficiente ao nível de operar adaptações de estilo e linguagem capazes de captar sua audiência (Powell, 2013, p. 56) Nesse viés, depreendemos ser necessário avaliar as escolhas gramaticais e estilísticas em *De Amicitia* sobre esse alicerce.

Isto posto, avançamos para os pontos que envolvem a publicação da obra. À luz das epístolas, mostra-se distante precisar o processo de divulgação dos trabalhos de Cícero, mesmo aqueles difundidos em seu tempo de vida, a julgar pelas imprecisões que cercam a estrutura de divulgação ao tempo antigo. Ainda assim, os classicistas John Phillips (1986) e Richard Sommer (1926) reconhecem haver um consenso no que toca à participação de Ático no processo de disseminação, conforme as suas redes comerciais e fontes de renda sugerem. Devemos apreciar, a mais, os comentários que Cícero faz em suas cartas sobre os trabalhos que compartilhava com o equestre e a indicação de que ele estaria comprometido com a disseminação do trabalho (Cíc., *Att.* XVI. 5). Em suas análises, esses autores não consideram o processo que englobou a divulgação do tratado sobre a amizade, além de ser difícil precisar se sua difusão aconteceu ainda durante os últimos meses de vida do arpinate ou já postumamente. De qualquer maneira, parece-nos plausível considerarmos que Ático, na qualidade de destinatário, deveria possuir uma cópia e interesse em difundi-la.

Dando continuidade, Powell (1998) reúne manuscritos anteriores ao século XIII que foram encontrados e editados. A maneira em que os fragmentos foram verificados, traduzidos e propagandeados acarretou uma bifurcação nas leituras e confecção do material contemporâneo. O classicista faz um estudo detalhado acerca das correlações dos manuscritos, observando os elementos que combinam entre si e como isso garantiu diferentes estudos e interpretações. Com isso em mente, é imprescindível considerar que nenhuma recompilação estava completamente segura de equívocos e o mesmo acontece para a

²³A guerra foi protagonizada por Júlio César e Pompeu entre os anos de 48 a 45. Em seus antecedentes, vê-se a ruptura política de ambos após a morte de Crasso e de Júlia, filha de César casada com Pompeu, alimentada pelos objetivos individuais de cada um - Pompeu que buscava fortalecer-se em Roma e César a desafiar a ala mais conservadora em razão de suas ambições. Territorialmente, a guerra atravessou várias regiões, a Península Itálica, Hispânia, Grécia e o Egito. A vitória dos cesaristas sobre os pompeianos está marcada pela batalha de Farsália em 48, quando Pompeu foge para o Egito - onde é assassinado (Moraes, 2015). Pompeu no Egito configuraram o sucesso de César. Os efeitos políticos e, mais ainda, econômicos das batalhas foram sentidos por toda a República (Steel, 2013).

sequência de editoração contemporânea (Powell, 1998, p. 517); o autor supramencionado aproveita, aliás, o espaço do trabalho para sugerir interpretações ao seu texto respectivo a *De Amicitia*.

Vale ressaltar, por último, que, após o mapeamento desta segunda fonte, notamos a ausência de um escopo histórico abrangente para o estudo do discurso *De Amicitia*. O discurso em destaque é analisado, de forma recorrente, em conjunto a outros tratados ou sob a luz deles, recebendo pouca atenção - voltaremos a essa questão à frente, durante o balanço historiográfico de nosso tema. Para nossa Dissertação, selecionamos as seguintes edições do tratado: a primeira, em português e latim, de João Teodoro Marote (2006) lançada pela editora Nova Alexandria e, a segunda, em inglês e latim, publicada por William Falconer (1923) pela The Loeb Classical Library.

1.3 *Vita Attici*

Trataremos, nesta terceira parte, de nossa última documentação, a obra *Vita Attici*. Sem uma data precisa, estima-se que a primeira parte tenha sido escrita por Cornélio Nepos (ca. 110 - 25) depois de 35 e antes da morte de Ático, o biografado, em 32. Após edições e o acréscimo da última seção do trabalho, os parágrafos de 19 a 22, nos quais relata o final da vida e o suicídio do equestre, supõe-se que uma segunda versão tenha sido publicada em 28 (Geiger, 1985; Lindsay, 1998). Adotando a estrutura comum ao gênero biográfico, o autor inicia a narrativa com a infância de Ático, em seguida, relata a juventude e a sua formação em Atenas. Perpassa as relações do equestre com Quinto Cecílio (? - ?)²⁴, Quinto Cícero, Quinto Hortênsio (114 - 49)²⁵ e Cícero, relatando a vida pública e a moralidade do biografado em seu cotidiano. Por fim, apresenta as qualidades pessoais, o estilo de vida e finaliza com os últimos momentos do personagem.

A tradução mais proeminente nos estudos a respeito da biografia em questão é a realizada por Nicholas Horsfall (1989). Acompanhando a expansão dos estudos biográficos e o resgate de Nepos, o que observaremos mais a respeito à frente, Horsfall (1989) reúne as

²⁴ As informações a respeito de Quinto Cecílio Metelo são escassas. Em *Vita Attici*, Nepos menciona a origem equestre desta figura, descrevendo-o como um homem rico (Nepos, *Att.* 5.1). Nas cartas de Cícero, alguns elementos são oferecidos, como a atividade prestamista realizada por ele - apresentado como um homem intransigente no que toca aos juros cobrados em seus negócios. Além disso, por meio deste material, é possível identificar o ano de falecimento de Quinto Cecílio em 58 (Cíc., *Att.* III. 20; Oliveira, 2023, p. 184).

²⁵ Quinto Hortênsio foi um político e militar proeminente, atuou na Guerra Social (91-88) e cresceu na oratória durante a década de 70. Em muitos momentos esteve do lado oposto a Cícero, por exemplo, contrariando os comandos especiais de Pompeu apoiados pelo arpinate. Sabe-se, também, que ele mantinha contato próximo com Ático (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 708).

biografias de Ático e de Catão no mesmo livro em uma tradução para o inglês, publicada pela Oxford University Press. É inegável a recorrência desse trabalho entre pesquisadores para o acesso a tais biografias. Todavia, estamos cientes de que Horsfall abraça a teoria clássica em que Nepos é lido como um escritor antigo inferior e tal posicionamento, de forma natural, está contido em seu trabalho. Vale frisar que entendemos ser equivocada a descredibilização do autor divulgada outrora: sob uma análise documental rigorosa, torna-se perceptível o impacto de Nepos e a relevância de seus escritos para autores de seu presente e posteriores. Nessa perspectiva, uniremos a versão de Francisco de Oliveira (2023), parte da série Autores Latinos e Gregos publicada pela Universidade de Coimbra. Ambas as obras são acompanhadas por notas e introdução feitas pelos autores, as quais nos servem durante as leituras.

Antes de adentrarmos na análise específica da biografia selecionada, contemplaremos mais sobre o gênero na Antiguidade. Sua raiz na Roma antiga está nos discursos funerários e nas inscrições feitas em monumentos (Hägg, 2012; Von Albrecht, 1997). Na busca de honrar famílias e figuras emblemáticas dos eventos latinos, o contexto biográfico foi adquirindo forma, bem como revelam as *laudatio funebris* - discursos em estilo de exaltação à imagem de uma pessoa falecida. No material biográfico, diferente de uma obra com objetivos históricos, o autor demonstra menos interesse em contemplar de forma integral os acontecimentos externos à vida do seu protagonista. Em casos assim, eram priorizadas as fases da vida que parecessem mais valiosas para o biógrafo e a sua narrativa (Von Albrecht, 1997).

No final da República, a redação em paralelo de vidas gregas e romanas foi uma tendência entre os biógrafos. Nepos segue esse curso ao escrever *De uiris illustribus*, com grupos de militares, retóricos romanos e gregos. Outra vertente da escrita popular nas últimas décadas republicanas e durante o Império romano é a literatura de *exitus*. Segundo Tomas Hägg (2012, p. 188), tal estilo contemplava as decorrências filosóficas e políticas na vida e morte de aristocratas, muitas vezes retratada como um suicídio heroico - veremos este elemento em *Vita Attici*. Apontamos as características mais formais sobre esse gênero, mas, como ressalta Von Albrecht (1997), deve-se ter em conta que os próprios escritores antigos não definiram regras para a classificação do gênero. Experimentando as turbulências da República e o princípio do governo de Augusto, Nepos é um pilar essencial à literatura latina.

Originário da região da Gália Cisalpina, no Vale do Pó, Nepos se mudou para Roma quando jovem adulto. Não há maneiras de precisar quando chegou à cidade. Todavia, baseando-se em informações de discursos defendidos por Cícero, Joseph Geiger (1985, p. 67)

sugere que Nepos não esteve durante a ditadura de Sula (138 - 78)²⁶, mas já havia se instalado ao redor de 65. Pouco conhecemos de sua trajetória, apenas que foi um homem dedicado à vida literária e - possivelmente - reconhecido entre seus contemporâneos haja vista as menções feitas a ele em escritos latinos. Além da dedicatória que recebe em um dos poemas de Catulo (*ca.* 84 – *ca.* 54) e da relação próxima que mantinha com ele (Lobur, 2021), Nepos também é citado nos trabalhos de Suetônio (69 E.C. - 141 E.C.), Plínio, o Velho (23 E.C. - 79 E.C.) e Plínio, o Jovem (61/62 E.C. - 114 E.C.). A receptividade às suas produções indica a relevância cultural que possuía entre os antigos de seu tempo e posteriores.

Por meio das referências feitas a ele, é possível encontrar informações sobre algumas das obras que só tiveram fragmentos preservados ou que não estão disponíveis para nós. Esse é o caso de *Chronica*, *Exempla* e a maior parte dos livros de *De uiris illustribus* - um conjunto de dezesseis livros divididos em biografias de figuras romanas e gregas destacáveis. Estiveram acondicionadas apenas as obras *Vita Attici*, *Vida de Catão*, *Vida de Epaminondas* e *Comandantes excelentes de povos estrangeiros* - terceiro de *De uiris illustribus*. Tem-se conhecimento, aliás, de que a coleção nepotina contava com uma biografia de Cícero, porém ela não foi preservada (Hägg, 2012; Lobur, 2021; Von Albrecht, 1997). Percebemos que trabalhos contemporâneos acerca deste autor e o uso de suas fontes como materiais de investigação são escassos. Tal abandono, de acordo com John Lobur (2021, p. 33), justifica-se pelas expectativas irreais que teóricos modernos depositaram sobre a redação de Nepos. Seu estilo de escrita está marcado por expressões coloquiais e um uso abundante de estruturas sonoras, o que, acrescido de uma posição acrítica e ausência de ornamento geográfico e cronológico, fez com que ele fosse visto como um autor inferior. As comparações feitas entre suas obras e as de seus contemporâneos, como Cícero, desclassificaram-no e alimentaram o desinteresse sobre sua escrita (Martín Ferreira, 2005; Schubert, 2015; Titchener, 2003).

Distante de passar por um consenso historiográfico, a reavaliação de sua relevância para a área da Antiguidade acontece na segunda metade do século XX. A obra de Geiger (1985) é o ponto de partida para recuperar Nepos, pois indica-o como o responsável pela invenção do gênero biográfico político. O posicionamento desse historiador, porém, encara críticas. O classicista Rex Stem (2012) afirma que o raciocínio criado por Geiger é bastante circunstancial e admite somente ser possível assinalar Nepos como pioneiro na escrita das séries biográficas políticas. Não estenderemos esse debate aqui, mas devemos recuperá-lo,

²⁶ Lúcio Cornélio Sula teve uma carreira política e militar singular. Protagonizando diferentes conflitos entre o final do século II e início do I, veja-se a Guerra contra Jugurta (112 - 106), Guerra Social, contra Mitridates, rei do Ponto (89 - 85), foi eleito ditador em 82 e permaneceu no cargo - de forma irregular - até 80 quando se tornou cônsul e, depois, retirou-se para a vida fora de Roma (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 383-384).

porque, apesar das particularidades de cada intérprete, suas leituras convergem ao categorizar Nepos como um precursor na formação literária latina, sobremaneira no gênero biográfico. Isto posto, junto às explicações de Ana Isabel Martín Ferreira (2005) e Christoph Schubert (2015), entendemos que, apesar da rigorosa régua classicista, e por vezes inadequada, vista a transferência de parâmetros modernos para a avaliação de seus escritos, é notório que Nepos soube passar os eventos culturais e políticos por meio de sua escrita, inovando em muitos aspectos. Com base no debate apresentado, discordamos do posicionamento de Horsfall (1989), o qual classifica Nepos como um autor inferior em seu tempo, haja vista serem observados congruência e detalhes precisos entre seus relatores e os eventos históricos presenciados por ele.

A obra *Vita Attici* é uma amostra do pioneirismo deste autor latino, sendo a escolha do personagem seu principal fator. A biografia sugere a representação de personagens passados, porém Nepos escreve sobre um de seus contemporâneos; exceto pelas adições das circunstâncias da morte de Ático, o biografado estava vivo enquanto o livro era produzido. De mais a mais, homens equestres não eram uma opção para biografias e a *Vita Attici* é uma exceção em meio aos personagens de origem patrícia (Lobur, 2021; Stem, 2012). Com esses dados, a decisão de Nepos em biografar Ático foi singular, um equestre e cidadão contemporâneo. Em acréscimo, os biógrafos antigos buscavam o julgamento dos contemporâneos e fontes para a construção de seus objetos. Ademais serem guiados por alguma identificação interna com os seus biografados, os autores respondiam à demanda dos leitores. Conforme elucida Tomas Hägg (2012, p. 69), as biografias são efêmeras e ditadas pelo público, sem dúvidas, não há razões para a produção de um material sobre uma figura que não capta o interesse de leitores. Portanto, parece-nos plausível sugerir a presença de indivíduos curiosos em saber mais do equestre em questão. Adiantando nosso raciocínio, tal busca propõe o prestígio deste romano, reduzido à amizade com Cícero - quando não omitido -, na segunda metade do século I.

Não devemos ignorar a posição privilegiada de Nepos na redação desse livro dado que, além de retratar alguém de sua mesma época, ele possuía um vínculo estreito com o equestre. As cartas de Cícero para o cavaleiro mostram o relacionamento não somente de Ático e seu biógrafo, mas, inclusive, a formação do contato entre o arpinate e Nepos. O equestre parece ter sido o elo para essa conexão. Ainda que não deem sugestões a um convívio íntimo, as correspondências ciceronianas mostram a interação mútua de ambos. A próxima passagem ilustra a interação mencionada: “Estou esperando a carta de Nepos. Ele verdadeiramente deseja meus livros? Pois ele não parece achar meus temas tão interessantes.”

(Cíc., *Att.* XVI. 5). Em uma interpretação detalhada de passagens textuais, Stem (2012) reconhece o entrosamento e reflete a respeito do grau de proximidade que havia entre o biógrafo e Cícero. O mesmo autor atesta a familiaridade cultivada por Ático e Nepos, visualizando-os como figuras unidas (Stem, 2012, p. 55). Nesse ínterim, o escritor de *Vita Attici* era, de modo nítido, bem relacionado e tem uma visão ampla dos eventos que descreve.

Portanto, em harmonia com Stem (2012, p. 58), conferimos a habilidade do autor em oferecer descrições detalhadas e um raciocínio cronológico sobre o percurso de Ático sem muitas rupturas. Aliás, é de se referir que nem por isso o conteúdo da obra pode ser visto com menos criticidade, como veremos a seguir, a obra exige o oposto. Partindo deste raciocínio, um de nossos principais questionamentos ao documento é: qual a representação feita de Ático? Partiremos, agora, para a análise do biografado e sempre considerando que o equestre a seguir é aquele delineado por Nepos. Dentro disso, verifica-se que a característica fundamental colocada pelo escritor é a moralidade do personagem. Toda a narrativa está calcada nessa virtude. Logo, quando inicia a descrição da face pública do equestre, Nepos reforça sua hombridade por se recusar a fazer parte do universo político, vista a corrupção moral que o tomava. Nessa ótica, há o cuidado em explicitar que a decisão em não ocupar cargos públicos era de Ático, ele é quem recusava os convites de cônsules e pretores (Nepos, *Att.* 6.4). No entanto, a sua responsabilidade como cidadão romano era honrada, seu senso de dever é recuperado em pontos determinantes da narrativa. O seu comprometimento com a República não foi atingido nem mesmo no período de sua juventude em que esteve vivendo em Atenas, o narrador lembra a lealdade do personagem com seus amigos e suas idas às eleições em Roma (Nepos, *Att.* 4.3).

O fato de Ático não aparecer sob os holofotes de ofícios públicos, não ter ocupado nenhuma magistratura deve ser interpretado com cautela. Nepos não desqualifica ou rejeita o potencial político do biografado, longe disso, cita diversas ocasiões em que o equestre se relacionou com sujeitos chave dos eventos e crises republicanas. A questão central é a preocupação do autor em frisar a neutralidade das ações do personagem. Ao mesmo tempo, Nepos versa como Ático era dedicado às suas relações e generoso o suficiente para auxiliar todos que precisassem de sua ajuda (Nepos, *Att.* 11.4). Refletindo a respeito desses moldes, Stem (2012, p. 123-124) assegura que, apesar do cuidado com a politização do personagem, o autor não o coloca como uma pessoa desinteressada na política. A priorização das obrigações privadas, a assistência que oferecia para os homens públicos é explicitada como uma escolha devido à degradação e não por ausência de interesse político. Nesse decurso, seguimos pelo mesmo caminho que Stem (2012) e Hugh Lindsay (1998). Embora o redator possa ter

implementado características fictícias, suavizando ou impulsionando certos aspectos da vida do equestre, a descrição de uma vida pública se faz presente. Em múltiplas passagens, Ático é revelado como um cidadão habilidoso em suas redes interpessoais, além de ser articulado política e financeiramente.

Trabalhadas com mais afinco em nosso terceiro capítulo, antecipamos que as interpolações acerca de quem era Ático não se reduz a essa leitura. Apontou-se durante muito tempo, e de modo equivocado em nossa crítica, a inatividade pública desse romano. Nesse contexto, leituras como a de Fergus Millar (1988) conquistaram espaço. Para esse antiquista, a *Vita Attici* reúne os valores visados naquele momento de transição governamental. Em outras palavras, Nepos estaria propondo uma imagem enfaticamente neutra de maneira a atender às mudanças impostas pelos triúnviros e ao prenúncio do governo de Augusto. Sob as lentes de Millar (1988, p. 42), a biografia de Ático representa um indivíduo que estava no centro da sociedade e dos seus acontecimentos, porém não executava papéis políticos em nenhum instante do dia. Como discutido acima, depreendemos que há, sim, características políticas na estruturação do personagem, até mesmo seu comportamento precavido em não aderir a lados nos conflitos tem reflexo positivo para os interesses do equestre e seus vínculos. O retorno de Marco Antônio, comentado na décima seção, demonstra a habilidade do biografado em contornar circunstâncias delicadas em função de sua postura neutra e coerente no ambiente instável da República (Nepos, *Att.* 10.4).

Ainda quanto ao conteúdo, Nepos encerra os comentários da vida pública e passa a considerar as qualidades pessoais do protagonista. Nesse percurso, virtudes conectadas com o *mos maiorum* são atreladas ao personagem em paralelo ao seu lado doméstico. De maneira indireta, são mencionadas *continentia*, *fides*, *humanitas* e *pietas* (Lindsay, 1998; Oliveira, 2023). No geral, esses eram seus pilares na conservação de rendimentos prósperos e bom convívio com sua família e outros vínculos. A indicação à *humanitas* é feita nas passagens em que a verdade era a sua base, sendo uma das responsáveis pela harmonia de seus vínculos públicos. Já a *pietas* é transmitida pelo respeito de Ático com a sua família e à cultura (Oliveira, 2023, p. 176-177). Ao aludir à *pietas*, o biógrafo ajusta o valor da filosofia no cotidiano do personagem, porém não aprofunda esse tema. De acordo com Lindsay (1998, p. 331), a ausência do conteúdo filosófico na obra pode sugerir, além da distância que havia entre o biógrafo e o campo teórico, um apreço mais equilibrado do equestre com a teoria epicurista.

Além da exposição já feita, gostaríamos de pontuar o elemento financeiro na constituição do personagem. Ele transpassa toda a obra, desde o início é introduzida a origem

abastada de Ático. Seu tio adotivo, Quinto Cecílio, era um homem rico e, segundo a historiografia recente, tinha negócios prestamistas com aristocratas (Andreau, 2003). A riqueza do biografado foi multiplicada pela herança que recebeu do tio: informa-nos Nepos (*Att.* 5.2) haver sido no valor de 10 milhões de sestércios. A mesma justificativa é colocada para a casa que possuía no Quirinal em Roma. Ademais, a biografia apresenta-o como um homem de vida confortável e que usufruía somente do melhor. Nessa mesma esfera, o redator observa a capacidade deste equestre em aumentar seu patrimônio. Aparenta-nos curiosa, porém, a falta de informações no que confere os empreendimentos e aptidões econômicas que ele possuía. Os dados referentes à renda são resumidos às propriedades de Épiro e Roma. Por último, mesmo com todo o dinheiro que tinha disponível, o biógrafo frisa repetidas vezes a vida sem exageros do biografado. Ele oferece a imagem de uma pessoa despreocupada com a materialidade e generosa o bastante para atender monetariamente a amigos e familiares.

Devemos nos ocupar um pouco mais nas peças econômicas que compõem o personagem da biografia. Como já pincelado, o narrador assinala que a prosperidade de Ático era revertida no auxílio de seus amigos. Tendo em conta a agitação monetária que tomava a República naquele período e a complexificação das relações financeiras²⁷, suas atitudes podem-se encaixar em diferentes categorias. Nepos não comenta, objetivamente, quais eram os serviços prestados por Ático, entretanto informa para quem, o contexto e as razões pelas quais oferecia crédito. O desenho feito pelo escritor latino é de um equestre dedicado às suas redes econômicas, nunca abandonando nenhum de seus parceiros de negócios. Ao expor esse diagnóstico, Nepos nomeia alguns dos aristocratas para quem Ático prestava serviços monetários: Quinto Hortênsio, Aulo Torquato (? - ?)²⁸, Catão de Útica, dos Cíceros. O biógrafo ensaia, de modo amplo, que outros cavaleiros tinham seus negócios assistidos por Ático. Indo além, a narrativa reporta atividades numerárias praticadas com mulheres, conforme registram os episódios com Fúlvia (79 - 40)²⁹ e Servília (100 - 40)³⁰. Acentuamos que, neste trabalho, jogamos luz à associação que Ático sustinha com Cícero; porém,

²⁷ Veremos, no próximo capítulo, as várias condições de serviços financeiros trocados entre aristocratas ou banqueiros de profissão.

²⁸ Pertencente à *gens* Mânlia, Aulo Torquato tinha relações aristocráticas antigas e uma linhagem familiar em ofícios públicos. São rasas as informações ao seu respeito, não foram encontrados mais detalhes de quem era sua figura (Pauly, A. F.; Wissowa, G., 1928, p. 1150-1151).

²⁹ Fúlvia Flava Bambalia era filha de Marco Fulvio Bambalion - neto de Caio Graco - e Sempronia. Seus três matrimônios aconteceram com homens destacáveis do século I, respectivamente: Públio Clódio Pulcro, Caio Escríbônio Curião e Marco Antônio. Além disso, desempenhou papéis decisivos no campo público, inclusive, cultivando discórdias com os triúmviros (García, 2022, p. 59-60).

³⁰ Servília Cepião pertencia a uma das famílias mais abastadas do período e estava no centro de acontecimentos marcantes da segunda década do século I. Foi casada com Marco Júnio Bruto, tribuno da plebe de 83, Décimo Júnio Silano, cônsul de 62, e manteve um relacionamento secreto com Júlio César (Méndez Santiago, 2022, p. 49-50).

almejando compreender suas nuances financeiras e a individualidade desse cavaleiro, seus outros relacionamentos deverão ser retomados em nossa análise.

O episódio da morte do biografado também é primordial ao tratamento e à leitura desta fonte. O relato mostra Ático como uma figura digna mesmo quando é atingido por uma forte doença e por cuidados ineficazes que agravam suas dores. A sua morte acontece por suicídio, como um caminho para livrar-se do sofrimento físico pelo qual passava. Mesmo com a insistência de seus familiares, ele opta pela inanição e abandona os cuidados que recebia. A escolha pelo suicídio é retratada como um ato de coragem e honra. Em uma leitura atenta, podemos perceber que o autor não adentra a questão moral e, mais importante, filosófica que envolvia o suicídio na Antiguidade. Na tentativa de interpretar a ausência deste conteúdo, Lindsay (1998, p. 332) conjectura que a decisão desse caminho para a morte era aceito e justificado pelo epicurismo nos casos em que o homem já não fosse capaz de usufruir, de sentir os prazeres da vida. Por uma rota contrária, Schubert (2015, p. 296) conclui ser precipitada a tentativa de localizar um significado epicurista latente no falecimento do equestre. Conforme o classicista elucida, a profundidade filosófica dessa cena é ampla, ou seja, Nepos traz alusões gerais que não transferem o evento a nenhum campo filosófico específico. A não qualificação de um debate encaixa-se, inclusive, na estrutura narrativa redigida na qual o autor evita representar a face metafísica do biografado, o que o dispensa de oferecer maiores explicações ao suicídio (Schubert, 2015, p. 289).

Diante da discussão desenvolvida até aqui, pensamos que, cogitar os argumentos dispostos pelo autor para formar seu biografado, auxilia-nos a alcançar um de nossos objetivos: compreender quem era esse equestre e seu impacto no palco público. Isso nos permitirá, por sua vez, investigar sua influência sobre Cícero. Entretanto, alguns aspectos devem ser levados em consideração quando tratamos de uma fonte biográfica. Um dos dilemas fundamentais é a incerteza quanto ao que está sendo retratado como realidade e aquilo adicionado pelo autor. Sem dúvidas, essa percepção nos acompanha na análise de todas as nossas fontes, afinal, entendemos que o documento não comunica de modo resoluto e deve ser interpretado. Com o gênero biográfico, esse pressuposto tem uma sonoridade vultosa. Seguindo com esse critério, Koen Temmerman (2016, p. 9) discorre que as biografias, antigas e modernas, com personagens fictícios são capazes de oferecer mais detalhes e precisões dos personagens. Já em uma obra em que a vida representada realmente existiu, como é o caso da *Vita Attici*, não devemos esperar uma descrição completa do biografado.

Em propósito, Temmerman (2016, p. 9) pondera ser uma tarefa impossível oferecer uma biografia histórica com a mesma precisão em que são moldados os fictícios. Por

consequente, com o plano de suprir lacunas no roteiro abordado, o literato pode cruzar a fronteira do real com o fictício facilmente para melhor contemplar o retrato construído. Embora Nepos escreva, como já assinalado acima, de uma posição privilegiada por razão de seu vínculo com Ático, não há como confirmar o quanto ele sabia de cada face de Ático. E, mesmo que certos elementos pareçam confiáveis, não podemos determinar o que propriamente fazia parte do equestre e o que foi pintado pela concepção do autor (Schubert, 2015). A imprecisão de alguns dados, de modo enfático no campo financeiro, corrobora a ideia de que certos aspectos foram maximizados ou suavizados pelo olhar do escritor. Neste campo, o escritor declara que os serviços e empréstimos realizados por Ático eram movidos pelas boas intenções desse romano para com os amigos; logo, não cobrava juros e nem procurava ganhar qualquer vantagem sobre eles. Tal caracterização nos impressiona e levanta questionamentos, mais ainda ao recuperarmos a insegurança financeira que cercava as elites romanas naquele tempo e a importância que tinham os negócios dentro do cotidiano aristocrático no geral.

De mais a mais, o uso da ficção sobre a realidade na escrita biográfica vai além do interesse em vencer a falta de conhecimentos específicos do personagem, o autor também emprega recursos irrealis visando o poder comunicativo de sua obra. É isto o que Temmerman (2016, p. 13) verifica nas biografias antigas. Em sua perspectiva, escritores antigos faziam uso da narrativa como um canal de comunicação política, religiosa, ideológica, entre outros e isso acontecia, muitas vezes, em detrimento da verdade histórica. Essa atitude é exemplificada pelas escolhas retóricas para a defesa moral, manipulação cronológica a priorizar certos eventos e conexões na vida do personagem etc. (Temmerman, 2016, p. 14). Entendemos, assim, ser possível adicionar outra camada à reflexão da imagem feita do biografado. O autor não exclui os feitos políticos de Ático ao redigir a biografia, mas ele os reduz significativamente. Porém, em concordância com Lindsay (1998, p. 335), entendemos se tratar de uma resposta ao universo instável em que estavam inscritos. Por último, emparelhando o raciocínio de Temmerman à ideia de Lindsay, entendemos haver um claro objetivo comunicativo nesta obra. O elo do cavaleiro com o *mos maiorum*, afora sua resistente cidadania e comportamento público moderado podem ser lidos como um recurso a legitimar seu personagem e a propalar uma narrativa específica para o momento político que vivenciavam. Não obstante, tais juízos serão reassumidos no terceiro capítulo, no qual ocorrerá a análise precisa das documentações.

Por meio do cruzamento das documentações, esperamos trazer visibilidade à interação econômica que existia entre Cícero e Ático, alcançando os intercâmbios materiais e,

sobremaneira, imateriais proporcionados no vínculo de tal natureza. Ademais, fundamentados por nossas fontes, a individualidade de Ático deve ser enfatizada adiante neste trabalho. Destarte, no próximo capítulo passaremos ao estudo do nosso recorte temporal, os catorze anos compreendidos entre a restauração de Cícero em 57 e sua morte em 43. Será possível, assim, compreender mais a respeito do contexto que cercou as fontes textuais debatidas neste capítulo.

CAPÍTULO 2 - AS SOCIABILIDADES NO MUNDO FINANCEIRO TARDO-REPUBLICANO

O discurso produzido pelas documentações, como sabemos na qualidade de historiadores, não deve ser apreendido como um reflexo real do passado que registram. À luz da metodologia proposta pelo francês Dominique Maingueneau (1997), entendemos ser indispensável a articulação entre o discurso enunciado e o seu ambiente de composição. Dessa maneira, no capítulo anterior, concentramo-nos na análise das fontes selecionadas para este trabalho. Consideramos as suas naturezas diversas, sendo as *Epistulae ad Atticum* um conjunto de cartas, o *De Amicitia* um tratado discursivo e a *Vita Attici* uma biografia, ponderamos vários de seus respectivos elementos, como as estruturas, os autores, contextos de produção, conteúdos, manuscritos e traduções utilizadas. Para este segundo capítulo, avançando com a pesquisa, debruçar-nos-emos sobre o cenário, os episódios extraverbais em que estavam inscritas as documentações e, como consequência, nosso objeto de estudo: a dinâmica interpessoal financeira entre o senador Marco Túlio Cícero e seu amigo, o equestre Tito Pompônio Ático.

De modo objetivo, avaliaremos a dinâmica financeira tardo-republicana, contemplando sua face monetária, social e política. Interessa-nos, majoritariamente, a sociabilidade econômica entre as elites republicanas da segunda metade do século I, as redes de conexões e dependências financeiras - as quais possuíam um alto impacto no desdobramento de eventos políticos. O contato de Cícero e Ático reflete a existência dos círculos financeiros e, nesta fase, recuperaremos suas trajetórias individuais, visando entender quais os lugares ocupados com frequência por cada um nestas associações financeiras. Nessa conjuntura, será dedicada atenção especial à formação da amizade mantida entre eles, considerando suas fases e o histórico de suportes econômicos existentes. Contemplar o conceito da *amicitia* ciceroniana também é um elemento crucial nesta parte; aqui, concentrar-nos-emos no debate historiográfico mais recente. Em seu fundamento, esta segunda parte prepara o nosso raciocínio e a própria investigação histórica para a última etapa do trabalho, o último capítulo, no qual será analisada a documentação e haverá espaço para a interpretação da temática e da hipótese proposta.

2.1 Um panorama historiográfico: A História Econômica e as produções históricas sobre a vida financeira na Roma Antiga

Com o início do século XX, diante das discussões neoliberais e modernistas, o estudo ligado às questões econômicas foi adquirindo uma face mais matemática, aproximando-se de abordagens quantitativas. Segundo o historiador italiano Carlo Cipolla (1991), com a distinção da Economia aos estudos humanos, a ciência da História viu-se em uma circunstância complexa. A abordagem proposta pela disciplina econômica valoriza a racionalidade humana, usando as análises de mercados, modelos financeiros, o comportamento do homem como caminho a reconhecer as leis do passado e do futuro (Cipolla, 1991; Elliott, 2020). A História, porém, parte de um cenário geral e busca o particular em sua análise, entendendo-o como um feito singular. Sabemos que não existem leis gerais aplicáveis às configurações específicas de cada período histórico, sociedade, cultura. A definição da disciplina Economia incentivou um afastamento considerável de historiadores e objetos financeiros.

Como uma disciplina humanística, a História não encontra sua direção em abordagens puramente numéricas, mas, ao mesmo tempo, ao buscar compreender eventos econômicos, não pode abandonar por completo as lentes analíticas trazidas pela Economia (Cipolla, 1991, p. 112-113). Diante desta conjuntura, almejando resolver os dilemas disciplinares, ainda na primeira metade do século XX, a História Econômica foi impulsionada como uma área historiográfica. O processo de diferenciação empreendido resultou em uma melhor definição do campo historiográfico, com critérios para construir a realidade do historiador econômico. A explicação do universo monetário pela História deve estar atenta aos reducionismos, ao risco de adotar dados e valores para a escrita sem apoio documental (Barros, 2008, p. 36). Em um setor bastante misto, entre economistas e historiadores, foram moldadas discussões a respeito de seus usos teóricos, possíveis técnicas e metodologias com a atenção voltada a separar o trabalho exercido pelos profissionais da Economia e História (Barros, 2008; Cipolla, 1991).

De modo geral, em contraposição ao economista, o historiador econômico utiliza as ferramentas da quantificação como um meio para ler os eventos históricos, a explorar suas conjunturas. Como nos elucida José D'Assunção Barros (2008, p. 37), o ofício na História Econômica faz-se a partir do todo; lê-se, quando se estabelece um tema econômico são, também, consideradas as múltiplas variáveis relacionadas a ele - as instituições jurídicas, estruturas sociais, fatores culturais, entre outros. Referimo-nos a essas características profissionais de modo conciso, pois aprofundar essa discussão escapa aos interesses deste capítulo. Para além, considerando tratar-se de um campo para a escrita da ciência histórica,

faz-se importante pontuar quão atravessado e interdisciplinar ele se encontra. Com o desenvolvimento dessa área, repertórios de procedimentos, teorias e conceitos foram adotados por pesquisadores. Assim, como nos aponta Barros (2008, p. 9), foram encaminhadas diversas correntes, as quais revelam debates e repertórios extensos, o que faz com que seja um equívoco aludir a perspectivas singulares apenas nomeando este campo historiográfico.

Um ponto de partida para a organização das abordagens na História Econômica é o confronto entre a visão teórica universal, a possibilidade de que sejam aplicados conhecimentos de modo absoluto para todos os recortes temporais, e a posição mais relativista, em que se pesa a existência de análises próprias a cada cronologia (Barros, 2008, p. 16). Essa interlocução atinge uma esfera ainda mais intrincada quando nos voltamos à Antiguidade, pois, quando se refere a um período pré-capitalista, as linhas interpretativas divergem sobre a plausibilidade do uso de teorias e concepções modernas para a análise da vida financeira antiga. Compartilhamos o argumento defendido pelo historiador brasileiro Ciro Cardoso (1998; 2011), o qual também é interpretado a partir de nosso compromisso crítico, que, apesar dos obstáculos à investigação de objetos econômicos no mundo greco-romano, é possível realizá-los desde que estejamos cientes da impossibilidade de estudá-los de modo isolado aos aspectos econômicos.

Além dos obstáculos documentais que existem no trabalho do historiador econômico, muitos deles incapazes de serem driblados, a discussão teórico-metodológica mostra-se, também, como um nó a ser desatado. Por tal viés, nos próximos parágrafos, pincelaremos o cenário historiográfico que atravessa - inevitavelmente - esta pesquisa. É fundamental destacar que o faremos de maneira pontual, pois está distante de nosso objetivo estabelecer qualquer aproximação com estas vertentes para o desenvolvimento das análises desta Dissertação. O diálogo nas produções acadêmicas da temática monetária no mundo antigo é protagonizado, desde finais do século XIX, pela oposição travada pelas abordagens primitivista e modernista. Como referência às interpretações iniciais defendidas pelos alemães Karl Bücher, quem argumentava a favor das diferenças entre as estruturas da economia moderna e da antiga, e Edward Meyer, defensor da comparabilidade, o debate ficou conhecido como *Bücher-Meyer Controversy* (Braga, 2018; Elliot, 2020; Gaia, 2010).

Potencializando a teoria de Meyer, e em contraponto à lógica primitivista, Michael Rostovtzeff advogou que a distância entre a economia antiga e a moderna estaria apenas na esfera quantitativa. Em outras palavras, para o grupo modernista, seria possível aplicar as mesmas ferramentas teóricas, analíticas e metodológicas usadas no estudo da economia moderna à economia antiga. Até a década de 1960, a perspectiva deste conjunto teórico

predominou. Com a publicação da obra *A Economia Antiga* por Moses Finley em 1973, o movimento contrário conquista espaço nas discussões acadêmicas. Para os intérpretes do intitulado primitivismo, quando aproximavam a vida financeira capitalista da estrutura anterior ao capital, os modernistas utilizavam lentes anacrônicas e, com efeito, construíam óticas equivocadas. Sob influência dos estudos antropológicos, econômicos, em conjunto à sociologia de Max Weber, Finley se põe em oposição à ideia de que conceitos fundados no contexto capitalista possam ser universais. Em sua tese, o autor defende que o consumo acontecia nos próprios centros de produção. Sem defender a subsistência, em seu raciocínio, o autor pontua a existência de uma baixa comercialização, conduta que, para ele, estava relacionada às dificuldades que as populações enfrentavam no alicerce comercial - como transporte lento, técnicas pouco eficazes, volume reduzido e etc. (Bang, 2009; Elliot, 2020).

A posição primitivista reconhece a particularidade de cada recorte histórico e, a partir dessa concepção, enxerga a fundamentalidade de serem considerados os diferentes constituintes da época para a avaliação do universo financeiro, a saber, as esferas políticas, sociais e culturais. As críticas à universalização e ao anacronismo encontram raízes nas teorias marxistas e propõem um estudo histórico e filosófico dos acontecimentos econômicos (Cardoso, 1988). A percepção propagada por Finley foi alvo de críticas e reformulações no decorrer do século XX. Nessa lógica, Richard Saller e Peter Garnsey destacam-se por seus esforços em somar à abordagem primitivista finleyana. Empregando métodos e terminologias ligadas ao desenvolvimento econômico, reflexo do cenário intelectual após a Segunda Guerra Mundial, Saller e Garnsey reafirmaram a perspectiva da estagnação e baixo crescimento financeiro no cotidiano romano antigo (Hobson, 2014, p. 18-19).

Por outra linha, embora bastante suavizada por seu contato estudantil com Finley, Keith Hopkins direcionou alguns questionamentos sobre a tese de seu professor. Na ótica desse britânico, com o auxílio de outras disciplinas, Hopkins apresentou uma visão mais dinâmica ao modelo finleyano. Ele sugere que houve crescimento econômico nas rendas *per capita* durante os séculos finais da República a meados do Império romano (Hobson, 2014, p. 16-17). A participação de novas ciências no campo histórico, como a Arqueologia e estudos sociais, acabou por sustentar os argumentos críticos à teoria primitivista. Nesse quesito, percebemos as discussões apresentadas por pesquisadores da interpretação modernista. Dentro desse espectro, os autores justificam a aproximação da economia antiga aos modelos capitalistas. Para historiadores desta linha, como o supramencionado Rostovtzeff e o classicista italiano Gino Barbagallo, a sociedade greco-romana organizava-se de maneira bastante complexa. Por tal variedade e evolução, este grupo entende serem aplicáveis

ferramentas e estratégias de recortes capitalistas à época antiga (Braga, 2018, p. 19; Martino, 1985, p. 619-620).

São amplos os desdobramentos nas linhas abordadas acima. Vale ponderar como, neste ponto, enquadrámos somente a dicotomia inicial e mais comum aos debates teóricos. Em complemento, Cardoso (2011) delinea outras tendências indistintas quando pontua a presença de análises voltadas ao minimalismo econômico, vertente popular entre as décadas de 1960 a 1970, além das bastante utilizadas óticas evolucionistas, em que são propostas fases de crescimento econômico como um indicativo de evolução estrutural, financeira, política e social. Com o crescimento de trabalhos interessados sobre os aspectos monetários da Antiguidade, alavancados e centralizados nas décadas finais do século passado, os historiadores estiveram preocupados em apoiar-se em métodos sociocientíficos. No quadro mais atual da ciência em destaque, Colin Elliot (2020, p. 10) reconhece a proeminência da Nova Economia Institucional. Como uma terceira via para pesquisadores que almejam apreender um modelo monetário pré-capitalista, mas com suporte teórico formal, lê-se por meio dos recursos institucionais e científicos modernos. Neste painel, Walter Scheidel é, de modo recorrente, mencionado como figura alinhada à discussão mais recente da Nova Economia - sejam feitas, aqui, considerações acerca dos usos que faz o autor de estatísticas, tópicos climáticos para o exame da dinâmica romana.

Não obstante, há uma vasta produção que contorna o embate sobredito ao enxergá-lo como uma questão ultrapassada no campo do mundo econômico greco-romano. Concordamos, sem dúvida, que, embora valioso outrora, o atrito teórico aludido já não impulsiona as análises históricas. Dessa maneira, não visamos conectar-nos com qualquer um dos panoramas, haja vista termos como expectativa um Império romano constituído por diversidades e destacarmos o uso da análise do discurso como ferramenta a explorar a documentação. Aliás, se seguíssemos o caminho contrário, distanciar-nos-íamos da avaliação de nossa hipótese, a reforçar, a possibilidade de intercâmbios sociais e políticos na sociabilidade financeira mantida por Cícero e Ático. Na realização desse exame, notoriamente, iremos aprofundar-nos com relação à dinâmica, aos juros, às taxas e aos ofícios financeiros na República Romana.

Em virtude do trajeto pensado, devemos recapitular quais os trabalhos mais recentes e os temas percorridos por essa historiografia desde que proporcionarão a base para a progressão de nosso raciocínio. Concentrando-se entre os últimos séculos da República até o Principado, o investigador francês Jean Andreau (2003) concebe argumentos e ilustra o cenário socioeconômico de Roma de modo caro a nós. O seu raciocínio tem como ponto

inicial diferenciar a atuação financista profissional do exercício habitual às elites republicanas. O autor elucida que, dentro de seu recorte temporal, não havia proibições legais ou condenações para os homens relacionados com serviços prestamistas, apesar de não ser reconhecida uma atividade exemplar dentro dos grupos aristocráticos. Em meio aos empréstimos praticados com metas de lucro, fossem realizados por profissionais ou em relações privadas, eram usuais as ofertas de crédito sem interesse. Movidos pela benevolência e por laços de amizade, a qual estava idealizada nas ações de suporte mútuo em ciclos de crise, créditos eram oferecidos com um aparente desinteresse. No entanto, em congruência do Andreau (2003, p. 13-14), entendemos que as transações feitas no seio amigável não devem ser lidas apenas como atos de bondade. É preciso avaliar como, e singularmente diante dos conflitos no final da República, presentes de valor ou oferecimento de créditos carregavam significados implícitos.

Corroborando esse ângulo, Koenraad Verboven (2002), classicista belga importante na investigação da instância econômica romana, questiona quais obrigações financeiras poderiam ser esperadas nos elos amigáveis. O autor aclara a amizade como um meio ao serviço monetário e, ao colocá-la nessa posição, percebe a cooperação de cada indivíduo como um facilitador às movimentações econômicas. Sem debruçar-se sobre a oposição entre a amizade verdadeira e a enganosa, o historiador converge com a tese defendida por Andreau (2003) quando afirma serem ambíguos os significados dos presentes e empréstimos proporcionados por amigos, reconhecendo a possibilidade de ocorrerem, às vezes, como um sinal de afeição e, em outros casos, sugerindo compromissos políticos (Verboven, 2002, p. 74, 99-100). Ele averigua, portanto, que as associações amigáveis incentivavam as negociações monetárias por estarem imbuídas de confiança recíproca, o que facilitava a disponibilização de créditos e assegurava que os pagamentos seriam feitos. Ao final dessa dinâmica, a *amicitia* alavancava não somente a oferta financeira das redes interpessoais, mas também o sistema econômico republicano (Verboven, 2002, p. 179).

Destacamos nossa concordância à proposição de Verboven (2002) acerca da relevância exercida pela amizade para os desdobramentos econômicos na República. Ademais, o autor verifica o impacto dos setores institucionais, inovações de transporte, condições externas favoráveis, estrutura social e as crenças culturais no quadro geral do universo financeiro, logo, reconhece a importância de articulá-los para uma análise bem-sucedida (Verboven, 2021, p. 27). Depreendemos que os aspectos formais não devem ser desconsiderados, é claro, e sim lidos em conjunto aos quadros sociais e culturais do período. A interdependência sempre foi um traço da mecânica romana durante a República, inicialmente cultivada entre famílias

aristocráticas que representavam poder e influência. Em acréscimo a essa ótica, o pesquisador visualiza que a monetização da sociedade motivou a abertura das redes, ampliando o número de conexões e o caráter financeiro das mesmas (Verboven, 2021, p. 45-46). Objetivamente, para Verboven (2021), os relacionamentos mantidos à época eram um fator primável na performance econômica romana - sendo a *amicitia* uma das ligações possíveis. Uma vez mais, a instrução apresentada por Verboven contribui para a nossa leitura. Entendemos o papel exercido pelos vínculos de sociabilidade à movimentação de recursos, transferências monetárias, complexificação dos grupos de crédito devido ao estímulo de contato e às alternativas de acordos que proporcionavam.

Percorrendo a mesma temática financeira, David Hollander (2007) cobre os exercícios econômicos da República com algumas aproximações ao período imperial. Para aprofundar a discussão e buscar novos materiais, Hollander volta-se a distintas categorias documentais. Ao abranger componentes arqueológicos, com ênfase na análise numismática, sua argumentação conduz-nos às faces formais da organização relativas à economia romana. O pesquisador joga luz sobre alguns “instrumentos financeiros”, é assim que os nomeia, mapeando as categorias de negócios habituais. Apesar das incertezas para alguns casos, dada a ausência de descrições minuciosas nas documentações disponíveis, ele se dedica em desvencilhar vários desses instrumentos. Os resultados de seu balanço científico auxiliam-nos a compreender o cenário geral em que estavam inscritos Cícero e Ático. Ademais, junto às elucidações de Andraeu (2002; 2021), a apreciação de Hollander assistir-nos-á em identificar a natureza das operações efetuadas pelo arpinate e seu amigo equestre. Hollander (2007, p. 56-57) precisa que o aparecimento de sistemas e ofícios revelam quão monetizada era aquela sociedade. Isso, por outro lado, provocava uma complexificação generalizada dos instrumentos; a exemplo, havia múltiplos materiais passíveis de serem usados como moedas para troca, assim se vê o emprego dos grãos (Hollander, 2007, p. 59-60).

Em alinhamento ao postulado por Hollander (2007), depreendemos que as circunstâncias políticas e tratos particulares asseguravam que outros itens além das moedas propriamente ditas fossem empregados para pagamentos - em compras, créditos e afins. Nessa perspectiva, recorreremos, ainda, a uma bibliografia interessada em questionar a visão ortodoxa relativa às formas assumidas pela moeda de troca na Antiguidade. Os trabalhos de Sitta Von Reden (2012) e de Peter Kay (2014) contribuem para a elaboração do raciocínio apontado. Ambos, em suas respectivas obras, cercam a discussão das cunhagens, com argumentos voltados a desvendar as alterações de cunhagem e seus significados ao longo dos séculos republicanos e, principalmente, refletem como a circulação monetária não indica, de forma

obrigatória, o uso de moedas. Em inúmeras situações, a transação monetária envolvia uma quantidade significativa de dinheiro, o que tem incentivado o questionamento de que elas fossem realizadas apenas com somas físicas. Ainda que não seja o objetivo de seu capítulo, Von Reden (2012, p. 276) coloca em análise algumas das manipulações financeiras de Cícero, indagando a coerência científica sobre vê-las como negócios concluídos somente por moedas. Essas ponderações são fundamentais para entendermos mais das escolhas financeiras ciceronianas e os acordos com os quais poderia estar envolvido.

Dispusemos, nos parágrafos acima, de um panorama dos estudos internacionais. É crucial pontuarmos que esse predomínio bibliográfico está calcado na escassez de investigações dentro da temática financeira no âmbito nacional. A carência de produções brasileiras tangentes aos aspectos econômicos da Roma antiga, de forma geral, e do período republicano em específico, faz-se em razão do crescente desinteresse acadêmico no Brasil sobre a História Econômica (Gaia, 2018b, p. 654). Tal entendimento não nos impediu de buscar referências na historiografia brasileira. O trabalho do estudioso Miguel Soares Palmeira (2018) expõe o interesse que há no campo da História em compreender as camadas da economia na Antiguidade. Em sua pesquisa, o autor se debruça sobre o debate teórico existente acerca da vida econômica antiga e reflete a perspectiva finleyana. O historiador Deivid Valério Gaia (2018a; 2018b; 2016), além de explorar os temas de gênero, Direito romano, debruça-se sobre a vida financeira no cotidiano da Antiguidade. Com o intuito de verificar a atividade econômica e as funções bancárias praticadas, Gaia recorre à documentação textual entre o último século da República e o início do Império. O autor confere um teor político às movimentações monetárias comuns nas redes de sociabilidade, arrazoando como as ações prestamistas no seio aristocrático asseguravam poderes e influência aos laços interpessoais. Em conformidade com os argumentos elaborados por Andreau, Gaia (2018b) organiza quais eram as relações financeiras cultivadas à época, distinguindo os créditos tramitados por senadores e equestres daqueles desempenhados por profissionais.

Nesse segmento, o autor dedica especial atenção a cargo dos *faeneratores*, visto ser uma categoria pouco resgatada nos debates históricos. Distinguindo-os dos banqueiros profissionais, Gaia (2018b, p. 654) os descreve como agentes com ofertas de créditos exclusivas às redes privadas. Em seu significado, o termo *faenerator* indica o indivíduo que profissionalizava seus empréstimos, cobrando juros de seu público como grande renda. Todavia, Gaia esclarece haver usos da mesma palavra para designar homens notáveis, plebeus, senadores que emprestavam dinheiro a juros casualmente. Nesse caso, o historiador alerta que o emprego faz referência à atividade prestamista em grupos senatoriais com sentido

pejorativo e não como uma demonstração da prática profissional - incompatível com o papel social dos senadores equestres (Gaia, 2018b, p. 655). Diante dos argumentos aludidos, Gaia (2018b, p. 656) opõe-se à classificação de Ático como um *faenerator*. Em harmonia com o inferido pelo autor, além de acentuarmos a falta de evidências que conduzam essa interpretação, concebemos a necessidade de que os vínculos e operações financeiras de Ático sejam apurados segundo seus contextos e condições individuais. Versamos anteriormente, em nossa *Introdução*, serem poucas as pesquisas concentradas em averiguar a natureza dos serviços prestados por Ático a Cícero e a outros de seus contemporâneos. Desse modo, julgamos ser viável o pilar histórico contido na bibliografia relacionada às profissões no campo financeiro.

A fim de contribuir com o debate teórico-metodológico no campo da economia na Antiguidade, o autor citado acima, junto ao historiador Ian Bonze (2022), joga luz sobre a interdisciplinaridade existente entre as áreas da História Antiga, Economia e do Direito. Os estudiosos defendem a relevância e a análise histórica dos materiais jurídicos. Esse pensamento tem como base a ideia de estruturas, conteúdos e formações documentais estarem diretamente relacionados ao tempo no qual foram produzidos. Reconhecer a dinâmica positiva entre as três diferentes áreas de estudo mencionadas é uma ação conduzida pela cautela. O uso de textos jurídicos ao exame do cotidiano monetário antigo é seguido de metodologias específicas com o intuito de evitar olhares equivocados e amplos; por exemplo, faz-se comum a leitura espelhada – na qual as informações teóricas são verificadas por comparação em relação ao contexto em que foi escrita (Bonze; Gaia, 2022, p. 119). Isso porque, conforme registram Gaia e Bonze (2022, p. 117), a teoria - em especial no campo jurídico - muitas vezes se afastava da prática, marcada pela diversidade do império romano.

Preocupada com as questões financeiras em Roma, Mayan Braga (2018) considera o cenário de endividamento que se revelou nas décadas finais da República Romana e explora as relações financeiras existentes à época por meio das cartas de Cícero a Ático. A historiadora brasileira discute elementos da trajetória patrimonial do arpinate. De acordo com Braga (2018, p. 46), o senador possuía muitas propriedades pelo território italiano e, ademais da renda obtida por meio de suas terras, sua riqueza havia sido multiplicada pelo dote recebido no casamento com Terência e por suas transações prestamistas. A autora argui a respeito do interesse dispensado por Cícero em conceder créditos com taxas de juros, assim beneficiando-se deles. Todas as atividades empreendidas por ele, porém, não o colocavam no mesmo patamar de seus contemporâneos. Outrossim, a renda ciceroniana sofreu reduções, devido às dívidas que reunia, muitas originadas em empréstimos oferecidos informalmente -

isso é, dentro de vínculos próximos (Braga, 2018). Subscrevemos a posição de Braga acerca do valor que a amizade com Ático tinha para o senador para a conclusão de seus objetivos financeiros. O peso da conexão que mantinham está expresso na própria gerência das finanças ciceronianas feita pelo equestre nos períodos em que seu aliado estava ausente de Roma (Braga, 2018, p. 76). Contudo, focada nas relações de crédito, na dinâmica de poder, Braga não faz sugestões de uma análise aprofundada sobre o relacionamento mantido por Cícero e Ático, a atuação de cada um nesse elo financeiro, seus intercâmbios materiais e imateriais, para além de outros pontos que temos estabelecidos para nossa pesquisa.

Até o momento, organizamos um panorama historiográfico concernente às questões estruturais da economia romana, também relacionada à discussão das faces sociais e informais da frente econômica na Roma antiga; a magnitude dos relacionamentos interpessoais para os acordos comerciais, cargos profissionais e casuais; atravessamos autores interessados em refletir elementos monetários, como a própria cunhagem, a organização republicana, etc. Rememoremos, agora, quais os progressos e temas explorados acerca de Cícero e Ático exatamente. Antes de mais nada, pontuamos que o ângulo monetário da trajetória do arpinate em questão é raramente estudada. Mesmo em trabalhos a respeito do universo econômico na Antiguidade - como Andreau, Gaia e Verboven -, Cícero ou Ático aparecem como exemplos de uma longa cadeia de interações, dispensando pouco ou nenhum espaço para entender as escolhas financeiras que fizeram em sua singularidade, menos ainda são examinados seus cursos particulares. Questões, ao serem preenchidas, oferecerão maior concretude ao cenário geral da dinâmica financeira e amigável realizada à data.

O capítulo publicado por Francisco Pina Polo (2016b) é basilar nas discussões financeiras de Cícero. Em sua argumentação, o autor elucida o comportamento econômico do senador a partir das concepções filosóficas defendidas por ele. Com isso em mente, Pina Polo (2016b, p. 167) confere que, para Cícero, a distribuição de riquezas, o poder patrimonial não poderia passar por grandes mudanças devido à lei natural. Nesse viés, ele aparece constantemente como figura contrária a qualquer ação política com indícios de redistribuição de propriedades, punições sobre riquezas. Outro elemento recortado pelo historiador é a ligação feita por Cícero entre a falta de recursos próprios e a desonra. Para render qualquer dinheiro que tivessem, no entanto, haveria ainda um caminho correto com ocupações reconhecíveis - descritas no tratado ciceroniano *De Officiis*. Similar aos argumentos expressos por Braga (2018, p. 46), Pina Polo (2016b, p. 171) destaca os meios modestos de Cícero quando comparado ao nível de outros políticos contemporâneos a ele. Independentemente dos esforços feitos em multiplicá-los, tenha sido por suas propriedades ou através do

proconsulado gerido na Cilícia em 51, o arpinate enfrentou inúmeros problemas financeiros antes e depois de seu exílio. Concluindo suas alegações, portanto, o autor reconhece a incongruência que ocorre sobre a filosofia financeira propagada por Cícero e a sua verdadeira prática e condição (Pina Polo, 2016b, p. 176).

Em paralelo, concebendo a vastidão de comentários financeiros presentes nas cartas enviadas de Cícero a Ático, Marta García Morcillo (2020) discute o comportamento econômico do senador nos meses posteriores à morte de sua filha Túlia, em 45, e a movimentação de fundos para construir um santuário em homenagem a ela. De acordo com a autora, essa categoria de documentação permite que realizemos conexões sobre a capacidade de organização, seja recordada a articulação de setores informais para acessar e reunir os valores monetários, e o interesse econômico dos atores. Por intermédio das cartas, descobrimos que o projeto não foi concluído e isso, segundo a perspectiva adotada por García Morcillo (2020), deu-se por dificuldades financeiras e pelo surgimento de novas demandas. Enquanto driblava os obstáculos monetários e políticos impostos, o desespero e a urgência em concluir o plano foram reduzidos, adiando sua realização. Sob a ótica da autora, alcançamos novos componentes da crise pessoal e profissional atravessada pelo arpinate em 45. Apesar de seu desejo em honrar a imagem de Túlia, Cícero não arriscou seu patrimônio frente às instabilidades que vivenciava (García Morcillo, 2020, p. 640). Esse comportamento revela a mentalidade romana e sua relação com o patrimônio, embora houvesse planos de ascensão, compras de propriedades, investimentos não eram feitos de maneira a desafiar a renda estável e a reputação social. A equivalência do *status* e riquezas levavam à cautela para decisões nessas esferas (García Morcillo, 2020).

Em seu turno, o arqueólogo e historiador norte-americano Nicholas Rauh (1986) ocupa-se das conexões comerciais estabelecidas por Cícero. O estudo em menção é singular no tratamento dispensado sobre as qualidades das relações mais proeminentes mantidas pelo orador em seus negócios. Nos relacionamentos em que homens de negócios estavam envolvidos, permanecia a habitualidade para favores mútuos, nesses casos poderiam ser solicitações suporte político, acolhimento em propriedades em razão de longos trajetos, mas, nota-se inequívoco, a recorrência em solicitações de empréstimos e serviços comerciais (Rauh, 1986, p. 7). Com descrições das dinâmicas usufruídas pelo orador em seus vínculos, o escritor dispõe maior atenção ao elo que havia com Ático. Para Rauh (1986, p. 7-8), e endossamos o seu juízo, o principal contato financista de Cícero era o equestre, Tito Pompônio Ático. Tal dependência é percebida nas múltiplas circunstâncias nas quais o senador precisou recorrer a esse amigo para reorganizar-se financeiramente. Ao adentrar nessa

arena, em conjunto a investigação de Rauh aclara pontos cardinais acerca da carreira de Ático e sua atuação monetária na vida de Cícero. O autor conclui que as associações dessa natureza envolviam obrigações de troca e, apesar de atestada a dimensão que a associação citada tinha para os negócios do arpinate, o norte-americano não avança sobre os benefícios e acordos que poderiam acompanhar a conduta do senador e seu aliado.

No que diz respeito a Ático, as análises de Olaf Perlwitz (1992) representam o exame mais recente e revisado. De forma oposta aos outros feitos acadêmicos, o alemão em foco segue, sistematicamente, voltado a estudar os traços individuais de Ático. Em sua crítica, Perlwitz (1992) frisa a desatenção dos classicistas com a autoridade exercida por esse personagem aos eventos republicanos. A concepção induzida pelo autor não exclui a urgência em elucidar os arranjos formados na amizade de Ático e Cícero, mas reconhece a possibilidade e a primazia em avaliar o equestre separadamente. Seguindo por essa pauta, o historiador observa os aspectos políticos, sociais e econômicos na vida de Ático. Ademais, Perlwitz aclara a trajetória comercial percorrida por seu personagem e, ao considerar a constelação de atividades com as quais o equestre estava envolvido, guia nosso raciocínio quanto ao patrimônio original e os meios pelos quais o equestre pode multiplicá-lo. Oferecendo uma nova perspectiva para a pesquisa do cavaleiro, o especialista se concentra em preencher as lacunas deixadas pela historiografia mais tradicional; a qual, em uma linha equivocada, resume as riquezas de Ático à herança de um tio banqueiro (Perlwitz, 1992).

Acompanhando a linha crítica, Kathryn Welch (1996) questiona a representação politicamente desinteressada do equestre. A autora visa escapar o sentimentalismo da biografia escrita por Cornélio Nepos, característica responsável por intensificar as considerações do biógrafo a respeito do que teria sido o afastamento político de Ático, e sugere uma interação enérgica do financista com outros cavaleiros e senadores. Em sua tese, com a qual nos alinhamos, Welch (1996, p. 453) distingue Ático como um mediador de seus próprios interesses e não apenas para com objetivos de outras figuras e relacionamentos. Para mais, a historiadora infere não haver nenhum impedimento à preponderância política do romano em análise, mesmo que sua participação não fosse sob os holofotes das grandes crises e avanços. Logo, bem como Perlwitz (1992), Welch conclui que o financista possuía influência em diferentes meios republicanos, fosse entre grupos de senadores ou equestres, Ático era capaz de transitar e articular múltiplos círculos, além de ascender aos seus planos pessoais (Welch, 1996).

A dissertação de Alice Byrne (1920) fez parte de um impulso pontual, na primeira metade do centenário passado, curiosa em verificar quem era Ático. Em contraste às tentativas

científicas anteriores, a autora renuncia à leitura moral e investiga detalhadamente a participação do equestre no setor político. O ângulo adotado por Byrne confronta a imagem de inércia atribuída ao personagem; com efeito, ele nos é colorido como figura distante das polêmicas, entretanto, não menos atuante nos tópicos da República (Byrne, 1920, p. 52). Por esse campo, a autora identifica a ausência de consultas documentais como responsável pelos desenhos errôneos de Ático, a inferência aplicada no lugar da consulta, sem informações capazes de baseá-las, demonstra ter injustificado o cavaleiro (Byrne, 1920). Convém destacar que, embora atenuada, a imagem de Ático aparece em conexão com Cícero em toda a obra, sem introduzir a ideia da separação desses indivíduos como feito por Perlwitz (1992).

Dito isso, reforçamos o número ínfimo de trabalhos nesse eixo temático. Como resposta à curiosidade pelas figuras clássicas no século XIX, acadêmicos resgataram Cícero e suas produções filosóficas e políticas. A redescoberta dos escritos ciceronianos e suas traduções atualizadas cultivaram a busca dos acontecimentos internos e externos à sua carreira. O interesse histórico, notadamente, esteve centrado em pontos políticos. Para abrangermos outras áreas, como a linguística e a jurídica, vê-se a discussão a respeito da oratória, retórica, prática institucional e legislativa. Já as questões patrimoniais, as crises, o poder econômico, as experiências de crédito e suas redes para sociabilidade financeira são deixados em segundo plano, tampouco houve investigações focadas na dependência monetária presente na ligação de Cícero e Ático - equestre que, ademais da amizade longínqua trocada entre ambos, era reconhecido por suas habilidades financeiras. Nas próximas páginas, dedicar-nos-emos em aprender mais a respeito do mundo financeiro na República Romana e, em seguida, observaremos a op perfil de Ático, projetando-o como um romano imbuído de uma força política substancial e influente na sociabilidade pecuniária nos círculos aristocráticos.

2.2 As esferas econômica, política e social romanas no século I A.E.C.

A contextualização é necessária em nossa tarefa para que seja adicionado algum nível de concretude ao espaço no qual os personagens principais se inscreviam e relacionavam. Nossa análise se volta para o último século da República Romana, tomando a Era Ciceroniana, a segunda metade do centenário republicano final. Em alguns momentos, devidamente sinalizados, poderemos recuar ou avançar décadas ou séculos a fim de reunirmos dados sólidos referentes ao mundo econômico romano, mas sempre retornando para o nosso arco temporal, os anos compreendidos entre 57 e 43, sendo eles, respectivamente, marcados

pela restauração de Cícero a Roma e seu assassinato por adversários. Compartilhando o anúncio do historiador francês Claude Nicolet (2008, p. 599), percebemos que a economia antiga pode ser definida como o consumo, a troca de presentes materiais ou não. Nesse viés, indicamos a articulação que havia entre os acontecimentos sociais, políticos e econômicos. As áreas de intersecção dos setores aludidos não podem ser ignoradas e interpretá-las faz-se fundamental. Como assume Cipolla (1991, p. 23-24), o historiador econômico deve se atentar às instituições jurídicas, às estruturas sociais, aos fatores culturais, afinal, é compreendendo os entrelaçamentos dos componentes citados que se atinge uma melhor leitura sobre os setores financeiros à data. Dessa forma, parece-nos justo que articulemos esses fatores na contextualização a seguir.

A grande maioria dos trabalhos acadêmicos que atravessam o nosso recorte se dedica em elucidar a ascensão da violência na política republicana após o assassinato do tribuno da plebe Tibério Graco (163-133)³¹ em 133. Os desafios enfrentados pelas instituições da República, os ataques ao *mos maiorum* são explorados em suas características políticas e sociais. Por outro lado, os elementos econômicos dessa sociedade são negligenciados nas análises históricas. Na segunda metade do século I, além dos problemas agrários, disputas eleitorais conflituosas, guerras internas e externas, devem ser admitidas às sucessivas crises econômicas vivenciadas. Houve recessões ligadas ao fornecimento de créditos, ao excesso de moedas em circulação, às guerras civis travadas em Roma, aos insucessos no estabelecimento de novos territórios, para além de outros episódios. Antes de reconhecê-los, porém, identifiquemos a maneira em que estava organizado o mundo financeiro, tecendo considerações a respeito de suas atividades de produção e da importância que as trocas econômicas tinham para o cotidiano político e familiar no tempo discutido por nós.

Em sua estrutura, a prática financeira na República era descentralizada. Podem ser encontradas seções e cargos vinculados à organização econômica, a saber, os *publicani*³² e os magistrados censores, mas as finanças do governo não se encontravam sob uma fiscalização unificada. David Hollander (2007, p. 101-103) exemplifica como os rendimentos obtidos em províncias, anexadas em decorrência dos conflitos militares, eram contabilizados

³¹ Irmão mais velho de Caio Graco (154-121), Tibério Graco foi uma importante figura para os desdobramentos do século II republicano, reconhecido por suas ações como tribuno da plebe. A *Lex Sempronia Agraria*, a qual planejava a limitação das posses do *ager publicus* e entregá-las a outras parcelas da população, desconcentrando-as dos círculos aristocratas, levou as tensões ao ápice. Nessa conjuntura, Tibério foi assassinado por grupos opositores à sua política reformadora (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1344).

³² Indivíduos responsáveis pelo recolhimento de impostos e taxas nas províncias romanas, eles possuíam origem equestre - em sua maioria - e lucravam sobre as somas recolhidas para a República (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1238). Exploraremos a função desses homens sobre a economia à frente.

individualmente por seus governadores. O *praefectus*³³ usufruía de uma independência considerável, o que mantinha os fundos republicanos dispersos pelo território e dificultava seu controle. O governador dispunha de autoridade suficiente para estabelecer cunhagens específicas ao longo de seu mandato, distinguindo a circulação interna de sua província das moedas aproveitadas nos negócios oficiais republicanos - dialogaremos sobre a diversidade e o papel do dinheiro cunhado adiante neste capítulo. Os casos de corrupção envolvendo os chefes provinciais eram frequentes, acusações de suborno, cobranças de taxas abusivas sobre a população, subtrações indevidas das somas públicas foram expressas nas documentações (Hollander, 2007). A ação de Cícero contra Caio Verres³⁴ (114 - 43) serve-nos como evidência tangível à conjuntura econômica referenciada e às repercussões de um sistema tão segmentado.

A fragmentação administrativa, e por conseguinte econômica, estava atrelada à amplitude do regime romano e à sua pluralidade - cultural, religiosa, política, militar e comercial. Naturalmente, o governo admitia performances específicas a cada um de seus centros e, de forma reiterada, tinha suas práticas cotidianas em contraste com as idealizações teóricas. Então, para auxiliar a sua atividade, Hollander (2007, p. 88) aproveita a sociologia econômica de Max Weber para mapear as zonas monetárias na República Romana. A ferramenta do historiador referido contorna as expectativas teóricas, ademais ele nos alerta quanto às fundações que, configuradas no sistema econômico antigo, escapam à categorização. Ele intenciona minuciar as demandas e operações em cada setor naquele tempo e, sob esse olhar, objeta quatro seções. São elas: (1) rural, (2) urbana, (3) governamental e (4) comercial (Hollander, 2007). O exame da monetização em cada recorte social é o alicerce do autor, apesar de correspondermos aos segmentos propostos, não nos ateremos a discutir a interação monetária minuciosamente em cada um deles - cientes da impossibilidade em contemplar todos esses dados apenas neste capítulo. Defendemos, neste caso, que a união dos quatro pilares evocados constituía a economia republicana.

A gestão financeira na República Romana estava vinculada à propriedade de terras. O papel desempenhado pelo solo avançava o campo financeiro e indicava poder social. Assim,

³³ O termo *praefectus* apontava a indicação para cargos de autoridade política ou militar. No contexto apresentado, ele assinala os postos de governo em províncias designados pelo Senado (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1200-1201).

³⁴ Com ligações aristocráticas, filho de senador, Caio Verres envolveu-se com a vida política e militar em Roma. Os estudos voltados a ele dependem, em grande parte, da obra ciceroniana *In Verrem*. Os discursos parcialmente preservados tratam do processo liderado por Cícero contra o governo de Verres na Sicília de 73 a 71. O orador condena-o pela gestão fraudulenta, somando as denúncias de atitudes arbitrárias em prejuízo dos provinciais; ele alega que o governador teria desviado 400 milhões de sestércios da província (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1542; Linder, 2008).

ser proprietário de um terreno trazia honra e prestígio dentro de uma sociedade em disputa (Florenzano, 1995; Nicolet, 2008). Junto a tal preceito, merece ser levada em conta a parte agrária, preponderante na experiência econômica em nossa datação (Florenzano, 1995; Hollander, 2019; Nicolet, 1988). No cuidado agrário, a atividade pecuniária se fazia importante, mas a produção agrícola era o exercício principal. Apesar de serem escassas as documentações referentes ao plantio, às tecnologias aplicadas, à rentabilidade, segundo a brasileira Maria Beatriz Florenzano (1995), podem ser identificados manuais agrícolas republicanos que ilustram os hábitos de cultivo. Autores como Catão, o Velho³⁵ (234–149) e Marco Terêncio Varrão³⁶ (116–27) descrevem a média propriedade como espaço para o cultivo autossuficiente. Há um extenso debate acerca do caráter independente da produção romana e escapa ao nosso interesse explorá-lo. Fundamentado nas produções latinas, Nicolet (1998; 2008) percebe a constância de agricultores em mercados para vendas e trocas de produtos e conclui que a lavração atingia duas frentes: uma preocupada com o abastecimento local e outra com o ganho financeiro que poderia conseguir nas feiras comerciais.

De acordo com Hollander (2019, p. 2-3), a interpretação da autossuficiência tem prejudicado o exame da repercussão desse setor sobre a economia antiga. De modo similar à tese de Nicolet (1998), para o historiador norte-americano em questão o abastecimento particular e de cidades era um dos princípios da agricultura, todavia, o curso da monetização no sistema romano igualmente incentivava as pessoas a localizarem maneiras de multiplicar suas riquezas; por fim, fazendeiros³⁷ viam-se motivados a encontrar negócios em mercados e a buscar por novas redes comerciais (Hollander, 2019, p. 93). Sem dúvidas, as regiões de tratos agrícolas dispunham de uma maior quantidade de produtos disponíveis, o que dispensava a procura em outros mercados. Porém, era inevitável que, em certa fase, fosse preciso buscar variações de insumos, ferramentas e produtos manufaturados em canais de comércio. Nos manuais sobre o campo, os agrônomos assinalam a possibilidade de que um

³⁵ Marco Pórcio Catão, também conhecido como Catão, o Velho, marcou as esferas políticas e militares do século II da República Romana. Com origem plebeia, alcançou o prestígio romano por seu desempenho na Segunda e Terceira Guerras Púnicas. Notável defensor das tradições, Catão, o Velho, dedicou seus estudos à agricultura e ganhou destaque por seus trabalhos com a prosa latina. O manual *De agricultura*, potencialmente originado em 150, é a única obra conservada de sua literatura e oferece, de forma ampla, orientações para a gestão de sítios agrícolas (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1188-1189).

³⁶ Marco Terêncio Varrão teve participação considerável na política, obteve sucesso em diferentes áreas, como questor romano e, ademais, em seu proconsulado na Sicília entre 73 a 71. Ele foi ativo na Guerra contra Sertório, sob o comando de Pompeu Magno e, posteriormente, atuou ao lado do general contra Júlio César. Para além dos feitos militares e políticos, Varrão se tornou renomado por suas produções latinas sobre história, direito, biologia, agricultura, entre outros; apenas dois materiais chegaram até os pesquisadores de hoje, algumas partes do tratado *De lingua Latina* e os três livros completos do manual agrário *Res rusticae* (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1542).

³⁷ Conforme Hollander (2019, p. 1), são classificados fazendeiros aqueles sujeitos envolvidos, em algum grau, com a agricultura sendo eles os proprietários da terra ou não.

sítio inicialmente voltado para o consumo local tenha seus recursos importados a outras áreas em algum momento (Nicolet, 1988, p. 134-136).

Revela-se, no meio agrônomo, a atenção que dispensaram para com o compartilhamento de produtos, a distribuição equilibrada. Os documentos jurídicos, de igual modo, manifestam as iniciativas próprias do governo republicano, enquanto modelo político do coletivo, comprometido em repartir - conforme fosse viável - os produtos rurais. Sob esse prisma, William Harris (2011, p. 265) recorda as leis consulares *Lex Terentia Cassia*³⁸ e *Lex Cornelia Caecilia*³⁹, a despeito de suas especificações, ambas regulamentaram o subsídio de cereais a Roma. As plantações eram guiadas pelos fatores físicos, o clima e o solo favoráveis ao desenvolvimento do cultivo, entretanto, também acompanhavam as implicações, demandas econômicas. A partir disso, Hollander (2019, p. 27-35) e Harris (2011, p. 162-166) confluem acerca dos artigos nos quais os romanos eram especializados. Os grãos, sendo o trigo duro e o trigo para pães os principais cereais, a viticultura, a olericultura, com intensa propagação do óleo de oliva, impactaram em grande medida a economia republicana e providenciavam não apenas a subsistência, mas similarmente encorajaram a monetização desse setor no período estudado por nós.

Desde o século IV, recebendo expansões e novas redes, o setor agrário viu-se impulsionado de modo a colocar Roma, e a sociedade romana de forma geral, como um centro de trocas. Ilustrado o cenário sobredito, basilar ao mundo financeiro da República, alcançamos o pilar urbano da economia. A intensa produção e as medidas de compartilhamento espelham o crescimento populacional, esses dados quando sobrepostos sugerem uma intensa atividade econômica (Scheidel, 2008, p. 43). As cidades, bem como o campo, assistiram à monetização de seu cotidiano. As mudanças na prática financeira, tal qual o surgimento de novos instrumentos para transações, aconteceram mais intensamente com o início do século II devido ao sucesso obtido nas guerras contra os cartagineses⁴⁰. A inclinação comercial fomentou a procura por canais capazes de apoiar - política e financeiramente - os negócios e, acima de tudo, as metas individuais. Para além do fluxo de moedas, ganharam

³⁸ Recuperando a proposta de subsídio frumentário abolida por Lúcio Cornélio Sula em a lei em foco foi promulgada pelos cônsules Marco Terêncio Varrão Luculo e Caio Cássio Longino Varro no ano de 73. A decisão regulamentou a distribuição de grãos no território romano, certificando o fornecimento à cidade de Roma (Rotondi, 1962, p. 366).

³⁹ Anunciada em 57 pelos cônsules Públio Cornélio Lêntulo Espínter e Quinto Cecílio Metelo Nepos, a lei atribuiu o cargo de curador da *annona* a Pompeu para que ele solucionasse a escassez de abastecimento em Roma. (Rotondi, 1962, p. 402).

⁴⁰ Referência às Guerras Púnicas. Divididos em três períodos de batalhas pela soberania no Mediterrâneo - rota marítima fundamental para o estabelecimento romano em novos territórios e para a formação de rotas comerciais - os conflitos, já citados neste trabalho, foram concluídos com vitórias romanas (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1239-1241).

ênfase os banqueiros, credores privados, a atuação dos *publicani*, etc. (Andreaeu, 2002; Hollander, 2007; Nicolet, 2008; Rosillo-López, 2016). Assim, percebemos que, no final da República, as elites defendiam sua base patrimonial no solo, mas mantinham à vista o interesse econômico sobre outras ações financeiras (Andreaeu, 2021, p. 356).

A extração de metais é um dos eixos do mundo financeiro à época que não pode ser ignorado. Embora os maiores avanços e rendimentos sobre os minérios tenham sido obtidos no período imperial, existem evidências de que esse era um negócio bastante rentável e significativo no aproveitamento monetário da República (Tan, 2017, p. 17). A preocupação dispensada pelos romanos acerca da mineração, bem como para com o fornecimento de matérias primas no geral, é característico do sistema econômico em que viviam (Wilson, 2012, p. 133). De acordo com Andrew Wilson (2012), a busca pelo ouro, prata e cobre foi expressiva e esteve concentrada em áreas específicas do território republicano. A região centro-sul da Gália foi a principal fonte de mineração aurífera até o início do Principado, momento em que a extração hispânica se tornou massiva. Assim como o ouro, a extração da prata foi marcante na província da Hispânia, enquanto o ferro podia ser encontrado em minas diversas (Kay, 2014, p. 44; Wilson, 2012, p. 134-135). É difícil precisar como e a partir de qual momento se deu o aperfeiçoamento da mineração romana, Kay (2014, p. 49) defende que a atividade mineradora tenha sido iniciada apenas no final do século II, desde que a sugestão mais recuada presente nas fontes seria o ano de 195. As associações privadas, como os *publicani*, estiveram envolvidas nesta prática, todavia, a República era a instituição responsável pela exploração das minas (Kay, 2014, p. 53). No que diz respeito a forma de operação, Políbio e documentos materiais preservados são as principais fontes e sugerem, segundo Kay (2014, p. 35, 58), a retirada de aproximadamente 1.500 talentos por ano, o que seriam 35 toneladas de prata por ano. O autor analisa também as taxas provinciais e os saques de guerra, calculando uma média de 21 toneladas por ano (Kay, 2014, p. 328). Cruzando as informações disponibilizadas por Kay, observamos como o setor da mineração gerava um volume anual maior do que outros setores e, como efeito, configurava-se como uma das principais áreas de interesse público e privado.

Para progredirmos, é imprescindível entender a preocupação dos estudos históricos sobre os conceitos de privado e público em recortes temporais recuados, o que nos tem garantido uma extensa discussão teórica e metodológica. Em português, o adjetivo “público” indica algo que pertence a um povo, ao coletivo (seja um país, cidade, etc.) à medida que “privado” adjetiva o particular, algo próprio a um indivíduo. Embora se possa reconhecer semelhanças na dicotomia moderna e antiga entre os termos aludidos, sob o prisma romano

antigo certas distinções não teriam sentido. De modo geral, na Antiguidade Clássica, as esferas do *privatus* e *publicus* não eram compreendidas apenas por sua semântica, mas também a partir do espaço que definiam (Engel, 2024, p. 11). Os usos feitos desses conceitos nas documentações são, na maioria das vezes, confusos para a análise. Em suas cartas, Cícero classifica os acontecimentos políticos como *res publica* e relaciona os seus tópicos familiares a *res privatae*; a dicotomia é igualmente explorada por Catão, o qual emprega *privatus* e *publicus* sob a ótica do contraste (Engel, 2024; Russell, 2016). No entanto, para Amy Russell (2016, p. 27), no cotidiano essas ideias não tinham fronteiras bem definidas, não eram completamente opostas. Segundo a leitura de Paul Veyne (2020, p. 93), os romanos eram imprecisos no trabalho de reconhecer as funções públicas e privadas, finanças coletivas e pessoais em razão das influências que exerciam uma sobre a outra.

Apesar da dificuldade e os cuidados necessários, como assinalado acima, algumas diferenças relevantes podem ser verificadas. Para o nosso estudo, interessa sobretudo a caracterização do que seria a vida econômica pública e a privada. A indistinção do *publicus* e *privatus* na esfera financeira proporcionava benefícios a todos: para o coletivo republicano e aos grupos aristocratas com objetivos individuais (Veyne, 2020, p. 103). As finanças públicas e privadas estavam interconectadas ao ponto de se condicionarem - de forma similar aos outros aspectos do mundo antigo. Ilustrando essa dinâmica, Veyne recorta o impacto que o evergetismo teve no contexto da Antiguidade. O autor explica quão comum era a presença de fundos individuais no financiamento de construções para a sociedade (Veyne, 2020, p. 104-106). Ao estabelecermos tal perspectiva, coloca-se uma construção mais lógica acerca do que configurava o dinheiro público e o privado.

As operações e metas financeiras do governo eram representadas por autoridades políticas, como os questores⁴¹, elas envolviam fundos arrecadados por meio de tributos, taxas provinciais, espólios de guerras. Assim se fortalecia a República, com recursos destinados aos jogos, obras nas cidades, manutenções estruturais nas estradas, aquedutos, transportes para grãos, para mais (Andreau, 2003, p. 104). O setor privado acabava também por prestar serviços para o *populus*⁴² devido à cultura ostentatória. Orientados pela ambição aristocrática, as elites disponibilizavam seus recursos familiares, valores de seu patrimônio para a reforma de monumentos, realização de competições, etc. com propósitos de ascensão social, política e

⁴¹ Durante a República, pela *comitia tributa*, elegia-se dois questores anualmente. Eles eram responsáveis por administrar o patrimônio público (*aerarium*), supervisionando pagamentos, transações, negócios feitos com agentes do governo, etc. (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1249).

⁴² Coletivo para população romana, formado por homens adultos considerados cidadãos, excluía-se estrangeiros, mulheres e crianças (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1188).

econômica - mencionamos acima a presença do evergetismo no panorama financeiro do período. A presença que cultivavam no funcionamento público não exclui o fato de que os grupos dirigentes possuíam seus recursos particulares, fundos advindos da riqueza familiar - que se buscava expandir de geração em geração - e eram aplicados a fim de garantir o enriquecimento pessoal (Veyne, 2020, p. 96, 128-129). Em suma, as pessoas privadas vivam por e de uma economia patrimonial, cujo lucro poderia emergir de várias fontes, sendo as relações prestamistas uma das possibilidades.

O empréstimo de dinheiro desempenhou um papel primordial no século I e compreendê-lo é fundamental no estudo da conjuntura econômica e política da época analisada (Kay, 2014, p. 106). Este foi um campo explorado pelos múltiplos grupos sociais antigos, sobremaneira nos anos finais do último centenário republicano, frente às crises ocorridas, a presença de cavaleiros, senadores e plebeus cresceu exponencialmente. As ligações crediárias tinham sua origem em razões diversas, assumindo objetivos monetários, políticos ou amigáveis e, conseqüentemente, apresentavam configurações particulares a cada caso (Andreau, 2003, p. 141; Verboven, 2002, p. 99). Para a aristocracia romana, em especial, a atividade prestamista firmou-se como plataforma de destaque para o lucro pessoal, negociações políticas e fortalecimento de laços (Andreau, 2003, p. 141; Verboven, 2002, p. 99). Há uma vasta quantidade de instrumentos desenvolvidos para a organização dessa prática, sobretudo a partir da segunda metade do século II, com a potencialização da República. No próximo tópico deste capítulo, direcionaremos os nossos esforços a entender de forma minuciosa o funcionamento desta prática financeira. Por ora, concentremo-nos no peso das ações prestamistas na vida financeira geral da República, pincelando as movimentações e interesses relacionados.

A noção de uma aristocracia como a única interessada por ganhos durante a Antiguidade para além da marginalização de figuras decisivas nos eventos da época, traz uma interpretação equivocada das reais dinâmicas. Como reformulou Andreau (2021, p. 341), foi justamente a diversidade política e social nos ramos financeiros a causa das constantes e positivas renovações. Logo, para entendermos o oferecimento de crédito, antes de mais nada, é preciso distinguir a presença de círculos profissionais e privados. Ancorando-nos em Andreau (2003; 2021), Deivid Valério Gaia (2018b) e Morcillo García (2008), compreendemos que apesar de proeminentes nas trocas prestamistas, os grupos dirigentes não eram os únicos envolvidos. Os financistas, cuja tarefa envolvia cuidar de depósitos, movimentá-los quando necessário ou guardá-los por prazos acordados com o proprietário da

quantia, e realizar empréstimos quando houvesse fundos, poderiam ser banqueiros⁴³ de profissão ou apenas homens envolvidos com o crédito particular.

Os testemunhos acerca dos *argentarii* são extensos e revelam as responsabilidades mais gerais de um banqueiro profissional. Eles são atrelados a leilões, organizadores de vendas e transações monetárias, de modo que raramente são relacionados ao dinheiro das elites romanas (Morcillo García, 2008, p. 207-209). Já as negociações de redes internas, entre indivíduos que se reconheciam, eram informais e admitiam certa flexibilidade. Um exemplo desse tipo de financista são os *procuratores*; eles atuavam como operadores de negócios apenas dentro de conexões particulares, a representação financeira e ofertas de crédito eram destinadas a um círculo específico de homens. Em casos como esse, o lucro muitas vezes não era o motivo final, as negociações prestamistas acabavam guiadas também por interesses políticos, familiares, sociais, etc. (Verboven, 2002). Em qualquer uma das modalidades, profissionais ou particulares, encontramos mais de uma categoria de agente e comentaremos algumas delas individualmente ainda neste capítulo.

Os empréstimos possibilitam, inclusive, rastrear as interações econômicas públicas e privadas em territórios não-italianos. No início da expansão romana, com a gradual presença latina em regiões da Ásia, Norte da África e em determinadas áreas chamadas hoje de Europa, foram requisitadas indenizações das novas províncias a Roma. Nesse modelo havia um prazo final para o recebimento dos valores e as somas eram enviadas diretamente para o Senado. Com o desenvolvimento da estrutura republicana, a tributação regular tornou-se uma prática e o padrão anterior perdeu a sua exclusividade. Novos agentes surgiram como intermediadores na atividade econômica ligada aos tributos, desde esse momento a chegada dos pagamentos até o centro da República contava com uma rede de pessoas (Tan, 2017, p. 73). Figuras de autoridade dessas áreas tinham autonomia para recolher os pagamentos, realizar transações e negociar as dívidas das províncias para o governo, característica do sistema financeiro republicano descentralizado (Hollander, 2007). Para além dos casos de corrupção, haja vista o já mencionado caso de Verres, o novo formato fomentou os negócios de financiamento privado nas regiões distantes de Roma. As elites abastadas se responsabilizavam pelos tributos provinciais quando seus residentes não conseguiam cumprir com as obrigações

⁴³ Os termos banqueiro e banco não devem ser lidos em seu significado moderno. Não representavam uma instituição física ou alinhamentos da economia bancária pós-industrial, uma vez que se encontrava estruturado de modo específico à Antiguidade. Aqui, a referência indica a ação profissional no mundo financeiro romano, agentes sustentavam suas posses por meio da atividade bancária (Andreau, 2003; 2021; Morcillo García, 2008; Verboven, 2008).

tributárias, nesses episódios, os patrocinadores cobravam juros sobre o montante oferecido e assim multiplicavam suas riquezas (Tan, 2017, p. 75-76).

O governo via-se limitado no que se refere ao controle da atuação destes homens, denominados, por James Tan (2017), como “agentes de impostos”. O acordo firmado entre as partes ajustava-se à situação de cada território. Conforme elucida Tan (2017, p. 78-79), o credor “comprava” a dívida dos fundos públicos e articulava individualmente a maneira que alcançaria o seu lucro. Em função da autonomia que dispunham era corriqueiro a adoção de um comportamento coercitivo por parte dos administradores, com efeito, eles garantiam rendas estáveis sobre os provinciais mesmo nos eventos em que o retorno monetário levasse mais tempo. A usurpação dos rendimentos vindos das propriedades dos credores, por exemplo, acabava-se tornando um meio lucrativo e perpétuo, fortalecendo o interesse financeiro privado. Tal prática não se restringia aos casos de províncias, na verdade era bastante comum nas relações financeiras em geral. Centrando-nos nas relações prestamistas, segundo instrui Verboven (2020, p. 302), um credor poderia reivindicar legalmente a titularidade das terras de seu devedor por meio da *missio in possessionem*.

Outras opressões poderiam acontecer, bem como a cobrança de juros abusivos sobre o valor ofertado, e o episódio dos salaminas em 50 é ilustrativo nesse sentido. Marco Júnio Bruto (85 - 42)⁴⁴ mantinha relações de patronagem com os habitantes de Salamina na região do Chipre, área sob a mesma direção administrativa que a Cilícia, e em uma de suas ações emprestou valores aos salaminos. O pagamento foi marcado por desavenças relacionadas aos juros cobrados pelo credor. Bruto estabeleceu, por meio de seus negociadores intermediários, uma taxa de 48% sobre o montante inicial. O valor era ilegal na província devido a um édito aprovado por Cícero, quem havia sido designado governador da Cilícia em 51, de acordo com as normas, o máximo possível a ser cobrado seria de 12% de juros ao ano. A situação era delicada, em particular para Cícero que se dedicava na realização de uma imagem positiva com ambas as partes, o governador deixou o caso em aberto e evitou confrontos. Não há documentação que indique ou sustente qual foi a resolução do caso, o que se confirma é o afastamento gradual de Cícero a fim de evitar se comprometer (Rauh, 1986, p. 3-5; Rawson, 1975, p. 177-179; Tan, 2017, p. 68-70). Em congruência com Tan (2017, p. 69), chegamos à conclusão de que a influência de homens como Bruto era forte o suficiente para impor as suas preferências às determinações públicas - fortalecendo a intersecção do público e privado

⁴⁴ Aristocrata romano, filho de Servília, nascido em 85 e, posteriormente, adotado por Quinto Servílio Cépio em 59, foi político e militar romano influente na segunda metade do século I. Além do caso com os salaminos, ele ficou conhecido por lutar ao lado de Pompeu na guerra contra Júlio César e por participar da conspiração que assassinou o ditador em 44 (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 765-766).

naquela sociedade, como já pontuado outrora. As taxas de juros emergem como uma questão central nas relações monetárias clássicas. Segundo Gaia (2016, p. 124), entre as décadas finais da República e o início do Principado, pode ser atestada a variação de 4 a 12% de juros anuais sobre os montantes emprestados. Territórios italianos ou provinciais buscavam medidas para regular os valores cobrados. No entanto, em alguns casos o governo via-se limitado em sua atuação, com acordos estabelecidos de forma particular e ao limite das normas. As crises enfrentadas pelo sistema econômico romano no final da República, sobremaneira com a baixa liquidez provocada pela Guerra Civil de Júlio César e Pompeu, provocavam o aumento de taxas e a necessidade dos poderes em regulá-las. Porém, em muitos casos, como o episódio de Bruto e os salaminas, essa se tornava uma tarefa difícil e especulações aconteciam.

O crescimento do Império romano exigiu que outros agentes econômicos se fortalecessem: as redes econômicas interpessoais, centradas no âmbito do patrimônio privado, e os *publicani*, atuavam geralmente a serviço da República. Pincelemos esses setores tão relevantes para a operação do mundo econômico antigo. A presença publicana está datada, em seus primeiros passos, no final do século III. As mudanças provocadas pelas Guerras Púnicas, o dinamismo necessário para o alinhamento das províncias, como a Ásia, acelerou a demanda por representantes hábeis no abastecimento de setores administrativos distantes de Roma, figuras que fossem capazes de reunir e transferir as somas públicas em segurança. Construído de modo privado, significa possuírem as suas próprias atividades lucrativas, o grupo dos *publicani* eram contratados a prestar serviços monetários para a República. A concentração de poder financeiro nesses agentes levou-os ao reconhecimento social, em latim o *ordo publicanorum*, e a um domínio fiscal relevante (Ferrer Maestro, 2009, p. 19-22). Ainda discutindo sobre a esfera pública, portanto, a respeito de figuras em função do governo e suas finanças, Juan José Ferrer Maestro (2009) defende a existência das *societates publicanorum*. Essas teriam sido redes formais de *publicani* ocupadas com as necessidades econômicas e administrativas públicas, elas articulavam movimentações, contratos públicos, empréstimos, para além de outras tarefas. A *societas* em questão assumiam mais ricos em suas negociações, devido ao número de associados e, conseqüentemente, compartilhavam os benefícios e infortúnios das relações bancárias. Não iremos abordá-las minuciosamente aqui, se assim o fizéssemos seria indispensável debater a sua estrutura e as perspectivas historiográficas acerca

de seu funcionamento, destacamos apenas o domínio que exerceram na gestão coletiva no período⁴⁵.

Pontuamos no primeiro capítulo que a República não desenvolveu um sistema postal para o uso de seus cidadãos, os envios de cartas, presentes e, claro, dinheiro dependiam apenas da movimentação dos interessados. Partindo dessa interpretação, chegamos ao segundo agente de impacto na realização econômica romana: os intermediários privados. Atendo-nos ao nosso contexto, interpretamos que o desempenho monetário pode ser medido pelas relações institucionais, formalizadas como os *publicani*, e de igual modo por suas performances informais (Verboven, 2021, p. 22). A cultura social e política vivenciada na Roma republicana potencializava a organização de redes de confiança, vínculos com naturezas diversas fundamentados pelo poder pessoal e político que envolvia os partícipes das relações (Verboven, 2020). Dentro de uma associação onde a confiança (*fides*) é o sustentáculo central, a exemplo citamos a *amicitia* e a patronagem, assuntos financeiros podem - e quando analisamos as cartas de Cícero temos a certeza - ser recorrentes, desde conselhos até a ação propriamente dita. Ao confiar em seu associado há uma clareza maior nas trocas de informações e nos contratos para negócios, facilitando-os. Com efeito, Verboven (2020, p. 288) argue, assiste-se a adoção de regras, instrumentos restritos aos elos interpessoais. O sistema abordado usufrui das ferramentas públicas somente quando lhe é vantajoso, em contrapartida sua eficiência se torna palpável exclusivamente no interior das redes, sendo acompanhada por limitações (Verboven, 2020, p. 289).

A sociabilidade promovia, como notamos, a circulação financeira, contatos desempenhavam papéis de representantes, vínculos ofereciam empréstimos sem juros ou com outras condições especiais. A trajetória pós-exílio de Cícero evidencia quão influentes e decisivos eram os laços financistas privados. Na carta de número 1, no quarto livro, alguns meses após a sua restauração a Roma, Cícero declara a Ático: “Sobre as minhas finanças, como sabe, estou em plena confusão [...] Espero você e rogo que se apresse e venha totalmente disposto a dar-me os seus conselhos.” (Cíc., *Att.* IV. 1). O suporte oferecido por suas conexões próximas foram fundamentais para seu restabelecimento moral e material. A crise ciceroniana mencionada é apenas um dos relatos acerca da funcionalidade das relações interpessoais para os assuntos políticos e financeiros. A análise de trocas de crédito é um caminho que nos permite compreender o potencial das ligações interpessoais no campo

⁴⁵ Sugerimos o trabalho de Juan José Ferrer Maestro (2009), historiador espanhol que se debruça nesta temática, tratando dos detalhes a respeito da organização interna das *societas publicanorum*, divisões de ganhos e das atividades fiscais.

financeiro. O *permutatio* elucida uma das facilidades romanas alcançadas por meio da boa articulação de relações. Com diferentes interpretações históricas, no geral, o *permutatio* indicava legalmente uma *delegatio debitoris*, isso é, ao invés do devedor pagar diretamente para o seu credor, ele era autorizado a quitar alguma dívida de mesmo valor do seu patrocinador (Verboven, 2002, p. 134). Reservadas às transações privadas, pagamentos desse molde configuravam-se como habituais quando havia algum grau de proximidade entre os envolvidos (Harris, 2006, p. 15). A dinâmica privada sustentava não só a economia patrimonial, ao encorajar os créditos e participações monetárias dentro de laços, mas também gerava uma conjuntura positiva para o crescimento do mundo econômico coletivo da República (Verboven, 2002, p. 179).

Seguindo com esse raciocínio, trabalhando com o contexto econômico antigo, atingimos um ponto de inflexão importante dentro da sociedade romana: o dinheiro, as moedas, os símbolos de troca em si. Recortamos acima quão decisiva foi a atividade mineradora no crescimento financeiro do império, o contingente e o fluxo de moedas em determinados períodos são relacionados ao nível de exploração, quantidade e localização de minas, além disso, esse material auxilia-nos a mapear as relações monetárias existentes - se eram locais, quais as transações comuns, o modo como eram transportadas, etc. Por meio das moedas se faz possível o acesso às outras dinâmicas do universo financista. No que diz respeito às raízes da utilização numerária latina, o primeiro modelo de prata é atribuído, por arqueólogos e historiadores, ao final do século IV devido à influência da cultura grega⁴⁶. No decorrer do século III, com a presença romana cada vez maior nas trocas mediterrânicas, passou-se a também usar o bronze na cunhagem de moedas. As evidências materiais, apesar do pequeno número preservado, sugerem que a emissão desses numerários era modesta e de forma muito gradual foi sendo incentivada pelos interesses navais e militares (Kay, 2014, p. 11-14). Já havendo a ideia de valores abstratos sobre estes objetos, referimo-nos às moedas, as demandas do século II, após as Guerras Púnicas, estimularam a complexificação das interações monetárias. Com os custos de guerra, tributos fixados em províncias, o crescimento

⁴⁶ As sociedades gregas tinham contato com a cunhagem de moedas a partir de metais preciosos desde a segunda metade do século IV. Sem adentrarmos a discussão acerca de o que era compreendido como riqueza e dinheiro no mundo grego, o emprego deste objeto como uma moeda é relacionado às demandas econômicas, culturais e sociais que transpassaram o mundo grego (Florenzano, 2004, p. 69-70). Em concordância com Elliot (2020, p. 28), entendemos como o desenvolvimento da cunhagem grega é uma das bases para o estudo das moedas romanas, haja vista a proximidade que tiveram com os mecanismos financeiros e o próprio uso de moedas nas cidades gregas no sul da Itália. A ideia de ter um objeto com um valor abstrato sobre ele, os sistemas de trocas, interações bancárias, entre outros instrumentos financeiros refletem a influência grega no mundo econômico romano (Von Reden, 2015, p. 266) - não nos aprofundaremos neste campo de estudo, para tanto sugerimos a leitura da historiadora e arqueóloga Florenzano (2004) e do capítulo *Embedding Contexts of Roman Money* de Elliot (2020).

da extração de metais, tal centenário foi o ponto de partida para a criação de um sistema e padrões na confecção de moedas (Crawford, 1970; Kay, 2014; Von Reden, 2015).

A propósito do ponto evocado, Crawford (1970, p. 40) desenvolve que, nesse período, a cunhagem era sistematizada com a unidade de bronze identificada por *as* e pela unidade de prata, o *denarius*. Cada uma dessas moedas possuía conjuntos menores, os quais eram identificados por outras denominações. Até o início do século I., as possibilidades de ser estabelecida uma produção de moedas em nível imperial eram ínfimas, segundo Sitta Von Reden (2015, p. 273), a estrutura política e econômica não comportava essa expansão e, do mesmo modo, não era capaz de suspender as cunhagens feitas em províncias. Apesar dessa conjuntura, mesmo havendo moedas em paralelo sendo empregadas, o denário correspondia à maior parte dos numerários habituais entre o segundo e o último século republicano. A composição do *denarius* era a prata, já as frações de ouro eram identificadas como *aureus*, porém não circulou significativamente até 46 devido a sua exclusividade (Crawford, 1970, p. 41; Noreña, 2011, p. 2).

Dando segmento, a questão do valor das moedas é motivo de debates, em especial devido à escassez documental que dificulta a compreensão sobre as normas e hábitos relativos à cunhagem. Investigando o fator comunicacional presente nas moedas, Carlos Noreña (2011) defende a posição central do Senado na regulamentação das finanças, com efeito, entendemos esse coletivo aristocrático como principal responsável na definição legal dos valores econômicos das moedas, para além de outras burocracias que as envolviam. Outros agentes poderiam ocupar-se das decisões numerárias, a saber, magistrados autorizados e moedeiros⁴⁷. Contudo, as ações legais encaravam limites e acreditar que a República, e de igual modo o Império, teriam controlado e determinado os valores correspondentes a cada moeda do território seria incorrer ao anacronismo, conferindo uma postura moderna de monitoramento financeiro. Nesse raciocínio, Elliot (2020, p. 149-150) arrazoa ser comum a aplicação de valores paralelos àqueles definidos legalmente. Um momento de exceção, segundo o mesmo autor, teria sido nos primeiros cem anos do Principado quando ocorre a aproximação da quantidade metálica presente na moeda ao valor de troca estabelecido (Elliot, 2020, p. 157).

Tendo esse panorama, voltamo-nos à questão da riqueza dentro da sociedade romana. Para Elio Lo Cascio (2016), os grupos sociais interagiam segundo um contraste financeiro expressivo. Não é interessante para nós as estimativas conjecturadas do distanciamento que

⁴⁷ Moedeiros ou, no latim, *triumviri monetales* eram os encarregados diretos da produção de novas moedas, atuavam em trio e tinham sua seleção anual por meio de votação. As evidências os indicam como responsáveis pela escolha do estilo das moedas, contudo, detalhes relacionados à divisão das moedas em cada categoria são desconhecidos (Noreña, 2011, p. 3).

havia entre os cidadãos, em termos concretos, ressaltamos a disparidade censitária argumentada pelo autor: a classificação dos mais abastados colocava-os em uma posição patrimonial de nove a vinte vezes superior aos setores pobres (Lo Cascio, 2016, p. 156-157). Nesse viés, direcionamo-nos aos aristocratas, para quem a riqueza, a multiplicação honesta do patrimônio era um sinal de *dignitas*. No campo filosófico, o apego ao dinheiro era tratado como ganância, entendida como uma doença incurável. Para Cícero, conforme verifica Pina Polo (2016b, p. 165), a avareza (*avaritia*) é descrita como a manifestação de uma alma infame. Isso porque a riqueza a ser valorizada não dependia das conquistas materiais, mas, principalmente, dos princípios individuais dos homens. Aprofundaremos tal perspectiva de Cícero no próximo capítulo quando trataremos especificamente de sua vida financeira.

No entanto, em concordância com Pina Polo (2016b, p. 168), afirmamos que a filosofia ciceroniana se apresenta em contradição às práticas habituais das elites romanas. Acumular riquezas era visualizado como prestígio e acompanhava os aristocratas à época. A comparação feita pelos romanos tardios com os seus ancestrais reforça a honra atribuída aos abastados, o autor exemplifica essa cultura a partir do elogio fúnebre feito a Lúcio Cecílio Metelo (*ca.* 290 - *ca.* 221)⁴⁸ no século III, onde é destacado não apenas sua trajetória política de sucesso, mas também o patrimônio que havia sido capaz de produzir (Pina Polo, 2016b, p. 169). Concentrando-se no século I, o autor apresenta como exemplo desta prática o próprio Cícero, senador hábil em aumentar a sua herança familiar simples por meio da aquisição de propriedades, empréstimos e outros investimentos, quem concretiza em sua figura a relevância social, política e econômica conquistada em razão do aumento das riquezas (Pina Polo, 2016b, p. 171). Existem inúmeros exemplos tardorrepúblicanos, e em continuidade à reflexão aventada pelo autor citado, percebemos o itinerário financeiro de Ático; o equestre, de origem próspera, multiplicou seus bens de modo notável, envolvido com diferentes áreas de negócios (Perlwitz, 1992) - aprofundaremos sua carreira financeira no próximo capítulo desta Dissertação.

Durante a República, sobretudo dentro do período assinalado neste estudo - lê-se a segunda metade do século I -, além de um identificador moral, a riqueza era ligada ao poder. Ser um homem influente estava vinculado a sua força patrimonial, o dinheiro abria caminhos, promovia redes de contato e certos favorecimentos políticos. Os conflitos internos da República incentivavam o desejo por algum controle, portanto, o uso de recursos próprios

⁴⁸ Sabe-se pouco sobre esse militar. Reconhecido por sua vitória na Batalha de Panormo durante a Primeira Guerra Púnica, ocupou diversas funções políticas, entre elas o cargo do consulado em 251 (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 256).

para a proteção pessoal devido ao aumento na violência, casos de subornos em julgamentos, como Cícero acusa ter ocorrido na absolvição de Públio Clódio Pulcro (93 - 52)⁴⁹, mobilização de clientelas para votações, entre outros casos eram maneiras de buscar poder através de ações financiadas. Paralelo a essas manifestações de autoridade e de forma similar, possuir um bom *status* era uma demonstração de poder. Martin Jehne (2016, p. 190) compreende que os recursos materiais fortaleciam a imagem pública da aristocracia romana, não de maneira isolada mas articulado a reputação familiar, ao talento pessoal, a carreira prodigiosa, as relações interpessoais potentes, etc. Em nossa concepção, mesmo as esferas sociais e culturais elencadas por Jehne eram potencializadas por investimentos econômicos individuais. Ao discutirmos a questão pública e privada na economia republicana, refletimos a respeito dos patrocínios feitos por senadores, equestres, membros das elites para obras públicas. Esse gasto estava vinculado à formação de um *status* influente. De acordo com Jehne (2016, p. 195), a disposição que tinham para investir altas quantias de dinheiro concretiza quão política eram as escolhas econômicas dentro da sociedade republicana e, principalmente, revela a preocupação dos senadores com este campo.

Havendo estabelecido essas questões, adentramos um campo de relevância para a compreensão da dinâmica econômica à época. O dinheiro admitia outras roupagens que não fossem a moeda cunhada? Em nosso entendimento é possível afirmar que sim. Segundo Von Reden (2015, p. 276), há indícios suficientes de que as somas retratadas nas documentações nem sempre se referiam a valores transferidos em moedas ou até mesmo de maneira material. Questionando a perspectiva ortodoxa, a qual nega a possibilidade de patrimônios que não fossem expresso com numerários, Harris (2006, p. 2-3) indaga como Cícero conseguiria transferir 3 milhões de sestércios para a compra de sua casa no Palatino em um período onde as moedas de ouro estavam em recessão. A sugestão de Harris (2006, p. 3) e Von Reden (2015, p. 276) é que ele tenha finalizado a negociação por meio dos *nomina*; esse instrumento financeiro permitia que a compra fosse concluída como um empréstimo. No final da República, conforme discorre Hollander (2007, p. 51), o *nomen* passou a representar o poder aquisitivo em sua forma abstrata. O emprego deste recurso como método de pagamento permitia que o valor fosse enviado em parcelas menores ou usado como moeda de troca.

⁴⁹ Membro da elite romana, pertencia à *gens Claudius*, foi um político e militar reconhecido entre seus contemporâneos. O sacrilégio cometido por ele no rito sagrado de *Bona Dea* afetou as suas ambições individuais e seus relacionamentos interpessoais. Neste episódio, Públio Clódio invadiu o ritual reservado apenas às mulheres romanas e foi descoberto. Ele acabou inocentado pelo júri, mas adquiriu inimigos políticos, sendo Cícero um deles. Ademais, ocupou o cargo de tribuno da plebe e foi responsável por medidas relevantes ligadas à distribuição de grãos. Entre suas ações, Públio Clódio promoveu o banimento de Cícero (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 336).

Nesse segundo caso, nomeadamente um *delegatio*, o credor poderia utilizar os débitos a serem recebidos como compensação em seus gastos com terceiros (Hollander, 2007, p. 52; Von Reden, 2015, p. 276).

Outros aparatos financeiros ilustram como, muitas das vezes, o dinheiro não estava em sua forma física. A *permutatio*, já apreendida neste capítulo, retrata a manipulação de rendas sem moedas. Da mesma forma, as *sygraphae* assumiam o papel de contratos nos os acordos monetários dentro do setor particular. Objetivamente, elas funcionavam como notas promissórias na solicitação de créditos em que havia uma distância entre os partícipes. Para Andrew Collins e John Walsh (2015, p. 135), Hollander (2007, p. 48), Von Reden (2015, p. 277-278), esses documentos serviam aos propósitos econômicos, fosse para efetuar pagamentos, conseguir empréstimos, movimentar altas quantias e, sendo esta a característica que intencionamos iluminar, tinham o mesmo valor que o dinheiro, armazenavam o patrimônio do beneficiário. Em uma perspectiva macro, Collins e Walsh (2015, 135) distinguem as moedas destes fundos abstratos classificando-os como “dinheiro de crédito”. Seguindo a este raciocínio, ressaltamos que, apesar de aplicáveis a distintos contextos, essas ferramentas de negócios se faziam mais frequentes nas relações prestamistas ou em compras que mobilizassem somas consideráveis.

Até esta fase, estivemos cercando a economia romana através de suas características. E, nesse percurso, concluímos que este mundo financeiro tinha seus recursos públicos e privados estruturados em múltiplas frentes, desde o setor agrícola ao bancário, com ênfase na relevância das relações financeiras para o sucesso patrimonial. Gostaríamos, agora, de visualizar alguns eventos decisivos no decorrer do século I que afetaram a realidade política e econômica da República. A interpretação deste pano de fundo é essencial para o raciocínio a ser exposto no próximo capítulo desde que estes episódios coletivos sustentaram as decisões e acontecimentos particulares à época, as trajetórias de Cícero e Ático demonstram isso. Sabemos, sob um amplo prisma, que o último centenário republicano foi caracterizado por transformações profundas da sociedade em foco. As crises atravessadas nesse período são lidas, muitas das vezes, de maneira monolítica. Questionando tal perspectiva, Harriet Flower (2010, p. 17) defende que a finalização do sistema republicano se deu por crises variadas, com suas singularidades políticas, sociais e econômicas, e não por um único fio conflituoso. Com isso estabelecido, focaremos nas crises econômicas de nosso recorte temporal, apresentando-as cronologicamente, mas cientes de que a dissolução da República se deu por inúmeros desencontros sociais e políticos.

A instabilidade externa e interna vivenciadas em Roma na década de 80, as quais tinham relação com a Guerra contra Mitridates VI, Rei do Ponto (132 - 63)⁵⁰ e aos entraves de Sula (138 - 78)⁵¹ e Mário (157 - 86)⁵², bem como à ditadura sulana firmada em 82⁵³, atingiram as arenas financeiras pública e privada. Diante dos episódios políticos e militares, tanto as moedas quanto o dinheiro de crédito, além das propriedades, tiveram sua potência prejudicada (Hollander, 2007, p. 150-151). Elucidando a crise de 89 a 86, Collins e Walsh (2015, p. 148) discorrem acerca do histórico de escassez na emissão de moedas que já acompanhava Roma desde o final dos anos 90, por efeito à desvalorização das moedas de prata em 92 e agravada pela Guerra Social⁵⁴. O anúncio de uma crise de liquidez se fazia presente desde o decênio anterior e foi agravado pelos ataques de Mitridates VI à Ásia, região onde se concentravam os investimentos das elites naquele momento, e por problemas com a oferta das numerárias de ouro. Interessados nas novas regiões anexadas, os grupos credores direcionaram seus recursos para a Ásia, oferecendo-os como empréstimo para provinciais, também financiando construções, etc. A chegada de Mitridates nesse território, no entanto, afetou as transações e fez com que esses homens perdessem suas *pecuniae asiaticae*⁵⁵ (Kay, 2014, p. 245). Em consequência, sem recuperar seus créditos, esses mesmos homens não conseguiam quitar suas próprias dívidas, gerando um efeito dominó.

⁵⁰ Mitridates VI Eupator, governante do Ponto, foi adversário de Roma na disputa pelo território asiático e Mar Mediterrâneo. Somente depois de três guerras, espaçadas entre si, é que Mitridates VI foi derrotado por Pompeu e suas tropas (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 963-963).

⁵¹ Importante político e militar da República, teve sua carreira pública destacada pelos feitos na Guerra contra Jugurta (112 - 106), Guerra Social (91 - 88) e pelo conflito travado diretamente com Caio Mário em Roma - quando disputaram o comando contra Mitridates VI, na Segunda Guerra Mitridática (83 - 81). Vencendo os marianistas em Roma, Sula tornou-se ditador e permaneceu no cargo por anos (de 82 a 79). Nesse período, ele foi responsável por reformas profundas na estrutura republicana, como a duplicação no número de senadores, limitou o poder dos tribunos e governou junto às proscrições, agravando a violência (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 384-385).

⁵² Nascido na região do Arpino, provavelmente de origem equestre, Caio Mário é popular por sua carreira política e conquistas militares. Percorreu todo o *cursus honorum*, sendo eleito sete vezes para o cargo do consulado. Atuou na Guerra contra Jugurta como parte do legado de Quinto Cecílio Metelo. Foi o adversário de Sula na Guerra Civil travada em Roma, após os embates e o domínio de seu rival, Caio Mário acabou exilado na África. Em 86, retornou a Roma, mas morreu antes de articular qualquer movimentação (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 899-900).

⁵³ Sobre isso, vale ressaltar que o cargo de ditador e o regime ditatorial seguiam configurações específicas à Antiguidade. Embora em desuso após a Segunda Guerra Púnica, Sula foi nomeado ditador devido às circunstâncias críticas que cercavam a República, interna e externamente - após os abalos da Guerra Civil e os avanços de Mitridates VI. O cargo, acionado somente em momentos de crise, tinha a vigência de seis meses. No caso de Sula, porém, o prazo foi ultrapassado e reformas promovidas (Mantas, 2015, p. 349, 350, 351).

⁵⁴ A guerra dos aliados italianos e os romanos, denominada Guerra Social, ocorreu entre os anos 91 a 88. A matriz do conflito era a restrição da cidadania romana, que não era aberta aos vizinhos itálicos apesar de suas colaborações com a República (Morais, 2015, p. 366).

⁵⁵ De acordo com a análise de Kay (2014, p. 245), no discurso *De Imperio Cnae Pompeii*, Cícero anuncia o colapso de crédito em Roma devido aos montantes perdidos na Ásia com o início do conflito contra Mitridates VI; para tanto, ele se refere aos valores como as *pecuniae Asiaticae*.

A economia fragilizada devido aos problemas de crédito privado, com dívidas que tendiam a crescer cada vez mais por conta dos juros, somava-se aos problemas financeiros do governo. Segundo Charles Barlow (1980, p. 207), no intervalo de 87 a 80, os gastos após a Guerra Social, o financiamento de legiões na Gália, para além das responsabilidades usuais da República, escoavam o *aerarium*⁵⁶. Nas circunstâncias de crises, uma das medidas aplicadas a fim de controlar os fundos envolvia a redução de moedas no cotidiano, com o objetivo de especular seus valores (Braga, 2018, p. 51). Todavia, diante das dificuldades e incertezas, a liquidez era o caminho mais seguro para se manter o dinheiro, o que levava à busca em converter seus recursos materiais ou imateriais em moedas. As vendas aceleradas de propriedades são um exemplo desse ciclo. Movimento esse que, por sua vez, acarretava a desvalorização da terra e o aumento de juros, assim intensificando a crise (Barlow, 1980, p. 212; Collins; Walsh, 2015, p. 144, 151; Temin, 2013, p. 142). O preço das terras abaixo do normal, uma rede de crédito com sua estrutura abalada em virtude da ausência de pagamentos, a restrição do número de moedas apresentaram à República uma profunda crise de débitos (Barlow, 1980, p. 213).

Naquilo que diz respeito às ações do governo para contornar a situação crítica, Kay (2014, p. 246) argumenta terem sido atitudes pouco razoáveis. Concordamos, por outro lado, com a defesa de Barlow (1980, p. 215). Para esse autor, houve respostas estratégicas à crise, pois diminuir os valores dos débitos garantia que, de algum modo, os patrocinadores recebessem uma parte do investido e pudessem cumprir com as suas obrigações financeiras. Atuando no campo legal, estabeleceram-se leis para facilitar pagamentos, sendo a *Lex Cornelia Pompeia* um dos primeiros projetos introduzidos. Em 88, os cônsules Sula e Pompeu Rufo (*ca.* século II - 88)⁵⁷ afirmaram a lei supramencionada por meio da qual, segundo sugerem os fragmentos interpretados por Barlow (1980, p. 214), todas as dívidas foram reduzidas em 10% e os juros limitados a 8,33% ao ano. Alguns anos depois, em 86, ainda vivendo em tempos de insegurança econômica, implementaram a *Lex Valeria*. Com grande eficácia, a lei aprovada por Lúcio Valério Flaco (*ca.* século II - século I)⁵⁸ determinou o corte de todas as dívidas vigentes - privadas e públicas - em 75% (Barlow, 1980, p. 216;

⁵⁶ A nomenclatura, derivada do *aes*, indica ‘tesouro’. Em Roma, o maior tesouro público se encontrava no Templo de Saturno, no fórum romano, intitulado *aerarium Saturni*. Ali eram mantidos documentos - financeiros ou não - de relevância para a República (Díaz Fernández; Pina Polo, 2021; Hornblower; Spawforth, 1996, p. 24).

⁵⁷ As informações acerca de Quinto Pompeu Rufo são concisas: sabe-se que esteve ativo em Roma na década de 90, ocupando o cargo de *praetor urbanus* e, depois, em 88 o consulado junto a Sula (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1181).

⁵⁸ Integrante da *gens Valerius*, ele foi uma figura relevante no suporte da ditadura instalada por Sula. As menções a seu respeito são breves; ele parece ter falecido logo após o início do regime sulanita. Não há estimativas para as datas de nascimento e morte (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1531).

Braga, 2018, p. 51). Havendo a queda dos débitos, o preço das propriedades e do dinheiro se reajustaram, equilibrando as interações monetárias novamente. A drástica redução dos valores afetou cada cidadão de uma maneira diferente. Nesse viés, há divergências historiográficas a respeito do nível geral de satisfação obtido com a *Lex Valeria*. Em nossa leitura, entendemos que, apesar de terem seus rendimentos afetados, os credores tiveram seus benefícios ao finalizar seus próprios débitos. Dessa maneira, não nos ateremos a esse debate em específico, concluindo com o inegável impulso que essa lei proporcionou à vida econômica em 80 (Collins; Walsh, 2014, p. 152).

A segunda crise financeira a atingir grandes proporções ocorreu na década de 60 e seus efeitos foram tão profundos que resultaram na revolta de Catilina em 63. Já ponderamos que a vida política em Roma dependia dos financiamentos de cada indivíduo: a virtude de um homem era medida segundo o seu patrimônio, bem como o sucesso da trajetória pública era proporcional à quantidade de recursos aplicados. Tal dinâmica mantinha-se equilibrada nos períodos de paz, porém, reagia drasticamente às variações econômicas e políticas inesperadas e o episódio de Catilina exemplifica isso (Frederiksen, 1966, p. 130). O decênio em foco se caracterizou por desafios na política além-mar e nas estruturas internas. O conflito contra Mitrídates VI teve a sua finalização apenas em 63; além das batalhas na região asiática, os romanos confrontaram saqueadores no Mediterrâneo que estavam barrando a chegada de cereais no continente. Na mesma fase, problemas com raízes antigas ressurgiram no cotidiano de Roma: os italianos agregados à cidadania romana lidavam com obstáculos sociais, políticos e econômicos que dificultavam a sua participação integral, e os problemas de divisão agrária, de acesso à terra também fundamentaram as dissidências do período.

Sobre esse aspecto, Timothy Wiseman (2008, p. 346-347) explica-nos as adversidades rurais sofridas por famílias pobres e veteranos de Sula. Desafiados pelos grandes proprietários e cruzando más colheitas, esses grupos viram a retração de seus pequenos negócios e viam-se forçados a contrair empréstimos. Quando perdiam suas posses, esses grupos migravam para Roma, sofriam, assim, com as flutuações econômicas e elevavam o número de desfavorecidos na cidade (Braga, 2018, p. 52). Além disso, o aumento dos endividamentos intensificou a tensão que se instalava. O uso de juros exacerbados para contratos feitos com provincianos e a aquisição incontida de créditos por senadores e equestres desequilibraram, mais uma vez, os fundos públicos e privados. Muitos aristocratas acabaram endividados e sem recursos para completar os seus pagamentos, o que acabava comprometendo as transações subsequentes (Wiseman, 2008, p. 348). Em paralelo, depois de alguns anos com o denário fortalecido, o governo voltou a lidar com desafios relacionados à liquidez. Na ótica de Kay (2014, p. 258),

Cícero oferece-nos uma evidência direta acerca das dificuldades da cunhagem quando, em seu discurso *Pro Flacco*, relata seu cuidado em impedir a exportação de ouro e prata de Puteoli. É plausível depreender, conforme julga o autor citado, ser uma tentativa do senador em evitar a piora do quadro da liquidez em território italiano.

A conspiração organizada por Lúcio Sérgio Catilina (108 - 62)⁵⁹ é uma expressão direta do cenário conturbado e, segundo entendemos, reflete quão imbricadas estavam as esferas política, econômica e social da República. Concorrendo ao consulado na eleição de 64, em sua terceira tentativa, Catilina se esforçou financeiramente em sua campanha. De origem patricia, seus discursos valorizavam a glória da tradição romana e atacavam a Cícero, quem disputava o cargo sendo um homem novo⁶⁰. Foram eleitos Cícero e Caio Antônio Híbrida (? - ca. século I)⁶¹ para o seguinte ano consular e, em consequência, Catilina não viu o retorno dos recursos aplicados para sua vitória. Além das dívidas acumuladas, ele carregava a insatisfação de ter perdido, por três vezes consecutivas, a chance de se tornar cônsul. Todavia, Catilina não era o único aristocrata endividado e descontente com os desdobramentos políticos da República, outros senadores e equestres se encontravam na mesma situação. Ele conseguiu se aproximar também das camadas pobres da cidade, utilizando seu endividamento como ponte a essas pessoas, pois Catilina propagava ser capaz de atuar pelos interesses da plebe (Wiseman, 2008, p. 352-354). Considerando o contexto de crise econômica, Braga (2018, p. 52) alega que as promessas de recuperação financeira eram o eixo central de seus discursos, de modo que encontrou apoiadores dentro de vários setores. Ao mesmo tempo em que Catilina desenhava o início de sua conspiração, outros levantes aconteciam pelo território republicano em reação à crise instalada. Apesar da frequência com a qual são atreladas ao conspirador em questão, conforme a perspectiva de Roberta Stewart (1995) e Wiseman (2008), as insurreições lideradas na Etrúria, Apúlia e Cápua originaram-se por iniciativa própria dos italianos frustrados com a falta de lotes para produção, ausência de direitos agrários e políticos, além do enfraquecimento financeiro.

⁵⁹ Catilina pertencia a *gens Sergius*, logo, possuía origem aristocrata, mas poucas riquezas. Sua trajetória militar foi marcada pela Guerra Social, na qual serviu a Pompeu Estrabão, pai de Pompeu Magno. Ele também esteve entre os apoiadores da ditadura sulanita. Suas ambições políticas foram frustradas ao perder todas as campanhas eleitorais - três no total - para o consulado. Em resposta, no ano de 62, organizou uma conspiração contra os magistrados eleitos e a própria República, a qual acabou reprimida por Cícero, cônsul eleito, e pelo Senado (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1353).

⁶⁰ No latim *homo novus*, empregava-se este termo para indicar os primeiros homens de uma *gens* a ingressarem na vida política em Roma (Pina Polo, 2016b, sem paginação).

⁶¹ Integrante da *gens Antonius*, atuou militarmente sob o comando de Sula e, após a ditadura, lançou-se no percurso público. Percorrendo o *cursus honorum*, alcançou o consulado ao lado de Cícero em 63. Ofereceu apoio ao arpinate contra Catilina ao receber a província da Macedônia para governo, onde acabou proscrito devido às acusações de extorsão. Foi restaurado de seu exílio por Júlio César, compondo o Senado, e, posteriormente, em 42, o cargo de censor sob o Segundo Triunvirato (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 113).

Visualizamos, por esse meio, os eventos que cercavam os planos de Catilina para atacar os magistrados eleitos em 63. As informações sobre a conspiração teriam chegado até Crasso em cartas anônimas, as quais foram levadas até Cícero, que já ocupava oficialmente o cargo de cônsul e denunciou o seu adversário no Senado - esse momento se materializa por meio das *Orationes in Catilinam*. O golpe planejado envolvia o assassinato dos magistrados eleitos e o início de uma guerra contra a República. Diante das provas, mesmo com a pressão dos apoiadores de Catilina, o Senado declarou-o culpado e determinou seu exílio. Para Wiseman (2008, p. 355), não haveria outra alternativa para o aristocrata que não fosse a sua retirada de Roma haja vista a falência patrimonial, débitos em aberto e proscricções por violência. No entanto, descumprindo a rota acordada para seu exílio - ele deveria seguir para Marselha -, Catilina seguiu para o norte para unir-se às insurreições italianas. Quando a notícia chegou a Roma, o Senado designou Antônio, também cônsul da República, como comandante para deter as forças que se uniam naquela parte do império. Nesse intervalo de tempo, localizaram os conspiradores aliados em Roma e Cícero condenou-os à morte (Braga, 2018, p. 52; Wiseman, 2008, p. 356-358) - atitude que gerou controvérsias para a sua imagem: mesmo conquistando o título de *pater patriae*⁶² devido à condução da ameaça ao governo, a ala mais tradicional enxergava as suas ações como ataques ao *mos maiorum* republicano (Pina Polo, 2016b).

Ao contrário da abordagem legal adotada na década de 80 para o controle da crise, o Senado e as assembleias não lideraram nenhuma solução objetiva. Isso, como verificamos acima, elevou a tensão interna e pretextou a conjuração de Catilina. A instabilidade vivenciada até aquele momento acabou, como defende Wiseman (2008, p. 360), controlada pela vitória obtida por Pompeu na Ásia contra Mitridates VI. O sucesso da campanha militar e a derrota dos conspiradores prometeram paz e prosperidade para o governo, diminuindo as agitações políticas. A discussão acerca do acesso de cidadãos ao *ager publicus* foi recorrente com o retorno de Pompeu, uma vez que a sua chegada declarava as novas porções de terra no Oriente e trazia como demanda a oferta de assentamentos aos seus soldados, logo, jogando luz sobre o tema da repartição de terras (Marin, 2009, p. 110). De qualquer forma, o maior apelo econômico foi liderado por Catão, o Jovem (95 - 46)⁶³. Ocupando o cargo de tribuno da plebe,

⁶² O título indicava a responsabilidade que um indivíduo possuía em defender a República, a sua tradução literal para o português é “pai da pátria”. O termo foi designado apenas duas vezes durante os séculos republicanos: para Cícero, após suas ações contra a conspiração de Catilina, e para Júlio César depois da vitória na batalha de Munda em oposição aos pompeianos no ano de 45 (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1089).

⁶³ Também conhecido como Catão de Útica, era sobrinho de Lívio Druso e, além do histórico familiar, ficou conhecido por suas ações políticas rígidas e morais. Defensor da filosofia estoica e das tradições romanas, tornou-se uma inspiração aos cidadãos que buscavam a virtude (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1169-1170).

ele recuperou a *lex frumentaria* iniciada por Caio Graco (154-121)⁶⁴ e pressionou o Senado para a aplicação desta. Embora não tenham sido preservados fragmentos que apresentem o conteúdo, sabe-se que Catão seguiu uma linha similar à abordada por tribunos anteriores. Com efeito, a proposta visava à redistribuição dos grãos e à queda nos preços a fim de contemplar mais famílias pobres em Roma (Marin, 2009, p. 108; Wiseman, 2008, p. 359).

A terceira crise econômica está datada entre 49 e 45, correspondendo ao período da Guerra Civil travada por Júlio César e Pompeu. Na verdade, a instabilidade financeira já assombrava os cofres patrimoniais e o *aerarium* desde o início do ano 50, de tal forma que um decreto senatorial ratificou 12% como o limite anual dos juros cobrados sobre os empréstimos. Sobre isso, Verboven (2003, p. 2) advoga que, considerando a cautela do Senado em aprovar medidas desse teor, uma ação “popular”, conforme qualifica o autor, é plausível para lermos a decisão como consequência a um quadro econômico desfavorável. Afinal, interpretamos que, em um cenário de crise monetária, reduzir a usura cobrada era uma alternativa para garantir que ao menos algum lucro seria obtido e para evitar o crescimento desenfreado dos débitos sem pagamento. A situação se agravou com a oficialização do embate civil, a tensão política foi elevada com a travessia de César no território italiano e incentivou os grupos sociais a acumularem dinheiro cunhado como um meio de proteger seus bens.

De forma similar aos anos 80, a economia de crédito entrou em colapso. Visualizamos, em congruência com Verboven (2003, p. 4), a queda dos preços fundiários em consequência às sobrecargas de dívidas. Para quitar os débitos, os proprietários colocavam suas terras à venda, no entanto não encontravam compradores, estavam todos em condições similares. Ademais, as propriedades eram vistas como um investimento de risco frente às batalhas. A disponibilidade de terras para compra as desvalorizou, aprofundando ainda mais a crise. Outro fator, de acordo com Collins e Walsh (2014, p. 154), para a queda de preços fundiários foi a confiscação de terras realizada por César em seus avanços militares, assim ele manteve a demanda inferior à procura. Esse cenário se manteve até a segunda metade de 45, quando César apresentou medidas legais para a estabilização dos valores (Frederiksen, 1996, p. 134). Igualmente, a fome era um problema em Roma no primeiro ano da guerra. Além da escassez

⁶⁴ Eleito duas vezes consecutivas para o tribuno da plebe, Caio Graco compartilhava as ideias de seu irmão Tibério Graco e compôs a comissão agrária elaborada por ele. Apoiando a reforma e a redistribuição de terras, a *lex frumentaria* foi uma das medidas mais relevantes apresentadas por ele - a lei em questão determinava que a população tivesse acesso a grãos em preços razoáveis, valores normalmente subsidiados pela própria República. Caio Graco também foi responsável pela proposta de cidadania aos aliados italianos, a fim de englobá-los na redistribuição fundiária, no entanto a lei foi vetada por outros magistrados. Ao perder a campanha de 121, Caio Graco juntou-se a Marco Fúlvio Flaco, o qual organizava um levante, e ambos foram assassinados por seus opositores (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1344).

de grãos, o medo sobre o futuro republicano piorava as coisas e expunha a debilidade do sistema de alimentos. Verboven (2003, p. 5) quantifica um aumento de 50% no valor do milho, encarecimento que prejudicou os cidadãos urbanos e, inclusive, as tropas cesarianas instaladas na Espanha.

Os credores passaram a cobrar os seus devedores, exigiam pagamentos imediatos e em moeda. Diante da incerteza provocada pela guerra, além das propriedades e da cunhagem, quaisquer outros instrumentos financeiros eram vistos como um risco (Collins; Walsh, 2014, p. 154). Todavia, a economia estava debilitada e os devedores não conseguiam arcar com as dívidas, o cenário geral impossibilitava o rol de negociações e trocas de créditos. Inscrito nesse contexto, Cícero, a saber, relata os empecilhos encarados por contemporâneos e por ele próprio. Também em maio de 49, ele discute com Ático a demora em receber os empréstimos que havia concedido, o que afetava as suas obrigações financeiras. No trecho, quando Cícero atrela a provável desculpa de Quinto Áxio por atrasar o seu pagamento à “situação atual”, entendemos que o senador faz referência à crise econômica geral instalada na República. Junto a ele, o arpinate recupera o nome de Lepta e sugere haver outros homens lhe devendo, novamente colorindo uma estrutura de empréstimos enfraquecida. Lemos a passagem:

Em relação às questões financeiras, não quer dizer que ele não queira pagar você (escutei isso da própria boca dele). Já Quinto Áxio⁶⁵, neste meu exílio, se não me devolver os doze mil sestércios que emprestei a seu filho é porque recorre à desculpa da situação atual, e se Lepta⁶⁶, e os outros (Cíc., *Att.* X. 11).

As informações a respeito de como os setores urbanos pobres receberam a crise econômica da República são escassas, mas podem ser feitas sugestões a partir das propostas para isenção de aluguéis e cancelamento de dívidas feitas por Marco Célio Rufo (*ca.* 88 - 48)⁶⁷ e Públio Cornélio Dolabela (*ca.* 69 - 43)⁶⁸, operações que refletem a amplitude da

⁶⁵ Devido à ausência de documentação a respeito de Quinto Áxio, são desconhecidas informações biográficas e detalhes específicos de sua interação com Cícero. As menções a Áxio no conjunto epistolar ciceroniano permitem reunir alguns dados: ele tinha um filho chamado Gálio e um senador ativo nas redes prestamistas tardo-republicanas (Rodríguez-Pantoja Márquez, 1996). As suas datas de nascimento e morte, negócios e trajetória são incógnitas.

⁶⁶ Identificado pelos autores de ambas as traduções empregadas neste trabalho como Páconio Lépidia de Cales. Figura ligada aos acontecimentos políticos e sociais à época e, como se percebe pelas recorrentes menções feitas por Cícero, próximo do senador. Apesar disso, não existem dados suficientes para compreender essa figura (Rodríguez-Pantoja Márquez, 1996).

⁶⁷ Político e orador romano proeminente entre seus contemporâneos, foi responsável pelo processo contra Caio Antônio Híbrida em 59, em virtude dos crimes cometidos por esse governador na Macedônia. Entre seus feitos, observa-se a sua participação como legado de César na Hispânia durante a Guerra Civil e a proposta para o cancelamento de dívidas em Roma (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 261).

⁶⁸ Aristocrata romano, Dolabella pertenceu à *gens Cornelius*, foi um político reconhecido. Destaca-se, em sua vida, o casamento com Túlia, filha de Cícero, que terminou em divórcio no ano de 46. Ele nunca concluiu a devolução do dote que recebeu. A sua participação na Guerra Civil também é ressaltada, ao lutar junto às tropas cesaristas até 49 e, depois, abandoná-las ao mover-se para a Grécia. Ele retornou à política romana ao ser

recessão (Frederiksen, 1996, p. 133). No tocante às iniciativas para gestão da crise, a atitude mais objetiva ocorreu no final de 49 com a chegada de César a Roma. Deparando-se com as altas dívidas, a suspensão das relações de crédito, a fome, a crise de liquidez e diminuição do valor das propriedades, César determinou que as terras deveriam ser avaliadas nos preços anteriores à guerra e os credores precisavam aceitá-las como parte do pagamento. A questão do crédito parece ter sido melhor trabalhada entre 46 e 45, período no qual César introduziu uma lei requerendo o investimento doméstico por parte dos dirigentes com o objetivo de concentrar as transações financeiras no território romano e ampliar a circulação do dinheiro entre os cidadãos. Ainda nesse espectro, dentro das reformas colocadas pelo general, a *Lex Julia de bonis cedendis* foi o movimento mais incisivo para a liquidação das dívidas acumuladas. Por meio dela, os devedores possuíam autorização para ceder uma porcentagem de seus bens como moeda para finalizar seus débitos. Em adição, essa medida protegia os devedores da desonra pública - a *infamia* - e outras condenações públicas. Vale frisar, no entanto, que essa concessão não era oferecida a todos os cidadãos, apenas àqueles homens com bens o suficiente para liquidar suas dívidas e ainda manter a si e a sua família. Logo, nos casos dos homens pobres, esta não era uma opção, a eles era comum se tornarem escravos de seus credores (Frederiksen, 1996, p. 134-135; Kay, 2014, p. 262). As resoluções cesarianas abrandaram as circunstâncias econômicas desfavoráveis e, com a *Lex Julia*, as dinâmicas de empréstimo se tornaram menos irrestritas, havendo limites para as cobranças de pagamentos (Frederiksen, 1996, p. 141).

Percebemos, de maneira geral, como os episódios políticos e sociais estavam conectados aos desequilíbrios financeiros pelos quais atravessou a República. Ainda que os tenhamos apresentado de modo objetivo, ressaltamos como tais abalos ressoavam durante anos, até que se alcançasse novamente a estabilidade. Neste tópico do segundo capítulo, elucidamos os mecanismos e dinâmicas gerais do universo financeiro republicano. As relações prestamistas, como pudemos analisar, compuseram um dos setores econômicos mais importantes desta época. A qualquer sinal de ruptura ou irregularidade na interação credor e devedor, outros pilares se viam afetados, como demonstram as três grandes crises aludidas por nós. Face a isso, no tópico seguinte, concentrar-nos-emos em compreender a fundo como se organizavam os empréstimos, sua origem, quais interesses poderiam cercá-los, assim

perdoado por César e manteve a sua carreira em Roma até 43, quando disputou o proconsulado da Síria com Caio Cássio Longino. Em uma rota de violência, Dolabella foi declarado inimigo público e, perdendo espaço militar para Caio Cássio, suicidou-se (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 378).

desenvolvendo a nossa argumentação e colorindo o espaço econômico em que se interligavam Cícero e Ático.

2.3 A compreensão sobre atividade prestamista na República Romana no século I A.E.C.

O início da dinâmica bancária em Roma é recuado, com menções à presença de banqueiros no Fórum romano desde a primeira metade do século IV, tendo ocorrido seu fortalecimento apenas no início do II centenário. No princípio, a prática teria se inspirado nos *trapezitai*, financistas gregos responsáveis por receber pagamentos e oferecer créditos (Andreau, 2003, p. 30; Kay, 2014, p. 113-114). Entretanto, ainda que se atestem referências tão afastadas, é crucial pontuarmos a heterogeneidade dessa categoria de profissionais e, por consequência, levarmos em consideração seus desenvolvimentos específicos. A primeira diferenciação diz respeito à divisão entre grupos de financistas por ofício, os quais extraíam a sua renda por meio da função bancária exercida e, em sua maioria, eram homens libertos sem propriedades, e o segundo círculo formado por aristocratas que igualmente ofereciam serviços financeiros, contudo usufruíram de maior influência (Andreau, 2003; 2021).

No recorte analisado por nós, os financiadores profissionais eram reconhecidos pelas seguintes nomenclaturas: 1. *nummularii*, 2. *argentarii*, 3. *coactores argentarii*. Respectivamente, eles realizavam câmbios de moedas e conferiam a autenticidade dos materiais, ademais, não dispunham de um local fixo, poderiam estar em comércios ou em praças para negócios. Em seguida, os *argentarii* atuavam de forma mais ampla, aceitando depósitos, fornecendo empréstimos e créditos para leilões. Por último, os *coactores argentarii* executavam as mesmas tarefas que a categoria anterior, concessão de financiamentos, somadas à função de cobrança dos devedores (Andreau, 2021, p. 326). Os homens nas funções recortadas não estabeleciam negócios com representantes de grupos dirigentes, sua banca era restrita e destinada a indivíduos de outros setores, fossem libertos, plebeus, comerciantes, etc. Embora fossem descritos por sua profissão, Peter Temin (2013, p. 178) pretexto a ausência de normas ou licenças para o funcionamento das transações e, da mesma forma, assinala não ter havido uma organização, regulamentos entre os próprios banqueiros. Por uma linha argumentativa análoga, Andreau (2003, p. 10) pondera terem sido inexistentes deliberações legislativas para os *nummularii*, *argentarii* e *coactores argentarii* do sistema republicano ao início do Império.

Em certo nível, dada a floração contínua dessa categoria e sua importância nos hábitos financeiros, códigos foram promulgados com a intenção de controlar suas ações. Durante a

República, pode ser percebida alguma fiscalização do governo e agentes reguladores, como éditos por pretores para algumas das atividades realizadas pelos profissionais. A saber, caberiam normas aos câmbios de moedas, às movimentações de taxas que continham porcentagens destinadas à República, à liquidação de dívidas, etc. (Andreaeu, 2003, p. 101-102; Temin, 2013, p. 177). Esse padrão manteve-se até o avançar dos anos imperiais quando é percebida uma maior regulamentação da prática bancária profissional. A documentação jurídica *Digesto*, do século VI Era Comum, apresenta alguns princípios que deveriam basear as transações profissionais. Temin (2013, p. 177) interpretou-os como uma medida para equilibrar a atuação bancária desde que não havia sido formalizado outro texto legal. Na documentação citada, somente duas decisões foram tomadas com bases legais: a primeira negava a participação de mulheres como banqueiras; a segunda determinava que todos os banqueiros deveriam disponibilizar seus registros das movimentações de recursos - de clientes ou contratantes terceiros - em demandas normativas. No que tange o cenário discutido, Andreaeu (2003, p. 102) alerta que, mesmo em sua fase mais sistematizada, as regras e determinações jurídicas prescreviam sobretudo as relações profissionais, sem grandes acessos aos acordos privados (Andreaeu, 2003, p. 102).

Mencionamos acima que as elites, aristocratas e equestres, realizavam funções financeiras. Seguindo a proposta de Andreaeu, distinguem-se os banqueiros por profissão dos outros financiadores, e, almejando manter a coerência dos argumentos, apresentamo-los em separado. Preliminarmente, convém termos consolidado que o empréstimo de dinheiro, com ou sem usuras, não foi ilegal ao longo da República e, à vista das suas explícitas descrições em fontes textuais, não se configurava como inaceitável entre patrícios, cavaleiros e senadores (Andreaeu, 2003, p. 13). As acusações legais que são encontradas, em sua maioria, referem-se a créditos concedidos sob juro desproporcionais ao fixado, mas não ao exercício em si. Na prática, foi durante a segunda metade do século I que os acordos prestamistas se tornaram comuns à vida política (Kay, 2014, p. 127; Andreaeu, 2021, p. 363). Efetuados por intermédio de redes de contato informais, os empréstimos eram conseguidos dentro das redes de contato, através das relações de amizade, patronagem ou demais naturezas. A categoria em foco diferenciava-se dos profissionais por utilizarem seus fundos pessoais, ou ocasionalmente de amigos que visassem aumentar suas rendas, nas ofertas de crédito, logo não vistos como profissionais. Expliquemos por um instante que o ofício com o qual as elites romanas viam-se comprometidas de fato era o agrônomo, elas não alimentavam o hábito profissional. A prioridade desses círculos sociais era com a sua formação erudita, pois dedicavam-se à filosofia, aos estudos retóricos. Por tal viés, Deivid Valério Gaia (2018b, p. 653) argui a

respeito da essência diletante das elites, de acordo com o historiador, apesar da aproximação gradual ao mercado marítimo e à vida agrária, elas não se formavam tecnicamente para tanto. Desse modo, as funções exercidas no seio de suas redes particulares eram informais, davam-se por intermédio de acordos extraoficiais e sem uma responsabilidade laboral. Entretanto, estar limitada aos contatos não significava restringir o impacto sobre cada indivíduo ou à República. Tais teias de conexões privadas permitiam a expansão do patrimônio material e imaterial, em outras palavras, geravam retorno monetário, político e social.

Nesta interação, paralelamente aos negócios oficiais administrados pelos *argentarii*, havia intermediários e financiadores dentro das relações próximas, atuando de forma informal ou especializada. Ao se concentrar nesses exercícios, Verboven (2008) discute termos empregados e suas funções, alguns deles pouco abordados pela historiografia. Pincelemos-los resumidamente: o autor identifica menções ao papel de *intercessor*, traduzidos como fiadores de dívidas. Em acordos de empréstimo, o credor poderia solicitar uma figura de confiança para concretizar a transação, um mediador responsável em garantir o pagamento do débito, em troca uma comissão era oferecida a ele. Nos casos em que o devedor abandonava a sua obrigação, o fiador ficava encarregado de cumpri-la e recorria à *actio mandati*⁶⁹ para seu ressarcimento (Verboven, 2008, p. 225-226). Já os *proxenetae* intermediavam os acordos de modo menos incisivo e não respondiam por nenhum dos negociantes. Por uma compensação financeira (chamada *proxeneticum*), eles ajudavam mercadores em suas vendas, com empréstimos e demais contratos.

De modo similar, também em atitudes passivas, estavam presentes os *pararii*. Os registros dos acordos, anotações de todos os débitos e pagamentos eram parte de seu trabalho. Quando ocorriam situações legais e requisitavam-se provas, podiam analisar os cadernos dos *pararii* como documentação. Essa categoria não era um compromisso único, muitos *argentarii* ocupavam-se desta atividade e portavam-se como seus próprios contadores (Verboven, 2008, p. 227-228). Ainda sobre as atividades de crédito, Verboven (2008, p. 229) elucida a importância das *delegationes*, a organização de transferência de débitos feitas dentro dos arranjos. As mudanças, no entanto, eram complicadas e exigiam que todos os participantes estivessem alinhados quanto à transação e aos prazos. Desabafando a respeito do atraso de seus devedores, Cícero se preocupa com a organização feita por Dolabela, quem

⁶⁹ Uma movimentação legal devido à ruptura da confiança entre as partes por meio da qual o mandatário poderia reaver de seu mandante a quantia suportada para o pagamento. A sua execução trazia infâmia e, consequentemente, descredibilizava a honra pública do mandante, sendo vista como uma das punições mais graves na ação judicial privada (Verboven, 2002, p. 229).

deveria restituir o dote de Túlia ao arpinate, e assim nos proporciona um exemplo dessa prática: “Mas, o que mais me preocupa são as contas vindas dos meus atrasos; embora já estejam em ordem, a dívida de Dolabela está entre essas e os devedores que agora configuram devido à transferência me são desconhecidos, estou preocupado [...]” (Cíc., *Att.* XVI. 3).

Debatidos com mais frequência nos trabalhos históricos estão os *faeneratores* e *procuratores*. Apesar de não configurarem um grupo profissional, as transações conduzidas por esses indivíduos exerciam um impacto significativo na economia republicana. Vale frisar como, apesar do empréstimo e do lucro com juros não terem sido uma atividade ilícita, existiam certas fronteiras morais que não deveriam ser atravessadas. A prática da *faeneratio*, por vezes, atingia proporções elevadas, com homens emprestando dinheiro a regiões inteiras, governantes, etc. (Andreaeu, 2003, p. 144-145; Verboven, 2008, p. 212). Diante da heterogeneidade que forma o grupo dos *faeneratores*, Gaia (2018b, p. 655) distingue-os em dois blocos: (1) as elites interessadas na economia de crédito, que a praticavam de forma esporádica, não substituindo seus outros recursos e (2) sujeitos especializados no ramo do empréstimo, que tinham essa atividade como única fonte de renda.

Os ricos interessados em lucrar operavam em lugares diversos e faziam negócios com qualquer indivíduo, independentemente da posição social. Eles não eram profissionais, no entanto muitos se dedicavam a garantir a sua principal renda por meio da concessão de crédito. Recorrentemente, cavaleiros romanos e senadores atuavam nas margens de seus grupos como *faeneratores*, multiplicando suas riquezas de forma considerável (Verboven, 2008, p. 213). O tio materno de Ático, Quinto Cecílio Metelo, era um notório *faenerator* entre seus contemporâneos e exemplifica a atuação e o lucro obtidos por dirigentes por meio dos empréstimos (Andreaeu, 2003; Horsfall, 1989; Perlwitz, 1992; Verboven, 2008). Aqueles a se enquadrarem na configuração acima discorrida, atuava por ocasião e, com efeito, determinava os seus próprios juros. Tal autonomia facilitava o uso de taxas abusivas e o caso dos salamis com Bruto expressa isso - episódio já abordado no tópico anterior. O segundo modelo em que operavam os *faeneratores*, especializados nas operações de crédito se concentravam na região do *Ianus medius*, espaço aberto próximo ao Fórum onde ofereciam serviços, formalizavam acordos e encontravam outros negociantes. Não estavam inclusos nesse grupo aristocratas, embora fossem homens de influência política e econômica expressivas dentro das elites (Verboven, 2008, p. 217-218).

Seguindo o ritmo independente, isto é, fora de instituições, os *procuratores* tinham como responsabilidade administrar negócios, propriedades de colegas senadores e cavaleiros. Na maior parte dos casos, estavam envolvidos homens do mesmo nível político desde que a

função demandava confiança e proximidade. O papel exercido por eles é central, como evidenciam Andreau (2002, p. 18) e Verboven (2002, p. 233), na articulação financeira aristocrática, afinal, ficava sob a responsabilidade desses sujeitos aceitar pagamentos, realizar transações financeiras em geral, iniciar processos em nome do seu vínculo, assisti-lo. Alguns elementos são difíceis de estabelecer, mas, em termos gerais, o autor supracitado interpreta o uso deste termo, *procurator*, como referência a cuidados políticos, sociais, religiosos, familiares e financeiros. Para além dos conselhos políticos e da influência econômica, o procurador assumia também a responsabilidade das dívidas e, na ausência de seus mandantes, tornavam-se os encarregados de quitá-las, podendo serem levados a juízo caso não as cumprissem (Verboven, 2002, p. 230). Cícero registra a ação de *procuratores* em momentos variados em suas cartas a Ático, seja comentando casos de terceiros ou relacionados às suas finanças. Em uma das cartas catalogadas por nós, ele compartilha com Ático a alternativa de responsabilizar os procuradores de Dolabela, caso ele não cumpra com o prazo da devolução do dote. O senador deixa explícita a gravidade de recorrer a essa opção, no entanto, pondera ser necessário priorizar a sua própria dignidade. Assim, ele escreve:

E quanto à soma devida, quero agir com absoluta veemência e severidade. Admitindo que, ao que parece, recorrer aos fiadores é, de certa forma, 'mal visto', gostaria que considerasse o seguinte: podemos, sem recorrer aos fiadores, chamar seus mandatários a juízo. Eles não entrarão em litígio e, se o fizerem, sei bem que os fiadores serão liberados (Cíc., *Att.* XVI. 15).

Havendo considerado os agentes e instrumentos que circundavam a economia de crédito, voltemo-nos às razões pelas quais os empréstimos promoviam tanto a vida financeira na Roma republicana. O desejo de manter-se acima dos abalos à época, a aspiração luxuosa tradicional dos *nobiles*, o crescimento da corrupção, investimentos em jogos, indubitavelmente, incentivaram a presença dos senadores e equestres na busca por empréstimos (Shatzman, 1975; Verboven, 2002). Entendemos, a partir das explicações de Verboven (2002, p. 148), que os empréstimos poderiam acontecer de forma “produtiva ao crédito”, quando se quitavam dívidas com os valores adquiridos na transação prestamista, ou para uso “não rentável”, ou seja, destinado a gastos materiais e compras particulares. As motivações para aquisição de crédito, portanto, possuíam raízes variadas. Episódios civis, como guerras e crises políticas, questões familiares envolvendo dotes, presentes são algumas das circunstâncias a levar os indivíduos a buscarem por empréstimos.

No que se refere às origens dessas transferências, Verboven (2002) oferece-nos uma extensa lista com exemplos e explicações detalhadas dos possíveis usos feitos com o

financiamento. Para além das razões a guiarem a oferta e o aceite de créditos, compreendemos ser cabível afirmar a existência de um interesse profundo e geral da elite tardo-republicana em participar da atividade prestamista. A acentuada ação dirigente na esfera econômica é inventariada por Israel Shatzman (1975): o historiador identificou 27 homens⁷⁰, de distintos níveis políticos, operantes na concessão e aquisição de crédito - entende-se serem financiadores e devedores. Vale frisar que, apesar de norteadora, não devemos nos engessar à lista citada e sim considerar a expansão de nomes acrescentados durante as décadas de estudos ligados às interações financeiras na República. A título de exemplo, observamos Júlio César e os débitos que acumulou durante toda a sua vida. As celebrações de suas conquistas, fossem no campo político ou militar, eram custosas e exigiam grandes movimentações financeiras. No momento em que foi nomeado pretor, no ano de 62, suas dívidas somavam 25 milhões de sestércios⁷¹. Ademais, Ático parece-nos uma figura decisiva na compreensão do sistema de crédito - apesar de, em razão da reduzida documentação ligada a ele, ser pouco explorado. As intenções monetárias, a trajetória e os investimentos do equestre serão explorados no próximo capítulo. Por ora, sublinhando o empréstimo do dinheiro no cotidiano antigo, frisemos as amplas redes de crédito sustentadas por ele e, principalmente, a fortuna pessoal que foi capaz de multiplicar por meio da concessão de dinheiro sob juros (Perlwitz, 1992).

Sabemos, com base no raciocínio que construímos até aqui, que o mundo financeiro estava sujeito aos acontecimentos políticos e sociais da República. Assim, considerando o setor de crédito em específico, percebemos os episódios de crises como exemplos desse sistema. A guerra entre Pompeu e Júlio César demonstram o impacto negativo que os débitos não pagos poderiam gerar. Nesse período, as dívidas gerais tornaram-se expressivas devido à crise de liquidez, que dificultava os pagamentos, e ao colapso da dinâmica de prestamista. As movimentações financeiras se concentravam nas redes próximas, como Catão, o Jovem, que, por meio de relações de tutela, conseguiu empréstimos para ajudar seus aliados, os pompeianos. Pompeu obteve suporte monetário através de vínculos próximos, a saber, através de Cícero recebeu um crédito de um milhão de sestércios (Cíc., *Att.* XI. 2; Verboven, 2002, p.

⁷⁰ Disponibilizamos, em citação direta, os nomes apontados pelo pesquisador: “Lúcio Aélia Lâmia, Caio Albínio, Caio Âncio, Marco Ânio, Marco Antônio, Marco Aufídio Lurco, Quinto Áxio, Quinto Metelo Cipião, Lúcio Pio, Quinto Concílio, Públio Cornélio Sula, Caio Fundânio, Caio Júlio César, Marco Bruto, Marco Crasso, Lúcio Lúculo, Lúcio Lúcio, Lúcio Munácio Planco, Pompeu, Marco Cato, Caio Públio Maléolo, Caio Rabirio Póstumo, Quinto Silício, Quinto Titio, Marco Cícero, Quinto Cícero, Verres.” (Shatzman, 1975, p. 76).

⁷¹ *Sestercii*, no singular em latim, era uma unidade monetária empregada no território romano durante a República Tardia e Império, e passou a ser utilizado na segunda metade do século II, como substituto da moeda *as* (Kay, 2014, p. 24).

153)⁷². Nos casos de maior instabilidade, mesmo arranjados com parceiros de negócios e utilizando baixos juros, a aquisição de crédito poderia evoluir para um problema. Logo, é comum observarmos a preocupação de Cícero não prolongar as suas dívidas além do necessário (Cíc., *Att.* V. 1; V. 4; VI. 5; VII. 8; XI. 1; XII. 2). Em qualquer caso, o débito acarretava desonra pública, a infâmia era um mal a ser evitado e afetava todos da rede prestamista ligados à dívida em questão. Mesmo com a familiaridade que envolvia Ático e a família *Tullia*, a *gens* de Cícero, o arpinate foi cuidadoso ao tratar dos atrasos de seu irmão em pagar o equestre. Intermediando o caso do irmão, o senador escreve ao credor:

Meu irmão Quinto está ansioso para pagar-te o que deve, ele o fará por meio de Egnatio [...] mas, nessas circunstâncias, Quinto não tem líquido em casa, nem pode pedir a Egnácio ou tomar emprestado de qualquer lugar. Surpreende que você não tenha percebido essa dificuldade geral [...] e, especialmente sendo você, a quem nunca vi agir de maneira leviana, no entanto, fiquei comovido com a sua queixa (Cíc., *Att.* VII. 18).

As turbulências econômicas presentes na década de 40 atingiram mesmo as camadas mais abastadas da população e o fluxo de dinheiro se encontrava estagnado. Ao mencionar a dificuldade de Egnácio em mobilizar seu próprio dinheiro para pagar Quinto e, sucessivamente, esse último quitar sua dívida com Ático, Cícero alude à profunda crise pública e privada. Sem acesso às cobranças de Ático, ao modo como teriam ocorrido, podemos percebê-la através da menção à “sua queixa”. Nessa fase dramática da República, os financiadores insistiam em receber alguma porcentagem dos valores emprestados a fim de recuperar alguma parte do patrimônio investido e, assim, preservar-se de algum modo. Tal urgência agravou-se com as medidas cesarianas, previamente expostas, que buscavam reduzir os juros sobre os débitos. Percebemos, sob a luz de Perlwitz (1992), o comportamento de Ático como uma resposta à circunstância. Para esse autor, o equestre estava priorizando seus empreendimentos e a sua reputação patrimonial, esforçando-se para garantir o maior lucro possível antes da oficialização dos ajustes de César (Perlwitz, 1992, sem paginação).

O oferecimento de crédito, é fundamental entender, não era unidirecional. Isso significa que os senadores e equestres inscritos às redes financeiras concediam empréstimos, mas, também ocupavam a posição de solicitantes. Cícero revela esse dinamismo nas cartas para Ático, com relatos de suas dívidas e dos créditos que disponibilizava. Na carta 11 do livro 10 enviada em maio de 49, enfrentando os abalos econômicos da República e de seus próprios fundos, além das incertezas políticas devido à cisão de Júlio César e Pompeu, Cícero

⁷² Veremos adiante como tal movimentação acabou por colocar o arpinate em uma situação financeira delicada após a derrota do seu aliado na disputa civil (Cíc., *Att.* XI. 13).

escreveu para Ático a respeito de alguns devedores que ainda não o haviam pagado (Cíc., *Att.* X. 11). Algum tempo depois, mas ainda no mesmo ano, o senador volta a relatar problemas em receber os créditos oferecidos. Nessa passagem, a dinâmica do crédito é arquitetada de modo claro. Lemos: “[...] ele ainda não cumpriu suas obrigações, pois me deve uma grande quantia e não é considerado rico. Agora disse que pagará; que um devedor seu se atrasou, mas que possui fundos com ele e irá usá-los para pagar a dívida comigo [...]” (Cíc., *Att.* X. 15). Não é possível mapear a quem o remetente estava se referindo. Porém, indo além disso, Cícero demonstra como um sujeito poderia estar em dívida e oferecer crédito ao mesmo tempo. No caso descrito neste trecho, para receber o pagamento da quantia emprestada, o senador guardava a resolução do crédito ofertado por seu devedor a outra pessoa.

Longe de constituir uma exceção, o arpinate, por sua vez, ocupou o lugar de solicitante em inúmeras fases. Não apenas, todavia principalmente por meio de Ático, Cícero encontrou créditos disponíveis para contornar seus episódios de escassez. No ano de 48, em meio aos distúrbios causados pela Guerra Civil, o senador deveria pagar o dote de sua filha, Túlia. A segunda parcela do montante estava programada para o primeiro dia de julho, porém, devido às instabilidades civis e pessoais, seus recursos financeiros não eram suficientes. Por isso, ele recorreu ao amigo equestre, solicitando que Ático lhe oferecesse o suporte necessário para cumprir com este prazo. Em uma carta enviada no mês de março, momento no qual a tensão geral se elevava com crescimento cesariano, Cícero declara a sua preocupação acerca da imagem de sua filha caso ele não honre o acordo com Dolabela, seu genro. O pedido de ajuda é feito implicitamente, mas, pouco antes de finalizar a carta, o remetente recorda de modo objetivo outro favor prestado por seu destinatário: a entrega de uma quantia de dinheiro e roupas. Assim se lê: “Recebi de seus agentes 20.000 sestércios e os vestidos que necessitava” (Cíc., *Att.* XI. 2). Aprofundaremos essas interações financeiras na amizade de Cícero e Ático no capítulo seguinte, por ora, visualizamo-las como um exemplo do dinamismo das relações de crédito à época.

Ademais, nos momentos de instabilidade, como ocorreu com Cícero após retornar do exílio, os amigos eram um recurso político e financeiro ímpar. A gratidão e o compromisso recíproco eram características atribuídas à amizade verdadeira entre os romanos; diante dessa percepção, Verboven (2002) verifica a ocorrência de favores financeiros realizados dentro dessas relações interpessoais. Seguindo esse viés, Gaia (2018b, p. 655) considera as reduções de juros feitas por credores ao negociarem com pessoas próximas. Para além de ações no campo prestamista, os vínculos de *amicitia* e patronagem facilitavam o estabelecimento de outros acordos monetários, permitiam a troca de presentes valiosos, concediam heranças

consideráveis, sustentavam uma rede de contatos baseada na confiança mútua e garantiam inúmeras transações financeiras (Verboven, 2002, p. 179). Compreendemos, portanto, que a segurança gerada pela *amicitia* proporcionava um contato econômico ativo e disposto a ajudar, como foi o caso de Cícero e Ático. Mas, sem limitar-se ao individual, os vínculos originaram uma plataforma de crédito ampla e dinâmica, essencial para o funcionamento do mundo patrimonial como um todo na República. Isto posto, avancemos para o próximo tópico deste capítulo, no qual aprofundaremos os elementos da amizade romana e seu papel no funcionamento econômico do tempo sob análise.

2.4 A *amicitia* como um canal à sociabilidade financeira

No primeiro capítulo, mencionamos a sociabilidade promovida pelas cartas e a importância desse mecanismo social em um cotidiano tão politizado. Por meio dessas considerações, ponderamos brevemente a influência exercida pelas redes sociais, investigando como a troca epistolar era benéfica à articulação informal. Faz-se primordial, todavia, sublinharmos mais profundamente esse conceito para que possamos adentrar a discussão referente à *amicitia*, sendo essa uma categoria das relações interpessoais. A definição estipulada por Rosillo-López (2017a) apresenta a sociabilidade como um movimento de interação casual entre indivíduos em que informações eram compartilhadas e decisões tomadas. A informalidade e a descrição desses encontros extraoficiais, características do contato interpessoal, prejudicam a precisão histórica no mapeamento dos vínculos e das movimentações feitas por seus integrantes. Apesar da dificuldade mencionada, Rosillo-López (2017a, p. 35) infere que, de modo geral, essas interações determinavam acontecimentos políticos oficiais, articulavam-se redes não institucionais a favor de um interesse específico. Concluímos que, se os grupos familiares tradicionais de Roma dominaram o espaço público, direcionando comando militares, aprovações de leis, entre outros, a partir do século II esse exercício foi alterado (Rosillo-López, 2020, p. 92). O suporte oferecido por tais alianças, pela sociabilidade, colocou-as como dominantes dentro da República.

As campanhas eleitorais à época colorem o efeito da sociabilidade sobre os eventos políticos, assim analisa Rosillo-López (2020). Uma campanha bem sucedida exigia a mobilização de contatos próximos capazes de apoiar a candidatura em questão, então eram acionados diferentes grupos, não se limitando ao campo dos senadores e equestres, para fortalecer a imagem do candidato (Rosillo-López, 2020, p. 94-95). Colhemos, com esse exemplo, outra característica das redes interpessoais: não eram, necessariamente, compostas

por homens do mesmo nível social. As especificidades dos vínculos cabem à natureza de cada caso, poderiam ser laços de amizade, patronagem, vizinhança, familiar, matrimonial, etc (Lomas, 2012). O vínculo de patrono e cliente se estabelecia por uma obrigação hereditária, o filho inevitavelmente assumia as comunidades cultivadas por seu pai. A base desse relacionamento era a troca de favores recíprocos: os clientes viviam sob a proteção e concessões do patrono, o qual tinha como retribuição apoio político e militar quando necessário (Brunt, 1988, p. 383-387). Por outro lado, alguns elos de vizinhança, como a *vicinitas*, não se estruturavam em um dever. No exemplo referido, laços eram formados em razão da proximidade geográfica, a união entre moradores de uma mesma região que os fortalecia em períodos de mudanças (Lomas, 2012, p. 197). O matrimônio era outro caminho para o exercício da sociabilidade, comumente arranjado por motivos políticos, visando ao crescimento da aliança. Os divórcios também são um espelho da formação política e da busca individual por sucesso (Dixon, 1985). Insere-se, ademais, nessa breve lista, a *amicitia*, união originada na confiança (*fides*) e virtude (*virtus*) e sustentada, segundo a perspectiva ciceroniana, pelo afeto mútuo (Cíc., *De Amicitia*).

As redes de contato gerenciadas pela sociabilidade não eram estáticas. Ao contrário disso, fossem as uniões de origem semelhante às aquelas citadas no parágrafo anterior ou em outra configuração, os relacionamentos caracterizavam-se por sua flexibilidade. Logo, sob a influência de fatores externos, as alianças poderiam ser duradouras ou passageiras. Vale frisar, para mais, que se afastar ou romper uma ligação não impedia uma reconexão futura. Com tais elementos, somos levados a interpretar as redes interpessoais como um campo frágil e pouco eficiente. No entanto, de acordo com Mark Granovetter (1983), a maleabilidade das redes não as transforma em núcleos fracos e desorganizados, ao contrário, a rotatividade de pessoas e o fluxo de interações sugerem a construção de uma estrutura diversificada, bem informada e poderosa. Os vínculos rígidos, em contraponto, dificultam o oferecimento de serviços e a troca social, e respondem a inseguranças externas (Granovetter, 1983, p. 213). Ao analisarmos as relações interpessoais nutridas por Cícero, caracterizadas por uma clara dinamicidade e influência política e econômica, alinhamo-nos à perspectiva aventada por Granovetter. Com foco nas conexões da Antiguidade, Lomas (2019, p. 66) reforça os argumentos do autor supracitado, a classicista discute as oportunidades geradas dentro de laços considerados fracos. Eles viabilizam pontes para outros centros aliados; em consequência, facilitam os intercâmbios materiais e imateriais.

Essa discussão não se fecha em Cícero, porém, na qualidade de homem novo, ele se torna símbolo do controle oferecido pela sociabilidade. As conexões pessoais fundamentam o

percurso político de Cícero. Sem a sustentação de uma família romana aristocrática, havendo saído da região do Arpino para iniciar sua *gens* na vida pública de Roma, nutrir boas relações se mostrou basilar na ascensão desse arpinate. Os episódios de suas campanhas eleitorais são expositivos nesse quesito, demonstram a atenção dispensada na articulação e cultivo de bons laços e, ao mesmo tempo, revelam os efeitos positivos dessas alianças (Tempest, 2011, p. 33). A sua candidatura para o cargo de questor, a saber, deu-se somente depois de haver conquistado uma base estável de aliados por meio de seus serviços legais. Como advogado (*advocatos*), Cícero participou de julgamentos decisivos na história da República e, habitualmente, favores eram obtidos como moeda de troca por seu empenho. Nesta fase, acrescenta-se também o laço matrimonial formado com Terência, a qual impulsionou a carreira de seu marido devido à sua família tradicional romana e recursos abastados (Tempest, 2011, p. 39). O exílio de Cícero, objeto de análise em nossa Iniciação Científica, de igual modo traduz quão poderosos eram os vínculos interpessoais quando utilizados para interesses políticos. Ao conflitar com uma parte de sua rede, o senador perdeu uma frente de aliados⁷³ essencial e acabou condenado ao banimento sob o pretexto da condenação à morte que deu aos aliados de Catilina em 63. Justamente por causa da maleabilidade das redes de sociabilidade, com demandas independentes reajustando os contatos, Cícero encontrou caminho para a reconciliação e uniu-se a personagens decisivos para a sua restauração - de forma mais precisa, foi a movimentação política intermediada por Ático e Pompeu em Roma que mobilizou o retorno ciceroniano (Gordon, 2006, p. 124).

Os estudos dedicados a compreender o funcionamento destas redes, porém, têm-se concentrado em seu aspecto político. Já abordamos a distância estabelecida entre o campo da História e os estudos econômicos nas últimas décadas e, de fato, isso se percebe nas pesquisas ligadas à sociabilidade. Percebemos, com o suporte de Verboven (2002), que as interações interpessoais incentivavam a formação de contratos monetários, aquisição de crédito e oferta de serviços. Esta sociabilidade, a qual interpretamos como financeira, criava pontes para negociantes e fomentava transações devido à *fides*. Quando nos deparamos com as interações ciceronianas, essa leitura encontra amparo, pois, além de seus efeitos políticos, seus relacionamentos interpessoais atingiam o campo financeiro. O laço de amizade preservado com Ático constitui um exemplo das expectativas econômicas que poderiam acompanhar esse tipo de socialização. A fim de assimilarmos esse comportamento, e assim cercando a nossa

⁷³ Opondo-se aos triúmviros, Pompeu, Júlio César e Crasso, e às medidas adotadas por eles, Cícero desestabilizou a sua junta de alianças. Em retaliação por seus discursos condenatórios, os generais facilitaram o acesso de Públio Clódio Pulcro, adversário político de Cícero, ao tribunate da plebe, o que o colocou como um alvo fácil (Tempest, 2011, p. 113).

hipótese, discutiremos a seguir a *amicitia*; balancearemos as características idealizadas por Cícero em seu tratado e a sua vivência efetiva através das cartas, recorrendo ao debate historiográfico mais recente para tanto.

2.4.1 As faces da *amicitia* ciceroniana

A *amicitia* ocupou um lugar fundamental no cotidiano do mundo antigo. E, apesar de este conceito encontrar uma tradução direta nas línguas modernas, seja a correspondência em espanhol “amistad”, “friendship” no inglês ou “amizade” no português, sua definição sob as lentes antigas distancia-se em vários aspectos da nossa interpretação moderna acerca da amizade. No dicionário de língua portuguesa Michaelis, esse substantivo feminino é classificado como um vínculo exclusivamente social acompanhado por sentimentos de estima e afeição. O apreço esperado nos vínculos modernos, o afeto presente nessa amizade está ligado à revelação íntima, a um companheirismo diário que afaste a solidão. Mesmo havendo certas semelhanças, como a afeição e o cuidado mútuo, a noção de amizade antiga responde a contextos e demandas específicas e, por efeito, carrega significados particulares a ela (Konstan, 2005, p. 20-23).

As características desse relacionamento são exploradas de forma divergente por cada autor latino. Seja nas produções clássicas ou tardias, a *amicitia* é vista sob um olhar idealizado. Para escritores no período tardio, os conflitos religiosos ganham espaço na discussão a respeito da amizade, valorizam-se questões éticas e ideológicas. A discussão cristã acrescenta ao debate a ideia de amor romântico, traz distinções entre atos de caridade e o cuidado fraternal (Enjuto Sánchez, 2009, 91; Williams, 2012, p. 16). No universo republicano, porém, a *amicitia* é tratada como um vínculo de homens virtuosos, sem considerações religiosas, e os seus traços políticos são destacados. Nesse momento, as referências à amizade colocam-na como um laço social importante para a dinâmica da vida pessoal e pública (Enjuto Sánchez, 2009, p. 89-90). Um exemplo concreto dessas oposições entre os próprios escritores são as definições de Sêneca (ca. 4 E.C. - 65 E.C.)⁷⁴ e Cícero. Ainda que encontrem pontos de convergência quando definem os traços gerais da *amicitia*, na concepção senequiana a amizade tem como aspecto essencial a interdependência dos indivíduos envolvidos, indo além da ótica ciceroniana que a restringe a atos de benevolência

⁷⁴ Lúcio Aneu Sêneca, comumente conhecido como Sêneca, tornou-se reconhecido por sua filosofia estoica, o estoicismo, resgatada durante o Renascimento. Além dos trabalhos intelectuais, ficou famoso por sua atuação governamental como conselheiro do imperador Nero (37 E.C.- 68 E.C.) e pelas atividades advocatícias prestadas. (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 92).

no campo pessoal (Beltrán Serra, 2008, p. 28-27). Acentuamos ser esse um exemplo das várias particularidades conferidas por cada autor ao conceito.

As dissonâncias presentes nas documentações, segundo Craig Williams (2012, p. 17), afetam as leituras historiográficas. Em seu balanço bibliográfico, Williams (2012) compreende haver uma agenda de debate dicotômica, dividida em duas avaliações: (1) uma encarregada de distinguir a *amicitia* como parte das interações políticas na Antiguidade, visualizando-a como uma aliança para defesa de interesses e ascensão dos integrantes do elo e (2) outra que compreende a amizade no campo do amor; nessa vertente, esse seria um relacionamento mantido por pessoas mutuamente afeiçoadas e nobres, sem expectativas em alcançar vantagens externas por meio da união amigável. Inserem-se nesse debate os estudiosos David Konstan (2001) e Peter Brunt (1988). Com linhas investigativas opostas, o primeiro arrazoa sobre a raiz amorosa da amizade e o segundo a recorta como um vínculo de carinho com serviços de benevolência recíprocos. Em seu raciocínio, Konstan (2001) desvincula por completo a *amicitia* das percepções utilitaristas. Nessa lógica, os relacionamentos com certo grau de familiaridade e dependência entravam no regime da patronagem, enquanto à *amicitia* se reservavam a intimidade e o companheirismo puros (Konstan, 1995, p. 331-332). Em seguida, sustentando-se através da filosofia ciceroniana, Brunt (1998) admite as características amorosas da amizade, porém, sem negar as trocas de benefícios. Os laços pessoais desse vínculo eram justamente os responsáveis pelos intercâmbios de vantagens (Brunt, 1998, p. 356-355). Considerando o histórico no tema em questão, Williams (2012, p. 17) ultrapassa a divisão interpretativa e entrelaça os argumentos que vinculam a amizade a um ato político e aqueles a referenciá-la como cuidados pessoais baseados na confiança mútua. Consonantes à proposição do referido historiador e com base na análise da visão ciceroniana, explicamos a *amicitia* como uma relação vivenciada entre indivíduos que compartilhavam sentimentos de amor e fidelidade, de tal maneira que escolhiam apoiar-se nas esferas necessárias.

Após reconhecermos os obstáculos que cercam a definição do conceito à época, tendo em mente haver múltiplas leituras, apliquemos os nossos esforços em assimilar a abordagem de Cícero. Em 44, o senador trabalhou no discurso *De Amicitia*, em que aborda a amizade verdadeira e as satisfações pessoais trazidas por ela à vida dos homens bons. Como discutido em nossa análise documental, o arpinate recupera personagens heroicos na história da República para apresentar suas reflexões ao público leitor, assim, o diálogo entre Fânio, Cévola e Laélio faz a intermediação das ideias ciceronianas. A obra é dedicada a Ático e, mesmo pedindo que o amigo (*amicus*) deixe-o em segundo plano, Cícero indica haver uma

correspondência entre a amizade retratada no texto e aquela mantida por ele e o equestre. Leiamos o trecho a seguir: “[...] nesta nova obra, é um amigo que escreve sobre a amizade a seu amigo mais querido [...] Peço-lhe, pois, que me esqueça por um instante, e imagine estar a ouvir o próprio Lúlio [...] Lendo-a, você vai se reconhecer nela.” (Cíc., *De Amicitia*, V.1) Diante do exposto, compreendemos que, mesmo carregada de idealizações, Cícero intenciona aproximar a sua descrição filosófica à prática cotidiana da amizade.

Defendendo a natureza como o norte de homens do bem (*viros bonos*), ou seja, indivíduos que buscam viver sob as leis da integridade, caráter, boa-fé e dispensam atos de cobiça e paixão terrestre, Cícero classifica a *amicitia* como um presente concedido pelo mundo natural. Ele diz: “Por mim, eu só posso exortá-los a colocar a amizade acima de todos os bens terrestres, pois não há nada mais conforme com a natureza e mais importante, tanto na prosperidade como na adversidade.” (Cíc., *De Amicitia*, V. 17). Fundamentando os seres para viver em sociedade, a natureza teria se encarregado de propiciar um laço tão poderoso quanto o vínculo sanguíneo: a amizade. Conforme nos explica Cícero, um elo de parentesco poderia sobreviver à ausência da benevolência, mas uma amizade jamais existiria nessas condições, afinal, a essência desse vínculo se revela na harmonia profunda de sentimentos, a amizade somente se faz entre aqueles dispostos a dividir afeto e generosidade (Cíc., *De Amicitia*, V. 18). A *amicitia* é definida, portanto, como uma relação estreita mantida por pessoas virtuosas, conservada pela sinceridade, simpatia, boas intenções e estima correspondentes. No excerto subsequente, Cícero a determina objetivamente: “A amizade nada mais é, com efeito, que um entendimento perfeito em todas as coisas, divinas e humanas, acompanhado de generosidade e afeição mútuas [...]” (Cíc., *De Amicitia*, VI. 20).

Oferecendo mais elementos para caracterizar esse compromisso, referindo-se sempre à existência da “perfeita amizade”, o arpinate afirma a prestatividade e vantagens inerentes à *amicitia*. Para adentrar a discussão acerca das benesses do relacionamento amigável, Cícero primeiro indaga, através de Lúlio, se a felicidade não seria mais proveitosa quando compartilhada, e ele conclui que sim. Uma das qualidades desse vínculo seria preservar a alegria, as conquistas alcançadas pelos amigos (*amici*) e, na medida do possível, auxiliá-los a conquistá-las. Cícero declara ser importante a equivalência entre os amigos, nessa condição o incentivo e apoio mútuo deixam o campo da competição egoísta e emergem como uma consequência do amor a envolvê-los, isso “Porque aquele que tem diante dos olhos um amigo verdadeiro vê, de certa forma, sua própria imagem ideal.” (Cíc., *De Amicitia*, VII. 23). Nesse ínterim, Cícero não refuta a ideia de favores a serem obtidos no seio dessa parceria, de fato, ele pontua como a troca de gentilezas reforçam o amor. Recortamos: “Sem dúvida, o amor se

consolida quando foi feito um favor, quando se manifestou o devotamento, quando os encontros se tornaram habituais [...]” (Cíc., *De Amicitia*, IV. 29).

Ligados pela natureza e conexão sentimental, amigos naturalmente atendiam as demandas de seu círculo, com benevolência eles desejavam promover os interesses uns dos outros (Cíc., *De Amicitia*, XIV. 50). Devemos ressaltar, todavia, que a qualidade dos pedidos cabíveis no círculo da amizade não é clarificada pelo autor. No que toca a esse tema, Cícero limita-se a fixar a importância da generosidade dentro da *amicitia* e os limites para as demandas feitas. As obrigações dessa união, na perspectiva ciceroniana, devem ser equilibradas em suas intenções e apelos. Com essa dinâmica, um amigo nunca terá em mente sobressair ao seu parceiro, suas ações serão equivalentes e provarão a substância amorosa a uni-los (Cíc., *De Amicitia*, XVI. 58; XX. 71). Assim, as riquezas, o sucesso, o poder, a felicidade, a vida são compartilhados sem mesquinhez (Cíc., *De Amicitia*, VIII. 23). As fronteiras das concessões são cruciais de serem respeitadas, não apenas para preservar a amizade, mas a própria honra e reputação para com os concidadãos. Argumentando a respeito da questão citada, Cícero verifica ser vergonhoso responder a caprichos desonrosos ou a pedidos que ataquem a moral republicana. A seguinte passagem traduz essa aresta: “Portanto, um conluio assim de maus cidadãos não deve ser acobertado com a desculpa da amizade [...]” (Cíc., *De Amicitia*, XII. 43). Acrescenta-se a dependência demasiada de um amigo sobre o outro às fragilidades que podem afetar um relacionamento amigável. Demonstrar fraquezas e esperar constantemente a ajuda de um amigo para realizar a própria trajetória afeta o valor da união formada, assim, os limites se tornam mais vitais (Cíc., *De Amicitia*, IX. 30; XX. 75).

Outrossim, viver uma amizade pela bajulação, com objetivos egoístas, não será nada além de falsidade. A ideia de simular a aproximação é condenada por Cícero, a franqueza basilar a *amicitia* é incompatível com a obsequiosidade. Com efeito, o filósofo discute ser mais proveitoso manter amigos duros, mesmo que soem cruéis em certas circunstâncias, a nutrir uma relação carregada de ternuras capazes de reforçar comportamentos negativos. A escolha daqueles a serem referenciados como *amici*, aconselha Cícero no tratado, requer cautela para contornar as conexões viciosas, isto é, pessoas que prezam por paixões passageiras e não pela virtude (Cíc., *De Amicitia*, XXII. 83). Para além das amizades sábias, as quais sustentam as suas obrigações e não se corrompem com o tempo, Cícero faz menção às amizades comuns. Nesse modelo, o vínculo interpessoal a princípio valoroso se transforma em uma conexão constrangedora e perigosa devido a dissonâncias políticas e atos de má fé. No discurso, o arpinate recomenda o afastamento gradual, romper os laços de intimidade sem criar uma inimizade (*inimicitiae*), pois criar disputas e fomentar a injúria sobre alguém que

antes era um amigo próximo revelaria uma ação irresponsável. Cícero não avança sobre o campo da inimizade, mas refletiremos a respeito adiante. Em sua reflexão, o autor alerta que alimentar a afeição e não entregá-la a pessoas viciosas é o único caminho a manter as amizades e distanciar-se de inimigos (Cíc., *De Amicitia*, XXI. 77).

Por fim, a partir das explanações ciceronianas depreendemos serem possíveis diferentes modelos de amizade. Porém, eles podem oferecer “[...] motivos a suspeita e irritação [...]” (Cíc., *De Amicitia*, XXIV. 89), a prática conhecida pelos homens sábios é a *vera amicitiae*. Somado a isso, conclui-se que a vida sem a *amicitia* é uma existência sem propósito, haja vista ser uma condição da própria natureza que pessoas virtuosas se encontrem. Aceita em todos os ambientes, seja na política, filosofia, ciências, negócios, a amizade é tratada como um bem necessário (Cíc., *De Amicitia*, XXIII. 86). Etimológica e socialmente originado no amor, esse relacionamento tem como ideal a completa harmonia entre os pares, a qual é sustentada por uma delicada dinâmica de obrigações e limites. Outro elemento relevante, mas sem destaques feitos por Cícero, é a característica restrita da aliança amigável. A verdadeira amizade não restringe as interações dos indivíduos, no entanto, limita-se a um número pequeno de participantes. Se muito amplas, os problemas alheios passam a desestruturar o contato e o espírito deixa de apreciá-la (Cíc., *De Amicitia*, XIII. 45).

Discutimos a teoria proposta por Cícero em seu tratado e a reconhecemos como uma face idealizada da *amicitia*. Na prática, e as suas cartas nos permite acessá-la em algum grau, muitos dos aspectos explorados ou omitidos em sua filosofia são questionados. Além disso, considerando mais profundamente o emprego desse conceito em sua relação com Ático, a sua forma aperfeiçoada é utilizada em contextos específicos, em outras palavras, quando lhe parecia mais conveniente. As assistências obrigatórias desse relacionamento são um ponto de partida para considerarmos a idealização feita no *De Amicitia*. Embora discuta a necessidade (*necessitudo*) dos *amici* em auxiliarem-se dentro do vínculo, Cícero não define a categoria de tais assistências, omitindo as tarefas mais comuns. A escrita de cartas, apoio em desafios pessoais, enfermidades e divórcios, ou políticos, em casos de campanhas eleitorais, a ajuda financeira e concessões de crédito não são mencionados no diálogo, ele limita-se a informar por meio de Laélio serem comuns momentos de lazer, trocas de conselhos políticos e viagens (Cíc., *De Amicitia*, XXVII. 103). Aprofundaremos a questão aludida na análise documental do próximo capítulo, porém, oferecendo certo contorno ao tema, quando pontua o comportamento amigável de Ático em sua rede interpessoal, Nepos sugere práticas não reveladas na filosofia do arpinate. Ao relatar a decisão do equestre em atender aos pedidos de seus amigos independentemente da posição política adotada no confronto de Júlio César e

Pompeu, Nepos revela a prestação de auxílio financeiro como uma atividade bem vista e aceitável na *amicitia*. Lemos: “Ático, por entender que os benefícios aos amigos deviam ser prestados à margem de facções [...], respondeu: se Bruto quisesse usar os seus recursos, que usasse tudo quanto tinha à sua disposição [...]” (Nepos, *Att.* 8. 4). A união dos documentos, sob uma análise cuidadosa, permite-nos visualizar o canal de interações financeiras facilitado pela amizade no período estudado.

Às discrepâncias sobre a amizade se inclui o argumento de que este vínculo era vivenciado - de modo restrito - por homens em paridade social e econômica. Isso é o que Cícero afirma em seu discurso, no entanto, em sua comunicação epistolar, percebemos a *amicitia* sendo compartilhada não apenas entre homens, mas também incluindo mulheres de grupos sociais e econômicos díspares. Através de Laélio, o arpinate expõe a sua percepção negativa de amizades formadas por indivíduos de posições diferentes, sugerindo serem vínculos curtos e fracos. Aqueles inferiores hierarquicamente são os que mais extraem desta relação, e, segundo Cícero, essa dinâmica é insustentável para a própria *amicitia*. Assim, ele declara “[...] que são justamente as pessoas a quem não faltam recursos, as riquezas, e sobretudo, o que há de mais precioso, a virtude, o que lhes permite não precisar de ninguém, que são as mais generosas e as mais beneficentes.” (Cíc., *De Amicitia*, XIV. 51). Abordamos nos parágrafos anteriores como, na perspectiva ciceroniana, a dependência de um amigo sobre o outro deveria encontrar limites. Dessa forma, Cícero não exclui a condição de necessidade interna no círculo de amizade, no entanto enquadra o seu grau mais elevado nas interações mais capazes de permanecer na troca de afeto em vez de serviços. Reforçando a sua lógica, ele argumenta que:

[...] aqueles que têm menos firmeza, menos força, são aqueles que mais procuram a amizade; donde se segue, que as coitadas das mulheres procuram a proteção da amizade mais do que os homens, os pobres, mais do que os ricos, os infelizes mais do que aqueles que julgamos felizes (Cíc., *De Amicitia*, XIII. 46).

A masculinização da *amicitia* feita no tratado também chama a atenção. A amizade nos núcleos femininos é admitida sob a alegação de ser um elo debilitado. No excerto recuado acima, destacamos a fragilidade atribuída por Cícero às amizades envolvendo mulheres. Ao colocá-las como pessoas de absoluta dependência, o filósofo descredibiliza as ligações formadas por elas. Afinal, como já elucidado, o pleno funcionamento da *amicitia* exigia que houvesse um equilíbrio na quantidade das demandas feitas. Conforme lista Fogel (2009, p. 81-82), apesar de obscurecê-las em *De Amicitia*, fica evidente em suas cartas que o próprio

Cícero mantinha contato de amizade com figuras influentes como Fúlvia, Servília, Cerelia (? - ?)⁷⁵, Pilia (? - ?)⁷⁶, Pomponia (ca. século I - ?)⁷⁷, além de muitas outras. Ademais, em outros textos - ciceronianos ou não -, inscrições de mulheres republicanas são mencionadas em múltiplas redes de contato, vistas como contatos amigáveis e influentes; esses materiais apontam o emprego da *amicitia* por mulheres em seu cotidiano (Williams, 2012, p. 75).

Após alguns parágrafos, Laélio parece entrar em contradição a respeito da equiparidade crucial na amizade quando afirma: “[...] quem é dotado de alguma superioridade deve procurar fazer que os amigos não se sintam diminuídos e incutir ânimo nos que lhe são inferiores.” (Cíc., *De Amicitia*, XX. 72). Ele se inclina à possibilidade de diferenças serem aceitas nesta categoria de laço interpessoal. Porém, no mesmo parágrafo e algumas alíneas à frente, a proporcionalidade volta a aparecer: “[...] nossos favores devem ser proporcionais, primeiramente, aos meios de que dispomos, depois, também às capacidades daqueles que amamos e queremos ajudar.” Verifica-se, por efeito, que, mesmo havendo uma aproximação de indivíduos, com pouca chance os intercâmbios feitos seriam equivalentes e, como percebemos, a estrutura da amizade não perduraria nesse desequilíbrio. Outra característica importante são os exemplos utilizados em todo o discurso: Cícero destaca apenas as associações formadas dentro da aristocracia. Laélio discursa a partir de sua experiência com Cipião, personalidades consideradas ilustres e sábias da República, além disso, os demais paralelos feitos no texto, como a menção aos aristocratas Lúcio Fúrio, Públio Rutílio e Spúrio Múmio (Cíc., *De Amicitia*, XXVII. 101).

Ao diminuir o vínculo formado por homens financeira, política e socialmente distantes, além da percepção das mulheres como elos frágeis na busca da *amicitia*, para Jerise Fogel (2009, p. 86-87), Cícero cria padrões de amizade a seu contexto histórico e eco de normas romanas. Em confluência, Williams (2012, p. 25) admite não ser coerente a adoção da equivalência socioeconômica como critério ao estreitamento das relações amigáveis para o período. Documentações clássicas e tardias descrevem amizades formadas por homens de

⁷⁵ Não localizamos detalhes sobre Cerelia, apesar disso, ela é mencionada em cartas a Ático. Em uma delas, Cícero relaciona-a ao seu grupo de conhecidos quando pergunta ao equestre como Cerelia teria recebido os seus trabalhos desde que ele mesmo não lhe havia repassado (Cíc., *Att.* XIII. 22; Fogel, 2009, p. 82).

⁷⁶ Há poucos dados sobre a sua origem, acredita-se que tenha nascido em família local e abastada, assim como Ático, seu marido. O casamento foi realizado em 56, mas os documentos preservados, de Nepos e Cícero, não fornecem mais detalhes sobre essa união (Zhang, 2020, p. 200-206).

⁷⁷ Embora existam aproximações, não há evidências concretas sobre as datas de nascimento e morte de Pomponia. Sabe-se, por meio da biografia de Nepos e das cartas ciceronianas, que Pomponia era irmã de Ático, portanto, era de origem equestre e de muitos recursos. De acordo com Nepos, a relação dos irmãos era próxima e vinha de uma conexão natural. Pomponia casou-se algumas vezes durante a década de 80, matrimônios finalizados com divórcio ou viuvez. Já no final dos anos 70, ela teve seu casamento com Quinto Cícero, irmão de Cícero (Zhang, 2020, p. 143-150).

posições diversas, livres e escravizados, aristocratas e plebeus. Concentrando-se na vida cotidiana de Cícero, Fogel (2009, p. 83) e William C. McDermott (1972, p. 260) lembram o vínculo cultivado por Cícero e seu assistente Tirão. Apesar de não se encaixar nas regras ditadas por Laélio, a maneira como o relacionamento de ambos é apresentado pelo arpinate em suas cartas deixa evidente como essa relação ultrapassava a convencional troca de patrono e cliente, sendo usualmente descrita em palavras respeitosas e de intimidade. Em concordância ao pensamento de Fogel (2009), confirmamos menções ao secretário nas epístolas para Ático e alguns números destinados ao próprio Tirão. Em algumas delas, cobrindo episódios em que o seu colaborador estava doente, Cícero torna evidente os seus sentimentos de preocupação e cuidado (McDermott, 1972, p. 261-262, 286). O que, interpretamos, demonstra a posição especial ocupada por ele no campo íntimo do arpinate, assim distanciando-os da patronagem.

As razões de certos elementos não se apresentarem no *De Amicitia* nos levariam para um estudo exclusivo a esse debate. Não contempla os nossos objetivos, dessa forma, abordá-los detalhadamente. Aproximando-nos de maneira ampla, podemos conjecturar algumas respostas. Nesse campo, Fogel (2009, p. 82-83) pondera o público objetivado por Cícero em seu tratado filosófico como um dos motivos para a filtragem de certas características na descrição da *amicitia* perfeita. Para o autor contemporâneo, o discurso atingiria a camada pública, ultrapassando as convenções mais particulares desse tipo de vínculo, e por isso as ações políticas, a participação explícita das mulheres, foram elementos suavizados. Detendo-se neste ponto, Madison Moffitt-Brown (2019) relaciona a apresentação feita no discurso a uma estratégia ciceroniana. Em resposta à conjuntura de crise instalada após o conflito de Júlio César e Pompeu, essa foi uma maneira de reforçar as alianças que possuíam e fundamentá-las na moral e virtude romanas, fomentando a necessidade de união entre seus próprios parceiros (Moffitt-Brown, 2019, p. 3-5). Com base no balanço realizado neste tópico e na argumentação de Moffitt-Brown (2019), constatamos que a volatilidade do conceito é explorada por Cícero, o qual atribui propriedades e modela a amizade conforme as circunstâncias ao seu redor.

Com isso em mente, podemos inferir que a relação de Cícero e Ático, equestre homenageado na dedicatória do tratado, se não em sua prática, ao menos em sua idealização, estava acompanhada de certas exigências. Indiscutivelmente, em nossa percepção e aproximando-nos dos argumentos de Williams (2012), ainda estando a sua matriz fixada à identificação pessoal, isso é, envolvida no campo de sentimentos e virtudes, a amizade romana estendia-se ao campo político e financeiro. Alguns intercâmbios eram fomentados

pelo laço de fidelidade e benevolência a envolver os pares de amigos. Dessa maneira, no capítulo a seguir, debruçar-nos-emos sobre a interpretação dos documentos selecionados para esta pesquisa, a fim de verificar tal dinâmica na relação de Cícero e Ático. As expectativas deste relacionamento entre amigos englobavam transações financeiras e, caso sim, de qual maneira? Sabemos que ambos se encontravam politicamente, mas, e no setor econômico? Após o percurso histórico construído até aqui, teremos condições de encontrar a resposta à nossa hipótese de trabalho.

CAPÍTULO 3 - A SOCIABILIDADE FINANCEIRA DENTRO DA *AMICITIA* DE CÍCERO E ÁTICO

A segunda metade do século I é costumeiramente referida, entre pesquisadores concentrados em Cícero, como ‘Era Ciceroniana’. Isso se dá em virtude da quantidade numerosa de materiais produzidos pelo arpinate preservados até os dias atuais, sendo eles capazes de cobrir ao redor de dois quartos da história republicana em detalhe. Por meio de seus discursos públicos, obras filosóficas e conjuntos epistolares nos são apresentados eventos do universo externo, mas sobremaneira são reveladas informações particulares acerca da trajetória de Cícero e das pessoas próximas a ele. Nesse sentido, os conjuntos epistolares ciceronianos nos oferecem um vasto conteúdo a explorar. As correspondências de Cícero, como já verificamos metodologicamente em nosso primeiro capítulo, abrem-nos caminho para buscar detalhes interiores e exteriores ao discurso. Concentrando-nos na *Ad Atticum*, haja vista a frequência e profundidade desta comunicação, diversos temas são contemplados: conflitos militares, políticos, divergências familiares, trabalhos intelectuais, questões econômicas, etc. Considerando o contexto financeiro vivenciado por Cícero após o seu exílio, observamos com especial atenção o conteúdo econômico; as cartas para o equestre são marcadas por solicitações, desabafos e preocupações financeiras, nelas encontramos comentários sobre negócios prestamistas feitos por Cícero e as responsabilidades assumidas por Ático.

Historicamente, aqui devemos recordar o balanço apresentado no início do capítulo anterior, em que se tem atestado o laço de amizade mantido por Cícero e Ático. Apesar disso, e ainda que ambos tenham sido figuras política e economicamente determinantes nas últimas décadas republicanas, pouca ou nenhuma ênfase foi dada aos intercâmbios financeiros, serviços de ajuda praticados dentro desta relação. Como aludido acima, as cartas oferecem um caminho para explorar essa face financeira da *amicitia* cultivada entre eles, no entanto, como em qualquer narrativa, entendemos a necessidade de confrontá-las com outros documentos. Neste capítulo, voltaremos ao discurso *De Amicitia* e, para uma leitura cuidadosa de Ático, também analisaremos a biografia *Vita Attici*. Em alinhamento com a análise de conteúdo proposta por Maingueneau (1997), na qual o discurso é apresentado por meio de um entrelaçamento de textos e organizado para além da palavra dita, iremos justapor e interpretar as três documentações citadas. Desse modo, neste capítulo final iremos investigar a prática financeira de Cícero e Ático, compreendendo os seus percursos individuais e, de modo mais específico, qual a dinâmica e papéis financistas exercidos no interior dessa amizade.

3.1 Entre riquezas e dívidas: a vida financeira de Cícero

Já abordamos anteriormente o contexto financeiro geral da República; de fato, constatamos como as diferentes zonas da sociedade estavam envolvidas na economia. Entre os pilares da vida econômica antiga, observamos a importância das relações de empréstimo para a força das instituições e da vida política. Em linhas gerais, no capítulo anterior, contextualizamos a correlação entre o exercício político e os vínculos monetários dentro das elites romanas, sendo a troca de crédito um exemplo preciso, além de estar retratado na documentação ciceroniana. Com isso delimitado, devemos nos concentrar propriamente em Cícero, que, embora seja mais comum o resgate de sua participação legal e política, também esteve presente na esfera econômica de seu período - é claro, de modo menos ofensivo que alguns aristocratas, bem como foi Marco Licínio Crasso (115-53)⁷⁸. Dessa maneira, não nos preocuparemos em discutir diretamente a postura e as ações políticas de Cícero, pois agora deverá ser interpretado o seu histórico financeiro.

A relação de Cícero com o dinheiro⁷⁹ encontra duas possibilidades, uma descrita em sua teoria e outra revelada por sua prática. Como afirmamos no capítulo anterior, a preservação da riqueza e, ainda mais, a sua multiplicação não eram uma prática condenada no seio aristocrático. No entanto, ao menos no campo filosófico, a aceitação de atividades lucrativas vinha acompanhada de algumas condições. No segundo livro do tratado *De Officiis*, Cícero propõe uma divisão inflexível; haveria na sociedade romana duas categorias de pessoas: algumas preocupadas com a conservação da *gloria* e *nobilitas* e outras dedicadas à rentabilidade, lê-se interessadas apenas no *lucrum* e *quaestus*. Em seu raciocínio, o patrimônio ocupa uma posição de extrema importância, justificada pela própria essência do homem virtuoso que, atento com a sua honra e a de sua família, buscaria sempre ser útil e retribuir a República por suas benesses. Todavia, Cícero condena o lucro destinado para os desejos individuais, com o objetivo de satisfazer ambições e gostos luxuosos (Valencia Hernández, 1990).

⁷⁸ Contemporâneo a Cícero, Marco Licínio Crasso compôs o triunvirato com Júlio César e Pompeu em 60. Sua participação política e militar é expressiva, tendo ocupado duas vezes o cargo de cônsul e comandado legiões em conflitos, como na Revolta de Espártaco e na campanha contra os Partos - na qual acabou morto durante a Batalha de Carras.

⁷⁹ Ao ler o substantivo ‘dinheiro’ no contexto da Antiguidade, devemos reforçar o seu significado representativo, isto é, quantias de valor que ultrapassavam o material, envolvendo trocas incorpóreas. Tal perspectiva encontra-se apresentada no Capítulo 2.

No caso da busca por ganhos particulares, o dinheiro tornar-se-ia o eixo de sustentação da vida, o que levaria o indivíduo à avareza (*avaritia*) - uma doença incurável e causadora da infâmia. O adoecimento pela ganância, referido por Cícero como *cupiditas pecuniae*, estava conectado à ânsia em obter ganhos pessoais excessivos (Pina Polo, 2016a, p. 166). Ele identifica como efeito colateral a inversão de exercícios financeiros honestos e voltados à utilidade para hábitos enganosos na procura de rendimentos particulares. Por esse viés, Cícero não exclui o cuidado com o patrimônio familiar e a construção de uma renda, mas condiciona tal prática a um retorno positivo à *res publica*. Assim, atividades financeiras que atuassem dentro dos limites de justiça, sabedoria, respeito e reafirmassem os valores tradicionais daquela sociedade teriam seus ganhos validados (Valencia Hernández, 1994, p. 123). Apoiando a produtividade, em seu tratado, Cícero afirma estar dentro dos limites morais e dedicar-se a atividades que gerem rendimento produtivo. Dessa maneira, ele reconhece o potencial da prática prestamista para a composição do patrimônio familiar, novamente, desde que executada de forma útil à sociedade e honesta; a respeito disso, Manuela Valencia Hernández (1994, p. 124) pondera que, embora Cícero seja crítico à ética dos *faeneratores*, ele evita associações negativas a outras ações bancárias especulativas.

Dando mais matiz ao pensamento financeiro desse senador, a divisão de uma sociedade entre abastados e desfavorecidos respondia à organização da natureza. Por isso, medidas que propunham a redução dessas desigualdades eram veementemente negadas por ele. Segundo o seu viés, a República não deveria ser responsabilizada e distribuir ou reduzir o preço de cereais, isso apenas serviria para violar a hierarquia social (Pina Polo, 2016b). Em acréscimo, chamam a atenção dos pesquisadores as considerações ciceronianas no que toca a redistribuição de terras. Como exploramos no segundo capítulo, a propriedade fundiária era um dos sustentáculos da República e, por meio deste patrimônio, podia-se alcançar prestígio e influência (Florenzano, 1995; Hollander, 2019). No livro III do discurso *De Republica*, Cícero concretiza a consideração feita acima. O senador propaga a finalidade moral e o direito por natureza⁸⁰ que envolviam a posse de terras. Assim, ele assinala a importância da propriedade para o bom funcionamento das instituições republicanas. Conquistar uma porção de terra, contudo, deveria ser natural; na ótica do arpinate, apenas os cidadãos honrados e dedicados na proteção da República teriam direito, seriam merecedores. Dessa forma, Cícero não enxerga

⁸⁰ Para Neal Wood (1983, p. 740), Cícero parece ter sido o primeiro latinista antigo a articular a ideia do direito natural com tanta clareza. A expressão utilizada pelo senador aludido não faz menção ao direito natural à propriedade, trabalhado em autores modernos. Com efeito, a concepção ciceroniana deve ser lida em semelhança à filosofia estoica, isso é, a natureza gera frutos que devem ser usufruídos pelos homens (Wood, 1983, p. 741).

na redistribuição de terras uma forma legítima de se obter uma propriedade. Para ele, a transferência fundiária era uma ação injusta e prejudicava aqueles que mereciam usufruir desse patrimônio (Pina Polo, 2016b; Wood, 1983).

Para pensarmos a respeito do atrito que ocorre entre a sua teoria e a vivência financeira cotidiana de Cícero, observamos a análise de Valencia Hernández (1990) acerca da idealização feita por ele sobre a presença de grupos dirigentes no campo comercial. Tal movimento pode ser depreendido a partir da distinção feita dos termos *mercator* e *negotiator*, a qual não segue uma lógica econômica, mas está determinada por questões sociais. Na prática as ações comerciais do *mercator* e *negotiator* eram bastante similares, ambas as expressões indicavam homens envolvidos com atividades de compras e vendas. Porém, o *mercator* surge nos relatos em que homens da plebe ou libertos são descritos como negociadores, assim, é aplicado de uma forma pejorativa. Ao passo que o *negotiator* é usado para indicar comerciantes de origem aristocrática, de modo a qualificar positivamente a prática deste grupo - nesses casos, inclusive, são recorrentes expressões como *gerere negotium* (gerir negócios) que suavizam o envolvimento da elite à vida comercial. Por esse viés, com base no raciocínio aventado pela autora supracitada, percebemos a distinção linguística feita por Cícero como uma manobra para legitimar a atividade financeira de senadores e equestres - muito comum em seu dia a dia, mas condenada pela teoria e tradição (Valencia Hernández, 1990, p. 213-214).

Ainda nessa lógica, se a multiplicação da riqueza aparece de forma branda em sua filosofia, a sua trajetória financeira expõe uma atitude contrária (Pina Polo, 2016b). Para a teoria de Cícero, a busca ambiciosa por enriquecer afetava as relações, gerava arrogância. No entanto, como apreendemos a partir dos estudos apresentados no capítulo precedente, as elites estavam inseridas de maneira significativa no mundo financeiro romano - vale recuperarmos o fato de senadores e equestres serem frequentemente apresentados em atividades de crédito (Shatzman, 1975). Em nossa perspectiva, não há razões para enxergar Cícero como uma exceção; sobremaneira considerando a preocupação que sempre demonstrou em impulsionar ao máximo seu patrimônio. Como demonstraremos nos próximos parágrafos, apesar de possuir uma fortuna respeitável, o poder econômico de Cícero não se equiparava a muitos de seus contemporâneos. Foi através de uma rígida administração que ele pôde aumentar substancialmente seus recursos pessoais, acumulando propriedades, comprando e vendendo-as, além dos empréstimos que ofereceu e solicitou, ornamentos, explorando cultivos, etc. Ademais, antes de avançarmos, é necessário frisar que, apesar da visão geral obtida sobre as suas possessões, não há como determinar os rendimentos propriamente ditos

de Cícero. Conforme depreende Valencia Hernández (1994, p. 131-132), há um único comentário do arpinate a respeito de lucros que tenha obtido e ele deve ser interpretado como um dado anedótico devido a sua excepcionalidade, o que veremos mais à frente nesta seção.

Apesar de sua reputação como um *homo novus* em Roma, Cícero vinha de uma família bem posicionada financeira e politicamente no Arpino, região localizada ao sudeste do centro político romano. De acordo com Pina Polo (2016b, sem paginação), parte da fortuna de Cícero tinha origem na herança herdada de seu pai, que possuía propriedades no Arpino, e outra porção teria sido adquirida através do dote (*dos*) oferecido por Terência. Quando nós voltamos ao sistema de sucessão, inscrito na tradição e nas convenções jurídicas, encontramos a propriedade como um dos objetos sucessórios, junto aos escravos, terras em divisa ou indivisa, elementos materiais, etc. Incluída entre os bens de direito transmissíveis após a morte do *paterfamilias*, o herdeiro da família (*sui heredes*) recebia a sua herança naturalmente, sem a necessidade de uma solicitação oficial. Até o período tardo republicano, a distribuição dos bens possuía um caráter mais autônomo, o chefe de família tinha liberdade para escolher seus sucessores. Com o avançar legal e filosófico, normatizou-se cada vez mais a formação de um testamento: o chefe de família deveria seguir algumas determinações legais ao atestar seus herdeiros, entre eles a nomeação de seus filhos diretos (Kaser, 1984, p. 330-334). Soma-se a isso um comentário de Cícero a Ático acerca de uma propriedade no Arpino e uma casa em Roma, na zona das Carinas, que teria recebido após a morte de seu pai. Há algumas dissonâncias entre historiadores a respeito da quantidade de bens e os valores recebidos por Cícero em sua herança, de qualquer maneira, o que se pode inferir, através da documentação, é ter sido um patrimônio pequeno recebido por ele (Cíc., *Att.* I. 16 *apud* Smutny, 1951, p. 50).

Neste rol de informações, assumimos ser plausível estabelecer que Cícero teve como núcleo de sua fortuna as terras e os bens materiais herdados após a morte de seu pai em 60. Em acréscimo, o dote recebido por seu casamento com Terência teria sido um montante considerável. Citando Plutarco (*ca.* 46 E.C. - *ca.* 120 E.C.)⁸¹, Pina Polo (2016b) e Robert Smutny (1950) argumentam que o dote foi composto por 400 mil sestércios e propriedades como terrenos, imóveis arrendados e jardins. Por meio das cartas, são indicadas propriedades nas áreas de Argileto e Aventino, mediante as quais aluguéis anuais eram obtidos e acrescentavam à fortuna de Cícero. O matrimônio se manteve por cerca de vinte e nove

⁸¹ Escritor e filósofo grego nascido em Queroneia, escreveu o conjunto de biografias romanas e gregas *Vidas Paralelas* (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1165-1166).

anos⁸², nesse período o arpinate provavelmente usufruiu dos recursos conjugais oferecidos por seu casamento, realizando uma aproximação da soma anual obtida com o arrendamento de casas, Smutny (1950, p. 51) sugere que Cícero tenha alcançado um total de 2.000.000 sestércios com essa atividade. Apesar de ter conquistado rendimentos sobre o patrimônio oriundo de seu dote, essa informação deve ser interpretada com cautela, tendo em consideração o fato de que havia uma separação patrimonial nítida entre Cícero e Terência; na República Tardia, a tutoria conjugal perdia força e, de forma frequente, as mulheres administravam com autonomia suas finanças (Dixon, 2001, p. 84-85). Na ocasião de seu divórcio, Cícero precisou restituir o valor dotalício completo a Terência, tal episódio gerou incertezas financeiras a ele e a seu filho - que deveria ser amparado pelo pai. Adiante nos aprofundaremos neste evento.

Embora tenha sido um casamento curto aquele estabelecido com Publília, cumpre fazermos referência a ele em virtude da relevância política e econômica que exerceu na vida de Cícero (Smutny, 1950, p. 51). Para elucidar as dificuldades em reconstituir o matrimônio e a própria Publília, mencionamos - de modo breve - na *Introdução* as poucas informações preservadas acerca desta aristocrata e da união formada com o arpinate. O relacionamento aparece em cartas pontuais, havendo apenas uma única referência direta ao dia de seu casório; registrada em uma epístola do ano 46 quando agradece aos votos feitos por um de seus aliados (Oliveira, 2018, p. 352). Por meio do comentário feito neste material, onde Cícero compara a sua situação financeira com os abalos sofridos pela República, sustenta-se a perspectiva de que esse matrimônio tenha sido impulsionado pelo interesse econômico do senador (Oliveira, 2018, p. 351; Smutny, 1950, p. 51). Concentrando-nos em nosso recorte temporal, frisamos que não causava estranhamento que uniões conjugais fossem empregadas como ferramentas políticas e financeiras. Assinalamos no parágrafo anterior a importância de Terência no impulsionamento de Cícero e entendemos ser possível ler o laço firmado com Publília sob a mesma ótica. O dote oferecido pela jovem aristocrática permitiu que o arpinate finalizasse algumas de suas dívidas, assim ele conteve parte de seus problemas monetários naquele período. Esse arranjo, todavia, tornou-se um problema quando Cícero decidiu divorciar-se de Publília. Como veremos à frente, no momento em que deveria devolver esse dote, o arpinate ainda lidava com o pagamento vitalício restante de sua primeira esposa, devia dinheiro a conhecidos e, agora, contraía um débito com o pai de sua segunda cônjuge (Oliveira, 2018, p. 357).

⁸² Não há como precisar o ano em que Terência e Cícero se casaram, estima-se ter ocorrido ao redor de 79, logo após o período em que o arpinate esteve na Grécia.

Ao avançarmos sobre as fontes patrimoniais de Cícero, devemos considerar as suas propriedades distribuídas pelo território italiano e aquelas mantidas dentro de Roma. Nesse espectro, Pina Polo (2016b) nota a expansão considerável de bens imóveis executada por Cícero; se a herança de seu pai garantiu-lhe um terreno em Carinas e outro no Arpino, durante os anos de 68 a 45, o senador soube administrar sua renda e adquirir inúmeras propriedades. Assim, passou a acumular terrenos e *villae* nas regiões do Lácio e Campânia, e ainda são mencionadas de forma direta em suas documentações terras em Túsculo, Áncio, Fórmias, Alba, Frúsino, Ástura, Cumas, Pompéia e Putéolos. Recorrentemente assinalados como espaços íntimos de Cícero, em razão de seus deslocamentos para o interior quando objetivava se afastar dos eventos em Roma, as propriedades supracitadas possuíam também um peso econômico para ele (Pina Polo, 2016b; Shatzman, 1975). Em cartas, Cícero relata algumas de suas viagens para a fiscalização de seus imóveis e reuniões burocráticas, como o recolhimento e ajuste de aluguéis (Boren, 1961; Smutny, 1951). Em junho de 44, alguns meses após o assassinato de Júlio César e quando a sua divergência com Marco Antônio (83 - 30)⁸³ se agravou, Cícero preparava-se para deixar o território italiano. Para tanto, ele declara a Ático que utilizará os pagamentos dos aluguéis a receber: “Na verdade, vejo que eu também preciso de dinheiro para a viagem, eu pagarei à medida que forem chegando as rendas das propriedades [...]” (Cíc., *Att.* XV. 20). Outro exemplo dos rendimentos que alcançava com a locação de espaços, vê-se no episódio em que apresenta ao amigo equestre sua intenção de reformar propriedades que herdou no Putéolos para disponibilizá-las e lucrar com elas. Leiamos um trecho em que informa a situação precária do local e seu interesse nos rendimentos possíveis: “[...] o desabamento não diminuiu o valor; na verdade, cogito se agora isso não fez com que se tornasse mais lucrativa.” (Cíc., *Att.* XIV. 11).

Há outras menções ao lucro com o arrendamento de propriedades em suas epístolas, o que corrobora a perspectiva de que esse era um dos pilares de suas finanças pessoais. No entanto, nenhum desses relatos nos permite determinar os valores obtidos por Cícero. Adicionando matiz à questão, Robert Smutny (1951, p. 54) pondera a informação apresentada em uma carta a Tirão, na qual Cícero assinala o valor de 1.000 sestércios recebidos de um horticultor, e ele o faz sem determinar se esse seria um montante mensal, anual ou uma parcela de pagamento (Cíc., *Fam.* XVI. 18 *apud* Smutny, 1951, p. 54). Em *Paradoxa*

⁸³ Marco Antônio foi um político e general romano reconhecido por suas campanhas sob o comando de Júlio César, apoiou este senador em suas propostas no Senado e lutou ao seu lado nas batalhas da Guerra Civil contra Pompeu. Sua trajetória, ademais, é marcada pelo triunvirato formado com Lépido e Otávio em 43 e por sua aliança volátil com Cleópatra (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 111-112).

*Stoicorum*⁸⁴, preserva-se uma passagem numérica e objetiva acerca do rendimento anual obtido por Cícero em uma de suas posses: o arpinate atesta ter alcançado 600.000 sestércios anuais e extraído para si 100.000 (Smutny, 1951; Valencia Hernández, 1994, p. 133). Por outro lado, Smutny (1951) arrazoa ser difícil estabelecer essa quantia como real, uma vez que, segundo o autor, é possível que esse valor tenha sido empregado como recurso argumentativo. A ausência de comentários deve servir-nos como um incômodo, e Valencia Hernández (1994) induz-nos a refletir se haveria alguma razão para este silêncio e, caso sim, quais seriam elas. Não obstante, multiplicar o patrimônio por meio dos setores agrários classificava-se entre os mais honrados, e já discutimos sobre a centralidade da terra na economia romana neste e no capítulo anterior, dessa maneira, mesmo que não existam valores documentados ligados aos negócios imóveis de Cícero, avaliamos como sua atividade econômica dependia consideravelmente da administração de suas terras.

Além do exposto, parte da renda ciceroniana vinha de seus trabalhos jurídicos. No âmbito teórico, o pagamento de taxas ou entrega de presentes para advogados era proibido pela *lex Cincia de donis et muneribus*⁸⁵, contudo a interação em sua prática dava-se de forma contrária (Boren, 1961, p. 18). De forma frequente, são registradas violações dessa norma nas interações nas fontes antigas, e Smutny (1951, p. 51) contorna a informação narrada por Plutarco sobre o marfim aceito por Hortênsio quando concordou em cumprir a defesa de Verres no julgamento de corrupção. Outro exemplo resgatado pelo autor é o próprio Cícero, que, ao receber alguns livros como gratidão por seu trabalho, manifestou o seu cuidado em não ser prejudicado devido à lei vigente (Cíc., *Att. I. 20 apud* Smutny, 1951, p. 51). Complementando o exposto, segundo Elizabeth Rawson (1975, p. 49-50), faz-se claro que os valores recebidos por Cícero eram bastante significativos, muitos oferecidos por equestres dependentes de sua atuação legal. Com isso estabelecido, é válido ressaltar haver duas alternativas comuns para tal retribuição: durante a vida, com a entrega de presentes materiais valiosos ou somas numerárias, e após a morte, quando se oferecia uma herança. Diante dessa prática, com base nos argumentos advogados por Henry Boren (1961) e Smutny (1951), compreendemos o peso que bens herdados tinham no patrimônio de Cícero.

No início deste tópico, assinalamos como, durante a tardo república, os descendentes diretos deveriam constar obrigatoriamente entre os beneficiários do testamento, todavia isso

⁸⁴ Obra filosófica de Cícero na qual apresenta provérbios estoicos e discute-os a partir do contexto vivido por ele (Valencia Hernández, 1994, p. 133).

⁸⁵ Formulada e promulgada em 204, a lei proibía doações para aqueles que atuassem como defensores em um juízo. A norma passou por novas interpretações e exceções foram adicionadas, como a entrega de presentes com valores pequenos (Rotondi, 1962, p. 261-263).

não excluía que outros legatários fossem adicionados. O legado, quantia destinada a pessoas que não eram herdeiros nomeados, poderia ocorrer de maneiras distintas e se fazia frequente no seio romano, bem como pode atestar a promulgação da *lex Falcidia*⁸⁶. Havendo estabelecido esses elementos gerais, podemos refletir os ganhos de Cícero nessa categoria. A herança de Públio Clúvio (? - ?)⁸⁷ tinha Júlio César e Cícero como legados, conforme sugerem as documentações, propriedades na região de Puteólos foram repartidas entre os dois. Em 48, entre os meses de fevereiro e março, o arpinate teria aceitado a sua parte. Nas suas cartas de 45 e 44, ele traça com Ático suas expectativas para o rendimento dessas áreas - no fragmento supracitado expusemos seu interesse em reformar os espaços herdados a fim de multiplicar seus ganhos -, nessa ocasião ele esperava crescer o montante de 80.000 a 100.000 sestércios (Cíc., *Att.* XIV. 10; Cíc., *Att.* XIV. 11). Outra vez, não dispomos de dados concretos que nos permitam analisar a fundo o impacto desses retornos patrimoniais na contabilidade de Cícero. Entretanto, entendemos que, independentemente dos possíveis valores arrecadados anualmente por meio destas atividades, presentes e heranças, elas integraram uma porcentagem significativa das riquezas ciceronianas.

Cabe assinalar, também, a importância dos empréstimos no patrimônio de Cícero. Analisamos, na seção anterior deste trabalho, o interesse das elites tardo republicanas em participar das atividades prestamistas, nesse exposto, discriminamos a dinâmica empreendida por esses grupos, seus objetivos comuns e as ferramentas utilizadas. Cícero estava inscrito a essas práticas, simultaneamente ocupou o papel de credor e devedor em suas relações financeiras, algo que discutimos a respeito anteriormente. Interessa-nos, agora, apontar essa atividade como outro setor de suas finanças. Sob a perspectiva de Smutny (1951, p. 55), os relatos de Cícero envolvendo os empréstimos que fazia relatam, principalmente, a dificuldade que possuía em receber de seus devedores. Assim, o autor estabelece que essa não seria uma fonte lucrativa para o arpinate. Para Cícero, sem dúvidas, essa prática não repercutia tanto quanto ocorria nos recursos pessoais de Ático. Todavia, não podemos omitir o fato de que essas transações auxiliavam em seus rendimentos (Boren, 1961, p. 20). As cartas em que o senador aponta a dificuldade em obter os pagamentos dos créditos oferecidos são datadas em períodos de instabilidade financeira na própria República, assim demonstram as epístolas enviadas durante o conflito travado por César e Pompeu, destacadas no segundo capítulo

⁸⁶ A *lex Falcidia* promulgada em 40 regulamentou a repartição da herança. Assim, aos legados destinavam-se $\frac{3}{4}$ do valor e deveriam ser distribuídos entre todos, dessa forma, garantia ao menos $\frac{1}{3}$ ao herdeiro nomeado (Kaser, 1984, p. 381)

⁸⁷ Não localizamos informações biográficas a respeito deste romano. Citado em epístolas e, infere-se, um contato próximo de Cícero, as informações mais concretas são referentes à sua atuação financeira e ao valor legado para o arpinate (Rodríguez-Pantoja Marquéz, 1996, p. 331).

(Cíc., *Att.* X. 11; Cíc., *Att.* X. 15). Além disso, havia múltiplos instrumentos financeiros a beneficiarem os credores, logo parece razoável estabelecer que, mesmo Cícero não angariando compensações numerárias contundentes com a atividade aludida, ele desfrutava de vantagens financeiras por meio dos créditos. Para ilustrar, relembremos o já pontuado *delegatio*, instrumento habitual às transações prestamistas que autorizava o credor a utilizar os pagamentos em aberto de seus devedores como recurso em negociações com terceiros (Von Renden, 2012).

Durante as discussões do capítulo precedente, apreendemos como era de interesse comum aos aristocratas manifestar sua honra por meio de luxos e, como discriminamos, Cícero não fugia à regra: embora suas riquezas não se equiparassem a outros nomes contemporâneos a ele, o senador se esforçou a multiplicar seus bens. Na primeira parte desta seção, contornamos os aspectos que compunham a vida financeira do arpinate, pois entender a sua posição patrimonial serve-nos para o raciocínio a seguir: as crises que enfrentou. As bases de sua fortuna se estabeleceram durante a primeira fase de sua vida, conforme notamos ter ocorrido com as suas propriedades – adquiridas, em sua maioria, antes do banimento de Cícero. O segundo momento da trajetória ciceroniana, e aqui indicamos os anos após o seu exílio, está marcado por uma maior instabilidade financeira. Segundo veremos a seguir, os acontecimentos desse período - internos e externos - impactaram substancialmente os rendimentos de Cícero, levando-o a requisitar cada vez mais o suporte financeiro de seus aliados. Faz-se necessário adiantar que esse elemento será analisado com profundidade no tópico a seguir, que, embora lhe fosse comum recorrer aos serviços de seu amigo financista Ático, nota-se a intensificação de sua dependência em circunstâncias críticas (Rauh, 1986; Verboven, 2002).

Antes de mais nada, também é importante ressaltar que, apesar de buscarmos uma explicação cronológica às profundas inseguranças monetárias enfrentadas por Cícero, não devemos encará-las como um evento linear. Foram múltiplos os eventos responsáveis por minar a estabilidade patrimonial do arpinate. Nesta Dissertação, analisaremos as três grandes crises financeiras vivenciadas por Cícero entre os anos de 57 a 43, anos associados à restauração do senador a Roma e à sua morte, nesta ordem. Assim, interpretamos 1. o seu pós-exílio entre 57 a 56, como meses de restabelecimento político e financeiro; 2. o ano de 48, período em que serviu a Pompeu; 3. o seu divórcio com Terência em 46 como as fases de maior preocupação econômica para Cícero. Houve, de fato, outros problemas financeiros no intervalo dessas crises, que serão comentados adiante (Everitt, 2003; Pina Polo, 2016a; Rauh, 1986; Verboven, 2002). No entanto, são dentro dos três momentos aludidos que notamos a

busca mais intensa pela sociabilidade financeira. Assim, avaliá-los com minúcia é imprescindível para, adiante, entendermos com clareza a significância e os usos econômicos que Cícero compreendia em sua amizade com Ático.

Em sua primeira carta a Ático após ter seu retorno a Roma autorizado legalmente, Cícero relata de forma suntuosa a sua chegada no território italiano e a alegria do povo em recebê-lo, ao mesmo tempo ele assume as dificuldades enfrentadas para reestruturar-se. Entre os obstáculos, ele assinala seus problemas financeiros, lemos: “Com relação ao meu patrimônio, minha situação é delicada. Além disso, há certos assuntos pessoais que não confio em uma carta [...] peço que venha o quanto antes e disposto a me oferecer seus conselhos.” (Cíc., *Att.* IV. 1). Ao retornar do exílio, Cícero não tinha qualquer patrimônio à sua disposição e, junto à reconstrução de sua imagem, também precisou agir quanto a sua fortuna. Sem acesso aos próprios fundos, inclusive, Cícero dependeu de Terência para o financiamento de sua campanha de retorno (Dixon, 2001, p. 82-83). A aprovação da medida *aquae et ignis interdictio* sobre o exílio do senador, além de estabelecer uma distância mínima de 500 milhas de Roma para o afastamento do arpinate, ela permitiu que suas propriedades fossem retidas pelo Senado, isso incluía a sua casa em Roma e outras em suas *villae* (Piacentin, 2021, p. 153).

O confisco de propriedades ou a sua demolição era um ato de punição comum entre os romanos desde o princípio republicano, haja vista o simbolismo contido nas construções luxuosas das elites à época⁸⁸. O banimento de Cícero exemplifica essa prática (Piacentin, 2021, p. 12-13, 153-154). Em razão da influência exercida pela residência sobre a imagem de um cidadão, Cícero compreendia a essencialidade de ter as suas propriedades restituídas. Todavia, ademais de uma movimentação legal, recuperar as suas terras após a restauração exigiu recursos financeiros. Isso porque a casa no Palatino havia sido apropriada por Clódio, depois foi demolida e transformada em um espaço sagrado, um templo a deusa *Libertas*. Ao ponto referido, acrescenta-se a relutância de alguns senadores em se posicionar contra Clódio, tribuno responsável pela medida contra o arpinate e cuja centralidade política naquele momento era bastante importante para as associações mais tradicionais. Frente ao cenário assinalado, Cícero solicitou a dessacralização da propriedade aos pontífices e buscou persuadi-los contra Clódio, colocando-o como um homem desonesto e criminoso (Kenty,

⁸⁸ Além de comportarem uma arquitetura favorável a espaços públicos, para jantares e rituais, as casas eram um canal para expor a força e o sucesso de uma família. De acordo com Shelley Hales (2000, p. 53), as residências conectavam o passado, o presente e o futuro de um grupo familiar, posicionando esse núcleo nas relações sociais.

2018, p. 246). Para tanto, semanas após o discurso de agradecimento ao Senado⁸⁹, ele pronunciou o *De Domo Sua* por meio do qual defendeu sua posição. Dessa maneira, em outubro de 57, Cícero escreveu a Ático o sucesso alcançado: “Falei diante dos pontífices no dia 29 de setembro; tratei o assunto com todo o cuidado e [...] naquele momento, sem dúvida, a dor e a gravidade da situação me deram certa eloquência.” (Cíc., *Att.* IV. 2). Em conjunto à recuperação da casa, o Senado avaliou as propriedades que haviam sido expropriadas para compensarem monetariamente o arpinate. A construção demolida no Palatino foi avaliada em 2 milhões de sestércios, já as posses de Fórmias e Túsculo, segundo Cícero, tiveram estimativas mesquinhas e lhe garantiram, nesta sequência, 250 mil e 500 mil sestércios cada. Lemos o seguinte excerto:

Quanto à minha casa, os cônsules - com base na opinião da comissão - a avaliaram em dois milhões de sestércios; o restante, com grande mesquinha: a propriedade de Túsculo em quinhentos mil, a de Fórmias em duzentos e cinquenta mil. Essa avaliação é duramente criticada, não só por toda a gente de prestígio, mas até mesmo pela plebe (Cíc., *Att.* IV. 2).

No que toca a aplicação desse dinheiro, não há informações detalhadas. Todavia, levando em consideração o cenário em que Cícero se encontrava, podemos conjecturar que tenha sido destinado à reforma de suas casas, a localizada em Roma e outra em Fórmias. Apesar disso, Cícero precisou recorrer aos seus contatos financeiros para financiar seu restabelecimento material e moral em Roma - na última seção, examinaremos o papel de Ático nesse processo. Por ora, observamos o apoio financeiro que Cícero obteve de seus amigos próximos desde o momento inicial de seu exílio, dois deles foram Rabírio Póstumo (? - ?)⁹⁰ e Caio Ateio Capito (30 A.E.C - 22 E.C.)⁹¹, entre outros (Verboven, 2002, p. 122). Segundo a análise empreendida por Verboven (2002, p. 80), Rabirio teria entregue ouro e Ático 250 mil sestércios para ajudá-lo, além do suporte oferecido a sua família. Aos valores iniciais utilizados para sua retirada, acrescenta-se a ajuda que recebeu para a campanha de retorno, com fundos obtidos a partir de sua esposa, irmão e amigos.

Mencionamos, na seção em que analisamos a atividade prestamista na tardo república, o espaço considerável ocupado pelo crédito nas relações financeiras das elites romanas.

⁸⁹ Um dos quatro discursos após sua restauração. Defendido em setembro de 57, Cícero utiliza o *Post Reditum in Senatu* para agradecer aos esforços de seus aliados senadores, atacar aos inimigos e justificar o seu banimento como alternativa a evitar o início de um conflito civil (MacKendrick, 1995, p. 124).

⁹⁰ De origem equestre, Rabírio Póstumo herdou as finanças de seu pai e utilizou-as para se estabelecer como financiador romano. Acusado judicialmente por obter lucros através da condenação de Aulo Gabínio (? - ca. 47), foi defendido por Cícero e absolvido (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1255).

⁹¹ Não há muitos dados particulares a Caio Ateio Capito preservados. Sabe-se que, contemporâneo a Ático e Cícero, foi reconhecido por sua desenvoltura jurídica (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 192).

Assim, traçamos, como dentro desses vínculos, entre eles a *amicitia*, a noção comum de que as relações deveriam servir como apoio às adversidades, inclusive nas questões econômicas. Nesse contexto, quando regressou a Roma, para além dos problemas financeiros ligados às propriedades, Cícero possuía dívidas com seus aliados; entre os créditos a serem devolvidos, estava seu irmão Quinto. Os pormenores a respeito da quantia a ser devolvida não são explicitados: o senador diz a Ático que deverão discuti-los pessoalmente (Cíc., *Att.* IV. 2). Apesar disso, ele comenta a sua necessidade em recorrer aos seus amigos para conseguir o dinheiro de Quinto, declarando não ter como cumprir sozinho a devolução:

Em relação ao patrimônio, minha situação é precária. No entanto, a fim de corresponder à generosidade de meu irmão Quinto e, também, não ficar completamente sem recursos, recorri, apesar de sua oposição, à ajuda dos meus amigos (Cíc., *Att.* IV. 3).

Em outro momento, Cícero faz referência ao suporte econômico recebido por seus *amici*, seguindo o desabafo do cenário em que se encontra o seu patrimônio, ele preocupa-se em não solicitar mais quantias a seus amigos. Vejamos o trecho a seguir: “A generosidade dos meus amigos está esgotada nesse assunto [...]” (Cíc., *Att.* IV. 2). De modo subjetivo, Cícero assinala ter recorrido com frequência a seus contatos próximos, ao ponto de indicar não haver espaço para novos pedidos. À luz dos argumentos expostos por Verboven (2002, p. 122), os questionamentos do arpinate não afetavam a sua percepção de que Ático apoiá-lo-ia monetariamente. Nesta passagem, ele registra as ações significativas já feitas por seus amigos desde a sua retirada até o retorno a Roma. Em novembro, Cícero voltou a sofrer abalos monetários, com os ataques liderados por Clódio a suas construções na cidade. Alguns de seus aliados, como Tito Ânio Papiano Milão (*ca.* 95 - 48)⁹², e seu irmão também sofreram com as ações dos adversários políticos do arpinate, sendo - inclusive - afetados materialmente (Cíc., *Att.* IV. 3). Era um fato, aos olhos de Cícero, que Ático apoiá-lo-ia financeiramente, mas ele se preocupava com o apoio de outros amigos que já haviam gasto consideráveis quantias na campanha para trazê-lo de volta do exílio. No entanto, no início de 56 – pouco mais de 5 meses após seu retorno a Roma - Cícero já havia superado a maioria de suas dificuldades financeiras. Claramente, os *amici* haviam cumprido com suas obrigações. Não há informações completas sobre o destino final que teve a casa de Cícero no Palatino. De qualquer maneira, é

⁹² Não há informações biográficas detalhadas a respeito de Tito Ânio Papiano Milão. Sabe-se que, durante o episódio relatado, ele ocupava o cargo de tribuno da plebe e possuía uma relação bastante próxima com Cícero (Rodríguez-Pantoja Marquéz, 1996, p. 220).

inegável o reflexo político, social e financeiro oferecido pela construção no Palatino no contexto abordado (Halles, 2000, p. 53).

A segunda crise patrimonial vivenciada por Cícero iniciou-se em 49 quando se apresentou como aliado de Pompeu no conflito civil contra César. Nesses casos, os associados não deveriam esquivar-se das ‘obrigações’ atreladas aos vínculos mantidos. Um exemplo da reciprocidade ciceroniana sobre esses assuntos se verifica na ocasião em que o senador Quinto Áxio lhe escreve solicitando recursos ao filho. Pela forma como Cícero narra o episódio a Ático, pode-se interpretar que, para ele, não havia alternativa senão assumir seu compromisso com o aliado em questão (Cíc., *Att.* X. 15). Mais do que um registro das ações esperadas no interior dos laços de confiança e familiaridade, este relato enviado em maio de 49 expõe a preocupação monetária que se instalou no seio aristocrático romano com o início da Guerra Civil. Confirmando com Ático que acataria o pedido de Áxio, Cícero pondera como esse valor poderia lhe fazer falta devido ao quadro de instabilidade. Sobre esse aspecto, Shatzman (1975, p. 227-228) assinala que, para além do campo político, a guerra se desenvolveu sob o temor dos possíveis impactos econômicos. E, em geral, senadores e equestres temiam que uma vitória cesarista trouxesse massacres, exílios, confiscos e cancelamento de dívidas - o que, de fato, não agradava em nada aos grandes financistas da República.

Assim como pôde usufruir da ajuda de seus amigos em sua restauração, as expectativas abarcadas pelo relacionamento cultivado com o general levaram Cícero a posicionar-se como apoiador político e financeiro da causa pompeiana. Durante o seu governo na Cilícia em 51, como era habitual ocorrer nestes períodos de serviço, o arpinate multiplicou seus recursos e manteve alguns cistóforos⁹³ reservados ali. Às vésperas de sua retirada em direção ao acampamento de Pompeu, o arpinate escreveu a Ático a respeito da quantia armazenada em Éfeso, capital da província asiática romana, comunicando ao amigo o envio de uma carta de troca para que tivesse acesso ao valor caso se fizesse necessário em algum momento (Cíc., *Att.* XI. 1). A essa altura, o cenário militar que se desenhava para Pompeu e suas tropas não era favorável e, como podemos inferir a partir da documentação, fazia-se necessário arrecadar fundos para o financiamento das legiões. Ponderando a respeito das ações monetárias vindas da aliança senatorial, leia-se apoiadores de Pompeu, Amela Valverde (2004, p. 93) destaca o decreto promulgado por senadores a fim de validar o uso do dinheiro

⁹³ Numerários de prata utilizados na região de Pérgamo, tornou-se a moeda oficial da província romana na Ásia durante o final da República. Cícero registra a presença dos cistóforos em algumas de suas epístolas. No que tange esse assunto, Luis Amela Valverde (2004, p. 92), debruçando-se sobre os elementos arqueológicos, arrazoa terem sido cunhados cistóforos com o nome do próprio Cícero durante o seu proconsulado na Cilícia. Para mais detalhes, selecionamos a leitura de Amela Valverde (2004).

público e de patrimônios particulares para a provisão de fundos financeiros para o conflito. Nesses termos, e atualizando o equestre de suas movimentações financeiras, Cícero recorda ao equestre ter retirado uma parte dos 200 mil cistóforos: “Do dinheiro que havia na Ásia, retirei quase a metade. Acredito que assim será mais seguro do que mantê-lo nas mãos dos publicanos.” (Cíc., *Att.* XI. 2). Sabemos, por meio de uma carta enviada a Lúcio Mescínio Rufo (? - ?)⁹⁴, que essa transferência refere-se à quantia emprestada a Pompeu (Cíc., *Fam.* V. 20).

Não se podem omitir, todavia, as incongruências levantadas por historiadores acerca da titularidade dessa soma monetária concedida por Cícero a seu aliado. Ao aprofundar-se na discussão aludida, Amela Valverde (2004, p. 94) considera haver contradições nos relatos ciceronianos sobre a origem do dinheiro. Logo após o seu governo no exterior, Cícero indicou a Ático ter devolvido cerca de 1 milhão de sestércios ao erário da província. No entanto, nas cartas enviadas durante os meses de guerra, ele faz referência ao dinheiro como uma quantia de seu patrimônio pessoal. A partir dessa ambiguidade, historiadores sugerem que o dinheiro concedido a Pompeu não teria sido extraído das moedas em Éfeso, os cistóforos teriam sido movidos a um banqueiro da confiança do arpinate, enquanto o valor enviado ao general teria outra origem (Muñiz Coello, 1988, p. 239-240). Em oposição, Amela Valverde (2004, p. 95) entende que as contradições presentes no discurso estão conectadas a questões contábeis, em outras palavras, ocorrem devido a um vocabulário do processo financeiro em si - depositar, trocar, transferir, etc. Não perscrutaremos as conjecturas aventadas a respeito da legitimidade dos recursos financeiros em análise. Independente da propriedade legítima, e sobre isso convergimos com a ótica reproduzida por Amela Valverde (2004), as moedas enviadas a Pompeu tinham como origem os fundos asiáticos de Cícero.

O apoio oferecido afetou negativamente as riquezas do arpinate, o qual esperava obter a devolução da quantia com a vitória pompeiana. No mês de junho do ano 48, escrevendo desde o acampamento das tropas de Pompeu, Cícero relatou para o equestre a sua expectativa de que os conflitos se resolvessem em breve e, segundo a sua perspectiva, a tensão bélica não se estenderia. Quando avança para as questões econômicas, ele menciona a Ático ter emprestado dinheiro à pessoa que está acompanhando - sem dizer de forma explícita a quem seria -, por perceber o colega em uma situação financeira mais crítica do que a sua. Nesse relato, Cícero verbaliza a perspectiva de reaver o dinheiro assinalado além de ver a sua

⁹⁴ Embora mencionado com frequência nas cartas do proconsulado ciceroniano, não há dados biográficos completos a seu respeito. As informações que podem ser reunidas indicam que Rufo era questor na Cilícia e sua interação com Cícero se concentra no âmbito financeiro (Beltrán, 2008, p. 490).

conduta considerada honrosa por seu núcleo. Frisamos o seguinte extrato: “Emprestei a ele uma quantia considerável, acreditando que, quando tudo voltar ao normal, essa atitude ainda me trará honra.” (Cíc., *Att.* XI. 3). No entanto, a realidade dos acontecimentos mostrou-se inversa às projeções traçadas pelo arpinate. A vitória cesarista sobre o grupo senatorial, representado pela figura de Pompeu, trouxe um abalo financeiro considerável à contabilidade de Cícero (Pina Polo, 2016a, p. 173).

Em sequência, agravando o cenário financeiro instável supracitado, Cícero precisou administrar outras duas demandas: 1. Desvios patrimoniais feitos por Terência; 2. A segunda parcela do dote de Túlia que deveria ser paga a Dolabela. As tensões entre Cícero e Terência cresceram após a restauração do senador, por diferentes linhas interpretativas, e ganha destaque o argumento de que as instabilidades financeiras eram a raiz do afastamento gradual (Alcantud, 2014, p. 17; Dixon, 2001, p. 92-93). Nesse viés, desde antes de sua partida para o acampamento militar em Dirráquio, o arpinate assinalava em suas mensagens para Ático a desconfiança sobre valores contabilizados por Terência e Filótimo (? - ?)⁹⁵ (Cíc., *Att.* VIII. 7) - exploraremos esse assunto no último tópico deste capítulo, quando enfatizaremos as ações financistas de Ático para com Cícero -, mas foi apenas em 48 que as suas acusações adquiriram maior contraste. Pouco tempo depois de haver emprestado dinheiro a Pompeu, foi-lhe informado que Túlia enfrentava dificuldades financeiras em Roma e, além disso, ele constatou a redução de 60 mil sestércios no dote de Túlia. As desconfianças recaíram sobre Filótimo e Terência, os quais possuíam acesso à soma dotalícia. Sobre isso, Cícero lamenta em suas epístolas a traição de ambos, culpando-se por haver confiado neles e aflito com o destino de sua filha. Vejamos: “Se eu não tivesse achado que estava tudo resolvido - confiando, como você bem sabe, naquela pessoa em quem depusitei confiança demais por muito tempo [...]” (Cíc., *Att.* XI. 1). Em outro momento, quando sugere a colaboração de Ático em ajudá-lo a contornar esses problemas, ele pincela a gravidade do acontecimento e apresenta um tom de lástima por não tê-lo impedido: “De qualquer forma, há muitas circunstâncias particulares - que, sem dúvida, você percebe o quão graves são - e que eu teria facilmente podido evitar.” (Cíc., *Att.* XI. 3). Nessa ótica, Cícero vivenciava uma conjuntura desfavorável, pressionado em diversas frentes contava com o auxílio de suas redes para estabilizar-se.

⁹⁵ Liberto de Terência, esposa de Cícero, frequentemente mencionado nas epístolas do arpinate. Entendemos, a partir das atividades que o senador associa a ele, que Filótimo atuava como um secretário dessa matrona (Rodríguez-Pantoja Marquéz, 1996, p. 467).

A terceira crise a impactar os fundos pessoais de Cícero foi desencadeada por elementos externos e internos, e desdobrou-se entre os anos de 46 e 45. No capítulo precedente, pincelamos a instabilidade econômica que atingiu a República durante e após o conflito civil. Assim, foi verificado que o cenário de insegurança desvalorizou o preço da terra, logo, as relações financeiras também foram afetadas. Tanto quanto os seus contemporâneos, Cícero sentiu os efeitos das circunstâncias, como demonstram os seus problemas para saldar e receber dívidas (Cíc., *Att.* VII. 16; VII. 7; IX. 9; X. 11; X. 11). De forma concomitante, Cícero não recuperou sua estabilidade patrimonial tão rapidamente após os eventos supracitados. Durante os meses iniciais de 47, ele esteve instalado em Brundísio e ocupou-se em discutir suas aflições políticas, familiares e financeiras. Nesta fase, observamos a disposição do arpinate em reorganizar o seu patrimônio, mas, devido aos resquícios dos abalos econômicos sofridos, fazia-se indispensável recorrer aos amigos (Cíc., *Att.* XI. 13; XI. 15). Nesse âmbito, quando atravessa o divórcio com Terência em 46, seus recursos tornam a ficar em risco. O cenário se agrava após o casamento firmado com Publilia e a rápida separação. Obrigado a devolver os bens dotacionais, Cícero voltou a depender de seus aliados para suas despesas.

Uma explicação básica é essencial neste momento para captarmos a obrigatoriedade do processo de reembolso dotal no contexto clássico. Embora o marido fosse considerado o responsável pelo *dos* durante o matrimônio, o valor era entendido como posse legítima da esposa (*res uxoria*). Esse entendimento devia-se, sobremaneira, à finalidade do dote: oferecer segurança financeira à esposa, em especial para o caso de a união ser desfeita. Além disso, a força patrimonial desempenhada pela mulher dentro do casamento adquiriu camadas durante o século I, os usos feitos desse fundo deveriam contar com a anuência da esposa e poderiam ser movidos por ela com autonomia (Dixon, 2001, p. 90–91; Ferrer Alcantud, 2013, p. 9-11; Kaser, 1984, p. 299-303). As razões para a separação de ambos são levantadas como conjecturas pelos historiadores, afinal, não há nenhuma declaração direta de Cícero a respeito. Os comentários sobre o divórcio são gerais, no entanto, as suas desconfianças a respeito das administrações feitas por Terência são claras, como mencionado anteriormente (Cíc., *Att.* VIII. 7; Cíc., *Att.* XI. 24). Para Coré Ferrer Alcantud (2013, p. 12), o domínio financeiro de Terência sobre as próprias finanças teria desdobramentos que ocasionaram o divórcio – e, não apenas isso, mas a sua independência também foi responsável por sua má fama. No escopo dessas informações, o ponto que nos importa analisar é a consequência financeira da separação.

Ainda que reconhecida a sua função social, é preciso ponderar que os recursos vindos de Terência desempenhavam, também, um papel prático. Assim, seus fundos eram destinados para os gastos familiares, como educação dos filhos, serviços e manutenções da casa, e poderiam ser empregados nas despesas ligadas aos hábitos tradicionais das próprias elites romanas e, em circunstâncias críticas, a esposa encarregava-se de quitar dívidas que Cícero já não conseguia (Dixon, 2001, p. 83, 90; Ferrer Alcantud, 2013, p. 15). Nessa fase, Cícero envia a Ático apelos por assistência, os quais exploraremos com maior precisão no último tópico deste capítulo (Cíc., *Att.* XI. 25). Após o divórcio, Cícero e Terência não mantiveram contato. As menções feitas à ex-esposa ocorrem apenas quando o arpinate aborda a renda destinada a seus filhos e discute a elaboração do testamento de Terência em favor deles (Ferrer Alcantud, 2013, p. 21). A restituição dotalícia reverberou sobre os anos seguintes. Cícero não chegou a restituir o dinheiro de Terência, embora seus últimos registros epistolares apontem a intenção de fazê-lo, durante o ano de 45 as justificativas por seu atraso eram muitas e giravam em torno das despesas de seu filho, Cícero, o Jovem. Inclusive, a fim de prover os gastos, o senador buscou estabelecer um acordo com Terência para manter as casas sob a sua administração. O arpinate indicava, e assim também advoga Dixon (2001, p. 94), que a educação dos filhos era custeada pelas propriedades alugadas no Argileto e Aventino. A intermediação do acordo foi responsabilidade de Ático, Cícero afastou-se da negociação e pediu que o amigo defendesse a sua honra (Cíc., *Att.* XII. 21). A relevância dos fundos pode ser confirmada nas cartas de 45 e 44, quando Cícero, o Jovem, retirou-se para estudar em Atenas (Cíc., *Att.* XIII. 32) - voltaremos a esse assunto na análise documental da última seção deste capítulo.

A dificuldade de Cícero em cumprir os pagamentos do filho sem os rendimentos das casas do dote de Terência pode ser interpretada como um reflexo de sua má situação financeira. Avançando sobre isso, recordemos o segundo matrimônio de Cícero, estabelecido em 45. Já discutimos anteriormente como o dote de Publília, ex-pupila e, agora, esposa do senador, serviu aos interesses ciceronianos. O casamento, todavia, não se estendeu por muito tempo e a separação apenas agravou a péssima conjuntura econômica vivida por Cícero. A razão para o divórcio de ambos é marcada por conjecturas, segundo Emília Oliveira (2018, p. 350), a narrativa de Plutarco é uma janela à interpretação do que teria ocorrido, no entanto, deve ser tomada com cautela devido ao tom tendencioso que possui. Nesse contexto, após a morte da filha no início de 45, Cícero teria preferido a vida afastada de Roma, ao passo que a sua esposa teria se visto aliviada. O divórcio não parece ter sido concretizado rapidamente, é

provável que tenha ocorrido entre março e abril, sendo que foi apenas em 44 que teve início o debate referente à devolução do dote.

A carta enviada no dia 11 de julho de 44 traz diversos assuntos financeiros, entre os quais o fato de que Cícero atribui a Ático a administração dos recursos privados de Cícero. Por ora, destacamos o comentário referente ao pagamento em aberto com Publílio (? - ?)⁹⁶. Em seu relato, o arpinate assinala já haver adiantado metade do valor, como uma ação gentil, pois, ao fazê-lo, abdicou de seus direitos. No entanto, ao lidar com outros problemas econômicos, Cícero não possuía o restante do reembolso. O arpinate discutiu com o equestre a sua preocupação com os atrasos de seus devedores, pois, como consequência, as suas próprias dívidas estavam acumulando. Dolabela constava entre os inadimplentes, em virtude do atraso na devolução do dote que pertencia a Terência (Cíc., *Att.* XVI. 3). Cícero diz esperar que a sua ação anterior, o adiantamento dos 200 mil sestércios, oferecesse-lhe algum benefício na articulação de um acordo com Publílio (Cíc., *Att.* XVI. 2). Não existem registros que nos permitam concluir que Cícero foi capaz de reunir o montante final e finalizar a dívida de seu segundo divórcio. Convergindo com o raciocínio de Oliveira (2018, p. 358), não nos parece razoável que tenha ocorrido, visto que o compromisso com Terência era mais crítico e não foi quitado.

O nosso objetivo, para estruturar o raciocínio desta primeira parte, foi organizar a trajetória financeira e - com mais atenção - os casos de instabilidade enfrentados por Cícero. Nesse percurso, observamos a posição central ocupada pelo equestre nos negócios de seu amigo arpinate e, de modo mais geral, durante o segundo capítulo, pincelamos também a sua relevância no mundo financeiro romano. Na seção seguinte, seguiremos por outro caminho, isso é, vamos analisar Ático de modo individual. Por meio dessa investigação, será possível compreender as suas características enquanto financistas, o seu patrimônio e influência financeira, além de sua consolidação na sociedade romana como um grande financiador.

3.2 O percurso político e financeiro de Ático

No primeiro capítulo deste trabalho, examinamos a biografia de Ático escrita por Cornélio Nepos ao final do século I e foram apresentadas algumas considerações gerais a respeito do equestre e sua trajetória. As interpolações feitas anteriormente, além de reafirmadas, serão minuciosamente discutidas nesta parte. Assim, a fim de progredirmos

⁹⁶ Não sabemos o grau de parentesco de Publílio e Publília, é possível que fossem irmãos. Ele era o responsável por intermediar as parcelas dotacionais (Oliveira, 2018, p. 354; Rodríguez-Pantoja Marquéz, 1996, p. 420).

nossa análise, faz-se necessário identificar quem foi Tito Pompônio Ático. Retomando - de modo breve - a discussão anterior, assinalamos no Capítulo I a preocupação de Nepos em frisar a moralidade de seu biografado. Quando versa a respeito da vida pública de Ático, o autor considera o distanciamento que o equestre adotou em relação à política, colocando-o como um exemplo de cidadão romano. Como já assinalado na parte inicial desta Dissertação, entendemos que a figura de Ático não se traduz por completo na narrativa de Nepos. As características atribuídas a ele devem ser analisadas com criticidade e a partir de seu contexto de escrita - como nos orienta metodologicamente Maingueneau (1997).

Por outro lado, ao buscarmos a definição para Ático no *The Oxford Classical Dictionary*, proposta por Simon Hornblower e Antony Spawforth (1996, p. 1182), encontramos que, vindo de uma aclamada família equestre, ele era reconhecido por suas boas relações sociais e, sobretudo, pela influência política e econômica que detinha. Essa breve perspectiva se assemelha, em algum grau, ao retrato narrado por Nepos, mas avança historicamente ao considerar a presença política de Ático. De modo análogo, a historiografia interpretou a sua trajetória sob lentes distintas, a princípio com a omissão de seu perfil político e, depois, a valorização do mesmo. Os trabalhos iniciais sobre Ático estavam profundamente baseados no escrito de Nepos. Durante o século XVIII, as produções se inclinavam para os extremos, isto é, defendiam ou condenavam a personalidade de Ático a partir das representações feitas na biografia latina citada. Assim, o primeiro estudo histórico concentrado na trajetória do equestre foi conduzido por Wilhelm Drummann apenas na segunda metade do século XIX. A partir dos anos 1900, outras pesquisas foram conduzidas, por exemplo, o trabalho publicado por Hans Ziegler em 1936, que ampliou significativamente o estudo político de Ático, e também o estudo de Robert Leslie no ano de 1950 dedicado à face filosófica desse romano. No entanto, algumas das produções, em especial as primeiras abordagens aplicadas, não encontram suporte documental e caminham para análises morais tendenciosas (Perlwitz, 1992).

Sob esse prisma, convém sublinharmos a Dissertação de Alice Hill Byrne publicada em 1920, que, ao afastar-se da discussão moral - comum às produções históricas sobre Ático -, propôs uma perspectiva renovada a respeito de Ático. Isso é, Byrne debruçou-se sobre a conexão entre política e economia que havia na vida deste equestre. Empregando a biografia elaborada por Nepos, as cartas e os discursos ciceronianos ligados a Ático, a autora pontua que, embora ele não protagonizasse os eventos da República, a sua influência estendia-se sobre várias das associações existentes (Byrne, 1920, p. 52). Contudo, apesar dos avanços propostos por Byrne (1920), nota-se a centralidade que oferece a Cícero na ação pública de

Ático. Em nossa perspectiva, a qual vem sendo progressivamente exposta no decorrer dos capítulos, Ático ocupava um lugar proeminente no cenário político romano, fosse por suas ações diretas ou indiretas, e manteve uma trajetória individual. Assim, apesar de corroborar os argumentos aventados por Byrne, ao longo de sua obra, Perlwitz (1992) esforça-se em aprofundar a análise da independência política de Ático. A argumentação que se segue será desenvolvida em concordância com o classicista mencionado, entende-se, de maneira a reforçar o perfil individual de Ático.

No que se refere às fontes disponíveis para o estudo de Ático, observamos serem o conjunto de cartas ciceronianas e a biografia de Nepos os principais documentos. O tratamento documental executado previamente expõe as nuances que atravessam a composição desses documentos, a saber, delineamos o complexo e desconhecido processo de edição pelo qual passaram as epístolas e, também, abordamos a idealização civil projetada sobre Ático em *Vita Attici*. Segundo os comentários feitos por Nepos, Cícero e outros latinistas posteriores, sabemos que Ático foi figura central na transmissão da história de Roma, desde as suas próprias produções até as funções editoriais desempenhadas por ele (Marshall, 1985, p. 62-63). No entanto, nenhuma parte de sua contribuição escrita foi preservada. Santi Consoli, em 1913, investiu esforços em organizar um conjunto de cartas de Ático para Cícero. A proposta deste pesquisador foi trazer respostas e perguntas feitas pelo equestre ao senador. Para esse feito, Consoli analisou os fragmentos revelados nas missivas ciceronianas e outras obras. Na introdução da obra, o pesquisador registra a sua preocupação em ater-se às informações transmitidas pelas cartas de Cícero a fim de não ser acusado como audacioso. Apesar de seu empenho histórico, o que nos motiva a referir seu estudo, entendemos não haver um respaldo metodológico que suporte a recriação efetuada por Consoli. Diante do panorama assinalado, deve ser ponderada a dificuldade que cerca algumas esferas de sua reconstituição e, em consequência, os poucos trabalhos contemporâneos voltados a Ático e sua trajetória na República.

Ao contrário da escolha habitual das elites romanas em ascender a posições políticas, Ático não percorreu o *cursus honorum* e, por escolha, manteve-se afastado de cargos oficiais. De acordo com a narrativa de Nepos, a distância das magistraturas mantida pelo equestre não se dava por falta de popularidade, mas por seu caráter não lhe permitir estar associado a um sistema já deteriorado pela corrupção, com subornos e chantagens, ganância e individualismo (Nepos, *Att.* 6.2). A justificativa proposta por Nepos é consideravelmente parcial, haja vista o vínculo próximo que possuíam, e escapa ao teor científico julgarmos o caráter do equestre. Nesse aspecto, convergindo com o raciocínio de Perlwitz (1992), interpretamos a decisão de

Ático como uma estratégia de autopreservação. Ao decidir não estar em cargos oficiais e dispensar os dilemas senatoriais, Ático foi hábil em poupar-se da crescente violência institucional que se instalava na República - bem ilustrada pelos desdobramentos da Conjuração Catilina, o exílio de Cícero e outros aristocratas, o confronto militar entre Pompeu e César, etc.

A perspectiva de prezar por si mesmo, pode ser mensurada desde a sua juventude quando, com o início da disputa civil de Sula e Caio Mário, Ático deixou Roma para viver em Atenas sob o pretexto de estar concentrado em seus estudos e negócios particulares (Oliveira, 2023; Perlwitz, 1992). Nepos oferece um retrato desse episódio, expondo os receios do equestre quanto às proporções que as discórdias civis poderiam alcançar, após testemunhar a morte de Públio Sulpício Rufo (? - 88)⁹⁷ e a progressão da hostilidade no seio romano. Em *De Amicitia*, Cícero menciona brevemente Sulpício e o episódio dito como infeliz que marcou a sociedade à ocasião (Cíc., *De Amicitia*, I. 2). Apesar de concisa, conjecturamos que o comentário feito alude quão informado sobre os episódios políticos, em especial a morte deste tribuno, e o impacto que teve nas decisões de Ático acerca de seu futuro político. A seguir lemos as palavras do biógrafo, quem aponta a intenção de Ático em manter sua integridade moral e, ao mesmo tempo, não se inclinar para nenhum dos grupos da disputa:

Assim, ao ver que, após o assassinato de Sulpício, a cidade estava perturbada pela revolta de Cina e que não era possível viver sob o seu estatuto [...] entendeu que era o momento certo para se entregar aos seus estudos, transferiu-se para Atenas. (Nepos, *Att.* 2.2).

Anos mais tarde, próximo de seus 60 anos, Ático novamente se viu diante de uma guerra interna e, mais uma vez, adotou como estratégia não firmar alianças exclusivas. As cartas de Cícero nessa fase revelam o dilema que os dois amigos enfrentavam ao serem pressionados a tomarem uma decisão. Enquanto o arpinate tinha urgência para definir suas escolhas, como demonstram os pedidos por conselhos feitos a Ático, segundo Byrne (1920, p. 87-88), Ático agia de forma oposta, priorizando uma postura neutra. O equilíbrio entre os dois polos adversários garantiu-lhe atravessar os meses de embates sem grandes ameaças e, posteriormente, permitiu que intercedesse por seus amigos diante da vitória de César. A passagem seguinte é demonstrativa: “[...] a neutralidade de Ático foi tão benéfica a César que, quando passou a cobrar os financistas privados, ele não só isentou Ático como permitiu que o

⁹⁷ Tribuno da plebe próximo a Ático, o irmão de Sulpício foi casado com a prima de Ático e assassinado em 88 ao apoiar a transferência do comando contra Mitridates, retirando-o de Sula (Oliveira, 2023, p. 170).

sobrinho de Ático e Quinto Cícero deixassem o acampamento de Pompeu em paz.” (Nepos, *Att.* 7.3).

Outros episódios podem ser adicionados a exemplificar a ação política de Ático. As pontes construídas por ele entre grupos distintos, a facilidade que possuía para transitar pelos círculos políticos e seu comportamento financeiro determinaram a sua posição ao longo do tempo na esfera política (Byrne, 1920; Oliveira, 2023; Perlwitz, 1992). Com essas considerações, sob nossa ótica, não deve causar surpresa a constatação de que Ático tenha cultivado uma extensa rede de contatos. Nepos assinala a sociabilidade exercida pelo equestre em inúmeros recortes, frisando o comportamento conciliatório de Ático e a sua popularidade como algo comum a todas as fases de sua vida. Ao descrever as primeiras relações cultivadas por ele, o biógrafo apresenta a desenvoltura pessoal de Ático para o mundo das letras e das relações sociais, reconhecendo a sua popularidade desde a juventude quando compartilhou os estudos com outros jovens aristocratas do período (Nepos, *Att.* 1.3-4). Percebemos a sua postura conciliatória quando o autor narra a facilidade que Ático possuía em articular uma convivência harmoniosa entre dois de seus amigos íntimos: Quinto Hortênsio e Cícero - os quais, como sabemos, numerosas vezes divergiram politicamente e enfrentaram-se em julgamentos. Passemos à leitura do excerto: “E, ainda que fosse extremamente difícil devido à enorme emulação existente entre eles, Ático conseguia que não se interpusesse nenhuma animosidade entre eles [Cícero e Hortênsio], assim tornando-se a ponte entre esses varões.” (Nepos, *Att.* 5.4).

Conferindo ainda mais matiz à questão, Nepos destaca a capacidade de Ático em manter uma relação estável com Bruto, Cícero e, ao mesmo tempo, Marco Antônio durante a rivalidade que traçaram entre 44 e 43 - que resultou, vale destacar, no assassinato de Cícero. O autor latino reflete que, sem ofender a nenhum dos lados, Ático ofereceu o suporte necessário para que seus amigos deixassem Roma em segurança, mas não incentivou ataques a Marco Antônio, também assistindo o general e a sua família conforme as circunstâncias (Nepos, *Att.* 9. 3). Sem excluir a tendenciosidade presente no discurso de Nepos, e valendo-nos da abordagem metodológica delineada no Capítulo 1, a representação de sua sociabilidade nos parece plausível, sobretudo por encontrarmos informações consonantes no conjunto epistolar ciceroniano. Na carta 20 do livro número 15, datada em junho de 44, Cícero desabafa sobre sua situação política e financeira com Ático. Nessa ocasião, frente às ameaças que recebia de Marco Antônio, o senador optou por deixar Roma junto com Bruto e procurou em Ático um conselheiro para seus próximos passos. Leiamos um recorte: “Portanto, precisamos nos apressar, mas antes necessito seu conselho: eu deveria partir desde

Brundísio ou Puteoli?” (Cíc., *Att.* XV. 20). Adiante, na mesma mensagem, ele completa seu contato com um pedido financeiro: “Na verdade, eu também preciso de dinheiro para a viagem. Esse valor eu pagarei à medida que forem chegando as rendas das propriedades, embora possa precisar dessa quantia em total.” (Cíc., *Att.* XV. 20). Nessa passagem, as propriedades referidas por Cícero indicam as casas de aluguéis mantidas em Roma que tiveram seu lucro desviado por um de seus secretários e, agora, fazia-lhe falta para financiar a educação de seu filho e outras despesas.

Corroborando o argumento de que Ático sustentava uma sociabilidade poderosa e obteve êxito ao estabelecer vínculos com grupos antagônicos, Perlwitz (1992, sem paginação) advoga que a lista de seus sucessos diplomáticos pode se estender de Sula até Caio Otávio (27 A.E.C. - 14 E.C.)⁹⁸. De acordo com o mapeamento realizado pelo historiador citado, os registros documentais apontam uma ampla rede interpessoal, com um total de 80 contatos - estão contabilizadas somente as pessoas apontadas de forma direta nas fontes que tivessem um contato direto ou indireto com Ático (Perlwitz, 1992). De modo geral, o autor percebe que entre os relacionamentos de Ático, destacavam-se figuras importantes da política romana: ele manteve relações com cônsules, pretores, tribunos e governadores provinciais. Esse amplo e heterogêneo círculo de relações cultivado por ele não deve ser entendido como uma coincidência, com base nas explicações de Perlwitz e Byrne (1920), interpretamo-lo como um reflexo da autoridade política de Ático. O poder aludido atingia, inclusive, o seu campo familiar. Como se verifica por meio do matrimônio arranjado entre sua filha, Cecília Ática (*ca.* 51 - ?)⁹⁹, e Marco Vipsânio Agripa (63 A.E.C. - 12 E.C.)¹⁰⁰ no ano de 37, casamento que resultou na ligação familiar póstuma à dinastia Júlio-Claudiana quando Vipsania Agripa (*ca.* 33 A.E.C. - 20 E.C.)¹⁰¹, sua neta, tornou-se esposa do imperador Tibério Cláudio Nero (42 A.E.C. - 37 E.C.)¹⁰². O relato biográfico documenta tais informações, Nepos explica que a

⁹⁸ Filho adotivo de Júlio César, então conhecido como Otaviano, ascendeu ao poder em 27 a.C. sob o título de Augusto, o que deu início ao período do Principado e lhe conferiu o título de primeiro imperador romano (Oliveira, 2023, p. 201).

⁹⁹ Não identificamos dados biográficos completos a respeito de Cecília Ática. Por meio das cartas ciceronianas, estimamos que ela tenha nascido entre junho e setembro de 51 (Cíc., *Att.* VII. 2).

¹⁰⁰ Trata-se de um general próximo a Otaviano, distinguiu-se por seus comandos contra Sexto Pompeu e na batalha de Ácio em 31 (Oliveira, 2023, p. 193). De acordo com Nepos, Agripa e Ático mantinham um vínculo de confiança e cuidado mútuo (Nepos, *Att.* 22.1).

¹⁰¹ A única filha de Marco Vipsânio Agripa e Cecília Ática foi prometida a Tibério Cláudio Nero quando ainda tinha um ano de idade. Ela viveu com seu pai até 19 de E.C., momento em que se casou oficialmente com Nero. Com os planos matrimoniais de Augusto para sua filha Júlia e Nero, Agripa foi levada a divorciar-se. A neta de Ático teve um segundo casamento com Caio Asínio Galo (? - *ca.* 33), um político proeminente no período (Téllez Francisco, 2022, p. 100).

¹⁰² Teve uma carreira militar destacada, principalmente nas campanhas na Germânia e nos Bálcãs. A sua presença na dinastia Júlio-Claudiana se oficializou a partir de seu casamento com Júlia, filha de Augusto e, posteriormente, a sua adoção pelo imperador. Após a morte de Augusto, em 14 E.C., tornou-se imperador e deu início a um período de governo por tensões com senadores (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 1478-1479).

promessa do matrimônio de Agripa com Nero promoveu um laço de intimidade ainda maior entre Ático e César, revelado pela troca cotidiana de cartas - as quais não foram preservadas (Nepos, *Att.* 19.4; 20.4-5).

Ao mesmo tempo, faz-se necessário destacar, que não há dúvidas quanto à volatilidade desses laços. Embora, segundo depreendemos a partir da documentação, Ático tenha desfrutado de uma certa estabilidade social, adicionamos ser provável que ele tenha encarado rupturas e divergências em seu círculo. Não podemos deixar de pontuar a omissão de Nepos acerca desses possíveis infortúnios, como já ponderamos, o autor se concentrou em construir um biografado moralmente exemplar. Assim, com um discurso sentimentalista, não se aprofundou nas dissonâncias que pudessem ter atravessado a vida de Ático. Prosseguindo com essa linha de reflexão, entendemos que não somente como um espelho para o conceito antigo de amizade, mas também do próprio relacionamento vivenciado por Cícero e Ático (Marchetti, 2009), o discurso *De Amicitia* nos permite compreender com mais detalhes a recorrência dos rompimentos de associações no universo social desse equestre. Sobre esse aspecto, lemos: “Às vezes, a ruptura das amizades é uma necessidade inevitável [...] Muitas vezes, manifestam-se em amigos alguns defeitos, que ora lesam os seus próprios amigos e ora lesam estranhos [...]” (Cíc., *De Amicitia*, XX. 76). Dessa maneira, argumentamos que, à semelhança de seus contemporâneos políticos e financistas, Ático também zelava por seus próprios interesses e reputação e, como consequência, rupturas de amizade e outros relacionamentos lhe eram comuns.

Importa-nos destacar, ainda, a relevância de Ático nos seios intelectuais (Marshall, 1985, p. 63). Além de seus feitos entre homens públicos, as documentações frisam a proeminência deste equestre no crescimento da esfera intelectual à época. Em seu estudo epistolar, abordado no primeiro capítulo desta Dissertação, Katherine Volk (2021, p. 47-48) avalia a extensão e os efeitos das *societas studiorum*. De acordo com a autora, tais grupos viabilizavam a atuação política das elites, promovendo a sua união e alinhamento de perspectivas. De modo semelhante às redes interpessoais trabalhadas neste texto, as comunidades de estudiosos ocorriam informalmente e, com efeito, geravam um espaço de maior diálogo para as elites romanas. A presença de Ático nessas redes é atestada através da biografia e das cartas ciceronianas, além de menções feitas por autores posteriores. Seguindo a ordem correspondente, verificamos a descrição de Nepos, ele identifica Ático como um intelectual ímpar, comprometido em valorizar as realizações dos ancestrais e registrar os acontecimentos romanos. O biógrafo sustenta que o cuidado do equestre levou-o a organizar livros sobre as trajetórias de magistrados. Leiamos: “[...] a pedido de Marco Bruto, elencou

cronologicamente a família Júnia, desde o seu berço até à época atual, registrando quem era filho de quem, que magistraturas e em que data as tinha recebido.” (Nepos, *Att.* 18.3). Em uma de suas obras, nos chama a atenção o comentário feito pelo biógrafo, Ático ter-se-ia dedicado a registrar e compreender o consulado de Cícero (Nepos, *Att.* 18.6).

Ainda discutindo o interesse cultural e intelectual de Ático, Nepos salienta a inclinação do equestre pela poesia, como forma de diálogo com seus semelhantes (Nepos, *Att.* 18.5). Nenhuma das obras sugeridas na biografia sobreviveram. Ademais a produção individual de Ático, Cícero o associa às redes intelectuais, como um articulador de ideias e divulgação de livros. Discutimos anteriormente a posição ocupada por Ático na difusão dos conjuntos epistolares ciceronianos, além de seu empenho editorial. Avançando sobre isso, mas nos atendo ao catálogo elaborado, o senador sinaliza a centralidade de Ático na correção, editoração e compartilhamento de suas obras, abordando sempre com familiaridade os planos dos conhecidos letrados (Cíc., *Att.* XIII. 22; XVI. 21a). Ao aprofundar-se nessa temática, R. A. Marshall (1985, p. 68) reconhece em Ático um grande intermediador das redes literárias da época. A relação íntima entre o equestre e o intelectual Varrão, comprovadas por meio das dedicatórias feitas por esse escrito a Ático e, também, pelos comentários de Cícero sobre o contato frequente destes dois homens, indica a centralidade de Ático no universo intelectual romano. O impacto de suas obras, assim conjectura Marshall (1985, p. 68–70) foi significativo, haja vista os recursos empregados por Varrão, derivados das obras de Ático. O acesso às bibliotecas, às obras específicas, aos materiais valiosos era articulado dentro no interior dessas sociedades de estudiosos, proporcionando acesso à cultura e a informações privilegiadas (Marshall, 1985, p. 66, 68).

Diante do exposto, defendemos que a ausência de comentários objetivos sobre a ação política de Ático característico da biografia não pode ser interpretada como uma inatividade por parte do equestre. Buscamos traçar as relações interpessoais cultivadas por ele como um caminho a mapear a sua presença política no sistema romano. Sustentando a posição aqui exposta, sublinhamos a leitura de Kathryn Welch (1996, p. 450-451), na qual Ático é interpretado como uma figura central nos desdobramentos políticos do final da República. Em acréscimo, julgamos a sua influência política como uma consequência de sua escolha em não participar de corridas eleitorais e evitar posições de destaque. Por esse caminho, ele pôde sedimentar a sua carreira, potencializando o impacto de suas decisões políticas. Dessa maneira, ao nosso ver, as suas ações podem ser examinadas como um reflexo de sua independência política. Apesar dos esforços feitos por Byrne em questionar a historiografia que o caracteriza como um romano alheio à política de seu tempo e, sobremaneira, situá-lo

como um agente poderoso, a autora associou o poder que ele exercia ao vínculo mantido com Cícero. Com isso, o papel central desempenhado por ele é esvaziado e, como buscamos frisar nos parágrafos anteriores, Ático protagonizou e foi decisivo em várias situações de natureza política. Embora eles tenham sido aliados íntimos durante décadas, afetando-se mutuamente, suas trajetórias devem ser consideradas de forma individual.

Dando continuidade a essa linha de argumentação e bem como elaborou Welch (1996, p. 450), compreender a face financeira de Ático traz mais tons às suas ações públicas. Estamos de acordo, contudo acrescentamos que, ao fazê-lo, temos também como horizonte a necessidade de uma análise prévia de sua posição política e financeira, a fim de alcançarmos interpretações finais mais consistentes. Sobre esse aspecto, Nepos remete uma imagem de equilíbrio para a postura financeira de Ático ao declarar que “Ele costumava guiar os seus gastos em dinheiro não pela grandeza da sua fortuna, mas pela racionalidade.” (Nepos, *Att.* 14.3). Ademais, quando se concentra em narrar a vida particular do equestre, o biógrafo considera a boa administração exercida por ele capaz de multiplicar seus bens de maneira moral. Como um apreciador das tradições, a sua diligência (*diligentia*) se fazia presente também em suas escolhas patrimoniais; segundo Nepos, Ático demonstrava a sua posição e alcance financeiro sem recorrer à extravagância: “Era elegante, mas não exagerado ou suntuoso: ele mostrava cuidado com a diligência, não focava na abundância. A sua mobília era simples, e não era muita, de modo a dispensar constantes reparos.” (Nepos, *Att.* 13.5) Assim, apesar de sua renda abundante, ele optava por uma vida simples. O biógrafo frisa o respeito de Ático pela moderação e modéstia propagados pelo *mos maiorum* quando assinala os baixos gastos mensais mantidos por ele: “[...] De acordo com o seu diário de despesas, ele costumava registrar um dispêndio não superior a três mil [sestércios] ao mês.” (Nepos, *Att.* 13.6).

Em paralelo à moderação, o autor destaca a benevolência financeira de Ático para com seus amigos próximos, ou seja, mais do que contido em suas aquisições materiais, ele se preocupava em atender monetariamente aos aliados. Como um cidadão exemplar, as suas ações - políticas e econômicas - não eram guiadas por outra coisa que não o dever com seus contatos, sem atitudes calculistas (Nepos, *Att.* 6.5). Nesse viés, o biógrafo determina, “[...] de nada mais tratou senão de prestar auxílio ao maior número de pessoas em tudo o que pudesse.” (Nepos, *Att.* 11.1). Nesse quesito, em congruência com a perspectiva de Oliveira (2023, p. 173-174), entendemos haver uma tentativa de inserir as ações de Ático à esfera da ética tradicional romana. Todavia, vamos além ao questionar se esses comentários realmente espelham a realidade ou apenas reproduzem um ideal retórico das ações do financista

analisado. Mais adiante no texto, Nepos aponta algumas das iniciativas financeiras de Ático para o benefício de seus amigos. O envio de 400 mil sestércios para Bruto e o suporte oferecido à Fúlvia (Nepos, *Att.* 8.6; 9.4) são descritos como condutas naturais, sem objetivos estratégicos aparentes. No entanto, conforme explorado no Capítulo 2, a dinâmica de empréstimos ocorria de maneira organizada e - na maioria das vezes - eram seguidas por acordos de retribuição.

Além do conteúdo sentimentalista, conforme a análise metodológica apresentada no primeiro capítulo, tais comentários evidenciam a representação idealizada que elaborou Nepos de seu biografado. Mesmo que Ático não tenha aplicado juros nesses créditos específicos, apoiando-nos no raciocínio aventado por Perlwitz (1996), propomos que as suas atividades financeiras lhe garantiam retornos e compunham uma parte significativa de seu patrimônio. Consideremos as duas referências feitas por Nepos ao envolvimento de Ático como fiador nas transações comerciais de seus relacionamentos. Na seção em que aborda a estadia do equestre em Atenas, o autor declara: “É que, em todas as vertentes da procuradoria de negócios públicos, tinham-no como agente e fiador [...]” (Nepos, *Att.* 3.3), posteriormente, ele adiciona que essa mesma função teria sido desempenhada também em benefício de Fúlvia: “Ático não poupou esforços em auxiliá-la, oferecendo-lhe sua ajuda com tamanha dedicação que passou a acompanhá-la em todas as audiências e a assumir o papel de fiador em todos os seus negócios.” (Nepos, *Att.* 9.4). Com base no que foi previamente analisado, reconhecemos que o fiador (*intercessor*) era costumeiramente acionado para a resolução de créditos; ao intermediar acordos, concluir ou solicitar pagamentos, ele recebia uma comissão (Verboven, 2008, p. 225). Dessa maneira, em nossa perspectiva, Nepos ameniza os feitos monetários de Ático em prol da imagem republicana ideal - escrita durante uma fase na qual os pilares tradicionais se viam fragilizados. Recordemos que a biografia foi escrita entre 35 e 32.

Por outro lado, as cartas de Cícero fornecem informações menos romantizadas acerca da conduta deste financista e que nos permitem avançar sobre as atividades comerciais desempenhadas por ele. Ao se dedicarem à análise das origens da riqueza desse equestre, Byrne (1920, p. 2-3) e Perlwitz (1996, sem paginação) apontam para o fato de que existem poucas informações sobre a vida pessoal e patrimonial de Ático de 68 a 65. Esse período é referido em cartas posteriores de Cícero, com menções à exitosa temporada em Atenas que teve o equestre (Cíc., *Att.* V. 10). Embora Nepos suavize os negócios formados e as redes comerciais cultivadas por Ático no espaço grego, Cícero evidencia as relações e os bons acordos feitos por seu amigo ali. Inclusive, veremos mais adiante, é um dos contatos gregos de Ático que os auxilia com o repasse de dinheiro para Cícero, o Jovem durante seus estudos

na cidade grega citada (Cíc., *Att.* XIV. 11; XV. 15). Dessa maneira, o que se pode rastrear do período aludido são bens imóveis, como uma casa em Atenas e outra em Roma, e alguns vínculos de negócios iniciais, ideia corroborada por dados entrevistados no escrito de Nepos (Nepos, *Att.* 4.3). Esse período foi determinante para a estruturação de sua riqueza; a prática comercial adotada à época lhe proporcionou lucros relevantes, e, ao retornar a Roma, sua renda continuou a se multiplicar.

Além de bens adquiridos através de heranças, como ocorreu com legado herdado de seu tio Quinto Cecílio em 58, uma parte dos rendimentos anuais de Ático era composta por suas terras. Na opinião de Perlwitz (1996), a administração de terras e imóveis provavelmente foi um recurso razoável nas finanças de Ático, ainda que não tão primordial como os serviços de crédito prestados. Segundo nossa leitura, esse argumento se assenta em suposições interpretativas, e não em dados diretos das fontes. Dada a ausência de informações que possibilitem mensurar a extensão de suas posses ou aferir os lucros obtidos a partir delas, quaisquer estimativas situam-se no campo da inferência. Em última instância, como assinalado nas páginas 61 e 62 deste trabalho, as elites romanas tinham as propriedades como uma porção determinante de sua economia e, sobremaneira, da imagem republicana próspera. Desse modo, em nossa leitura, é evidente que, em maior ou menor grau, Ático estava imerso nesse panorama. A frequência com a qual visitava as suas propriedades, expressa nas epístolas de Cícero, indica o peso que sua riqueza fundiária tinha para ele (Cíc., *Att.* XII. 53; XIII. 25). Nesse segmento, a carta 9, do livro 9, evidencia com nitidez a materialidade dessa prática. Com base nas classificações elucidadas na seção *Epístolas na República Romana*, identificamos esta carta como informativa, uma vez que Cícero busca atualizar o Ático a respeito de seus planos para a propriedade na região do Lanúvio. Ao informar o equestre sobre sua intenção de vender suas terras, o senador explicita o hábito de Ático em adquirir e investir somas substanciais em latifúndios. Mesmo sem fornecer números, Cícero deixa claro que o patrimônio imóvel de Ático era vasto, ao mencionar saber de registros tanto em solo romano quanto grego. Abaixo, reproduz-se o excerto:

Com relação à propriedade de Lanuvio, assim que soube da morte de Fameas¹⁰³, desejei que, caso a república sobrevivesse, algum dos meus a comprasse; no entanto, não pensei em você, que é o mais próximo de todos para mim. Sei, de fato, quanto você costuma buscar por ano e quanto investe em terras, e vi o seu *digamma*¹⁰⁴ não apenas em Roma, mas até mesmo em Delos (Cíc., *Att.* IX. 9).

¹⁰³ Não sabemos precisar de quem se trata. Rodríguez-Pantoja Marquéz (1996, p. 55) sugere que se trate do tio-avô de Tigelo, um amigo próximo de Júlio César.

¹⁰⁴ De acordo com as notas de Rodríguez-Pantoja Marquéz (1996, p. 55), o *digamma* seria uma marca pessoal de Ático para distinguir os seus negócios.

O campo da cultura e da filosofia também foram espaços prósperos para a renda de Ático. Há relatos detalhados sobre esses serviços prestados por ele às elites, em especial, a intermediação realizada por ele na compra e venda de objetos raros (Byrne, 1920, p. 26-28). O transporte e arranjo de estátuas, obras de mármore pentélico, quadros e demais peças valiosas são mencionados por Cícero (Cíc., *Att.* I. 3; I. 4; I. 8; I. 9; I. 10; IV. 10; VI. 9; XV. 28). Percebemos como, em algumas dessas epístolas, o senador negocia com o equestre a maneira como efetuará o pagamento das estátuas enviadas por Ático. A relevância de sua atuação nesse setor torna-se ainda mais evidente nas vezes em que foi chamado a colaborar com iniciativas públicas, como a curadoria para o teatro de Pompeu; na carta 9, do livro 4. Cícero repassa o agradecimento de Pompeu a Ático por tê-lo ajudado com os adornos monumentais de seu espaço teatral, “Além disso, ele agradeceu você por ter providenciado a instalação das estátuas.” (Cíc., *Att.* IV. 9). Nesse mesmo sentido, o suporte oferecido para César na restauração de um templo romano ilustra a presença ativa de Ático nesses assuntos; Nepos registra que “[...] havia ficado sem telhado [o templo] e ameaçava ruir devido à sua antiguidade e à negligência na conservação, foi por insistência de Ático que César decidiu restaurá-lo.” (Nepos, *Att.* 20. 3).

Além dos negócios supracitados, Ático investia na formação e luta de gladiadores. Essa faceta de seus negócios, mais uma vez, não é abordada por Nepos na biografia. Contudo, Cícero sugere, com certa nuance, o envolvimento direto de seu amigo no setor dos espetáculos. Quando não o descreve como agente, Cícero o revela como um grande interessado no tema ao relatar aquisições feitas por outros aristocratas e os desfechos dos combates (Cíc., *Att.* IV. 4a; IV. 8; VIII. 2; XIII. 37). Em muitas dessas situações, as mensagens apresentam elipses, recurso que - como abordamos no capítulo de análise documental - evidencia a familiaridade entre os interlocutores quanto ao assunto tratado. No catálogo elaborado para esta Dissertação, jogamos luz à carta 4a, reunida no quarto livro epistolar, onde o arpinate elogia os gladiadores adquiridos por Ático e comenta a recepção positiva que a luta deles teve junto ao seu círculo social. Ainda mais relevante, ele sublinha o caráter potencialmente lucrativo dessas formações, lemos: “Se tivesse decidido alugá-los, com os dois últimos jogos já teria recuperado o investimento.” (Cíc., *Att.* IV. 4a). O potencial econômico dessa prática - a compra e o aluguel de lutadores - evidencia-se neste trecho e, também, posiciona Ático como um dos agentes motivados pelo lucro. Ao seguir os registros de tais transações feitas pelo equestre, Byrne (1920, p. 13) identifica uma referência textual a uma venda de gladiadores realizada por Ático a um tribuno da plebe em 56 a.C., entretanto

não exploramos mais a fundo essa questão. Embora não possamos precisar valores, é provável que Ático, assim como outros homens de sua época, tenha conseguido multiplicar suas riquezas por meio desse empreendimento.

Outro pilar fundamental de seus negócios envolvia os acordos prestamistas feitos por ele nos círculos interpessoais. Depreendemos, entre as páginas 88 a 90 deste estudo, que o empréstimo de dinheiro era uma prática socialmente aceita na República Romana, fosse com fins lucrativos ou não, sendo frequentes as menções a magistrados e dirigentes envolvidos nessa atividade. De fato, havia diferenças a respeito dos credores profissionais e os aristocratas interessados nesse setor financeiro: sob uma visão geral, os segundos não tinham a prática crediária como um ofício; esses homens, sendo Ático um exemplo concreto, não tinham uma banca pública e, como efeito, concentravam as suas transações no interior de seus relacionamentos de *amicitia*, parentesco, patronagem, etc. Ao utilizar os próprios recursos financeiros para a concessão de créditos e manter os acordos informais, cavaleiros e senadores se inseriam na dinâmica prestamista e obtinham ganhos consideráveis. Como já foi apontado, Ático estava envolvido nos negócios de empréstimo, que não apenas constituíam sua principal fonte de renda, mas também contribuíam para seu reconhecimento entre os contemporâneos. De acordo com Perlwitz (1996, sem paginação), o equestre empregava as próprias riquezas na oferta de créditos, gerenciando seus contratos de modo informal e autônomo. O seu comportamento reservado quanto às tensões públicas e a sua administração independente fomentou a sua rede financeira, posturas que lhe permitiram relacionar-se monetariamente com inúmeras figuras romanas (Verboven, 2002) - identificaremos na próxima seção o vínculo mantido por ele com a família Oppia.

Determinadas circunstâncias permitem observar o grau de cuidado com que Ático conduzia suas atividades financeiras, sempre atento a proteger e ampliar o seu patrimônio. Em consonância com os argumentos já apresentados, entendemos quão fundamental foi o período que passou em Atenas para a consolidação de sua atividade financeira; afastado dos conflitos, Ático pôde construir uma imagem de estabilidade e estabelecer relações de crédito com os atenienses. Alguns episódios demonstram o cálculo com o qual Ático conduzia essa atividade. Pode-se tomar como referência o levante organizado por Catilina contra os magistrados eleitos em 63; além das questões políticas imediatas, a rebelião provocou preocupações financeiras. Movidos pela insatisfação, Catilina e seus aliados defendiam, entre outras pautas, o perdão das dívidas. Em seu posicionamento consular, Cícero buscou defender os interesses financeiros dos credores que, sem dúvidas, seriam impactados negativamente ao perderem os juros e - ainda mais preocupante - as somas cedidas aos devedores. A hipótese levantada por

Perlwitz, cuja base interpretamos como plausível, é que Ático teria pressionado o amigo a se posicionar a seu favor (Perlwitz, 1996). No entanto, o autor apoia essa interpretação em documentos que não mencionam Ático explicitamente, apenas captam de maneira indireta os seus propósitos enquanto figura de destaque no meio financeiro. Em nossa leitura, mensurar suas ações mais específicas é de difícil aferição, dadas as fontes disponíveis, mas é bastante provável que Ático - como outros financistas privados e banqueiros profissionais - tenha contribuído para o fortalecimento da oposição às propostas de alívio das dívidas. A análise torna clara, portanto, a importância das operações de crédito para seu cálculo patrimonial. Embora não haja meios de estimar seus rendimentos, assumimos que tenham sido uma fonte de renda de impacto nas riquezas de Ático.

Lançando mão dos registros documentais, é possível localizar com nitidez as interações prestamistas de Ático. Na primeira carta do livro número seis, datada em 50, Cícero nos revela uma dinâmica de crédito entre Ático, César e Pompeu. A natureza exata do negócio é indefinida; com base nos comentários do arpinate, concluímos que Ático e Pompeu estavam ligados por um devedor em comum: César. Agindo de forma ousada e estratégica, o equestre teria obtido parte do pagamento de César, o que resultaria no atraso das parcelas para Pompeu. A frustração do general em receber, segundo Cícero, era comentada por terceiros (Cíc., *Att.* VI. 1). O aspecto que nos interessa extrair desse relato é a presença de Ático na dinâmica prestamista, sua função como credor de figuras políticas destacadas, em suma, situá-lo como um financiador de relevo. Ademais, o episódio sob análise exemplifica a força exercida por ele ao utilizar os instrumentos necessários para administrar e cobrar os fundos investidos. Nesse quesito, Cícero indica a pressão valente feita sobre Ático e, inclusive, o uso de um intermediário para obter o pagamento, “É verdade que você, com certa ousadia e com o auxílio de Herodes¹⁰⁵, conseguiu obter de César cinquenta talentos?” (Cíc., *Att.* VI. 1).

No capítulo anterior, expusemos as oscilações econômicas enfrentadas pela República e a maneira como o mercado de empréstimos foi afetado, assinalando especialmente os efeitos sobre os acordos de Ático. Considerando esse contexto, observamos mais uma vez Ático como um credor ativo e empenhado em assegurar o recebimento de seu crédito. Em maio de 49, Cícero assume um papel intermediador e justifica os atrasos do pagamento de seu irmão a Ático; segundo o arpinate, Quinto Cícero se encontrava em uma situação financeira instável - bem como toda a elite romana às vésperas do conflito civil de César e Pompeu. Lemos o trecho em questão: “A respeito de meu irmão, você sabe que ele está muito preocupado em

¹⁰⁵ Não é possível identificar com precisão a quem Cícero se refere, mas consideramos plausível que se trate de um secretário ou agente financeiro ligado a Ático.

devolver o dinheiro que lhe deve, mas ainda não conseguiu receber de Lúcio Ignácio.” (Cíc., *Att.* X. 15). Em outras palavras, Quinto Cícero deveria quitar a sua dívida com Ático e para isso esperava receber a quantia que havia emprestado a Lúcio Ignácio Rufo (? - ?)¹⁰⁶. A passagem exemplifica de maneira direta o desequilíbrio da economia de crédito e, sobretudo, a postura incisiva de Ático diante de seus devedores. Na página 90, interpretamos a carta 18 do sétimo livro epistolar, na qual é revelada a insatisfação de Ático com relação aos atrasos de Quinto; sem obter as devidas respostas do devedor, procurou em Cícero uma forma de resolver a situação. Inclusive, o irmão do arpinate, diante da pressão da dívida, buscou uma *versura*¹⁰⁷ como alternativa para quitá-la. O empenho de Ático em receber, evidenciado também no episódio analisado no parágrafo anterior, revela sua postura como um financista atento em valorizar suas riquezas e lucros.

Se as epístolas permitem vislumbrar a esfera de atuação do equestre e sua rede financeira, a biografia mantém-se no campo do ideal e não avança sobre essa atividade em específico. Para além de um breve comentário a respeito das operações prestamistas generosas em Atenas (Nepos, *Att.* 2.3-4), o escritor latino só volta a relacionar Ático a essa prática quando discute o papel amigável desempenhado por ele para com Fúlvia e Servília. Referindo-se à esposa de Marco Antônio, Nepos diz: “[...] não conseguindo depois, em situação calamitosa, obter empréstimo, Ático interveio e emprestou-lhe dinheiro sem juros [...] para mostrar que era seu costume ser amigo das pessoas [...]” (Nepos, *Att.* 9.5). Propomos a interpretação dessa passagem sob dois prismas complementares: em primeiro lugar, o biógrafo não apenas atribuiu a Ático o oferecimento de crédito como uma de suas atividades financeiras, mas também o relacionou a uma mulher. Podemos determinar, dessa forma, que as redes financeiras do equestre, além de eficazes e rentáveis, eram diversificadas. Outro ponto a ser valorado é a relação feita entre o serviço monetário prestado por Ático a Fúlvia com os deveres da amizade. Nepos busca justificar a atenção política e econômica que Ático dispensava aos amigos como parte das expectativas inerentes às relações de amizade. Ainda que reconheçamos a presença dessas expectativas na concepção de *amicitia* defendida por Cícero - como já discutido na seção 2.4.1 *As faces da amicitia ciceroniana* -, na obra de Nepos, elas surgem como um recurso empregado na idealização da trajetória de Ático. Nesse percurso, o biógrafo atenua o perfil negociador biografado, construção que, assim

¹⁰⁶ Não encontramos informações biográficas a respeito de Lúcio Ignácio Rufo, em nota Rodríguez-Pantoja Márquez pontua brevemente que ele era um cavaleiro ligado financeiramente a Cícero e Ático (Rodríguez-Pantoja Márquez, 1996, p. 191).

¹⁰⁷ De acordo com Barlow (1978, p. 165), a *versura* era o último recurso empregado por um devedor para quitar sua conta, significava adquirir um novo financiamento a fim de pagar o crédito em aberto.

argumentamos, não se sustenta à luz das informações contidas nos conjuntos epistolares ciceronianos.

Chegamos, por fim, a um ponto crucial: qual seria a função de Ático? Ao longo do texto, sublinhamos a informalidade de suas ações, e, somado a isso, há seu *status* aristocrático que o afastam de qualquer classificação profissional. Logo, não seria correto apontá-lo como um *argentarii*, isso é, um banqueiro profissional. De fato, ele fez muitos arranjos econômicos para amigos próximos, alguns pontuados nos parágrafos acima e outros a serem ponderados adiante; ainda assim, convergindo com as elucidações de Verboven (2002, p. 135), assumimos que tais operações de banca não eram comuns a ele. Outra perspectiva que não se adequa às práticas de Ático é a ideia de que ele teria atuado como um *faenerator*, ator financeiro discutido no Capítulo 2. Em concordância com os argumentos de Gaia (2018b, p. 655), compreendemos haver uma discrepância entre os valores praticados pelos *faeneratores* e aqueles realizados por Ático em seus empréstimos, as somas do equestre em questão são consideravelmente inferiores. As funções realizadas por este equestre não se encaixam nos acordos especulativos e, no contexto romano, pejorativos a senadores e equestres.

Ao jogar luz sobre esse tema, concluímos ser um equívoco buscar definir seu papel de modo generalizado, haja vista as inúmeras relações mantidas por ele e a individualidade de cada uma delas. Partindo desse mesmo viés, Verboven (2002, p. 244) considera atuações financeiras específicas de Ático e, dentro delas, classifica-o como um *procurator*. Sobre isso, há respaldo documental em Nepos que reconhece em Ático a função de procurador na organização das finanças de aristocratas: “Por conseguinte, ele assumia a função de procurador nos negócios de toda a família dos Cícero, bem como de Catão de Útica, Quinto Hortênsio, Aulo Torquato e de outros membros da ordem equestre romana [...]” (Nepos, *Att.* 15.3). Conforme apontado no capítulo precedente, esse acordo financeiro pressupunha confiança e familiaridade entre as partes envolvidas e cabia ao procurador a administração do patrimônio e negócios em nome do mandante. Neste trabalho, propomo-nos a compreender a face econômica do relacionamento de Ático com Cícero e, assim, ter a sua atuação delineada é uma etapa essencial para o amadurecimento do raciocínio. No bloco seguinte, buscaremos alcançar respostas para nossa hipótese, avaliando o suporte monetário ofertado por Ático a Cícero em episódio de crise e a relação disso com a *amicitia* cultivada por eles. Para esse percurso, compreender quem foi e o poder exercido por Ático na esfera política e econômica da República será essencial para orientar as interpretações documentais a seguir.

3.3 A interseção entre finanças e amizade: a relação de Cícero e Ático

A amizade virtuosa praticada entre homens sábios encontra a sua estabilidade no afeto e cuidado mútuos desinteressados, os quais permitem o estabelecimento de trocas e apoios sinceros de diferentes naturezas. Essa é a definição trabalhada por Cícero no tratado *De Amicitia*, o qual apresenta - como interpretado previamente - uma perspectiva idealizada da prática amigável antiga e, muitas vezes, deixa entreposto os suportes comuns oferecidos nos relacionamentos desta categoria. As distinções entre os vínculos de natureza unicamente política ou obrigatória - como a patronagem - e aqueles embasados na afeição recíproca são incontestáveis. No entanto, como já discutimos nas páginas 99 e 100, a presença de sentimentos puros, como o envolvimento amigável derivado da simpatia ou amor a alguém, não exclui o potencial político e financeiro desses vínculos. Ainda que envolva esta relação em uma representação ideal, percebemos que, em alguns momentos, Cícero reconhece o impacto deste vínculo nas dinâmicas de poder à época. Assim, ao ponderar a respeito da necessidade em estar ao lado dos amigos nos momentos difíceis, o arpinate vê a importância de considerar a corruptibilidade possível a um amigo, no entanto ele defende que, antes disso, é indispensável fornecer o benefício da dúvida e defendê-lo de quaisquer ofensas que surjam (Cíc., *De Amicitia*, XIX. 67).

Em acréscimo, ele confirma textualmente a possibilidade de que suportes possam ser oferecidos entre amigos. No entanto, como já discutido, Cícero não discorre abertamente sobre quais os auxílios eram considerados comuns na relação de amigos. O autor limita-se a pontuar de forma subliminar que a responsabilidade dos *amici* mais afortunados moral, política ou financeiramente deve se inclinar aos amigos menos favorecidos, a fim de promover relações mais justas e harmônicas. É sob essa perspectiva que encaramos o seguinte excerto: “[...] aqueles que, em seu círculo de amizade e de relações, se sentirem com alguma superioridade devem colocar-se em pé de perfeita igualdade com os que lhes são inferiores [...] em talento, fortuna ou dignidade.” (Cíc., *De Amicitia*, XX. 71). Interpretamos que, na perspectiva ciceroniana, entre os sinais da verdadeira amizade, está a disposição dos amigos em corrigir, aconselhar e orientar, sempre movidos pelo desejo de ver o outro prosperar (Cíc., *De Amicitia*, XIII. 44). Ao refletir sobre a amizade, a partir da vivência de Laélcio e Cipião, o autor questiona: “Como é que a amizade entre mim e Cipião teria nascido, se ele jamais tivesse precisado de um conselho, de um favor meu, tanto na paz como na guerra?” (Cíc., *De Amicitia*, XIV. 51). Mais uma vez, não se especifica o conteúdo exato dos conselhos. Apesar disso, a análise do conjunto da obra nos permite inferir que essas recomendações recaíam sobre questões relacionadas aos negócios - políticos e financeiros. Na última seção do

discurso, de maneira mais objetiva, Laélio assinala a afinidade política, sentimental, o apoio político e suporte na condução de interesses privados obtidos dentro da relação com Cipião, “Nessa amizade, encontrei uma perfeita concordância de ideias em política, sábios conselhos para os meus negócios particulares, uma tranquilidade prazerosa.” (Cíc., *De Amicitia*, XXVII. 103).

A comunicação epistolar, em sua variabilidade de conteúdo, material, contexto e objetivo, nem sempre - ou, como acreditamos, na maioria das vezes - tem seu discurso às claras (Haroche-Bouzinac, 2016). Por isso, a prática da amizade, suas cobranças e projeções não são abordadas diretamente neste material. Porém, em via contrária às omissões que constatamos haver no *De Amicitia*, sob nossa leitura, nas epístolas destinadas a Ático há referências diretas aos exercícios típicos da amizade. É o que faz Cícero na seguinte passagem, ao resgatar elementos associados à amizade em seu pedido de ajuda a Ático, sem acioná-la diretamente: “Mas toda a minha esperança de manter meu bom crédito e minhas propriedades particulares, coloquei em sua comprovada benevolência comigo.” (Cíc., *Att.* XI. 1). O uso do termo *benevolentia* - ligado à *amicitia*, não apenas na tradução empregada por nós, mas no próprio texto em latim - justifica a confiança de que Ático administraria com cuidado os assuntos de Cícero em razão do elo que os une. A benevolência aparece, novamente, como um indicativo da relação de amizade e associada à prestação de serviços para o amigo no trecho a seguir: “Aprecio de uma maneira extraordinária sua benevolência, diligência e prudência quando você cuida dos meus negócios e apresenta os seus planos em nossas cartas.” (Cíc., *Att.* XII. 34) Já em outro excerto, Cícero escreve mais abertamente sobre a intermediação financeira feita por Ático, seu amigo, para que Cícero, o Jovem recebesse os valores das taxas de seus estudos na Grécia: “Por isso, por favor, faça o possível para ele [Cícero, o Jovem] receber a quantia que necessita. Assim, ele ao menos garantirá os gastos anuais em Atenas (se eu pudesse, não lhe atrapalharia assim).” (Cíc. *Att.* XV. 15).

Historiograficamente recorremos, mais uma vez, aos argumentos aventados por Verboven (2002). Em concordância com a tese desse autor, percebemos que a estrutura informal da amizade, ao invés de obstaculizar a articulação de atividades econômicas, acabou potencializando-as. A fidelidade e o companheirismo inerentes à *amicitia* fortaleciam os acordos financeiros, permitindo que solicitações fossem feitas e empréstimos concedidos internamente. Apesar de não desenvolver essa teoria, Rauh (1986) reconhece a existência de elementos financeiros em relações amigáveis mantidas por Cícero, listando a assistência

recebida por ele de homens como Marco Cúrio (*ca.* I século - ?)¹⁰⁸. Cícero cultivava uma relação próxima com Cúrio, inclusive com a troca de cartas de recomendação entre eles, o que sabemos indicar um nível de intimidade (Bernard, 2003). Com ele, Cícero garantiu não apenas troca de hospitalidades em viagens, mas também empréstimos (Rauh, 1986, p.12). Na segunda carta do sétimo livro catalogada por nós, o arpinate confirma que não apenas conhecia, mas conservava um bom vínculo com Cúrio. Na mensagem citada, além de indicar a proximidade, ele avalia positivamente a relação com este negociante (Cíc., *Att.* VII. 2). O vínculo com o banqueiro Caio Vestorio (? - ?)¹⁰⁹ é outro exemplo. O contato inicialmente distante, e inclusive marcado por desfeitas ao ofício de Vestorio, tornou-se familiar. Segundo Rauh (1986, p. 14), é notável a aproximação amigável de ambos, com laços pessoais reforçados pelos apoios monetários do banqueiro e jurídicos de Cícero. Assim, entendemos como o auxílio prestado por Vestorio aos acordos comerciais de Cícero, com um contato rotineiro expresso nas epístolas, corrobora a perspectiva de que serviços financeiros poderiam compor a dinâmica de uma relação de amizade e, ao mesmo tempo, eram facilitados por esta união.

Detendo-se sobre as alianças políticas e as obrigações contidas nesses vínculos, Lex Paulson (2023) discute a importância da boa vontade mútua (*voluntas mutua*) no contexto tardo republicano. Não apenas um elemento da *amicitia*, porém das relações interpessoais antigas no geral, a *voluntas mutua* proporcionava um ambiente de cooperação e estabilidade para aliados. Segundo o autor, o qual se baseia nos usos feitos por Cícero, o compromisso com a troca de favores proporcionava associações estáveis, estruturadas em sentimentos de confiança (*fides*) e gratidão (*gratia*). Para os propósitos deste estudo, o aspecto mais relevante da análise reside na compreensão de que a boa vontade presente nas relações assegurava não apenas a estabilidade política, mas também uma esfera financeira dinâmica e confiável. A moeda simbólica criada pela interação da boa vontade reforçava laços e, ainda mais importante, criava um canal alternativo de negociações. Assim, favores políticos ou monetários poderiam ser retribuídos de inúmeras maneiras, sendo cabíveis até mesmo retornos imateriais. Cícero comenta, em suas cartas, diferentes situações em que a *voluntas* incentiva ou justifica as expectativas dentro de suas conexões. Como uma moeda simbólica, a boa vontade, gratidão e o apoio mútuo não se esgotam, eles renovam as obrigações

¹⁰⁸ Não localizamos informações biográficas consistentes a respeito de Marco Cúrio. Sabe-se, por meio das afirmações feitas a Ático, que ele era um bom administrador de negócios e seu laço com Cícero iniciou-se por intermédio do equestre em questão.

¹⁰⁹ Um banqueiro profissional que residia em Puteoli, ele mantinha boas relações com Cícero e Ático (Rodríguez-Pantoja Márquez, 1996, p. 260).

constantemente, o que proporciona confiança e familiaridade entre os contatos - dessa maneira, mais uma vez, Cícero distancia seus vínculos da perspectiva utilitária, apresentando-os como relações baseadas em princípios morais (Paulson, 2023, p. 87-88).

Retomando a análise inicial deste capítulo, quando compreendemos a trajetória patrimonial de Cícero, observamos quão determinantes foram os *amici* para o sucesso do senador em suas fases críticas. Na condição de financista e agente político influente, Ático assume um papel central na resolução de problemas patrimoniais de Cícero. O seu exercício é recuperado como uma atividade de procuradoria não somente para o benefício do arpinate, mas também a outros homens da família *Tullii Ciceronis*. Ainda que tal prática possa ser assim classificada, não se podem ignorar os aspectos da amizade implicados nessa relação específica. Nosso argumento é que justamente nesse contexto de confiança e expectativas recíprocas emergem os apelos financeiros de Cícero, bem como a disposição do equestre em atendê-los. Nesse espectro, notamos como os livros epistolares a Ático revelam as solicitações feitas pelo senador ao amigo, a intermediação financeira realizada pelo equestre e a amizade viabiliza a condução de negócios tão significativos. As discussões financeiras aparecem desde o primeiro livro, ou seja, constroem os primeiros registros dessa relação; no entanto, optamos por examinar os períodos de crise, na medida em que expõem de forma mais nítida as demandas patrimoniais de Cícero; são também nesses momentos que suas manifestações e preocupações materiais se tornam mais recorrentes.

Uma vez tratados os aspectos práticos, jurídicos e financeiros gerais das crises vivenciadas por Cícero após seu exílio, não os discutiremos novamente, em vez disso, voltamos o nosso foco diretamente para as ocasiões em que Cícero acionou Ático. Assim, dando seguimento, identificamos, nas correspondências seguintes à sua restauração em 57, a confiança com que o arpinate se dirige ao equestre, reconhecendo nele um aliado nos campos político e patrimonial. Na primeira carta do quarto livro, datada em setembro de 57, poucas semanas após a chegada de Cícero a Roma, ele manifesta a necessidade de contar com o apoio material e imaterial de seu amigo. Ainda sendo alvo de reprimendas e com seus recursos desfalcados como declara em outras mensagens, ele faz a seguinte solicitação:

Quanto ao meu patrimônio familiar, que você bem sabe de que maneira foi destruído [...] e eu preciso não apenas de seus recursos materiais - que, creio eu, estão à minha disposição - mas dos seus conselhos, para reunir e reconstruir o que me restou [...] (Cíc., *Att.* IV. 1).

É verdade que a rede interpessoal de Cícero não se encerrava em Ático, já abordamos o fato de que ele dependeu de outras pessoas para sua permanência e seu retorno do banimento. Todavia, mesmo contando com o apoio de outros amigos, Cícero afirma precisar de Ático. Podemos depreender, a partir disso, a posição singular desse vínculo e a relevância do amigo no campo público, de tal forma que o arpinate confia a ele seus bens mais valiosos: a sua reputação e o seu patrimônio. Reforçando nossa leitura, quando reflete a condição frágil de suas riquezas e seus esforços em reaver suas propriedades, ele escreve para Ático: “Não sei o que decidir em sua ausência a respeito de toda a minha situação. Assim, peço que retorne o quanto antes.” (Cíc., *Att.* IV. 3). Nesse sentido, interpretamos haver no equestre uma centralidade fundamental à resolução da crise pública encarada por Cícero no período. Observamos na trajetória de Ático como, para além de uma boa administração, ele sempre olhou por seus amigos, utilizando a sua influência para proteger-se e, também, mediar as disputas públicas de seus aliados. O interesse de Cícero em obter o apoio de Ático se orientava pelo prestígio pessoal do equestre, mas incontestavelmente a sua confiança em consegui-lo deitava raízes na relação de *amicitia* que cultivavam. Ele esperava obter os melhores conselhos para seus negócios monetários e familiares junto ao equestre, confiando-lhe assuntos de alta importância.

Como estudamos no início deste capítulo, entre as sanções aplicadas contra Cícero, estava o confisco de seu patrimônio: foram-lhe tiradas propriedades em Roma e outras duas nas regiões de Túsculo e Formia (Cíc., *Att.* IV; 1; IV, 2). Ele trabalhou para reavê-las e utilizou o discurso *De Domo Sua* como um caminho para invalidar a sacralização de sua casa no Palatino, esse tópico foi explorado nas páginas 114 e 115 desta Dissertação. Diante de seu prejuízo patrimonial e dedicando-se à reconstrução de sua imagem na arena política, Cícero voltou a contar com a colaboração de Ático para seu fortalecimento. A indenização concedida pelo Senado não foi suficiente para financiar sua reestruturação e as obras de sua casa. Ao desabafar suas preocupações com Ático, o senador aponta as custosas despesas e afirma estar enfrentando problemas financeiros, ele escreve: “No que diz respeito aos assuntos privados, estou com grandes dificuldades. Minha casa está sendo reconstruída - você sabe a que custo e com quantos aborrecimentos [...]” (Cíc., *Att.* IV. 2). Em outro momento, nessa mesma mensagem, Cícero informa a Ático os seus planos patrimoniais e, com um lamento, ele declara haver tomado a decisão de vender uma de suas estâncias na região de Túsculo. Segundo o comentário do remetente, Ático e seus outros amigos reconheciam as adversidades pelas quais passava. Por alguma razão não explicitada por ele, o acesso aos seus defensores estava comprometido, se não fosse por essa causa, Cícero reforça que estaria em melhores

condições de atingir a estabilidade (Cíc., *Att.* IV. 2). Em nenhum momento, Cícero questiona o apoio de Ático, ele é confiante sobre a disposição do equestre em sustentá-lo financeiramente. Sob nosso ponto de vista, a firme crença de que o equestre manter-se-ia leal a ele está calcada no vínculo de amizade que possuíam. Na primeira passagem da carta em análise, Cícero cumpre com a cordialidade esperada entre correspondentes quando, por algum motivo externo, as cartas se tornavam menos frequentes. Ao apresentar suas últimas ocupações pós-exílio como justificativa para o menor número de epístolas enviadas ao amigo, Cícero afirma não haver nada capaz de abalar o carinho mútuo que nutrem (*amoris nostri*) ou a estima que tem sobre essa relação (Cíc., *Att.* IV. 2). De acordo com a nossa análise, fazer referência aos elementos constitutivos da *amicitia* na conjuntura aludida não ocorre de modo acidental e a convicção quanto à assistência financeira evocada mais adiante na epístola tem como base a expectativa derivada da relação que partilhavam.

Durante os meses em que esteve fora de Roma em razão de seu governo na Cilícia, entre maio de 51 a julho de 50, Cícero se manteve ansioso em retornar para a vida na capital da República, preocupado com os assuntos familiares e patrimoniais. Nesse âmbito, durante esse período, as mensagens para Ático trazem informações sobre a administração pública que exerceu nesta província romana enquanto governador. Ele esteve à frente de questões jurídicas, financeiras, por exemplo quando investigou os acúmulos de dívidas dos cidadãos e solucionou os abusos fiscais praticados por magistrados, além de seu papel militar contra grupos partas que ameaçavam aquela região (Tempest, 2011, p. 155-157). Há uma lacuna no registro epistolar desses amigos, sendo a última carta do quarto livro datada em novembro de 54 e a primeira mensagem do quinto livro assinada no início de maio de 51. Não há como determinar se a ausência de material se deve por documentos que se perderam, questões editoriais, ou da possibilidade de terem se encontrado pessoalmente com mais frequência durante esse período. Ressaltamos tal aspecto pelo fato de que o primeiro registro de contato, após anos de intervalo, tem seu conteúdo marcado por solicitações; uma das expectativas nutridas pelo arpinate era a de que o amigo protegesse seus interesses políticos enquanto estivesse ausente de Roma. Assim, o exercício do equestre como agente intermediário aos interesses de Cícero nesse período pode ser captado nas epístolas. No primeiro parágrafo da epístola número um, o remetente pede a Ático que ele se dedique a evitar a extensão do seu mandato na Cilícia, com efeito, evidencia-se no excerto a seguir a defesa da agenda política de Cícero feita por Ático: “Por isso, preciso que você se empenhe ainda mais para que nenhum novo decreto seja emitido, para que essa nossa saudade não dure mais de um ano.” (Cíc., *Att.* V. 1). Ele não desejava permanecer afastado de Roma por mais tempo do que o

estritamente necessário, e sua ansiedade em deixar o governo é reiterada nas cartas endereçadas ao equestre. Sem dúvida, razões de ordem política alimentavam esse anseio, além de seu matrimônio, as tensões entre o Senado e César escalavam e estar afastado lhe causava apreensão (Cíc., *Att.* V. 4; 5; 9; 10; 11).

De maneira semelhante, durante essa fase em que esteve distante de Roma, os apelos ao amigo para que administrasse suas posses são frequentes. Ainda na primeira epístola enviada em 51, no momento em que se retirava em direção à província que administraria, Cícero solicitou que Ático cuidasse das “garantias”, isto é, dos acordos financeiros estabelecidos por ele, assistindo-as enquanto estiver em Roma. Na sequência, ele atualiza o equestre das questões em aberto, entre elas, uma venda de terreno - não especificada - a ser tratada com outros homens. A respeito do que foi referido, passamos a leitura do trecho em questão: “Com relação às garantias financeiras, peço que você as conceda durante sua estada em Roma; há também outras referentes a vendas, como as dos terrenos de Mênio e Atilio¹¹⁰.” Na continuação desse excerto, Cícero reafirma a sua confiança em recorrer a ele como apoio na condução de seus negócios. Ao demonstrar satisfação com a maneira com que Ático articulou o empréstimo a Ópio (*ca.* século I - ?)¹¹¹ em seu nome, oferecendo um crédito significativo de 800 mil sestércios, Cícero faz orientações ao amigo mediador e declara que o valor deve ser arrecadado por meio de um empréstimo. Atuando por esse viés, o arpinate atenderia a demanda de Ópio e, ao mesmo tempo, evitaria que seus próprios credores, ao se informarem da quantia movimentada por ele, pressionassem-lhe pelos pagamentos de dívidas em aberto (Cíc., *Att.* V. 1). Além de reunirmos informações concernentes ao quadro monetário do próprio Cícero, cuja condição interpretamos estar comprometida por dívidas, constatamos a segurança plena depositada no amigo para gerir suas relações de crédito. Neste exemplo, tal dinâmica se torna clara na autorização para que Ático concedesse e, também, contraísse um empréstimo tão significativo sob sua responsabilidade (Cíc., *Att.* V. 1).

Ademais, no conjunto de suas preocupações financeiras, destaca-se para nossa análise as solicitações feitas a Ático sobre a dívida que Cícero tinha em aberto com César. Alguns anos antes, Cícero adquiriu um empréstimo de 800 mil sestércios com o general citado. Não há informações detalhadas sobre o motivo ou a maneira por que se deu essa transferência. Todavia, temos ciência de que a inadimplência poderia acarretar problemas sociais graves,

¹¹⁰ Esses homens não voltam a ser mencionados, nem o negócio de propriedades. Assim, faltam-nos detalhes sobre a garantia que deveria ser tratada com eles (Rodríguez-Pantoja Márquez, 1996, p. 262).

¹¹¹ Uma vez mais, não dispomos de dados suficientes para a identificação deste romano. Por meio de cartas anteriores, podemos assumir que se trata de um banqueiro conhecido por César e Ático. No entanto, as informações se limitam a isso, sem detalhes de suas atividades ou parentescos.

como a desonra pública (*infamia*) mencionada no capítulo anterior, entre outras punições. Logo, a preocupação de Cícero em manter sua reputação financeira respeitada, atribuiu a esse assunto um foco prioritário nas mensagens trocadas com Ático. Se, por meio da mensagem anterior, visualizamos o equestre colaborando na concessão de crédito, nesta outra circunstância, percebemos a sua atuação como agente mediador na quitação dos débitos de Cícero. Na sexta carta do livro número 5, o arpinate lembra que confiava na promessa do amigo de que tudo o que lhe foi encarregado seria cumprido e observa não haver novidades para comentar, “Tudo o que havia para ser encarregado, já lhe confiei - e sei que, como prometido, você cumprirá.” (Cíc., *Att.* V. 6). Antes de encerrar a mensagem, porém, ele acrescenta um pedido importante: “Uma coisa não deixarei de pedir a você é que, enquanto estiver na cidade, deixe resolvida a minha dívida com César.” (Cíc., *Att.* V. 6).

No entanto, essa questão não se solucionou de forma imediata, o débito se prolongou até o início de 49. A urgência em quitar o débito aumentava à medida que as tensões entre César e Pompeu se intensificavam. Em uma de suas correspondências já em dezembro de 50, Cícero reflete como o laço financeiro com César comprometia a sua liberdade política ao colocá-lo como uma pessoa influenciada pelo general. As tentativas dos apoiadores de César em captá-lo por meio de cartas adulatórias, segundo o arpinate, é um exemplo disso. Nesse cenário, Cícero solicita que Ático lhe aconselhe sobre como agir e pondera que o melhor caminho é conseguir um empréstimo para pagar a dívida, assim poderia conseguir algum distanciamento do general e seus colaboradores (Cíc., *Att.* V. 3). Algumas semanas depois, retomando o assunto, o senador retoma as suas preocupações com a pendência creditícia com César, lamenta a possibilidade de ter que renunciar à quantia obtida em seu triunfo, após o governo na Cilícia, para saldar o débito. Sem adicionar outros dados, ele finaliza a epístola assinalando a necessidade de discutirem esse e outros assuntos pessoalmente (Cíc., *Att.* V. 8). Concluímos que esse percurso traz-nos, de novo, a proeminência de Ático nos assuntos financeiros de Cícero. Durante os momentos em que esteve ausente de Roma, os temas econômicos mais importantes e recorrentes encontravam-se sob a responsabilidade de Ático, sendo a dívida com César um desses episódios. Nas ocasiões em que Ático se encontrava ausente de Roma - conforme vimos anteriormente, Cícero não era sua única conexão no campo econômico -, além de gerir seus próprios negócios e propriedades, ele mantinha relações com diversos romanos. Quando sua atuação parecia um tanto ofuscada por fatores externos, Cícero não hesitava em registrar suas queixas, exigindo o posicionamento do amigo: “[...] não tenho ideia do que está fazendo ou onde está; nunca estive tão mal informado de meus assuntos e não sei o que se revolveu sobre a dívida com César e sobre os assuntos

econômicos de Milão [...]” (Cíc., *Att.* V. 10). Em outra situação, o arpinate argumenta que, embora Ático esteja fora da cidade, ele não deveria se esquecer de que seu retorno era necessário para a manutenção do cenário favorável que se delineava para o encerramento de seu governo provincial. Para mais do apoio político esperado, Cícero questiona o estado de seus assuntos financeiros, esperando uma explicação sobre os negócios intermediados pelo equestre. No recorte documental abaixo, percebemos o quanto ele se apoiava no amigo, tanto no campo político como financeiro:

Por favor, me informe o que você está fazendo, onde pretende estar em cada momento, e como deixou meus assuntos em Roma - especialmente aqueles oitocentos e vinte mil sestércios [...] Mas não se esqueça de uma coisa (você está ausente agora, e por isso essa questão não está sendo tratada, mas estará presente a tempo, como me disse): cuide pessoalmente - e também junto aos nossos aliados, especialmente Hortênsio - para que meu ano de magistratura permaneça como está; que nenhum novo decreto seja apresentado [...] (Cíc., *Att.* V. 9).

Os agradecimentos dirigidos ao amigo revelam, além do cuidado com a polidez epistolar, que Ático assumiu a condução de inúmeros negócios relacionados a Cícero. Algumas situações não são comentadas de forma clara, porém, quando o senador manifesta o seu apreço, é possível entrever esses episódios e reconhecer que, embora não explicitados, de fato ocorreram. Devemos olhar também como esses relatos não apenas jogam luz sobre a atividade direta de Ático para com Cícero, mas também revelam o perfil interconectado desse financista. De acordo com Christian Rollinger (2017, p. 354), nos momentos difíceis, a amizade deveria atuar como uma ferramenta para igualar as oportunidades e proteção dos amigos. Com base no argumento deste autor, entendemos que os pedidos feitos a Ático na fase de incerteza aludida encontram apoio na ideia de serem normais as trocas socioeconômicas entre amigos. Dessa maneira, defendemos que Cícero tinha a sua amizade com o equestre como um dos alicerces de sua vida pública e financeira em situações de instabilidade.

Na carta número 2, do sétimo livro, o arpinate escreve: “Quanto à pequena dívida de Numério, muito obrigado. Estou ansioso para saber o que fez Hortênsio [...]” (Cíc., *Att.* VII. 2). Não há outras menções ao negócio com Numério (? - ?)¹¹², contudo, reiteradamente, identificamos o equestre como um agente de resolução nas relações interpessoais de Cícero. Isto é, verificamos outra situação em que há o intercâmbio de serviços a partir do espectro da amizade. O comentário seguinte feito pelo senador especula o testamento deixado por Quinto

¹¹² Não há como precisar quem seria este personagem. Por meio do contexto, podemos inferir tratar-se de algum aristocrata com quem Cícero e Ático mantinham contato.

Hortênsio. Ciente de que Ático estava em Roma, Cícero esperava que o aliado o informasse dos acontecimentos na cidade. A relação íntima de Ático com Hortênsio e outros homens de relevo é explorada por Nepos, representando-o como um homem bem conectado e amigável com todos. Aqui, não estamos questionando quão articulado se encontrava o equestre à época, afinal, percorremos este caminho no tópico precedente e o reconhecemos como um exemplo da alta sociabilidade financeira e sua eficácia. Por isso, neste momento, o que nos interessa é destacar o caráter decisivo de sua atuação nas realizações econômicas dos aristocratas e como tal prática ressoava positivamente para a resolução da vida financeira do próprio Cícero.

Ao discutirmos as crises financeiras atravessadas pelo senador arpinate, observamos como a instabilidade econômica da República, anunciada pela ruptura de César e Pompeu e vivida por seus contemporâneos, foi agravada pelas turbulências pessoais. Para superá-las, assim argumentamos, Cícero mais uma vez valeu-se da reputação creditícia e benevolência amigável de Ático para solucioná-las. No mês de fevereiro de 49, Cícero se encontrava dividido sobre qual caminho tomar diante do colapso, segundo sua própria leitura, que atingia o governo romano. Externando suas inquietações a Ático, ele admite seu desânimo no que toca às últimas decisões de Pompeu: ainda que o estime profundamente, diz reconhecer a falta de uma boa estratégia do general contra César (Cíc., *Att.* VIII. 2; 3; 6; 8). Fazendo alusão a sua conhecida frase, sobre preferir perder ao lado de Pompeu a se render aos ideias cesaristas, ele reconhece não possuir mais valor diante das decisões covardes do amigo: “Pois bem, eu o prefiro, mas ao Pompeu de então, tal como era - ou como me parecia ser; já este, que foge antes mesmo de saber de quem foge ou para onde, que entregou nossos bens [...]” (Cíc., *Att.* VIII. 7). Com essas considerações, retomando um debate já presente em epístolas anteriores, ele confirma a Ático sua decisão de deixar Roma, bem como a necessidade de que o equestre entre em contato com “seus camaradas” para obter as quantias necessárias à viagem. Desse modo, ele comunica: “Escrevi a Filótimo sobre as despesas da viagem: que ele as obtenha da Moneta, já que os devedores não pagam, ou com os seus camaradas, os Ópios. As demais instruções, eu as darei a você.” (Cíc., *Att.* VIII. 7).

A expressão traduzida como “seus camaradas” por Rodríguez-Pantoja Márquez (1996), na edição publicada pela Editorial Gredos, corresponde à forma latina *tuis contubernalibus*. A locução substantiva empregada por Cícero explicita o vínculo existente entre Ático e os Ópios, sugerindo a influência do equestre sobre esses devedores. Os termos utilizados por Cícero para se referir a esse grupo de negociadores trazem ambiguidades para o seu discurso, levando a leituras divergentes, se eram devedores ou credores da família *Tullii Ciceronis*. Assim, localizar quem seriam esses homens e qual a sua exata função no cenário

financeiro romano é difícil, a tentativa mais sólida que localizamos é a de Verboven (2001). De acordo com a análise documental empregada por esse autor, entendemos ser plausível que os Ópios fossem devedores de Terência e, em razão do panorama crítico que se instalava, Cícero planejava acessar a quantia para o financiamento de sua viagem através deles. No fragmento que tomamos como exemplo, lemos as duas opções possíveis para o arpinate reunir a soma de que precisa: o Templo de Juno Moneta, local onde se cunhavam os numerários romanos e poderiam ser feitos o câmbio de metais por moedas, e os devedores de Terência que também mantinham conexão próxima com Ático. Foi abordado anteriormente como a insegurança política e econômica do conflito civil iniciado em 49 afetou o sistema de crédito; não surpreende, portanto, que Cícero dispusesse de poucas alternativas naquele contexto. Apesar da separação legal que havia entre os bens do arpinate e os de sua esposa, em sua prática ele pode ter atravessado essa linha divisória.

Por algum motivo, o qual não temos como acessar com exatidão, Terência enfrentava problemas em receber dos Ópios e não planejava entregar o dinheiro para o arpinate - este seria um dos argumentos levantados por Cícero em seu divórcio: a resistência da esposa em fornecer-lhe os recursos para sua retirada em uma ocasião crítica (Verboven, 2001, p. 320). Ante tal conjuntura, Cícero confiou em Ático a gestão do problema e, de fato, com melhores condições do que o senador, o equestre organizou o recebimento do dinheiro para o amigo. Sob a ótica de Verboven (2001, p. 318), em carta enviada semanas depois, Cícero teria instruído o amigo a entregar o dinheiro coletado a Terência. No entanto, entendemos que esse argumento avança ao campo da inferência, pois, em nenhum momento, o senador especifica o que exatamente deveria ser entregue à sua esposa (Cíc., *Att.* X. 4). De qualquer maneira, havendo Terência recebido ou não o dinheiro de seus devedores, o que subsiste é a incerteza acerca do acesso de Cícero a essa quantia, uma vez que a documentação não apresenta outros detalhes. Além de evidenciar o desgaste e afastamento vivido pelo senador e sua esposa, o caso discutido nos auxilia a salientar a posição influente e decisiva ocupada por Ático. Mesmo que não estivesse em jogo um empréstimo oferecido por ele ao arpinate, algo difícil de ter ocorrido quando pensamos no cenário geral de crise, é inegável o impulsionamento financeiro que ofereceu a Cícero e sua causa; ele mediu com êxito os assuntos do amigo, sua esposa e seus devedores, os Ópios, oferecendo em alguma medida o seu suporte.

De acordo com Cícero, no discurso sobre a amizade, nem mesmo itens essenciais como a água e o fogo são capazes de superar os benefícios trazidos pela amizade nutrida entre dois homens virtuosos. Acima de todos os bens materiais terrestres, a *amicitia* era uma constante diante da adversidade ou prosperidade (Cíc., *De Amicitia*, V. 17; X. 33). A

perspectiva anunciada filosoficamente no tratado é revelada de maneira ainda mais direta nas epístolas; assim, Cícero estabelece uma conexão entre o apoio mútuo e próspero e o vínculo amigável. Argumentamos ser possível compreender a ideia de que a amizade está entrelaçada ao desejo de prosperidade mútua, portanto, pode ser esse um dos benefícios do relacionamento, na passagem a seguir: “Espero ainda ser seu amigo. Ao desejar isso, somente desejo sua prosperidade, enquanto eu continuar sendo um amigo seu.” (Cíc., *Att.* X. 16). Nessa epístola, além de expressar a manutenção do seu vínculo com Ático, conteúdo e objetivo comum às missivas, Cícero condiciona o sucesso de seu amigo, e por consequência o seu próprio, à existência do laço entre eles. Nessa mesma direção argumentativa, isto é, apresentando a relação entre amizade e o êxito político e financeiro mútuo, ele inicia a primeira carta do décimo primeiro livro unindo a sua estabilidade financeira à benevolência - um componente essencial da amizade - de Ático para consigo: “Mas toda a minha esperança de manter meu bom crédito e minhas propriedades particulares, coloquei em sua comprovada benevolência comigo.” (Cíc., *Att.* XI. 1). Enviada em fevereiro de 48, estima-se que, entre a primeira e segunda quinzena deste mês, essa carta reflete as inseguranças financeiras durante a Guerra Civil vividas pelo arpinate que, inclusive, foram agravadas pelo empréstimo feito por ele a Pompeu. Analisamos essa decisão e suas consequências sobre os recursos ciceronianos no primeiro bloco deste capítulo. Sem retomar os detalhes do contexto citado, convém ressaltar o apelo que Cícero dirigiu, uma vez mais, ao seu amigo financista, solicitando o seu apoio, com respaldo na amizade que mantinham. Nesta ocasião, sem recursos disponíveis para concluir suas obrigações econômicas, o arpinate acionava a sua sociabilidade a fim de proteger seu crédito em Roma. Ao avaliarmos o recorte a seguir, compreendemos os recursos emocionais empregados pelo arpinate como ferramentas para acessar seu destinatário, buscando na amizade dele a proteção de sua integridade moral e patrimonial: “De novo, eu imploro que você se encarregue de me proteger em tudo, de modo que, se forem salvos aqueles que estão comigo, eu também seguirei ileso e terei certeza de que devo a minha salvação à sua benevolência.” (Cíc., *Att.* XI. 1). Dessa maneira, colhemos outro exemplo do recurso social e econômico contido na amizade romana. Conforme entendemos, Cícero contava com essa benesse da amizade cultivada com Ático para preservar sua estabilidade.

Havendo reafirmado a natureza da união que compartilhavam e as expectativas próprias a ela na mensagem anterior, seria razoável levantar a possibilidade de que tal tratamento tenha se estendido nas semanas seguintes até a próxima mensagem datada em março de 48. Nesta carta, interpretamos quão ativo e inteirado estava Ático a respeito das

dificuldades vividas por seu amigo arpinate. Cícero utiliza a missiva em questão como um espaço para discutir negócios em andamento e outras aflições financeiras que ameaçavam surgir. Ainda lidando com o problema de crédito e atento à conservação de sua *dignitas*, Cícero manifesta concordância com a avaliação do financista de que a herança a ele destinada - cuja origem testamentária permanece incerta, sem menção a quem o teria nomeado legatário - seria suficiente para resguardar sua reputação no meio creditício, ele relata que: “[...] como me disse, esta herança é suficiente para proteger meu crédito e meu bom nome [...]” (Cíc., *Att.* XI. 2). Mesmo com algum amparo, ele não deixa de expressar a sua confiança nos serviços e oferta monetária realizados por Ático a seu favor. Logo, revelando uma considerável segurança, o senador admite saber que, caso essa alternativa não houvesse aparecido, o equestre seria capaz de protegê-lo com seus próprios fundos: “[...] ainda que me dê conta que, mesmo sem ela, você teria me protegido com seus próprios recursos.” (Cíc., *Att.* XI. 2). Através do relato biográfico escrito por Nepos, depreendemos como o tom conciliatório adotado por Ático nos momentos de crise beneficiaram não apenas a ele, mas seus amigos. Por conseguinte, o autor latino explicita o amparo do equestre aos amigos que se posicionaram ao lado das tropas pompeianas (Nepos, *Att.* 7.1). Cícero, segundo sabemos, apesar das incertezas que o tomaram, esteve ao lado de Pompeu e, como em outros momentos de sua vida, obteve o suporte de Ático. Dessa maneira, sofrendo com perdas significativas de sua riqueza diante do conflito civil, para além das escolhas administrativas feitas por Terência interpretadas como atos desleais e o prazo final para o dote de Túlia, Cícero recorreu às suas redes financeiras, com particular expectativa em Ático. Na terceira epístola do livro número onze, o arpinate acredita na resolução de seus problemas através de sua amizade com o equestre: “Por isso, como nos demais assuntos, e muito mais neste [a sua instabilidade patrimonial], confio a decisão deste problema em sua amizade e benevolência.” (Cíc., *Att.* XI. 3). Com base no exposto, e reconhecendo que os verdadeiros amigos devem fomentar a esperança e o bem-estar mútuos (Cíc., *De Amicitia*, VII. 23), sustentamos que, entre as vantagens cabíveis à amizade, estava a troca de serviços particulares, como revela a segurança de Cícero na ação de Ático.

O episódio relativo ao dote de Túlia, a filha do arpinate, fornece outro ângulo relevante à análise proposta. Em março de 48, faltando semanas para cumprir com o prazo do pagamento a Dolabela, o arpinate recorreu ao amigo para ajudá-lo a finalizar o acordo: “Sobre o dote, por todos os deuses, peço que se encarregue do assunto e proteja minha infeliz filha, vítima da minha culpa e negligência. Caso ainda restem recursos meus, utilize-os; e, se possível, também os seus próprios, desde que isso não lhe cause incômodo.” (Cíc., *Att.* XI. 2).

Com as finanças comprometidas, Cícero não dispunha do valor necessário para completar o dote e encontrou em Ático o apoio de que precisava. O assunto dotalício manteve-se no contato epistolar desses amigos (Cíc., *Att.* XI. 2; Cíc., *Att.* XI. 3; Cíc., *Att.* XI. 4a). No mês de junho, quando lidava com as incertezas a respeito de seguir ou não com os planos matrimoniais de Túlia e Dolabela, o senador registrou contar com a amizade e boa disposição de Ático junto aos desejos de sua filha para a superação do impasse. De forma complementar, Cícero demonstra arrependimento em não ter aproveitado um momento anterior e confiado esse assunto pessoalmente a Ático. De acordo com o próprio arpinate, o amigo teria garantido maior agilidade e organização sobre seus bens e a segurança de sua família. Assim, ele registra: “Eu teria atendido melhor à pobre, se desde o início tivesse tratado pessoalmente com você, e não por escrito, sobre minha segurança e meus bens.” (Cíc., *Att.* XI. 3). Não obstante a incerteza que o cercava, Cícero direciona suas demandas a Ático e, com a tranquilidade que o histórico do relacionamento que possuíam permitia, sabia que seriam supridas. Nesse viés, consciente da situação em que se encontrava, ele tinha a esperança de tudo ser mais suportável devido à dedicação de Ático em seus negócios. Vejamos o excerto:

De qualquer forma, há muitas circunstâncias particulares - que, sem dúvida, você percebe o quão graves são - e que eu teria facilmente podido evitar. Ainda assim, não pesarão tanto se, como tem acontecido até agora, elas forem suavizadas por sua colaboração e empenho comigo (Cíc., *Att.* XI. 3).

Quando o remetente percorre esse caminho, podemos vislumbrar algumas afirmativas em seu discurso. A primeira consideração feita é a de que a estrutura oferecida por seu amigo é recorrente, uma vez que “como tem acontecido até agora” sugere que a presença de Ático na redução dos problemas financeiros de Cícero é frequente há algum tempo. É isso, em essência, que temos examinado: as ocasiões em que o financista interveio nas crises, com o intuito de solucioná-las em favor do amigo. Nesta carta, interpretamos haver um reconhecimento por parte do arpinate deste suporte ofertado por Ático. Temporalmente mais adiante, na carta três do décimo terceiro livro, Cícero valoriza os serviços e conselhos de seu amigo ao considerá-lo seu grande orientador de negócios (Cíc., *Att.* XIII. 3). A apreciação das atividades dirigidas e dos conflitos dissolvidos sob a administração do equestre mencionados não são excepcionais, outras passagens poderiam ser listadas. No entanto, salientamos este excerto por sublinhar a continuidade do apoio prestado por Ático em um contexto de crise. E, de fato, esse conjunto de afirmações do remetente se confirma após algumas semanas, quando o arpinate tem a certeza de que o equestre seguirá assistindo-o nos assuntos dotalícios de

Túlia: “Quando diz que minha fortuna e a sua estão à disposição de Túlia, acredito na sua, mas qual é a minha?” (Cíc., *Att.* XI. 24). Apesar de possuir dúvidas sobre a sua própria capacidade de cumprir com o necessário a sua filha, Cícero não questiona a declaração feita por Ático de que ele disporia de quantias suficientes para assegurar o nome de Túlia. Certamente, não interpretamos tal apoio como um ato ordinário e nem o entendemos como uma resposta meramente financeira. É válido lembrarmos a desestabilização sofrida pelo mundo prestamista a essa fase republicana, desdobrava-se uma adversidade econômica que, dentro de pouco tempo, afetaria as relações fundiárias, creditícias, comerciais, etc. Como um grande financiador entre seus contemporâneos, argumentamos que Ático - sem dúvida - se via ameaçado pelas circunstâncias econômicas que se desenhavam na República. Por conseguinte, a convicção de que Ático contribuiria para pôr fim à dívida do dote em aberto com Dolabela, sob nossa leitura, somente poderia ter como base os alicerces da *amicitia*. Em síntese, a nosso ver, a confiança de que o equestre não faltaria com Túlia ou na resolução de outro problemas - mesmo que ele próprio tivesse sua dinâmica patrimonial afetada - era sustentada pela relação de amizade.

Como analisamos na página 120 deste estudo, nesta fase de sua vida, Cícero atravessava sua terceira crise patrimonial. Além do cenário político e econômico instável para os republicanos, após lidar com o compromisso dotalício de Túlia, os efeitos de seu divórcio com Terência, uma aristocrata ímpar na dinâmica pública à época, tornaram-se mais concretos. Sob essa perspectiva, sabemos que a separação impactou negativamente as riquezas pessoais de Cícero, visto que, embora houvesse distinções entre os seus próprios rendimentos e patrimônios e os de sua esposa, Terência exercia um papel fundamental na organização das finanças ciceronianas. Durante um pedido específico de auxílio, Cícero ilustra a sua desconfiança a respeito das quantias movimentadas por ela, declarando haver recebido um valor menor do que deveria. Examinemos a citação abaixo:

Sobre Terência (deixo de lado as outras coisas, que são incontáveis), o que mais se pode dizer? Você escreveu a ela pedindo que trocasse os doze mil sestércios, esse parecia ser o valor restante daquele dinheiro. Porém, ela me enviou apenas dez mil com um bilhete dizendo se tratar de tudo o que havia sobrado. Para mim, se ela foi capaz de subtrair essa quantia tão pequena de um valor já modesto, está bem claro o que fez com aquela quantia maior (Cíc., *Att.* XI. 24).

Não é informada a origem da soma referenciada. Porém, o que entendemos ser destacável nessa mensagem é que, conquanto se tratasse de uma quantia bastante pequena - como adjetiva o próprio arpinate -, faz-se claro o quanto lhe era necessária, o que colore a

circunstância de turbulências em que se encontrava. Cícero ainda acrescenta a suspeita de que Terência tenha desviado quantias maiores, as quais interpretamos ser uma referência aos 60 mil sestércios que ela teria retirado da reserva dotalícia de Túlia - objeto já examinado na primeira seção do capítulo. Ademais, depreendemos ser necessário perceber, novamente, a inserção de Ático nos assuntos financeiros familiares de Cícero, veremos essa centralidade sendo exercida nos assuntos pessoais novamente em 45. Levando adiante esse raciocínio, em outro episódio, ao declarar a sua situação desfavorável, Cícero escreve: “Fomos cegos no segundo pagamento [...] Peço que você, desde que seja possível, reúna dinheiro, roupas, utensílios, todo o possível para lidar com essa situação desesperadora.” (Cíc., *Att.* XI. 25). Interpretando esse recorte, percebemos o arrependimento de Cícero em ter seguido com a segunda parcela dotalícia de sua filha em um período de tanta dificuldade. A essa altura, o casamento de Túlia e Dolabela também se deteriorava, seguindo para o divórcio. Nesse contexto, as movimentações e acordos assumidos por ele, agora, eram responsabilidades que não mais lhe compensavam. O que nos chama a atenção, sobremaneira, é seu pedido por itens essenciais. A carta citada foi enviada em julho de 47, momento em que Cícero aguardava o retorno de César para definir seu futuro no território italiano, e, afastado geograficamente de sua rede interpessoal e casa, teve dificuldade em acessar e adquirir até mesmo roupas. Para Rollinger (2017, p. 357), uma pressão interna relativa à amizade poderia estimular esses apoios, dispensando acordos formais. Ao somarmos a perspectiva do historiador à análise do episódio supracitado, constatamos que as ajudas financeiras prestadas por Ático não se realizavam apenas imaterialmente, mas também provinham recursos materiais a Cícero. Em sua mensagem, o arpinate declara como o seu interesse por uma propriedade em Frúsino é antigo e, apesar de não possuir os recursos de tempos passados, ele ainda tem interesse em adquiri-la e espera que Ático administre a questão (Cíc., *Att.* XI. 13). Aqui, voltamo-nos à análise documental abordada no Capítulo Um; neste trabalho, defendemos haver uma função social intrínseca a cada epístola compartilhada em uma rede de sociabilidade.

É necessário frisarmos que, embora ele tivesse os fundos gravemente comprometidos, Cícero não limitou os seus planos patrimoniais. Nesse segmento, outros tópicos financeiros aparecem em sua comunicação com Ático, bem como funções executadas por esse amigo. Durante o ano de 47, aguardando o perdão de César, outros tópicos financeiros foram acrescentados à comunicação, entre eles a compra de uma propriedade passa a ser objeto de discussão entre os amigos. Cícero se interessa em adquirir uma propriedade em Frúsino. Segundo o arpinate, essa compra passou a fazer parte de seus planos em outra época, quando a sua situação se encontrava melhor desenhada. No entanto, como se nota, ele não exclui o

desejo de tê-la e recorre ao amigo. Sob esse prisma, considerando haver uma função social intrínseca a cada epístola compartilhada em uma rede de sociabilidade, aspecto abordado no Capítulo Um, percebemos a natureza de solicitação desta carta. Respeitando a cortesia epistolar, Cícero cumpre com os requisitos de polidez, reforçando sua harmonia e intimidade com Ático antes de invocar os favores de que precisa; ele enfatiza e lamenta a saudade que o toma, em especial por não haver aproveitado uma oportunidade para encontrar com Ático (Cíc., *Att.* XI. 13). Em seguida, como lemos à frente, ele pede que o equestre providencie o necessário para a aquisição do território, “Veja de que maneira a compra pode ser realizada. E, por favor, na medida do possível, procure garantir que eu tenha de onde obter dinheiro para as despesas necessárias.” (Cíc., *Att.* XI. 13).

A terceira crise patrimonial do arpinate ocorreu entre 46 e 45 e as cartas trocadas compreendem as turbulências financeiras vividas por Cícero nesse período. Os serviços executados pelo equestre, de aconselhamento, intermediação e até mesmo financiamento podem ser mapeados, de igual modo às fases anteriores, nesta ocasião. À luz daquilo exposto em nossa análise acerca do percurso econômico de Cícero, entendemos como os seus eventos pessoais desestabilizaram a sua vida pública. Em especial após a morte de Túlia¹¹³ em 45, a presença do senador na política e nos negócios se viu prejudicada. Nos primeiros meses após o falecimento de sua filha, as mensagens enviadas para o amigo equestre são caracterizadas pelo abalo emocional vivido. Em concordância com Morcillo García (2019, p. 629), percebemos o peso do sofrimento no discurso construído nessa fase. Indo além, baseando-nos nas discussões teóricas e metodológicas de Von Albrecht (2003) recuperadas em minúcia no Capítulo Um, constatamos uma maior frequência de epístolas curtas, com frases simples e sem recursos estilísticos elaborados, elementos que intensificam o caráter íntimo do contato e reforçam o laço amigável. Considerando esse enfoque, argumentamos haver uma conexão indissociável entre o apoio moral e emocional do suporte monetário realizado por Ático em tal circunstância. Um amigo verdadeiro, teoriza Cícero em *De Amicitia*, deve compartilhar as benesses e aliviar as adversidades de seu companheiro (Cíc., *De Amicitia*, V. 17; VII. 22). Defendemos que a proposição feita no discurso se concretiza na realidade descrita nas correspondências quando o arpinate reconhece os esforços de Ático para ajudá-lo a superar esse acontecimento (Cíc., *Att.* XII. 14; 20).

A utilidade e a frequência dos serviços financeiros prestados por Ático durante os

¹¹³ Quanto ao episódio mencionado, Antonio Fajardo Alonso (2022, p. 66-67) identifica que a morte prematura do primeiro filho de Túlia lhe trouxe complicações físicas que afetaram a segunda gestação, levando-a a morrer durante o parto.

meses do ano de 45 podem ser visualizados na continuidade dos atos de intermediação nos assuntos patrimoniais, como acordos formalizados com Terência, outros casos de empréstimo, e, com um peso particularmente mais significativo a nossa análise, a construção do monumento funerário para Túlia e, mais adiante, a segurança econômica de Cícero, o Jovem em Atenas. Tomando em primeiro lugar o problema dotalício envolvendo Cícero e Terência, situação estudada nas páginas 120 e 121 deste trabalho, frente à impossibilidade do arpinate em devolver o valor obtido em seu matrimônio, Ático guiou a interlocução de ambos, visando proteger a reputação do amigo. Nessa dinâmica, o próprio Cícero reconhece, em carta, que o equestre possuía maior conhecimento sobre o desdobramento do tema do que ele, “Sobre Terência, não posso escrever com mais propriedade do que você.” (Cíc., *Att.* XII. 22). Dando continuidade ao assunto, Cícero demonstra - de maneira objetiva - compreender a importância de resolver o assunto, ou seja, liquidar a dívida com a ex-esposa: “Cumprir meu dever continua sendo, para mim, algo igualmente respeitável.” (Cíc., *Att.* XII. 22). No entanto, com débitos acumulados e seus próprios devedores inadimplentes, custou-lhe movimentar o valor para a restituição. É conhecido que Terência não recebeu o valor devido. Sobre isso, pouco tempo antes de morrer, em seu último conservado contato escrito a Ático, ele assume a decadência de seu patrimônio frente aos eventos finais de sua trajetória em Roma e a impossibilidade de quitar sua dívida com a ex-esposa: “[...] o que me preocupa agora é o meu patrimônio. Mas... que patrimônio? Antes de tudo, deve vir minha reputação. Pois, embora muitos me devam, não tenho sequer recursos para pagar a Terência.” (Cíc., *Att.* XVI. 15). Apesar disso, e o mais relevante, sabemos que havia a intenção de pagar-lhe e Ático esteve à frente do assunto. Aqui, novamente sua amizade com Ático foi valiosa à preservação da dignidade de Cícero e sua reputação. O panorama era desfavorável, mas ele seguia articulando possíveis fontes de dinheiro e repassando informações e acordos para Cícero:

Quanto à dívida de Terência, Tirão escreveu dizendo que o dinheiro viria de Dolabela. Acho que ele entendeu errado [...] ou, mais provavelmente, não entendeu nada. Afinal, você me repassou a informação de Coceio sobre o dinheiro, e Eros também disse praticamente as mesmas palavras (Cíc., *Att.* XVI. 15).

Cícero esperava receber o dote de Túlia pago a Dolabela para quitar sua dívida com Terência. As duas primeiras parcelas pagas pelo ex-genro foram enviadas com atraso e, agora, o arpinate se via aflito diante da demora para receber novamente - em especial, pois Dolabela ocupava o cargo de cônsul e não poderia ser perseguido publicamente em razão de seu *imperium*. A preocupação em não receber se dava pelas informações obtidas com Coceio (*ca.*

século I - ?)¹¹⁴, um devedor de Dolabela que também atrasaria seus pagamentos e, por consequência, afetaria todo o fluxo de obrigações (Rodríguez-Pantoja Márquez, 1996, p. 450). Como abordado no Capítulo Dois, essa era uma dinâmica comum e, em períodos de estabilidade, gerava um bom retorno a todos; todavia, conforme se depreende do impasse relatado, poderia se tornar um problema em algumas situações. O ponto de maior interesse, no entanto, é destacar a presença de Ático na sociabilidade financeira à época que pode ser exemplificada através de sua comunicação direta com Coceio e o uso desse campo para o interesse de Cícero o qual, nesse caso, é reunir o montante correspondente ao dote de Terência.

Nos parágrafos seguintes da mesma carta, o remetente argumenta que compartilha as suas angústias com Ático por saber que juntos, isto é, com o conselho do amigo, poderão encontrar a melhor solução, contudo deverá esperar por um encontro presencial para decidirem o andamento de toda essa situação delicada, “Por quais meios, claro, já tenho em mente, mas nenhuma decisão firme será tomada antes de nos encontrarmos pessoalmente.” (Cíc., *Att.* XVI. 25). Concluimos que, embora o arpinate não tenha concluído seu dever com a ex-esposa, os planos feitos englobavam Ático, seja no âmbito do aconselhamento ou, de forma prática, com a articulação de instrumentos para alcançar a quantia necessária ou na intermediação com a própria Terência.

Ademais, ainda em 45, foi atribuído ao equestre a responsabilidade de auxiliar Cícero a viabilizar fundos para a construção do monumento em tributo a Túlia. Com a leitura das cartas, é perceptível a harmonia que havia entre o pai e a filha; Túlia é posicionada ao lado de Cícero em circunstâncias de profundos reveses. A conexão pode ser captada em relatos do exílio ciceroniano¹¹⁵, por exemplo. Logo, o abalo emocional transmitido nas conversas com Ático, a sua decisão mais imediata em se afastar de Roma e, depois, a ideia de homenagear a filha, mesmo lidando com problemas financeiros, encontram justificativa. Alguns meses após sua retirada em direção à propriedade de Ástura na região do Lácio, ele apresentou o plano do monumento a Ático. A primeira referência ao projeto ocorre na carta número 18 do livro 12, cujo objetivo interpretamos ser consultar Ático sobre a viabilidade da ideia. Nesse segmento, Cícero desenvolve os detalhes que planejava realizar, assim, ele intencionava seguir o modelo

¹¹⁴ De acordo com as notas de Rodríguez-Pantoja Márquez (1996) as referências feitas a Coceio em todo o conjunto epistolar não são precisas e podem indicar Lúcio ou Marco Coceio Nerva. Não localizamos informações biográficas a respeito desses romanos, no entanto, eles são citados dentro de tópicos econômicos e, em alguns, relacionados a Dolabela.

¹¹⁵ Sobre isso, damos destaque à epístola número 1 do quarto livro, na qual Cícero descreve para Ático o itinerário cumprido para retornar a Roma e observa o ato corajoso de Túlia em ir encontrá-lo em Brudinsio, no dia de seu próprio aniversário, para acompanhar o pai em sua viagem de retorno.

de santuário, com uma estátua de Túlia - que seria divinizada -, na qual também deveria haver inscrições que remetessem às filosofias latinas (Cíc., *Att.* XII. 12).

O assunto referente à construção se desdobra por quase quatro meses, intercalando entre dissonâncias na ideia defendida por Cícero e Ático, que buscavam maneiras econômicas de concretizá-la (Morcillo García, 2019). A princípio, o espaço sugerido pelo equestre estava localizado na Ástura, mas Cícero recusou devido à incerteza fundiária da região (Cíc., *Att.* XII. 19). O segundo lugar recusado por ele foi uma propriedade disponível no Arpino; de acordo com Cícero, o lugar permitiria a divinização da filha, mas era muito distante e perderia visibilidade (Cíc., *Att.* XII. 12). Em uma das epístolas enviadas no mês de março, a vigésima primeira do livro número 12, ambos parecem haver encontrado um consenso e, diante disso, Cícero delega a Ático a função de levantar o valor para a compra da propriedade. Lemos: “Para os jardins, já que está de acordo, reúna a quantia necessária; você conhece minhas contas. A verdade é que, se você receber de Faberio, não teremos dificuldades.” (Cíc., *Att.* XII. 21). Neste recorte, além da tarefa de mobilização monetária encarregada a Ático, percebem-se de novo outra ilustração de sua transitividade no meio econômico e o controle em acessar os devedores de Cícero. Para arrecadar as somas precisas e conduzir a proposta do templo com tranquilidade, o arpinate sugere que Ático comunique-se com Faberio (? - ?)¹¹⁶, ou seja, gerencie o recebimento de um empréstimo significativo para suas riquezas. Quando o *hortus* de Públio Sílio (? - ?)¹¹⁷ emerge como uma opção mais certa, Cícero volta a debater com Ático quais seriam suas alternativas para obter dinheiro e concluir a compra. Ele inicia a passagem com uma pergunta, esperando um conselho do financista. Interpretamos que a experiência e o bom convívio no setor público de Roma, como já assinalado anteriormente, garantiam-lhe um campo frutífero para negócios e, sem dúvidas, influenciavam a segurança que Cícero tinha em sua capacidade de gerenciar suas relações financeiras. Desse modo, o arpinate oferece instruções a respeito das quantias possíveis para transações e autoriza-o a cuidar de tudo.

Por isso, de onde posso retirar mais dinheiro? Pode retirar de Hermógenes 600.000 sestércios, especialmente se o dinheiro é necessário; e vejo que também disponho de outros 600.000. Com o restante terei que pagar os acréscimos de Sílio [...] Algo deverá também vir de outros lugares. Encarregue-se de tudo (Cíc., *Att.* XII. 25)

¹¹⁶ Secretário de Júlio César que deveria pagar um débito em aberto com Cícero (Rodríguez-Pantoja Márquez, 1996, p. 199).

¹¹⁷ Mencionado outras vezes nas correspondências trocadas com Ático, trata-se de um político reconhecido próximo de Cícero e Ático. Embora as evidências sejam limitadas, sabe-se que ele atuou como governador da Bitínia na década de 50 e detinha propriedades adequadas à construção dos jardins (Rodríguez-Pantoja Márquez, 1996, p. 201).

Faz-se notório, a partir da discussão acima, que múltiplos papéis eram confiados a Ático. Os instrumentos sociais e financeiros que dispunham eram colocados a serviço de Cícero com notável facilidade, o que acreditamos ser justificado por um acordo muito mais profundo do que qualquer trato oficial. O prazo firmado por Cícero para a finalização do santuário era o verão de 45. Entre os meses de março e maio, o projeto parecia estar progredindo e, nesse cenário, ele envia agradecimentos pelos feitos de Ático e atribui a ele o sucesso dos jardins para Túlia. Na carta 34, do livro 12, ele reconhece os serviços excepcionais realizados a seu benefício pelo equestre. O cuidado feito por Ático é, em mais uma ocasião, ligado a sua benevolência para com Cícero, ou seja, uma expressão do compromisso íntimo que os envolvia. Destacamos: “Aprecio de uma maneira extraordinária sua benevolência, diligência e prudência quando você cuida dos meus negócios e apresenta os seus planos em nossas cartas.” (Cíc., *Att.* XII. 34). Já em maio, positivo a respeito da construção do monumento, Cícero confirma o exercício de articulação e, possivelmente, o financiamento promovido por Ático ao admitir o esforço feito pelo financista para que a homenagem e a divinização fossem concluídas (Cíc., *Att.* XIII. 1). É de conhecimento, contudo, a não materialização do trabalho devido - justamente -, a dificuldade de encontrar uma propriedade econômica e socialmente satisfatória para Cícero. Além disso, e discutiremos adiante, outro problema de teor monetário afligia o arpinate e ocupou parte das estratégias trocadas por esses dois amigos: a provisão de recursos para Cícero, o Jovem em Atenas.

Apesar do cenário público geral, com a ascensão de César e o seu controle cada vez mais maior da República, nas correspondências desse período, Cícero aparece mais preocupado com seus problemas familiares e patrimoniais. Nessa conjuntura, diferentemente de Túlia, seu filho não é mencionado com frequência nas cartas deste período crítico, os meses entre 46 e 45. Cícero, o Jovem é citado com mais frequência a partir do segundo semestre de 45, quando decidiu se juntar às tropas cesaristas na Hispânia - as quais ainda reprimiam os apoiadores de Pompeu na região. A viagem, desaprovada por Cícero, por algum motivo não especificado não ocorreu. Diante dos planos frustrados, o filho optou por seguir para Atenas e dedicar-se aos estudos filosóficos. Parte dos recursos destinados aos filhos, isso também abrangia Túlia, eram alcançados por meio do rendimento de propriedades que pertenciam à Terência. Logo, quando houve o divórcio, foi mais difícil para Cícero seguir com sua responsabilidade, assim ele demonstrou incertezas sobre a partida de seu filho. Realmente, complicações financeiras surgiram e foram a lealdade e benevolência de Ático as responsáveis por estruturar Cícero. A forma como tudo foi submetido à gerência experiente

do financista aludido e à confiança depositada nele é anunciada desde as primeiras decisões da viagem; Cícero tinha conhecimento sobre suas fontes disponíveis para financiar a partida de seu filho, mas encarrega Ático de resolver todos os detalhes e eventuais problemas com Cícero, o Jovem (Cíc., *Att.* XII. 32).

Através da carta 47, do livro 13, enviada em agosto de 45, percebemos que Cícero estava ciente das dificuldades iniciais que seu filho sofria no seu primeiro ano em Atenas. Utilizou-se de recursos poéticos, com uma referência inicial à tragédia grega Ifigênia, elemento estilístico relevante nas mensagens em que se almeja evitar criar interpretações ambíguas. No primeiro capítulo desta Dissertação, observamos, a partir de Von Albrecht (2002, p. 55), que elas são mais recorrentes nos contatos formais, mas também podem surgir nas correspondências de Cícero para Ático. Adentrando o registro epistolar, encontramos a preocupação de Cícero com seu filho e seu pedido para o equestre administrar a questão: “Por favor, consiga as informações sobre minhas contas com Pólex. É um terror que meu filho tenha necessidade de dinheiro neste ano, independente da razão.” (Cíc., *Att.* XIII. 47). Assim como a construção do santuário de Túlia estava ligada à própria imagem pública de Cícero, fornecer as melhores condições para seu filho era um assunto que envolvia a sua própria *dignitas* e *auctoritas* e a leitura que propomos se baseia na urgência com que o assunto é exposto, com apelos aflitos ao amigo. É evidente como Cícero confia no patrocínio de Ático; advogamos que a profunda relação de amizade lhe servia como garantia de que o equestre não pouparia esforços para proteger a sua reputação. E ele parece obter sucesso, pois Cícero não relata desilusões quanto a isso. Vemos, então, que, frente à necessidade, a *amicitia* de ambos funcionou como uma ferramenta de proteção ao arpinate. É sob essa perspectiva que interpretamos o trecho:

Agora peço encarecidamente [...] que você não deixe faltar absolutamente nada para ele. Para mim, isso é um assunto de dever, reputação e de prestígio. Sei que compartilhamos a mesma ideia [...] Rogo que você faça todo o possível para que o mantenhamos com uma renda honrável e generosa (Cíc., *Att.* XIV. 7).

Dando continuidade, um desvio dos aluguéis de Argileto e Aventino registrado por Ático prejudicou o pagamento da parcela anual das despesas de Cícero, o Jovem. Ao tomar conhecimento do ocorrido, Cícero dedicou-se em suprir os gastos do filho por meio de empréstimos, contando também com o suporte financeiro de Ático (Cíc., *Att.* XIII. 32; XIV. 7; XIV. 11; XIV. 16; XV. 15). Assim como verificamos em outras ocasiões, uma delas sendo o santuário de Túlia, novamente a amizade com Ático garante a Cícero benefícios monetários. Na carta 17, presente no livro 15, o arpinate reconhece estar impondo uma responsabilidade

considerável sobre Ático e pede desculpas, contudo reconhece todo o trabalho exercido pelo financista e o seu comprometimento com a circunstância (Cíc., *Att.* XV. 15). O arpinate atende às exigências da *amicitia* e da comunicação epistolar, comportando-se de maneira grata. Ele não assume nenhum compromisso ou retribuição direta com Ático nessas mensagens, no entanto recordemos o potencial político e social contido na *voluntas mutua* - apresentada no princípio desta seção. Nesse contexto, além de colaborar financeiramente nos primeiros momentos, ganha destaque a intermediação exercida por Ático entre suas redes financeiras na Grécia e Cícero. Segundo o que já foi exposto sobre a vida política e financeira de Ático, propomos que os seus círculos financeiros fora do território italiano se mantinham ativos. Ao analisarmos as afirmações feitas por Nepos e os enquadramentos oferecidos nas missivas ciceronianas, afirmamos que Ático se dedicava à manutenção dos laços conquistados e era valorizado por seus pares. Isso explica a sua agilidade em articular os empréstimos de Cícero e transferi-los para as contas de seu filho e, dentro do conjunto, o seu acesso rápido a dinheiro em Atenas, feito por meio de seu contato financeiro, um administrador chamado Jenão (? - ?)¹¹⁸ (Cíc., *Att.* XIV. 16; Cíc., *Att.* XVI. 1). Outro empréstimo organizado por Ático é descrito na vigésima carta do décimo quinto livro. Demonstrando conhecimento aprofundado das riquezas de Cícero, Ático apontou-lhe a necessidade de conseguir 200 mil sestércios para os pagamentos de seu filho, ao menos até Quinto quitar sua dívida com o irmão. A função de conseguir e viabilizar o repasse do dinheiro ficou sob o encargo de Ático (Cíc., *Att.* XV. 20). Posteriormente, o financista informa Cícero que o crédito foi conseguido e, outra vez respeitando os protocolos das trocas amigáveis, o arpinate agradece e demonstra apreço pelo trabalho realizado (Cíc., *Att.* XVI. 1). O gesto de agradecimento é relevante, pois reforça a consciência de que esse apoio é registrado e deverá contar para benefício da outra parte quando necessário.

Constatamos que Ático não aparece apenas como um solucionador dos problemas familiares de Cícero, ele também exerce o papel de intermediário em outras tratativas. Foi observada, nos parágrafos precedentes, a relevância desse financista nos desdobramentos creditícios de Cícero, atuando na proteção da imagem pública do arpinate, bem como intermediador nos assuntos financeiros com raiz familiar, como o dote de sua filha e as consequências pós-matrimoniais. Nas cartas de 44, as discussões a respeito das propriedades e seus rendimentos se tornam comuns, e já destacamos algumas delas ao debatermos a crise patrimonial vivida por Cícero. No contexto aludido, o arpinate aborda os lucros e as reformas

¹¹⁸ Mencionado apenas na ocasião dos negócios a Cícero, o Jovem, não há detalhes sobre quem seria e como atuava Jenão.

nos terrenos recebidos pela herança de Clúvio, assinalada por nós anteriormente. Ao fazê-lo, pedindo por detalhes relacionados aos seus negócios, ele admite que Ático é capaz de administrar os seus fundos com mais diligência do que ele próprio, “Sobre o assunto com Clúvio, já que você demonstra mais diligência nos meus assuntos do que eu mesmo, a quantia chegou a cem mil.” (Cíc., *Att.* XIV. 11). Ao registrar o cuidado do equestre com seus rendimentos, Cícero oferece-nos a perspectiva de quão dedicado era Ático ao tratar de seus assuntos financeiros. Diante disso, retomamos a ideia de Ático como um grande administrador antigo e, plausivelmente, bem reconhecido por sua atuação. Essa noção poderia reduzir a centralidade da amizade na justificativa da atuação financeira de Ático no patrimônio ciceroniano, se não fosse pelos elementos de benevolência, confiança, companheirismo ressaltados por Cícero a cada serviço recebido de seu amigo. Nesse ínterim, afirmamos haver um aspecto íntimo no cuidado financeiro de Ático para com Cícero. No momento em que a tensão com Marco Antônio chegou ao ápice e Cícero escolheu se retirar de Roma, sua atividade financeira na cidade ficou sob a supervisão de Ático e, recorrendo ao amigo para liquidar seus compromissos creditícios, Cícero pede acima de tudo a proteção de seu crédito e reputação - zelo presente no vínculo entre amigos:

Mas, por favor, meu querido (você percebe meu tom amável?) enquanto você estiver em Roma, transacione, ordene e cuide de todos os meus negócios, não dependa de meu retorno. Porque mesmo que eu deva o suficiente para lidar com meus credores, no entanto, muitas vezes acontece que os devedores não me pagam em dia. Se isso não acontecer, coloque minha reputação acima de tudo, mantenha o meu crédito não apenas com um novo empréstimo, mas também vendendo se for necessário (Cíc., *Att.* XVI. 2)

Na passagem extraída, interpretamos a escolha do vocativo “meu querido” para se referir a Ático, além da expressão latina *amabo te*, aqui traduzida por Rodríguez-Pantoja Marquéz (1996) como “por favor”, como indicativos de um discurso polido. Recuperando o que debatemos no primeiro capítulo, segundo Hall (2009), a comunicação epistolar antiga se valia de recursos e estruturas cordiais diversas a fim de garantir maior eficácia no contato. Sob nossa perspectiva, Cícero compreende a relevância e o peso que seu pedido tinha para Ático. Percebemos um reconhecimento similar no período em que acionou o amigo para apoiar a estadia de Cícero, o Jovem na Grécia - atitude observada nos parágrafos acima. O emprego dessa estrutura é feito antes de oferecer uma importante independência e solicitar o serviço do equestre: assistir todos os negócios de Cícero em Roma durante a sua ausência. Na próxima carta do mesmo livro, a número dois, o arpinate se concentra em responder a tópicos levantados por Ático em alguma mensagem anterior, assim repassa as notícias de seus

devedores e acordos. Desdobrando os tópicos, ele também responde a instruções feitas pelo equestre sobre consultar Jenão e se mostra pronto a atendê-las, “[...] agirei conforme suas instruções e averiguarei com Saufeu e Jenão aquilo que você me escreveu.” (Cíc., *Att.* XVI. 3). A última carta enviada a Ático é datada em novembro de 44, na qual o remetente revela a sua desilusão com os eventos da República e, citando Hipócrates (460 - 370)¹¹⁹, argumenta não haver razões para tentar remediar casos desesperados. Em contraste do desânimo político, Cícero demonstra força em defender o seu patrimônio abalado; sendo Dolabela um de seus devedores, ele abre a discussão com Ático sobre a possibilidade de cobrar o débito por meio de mandatários. A dúvida em prosseguir com essa ideia envolve-o, pois o arpinate considera essa uma alternativa vergonhosa para ambos os lados. Ressaltamos, portanto, a importância dada à opinião de Ático sobre suas decisões econômicas, o que argumentamos estar relacionado à experiência e lealdade ofertadas por ele a Cícero. Assim, ele finaliza: “Sobre esse assunto, gostaria que me escrevesse qual é a sua opinião. E não tenho dúvidas de que administrará tudo isso com a devida delicadeza.” (Cíc., *Att.* XVI. 15).

De forma objetiva, Cícero não ilustra nenhuma vantagem política ou econômica alcançada por Ático através das atividades assumidas por ele. Contudo, rememoremos tratar-se de uma sociedade baseada no senso de *voluntas mutua* e, de forma mais especial, de uma relação originada na amizade virtuosa. Desse modo, os agradecimentos enviados por cada ato prestado, sem dúvida, resultaram úteis no convívio público. Em paralelo ao sentimento de cuidado e incentivo à prosperidade mútua comum à amizade, já elucidado em nossos argumentos, também estava no horizonte das conexões amigáveis a consciência de que esses serviços deveriam ser retribuídos material ou imaterialmente. Logo, apesar de não explicitados na documentação ciceroniana analisada, sob nossa leitura, é razoável supor que as ações do equestre lhe trouxeram frutos positivos. Um exemplo disso é a defesa pública dos credores feita por Cícero em seu consulado, como citado nas páginas 134 e 135, além da valorização da imagem de Ático e as homenagens prestadas a ele, conforme se nota na dedicatória do discurso *De Amicitia*.

As circunstâncias de instabilidade levam os indivíduos de uma rede interdependente a demandarem mais de seus aliados. Diante de tal percepção, defendemos que as correspondências desses períodos revelam de forma franca as funções excetuadas por Ático ao amigo e o nível da dependência que possuía Cícero. Como seus contemporâneos, sendo

¹¹⁹ Trata-se de um médico grego clássico, conhecido por categorizar e estudar as doenças físicas de maneira separada à religião. Ele é interpretado por leitores antigos posteriores como o líder da escola médica hipocrática (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 687-688).

Ático um exemplo nítido, Cícero possuía outros agentes ou libertos que o auxiliavam na administração de seus bens - são mencionados com certa recorrência Marco Túlio (? - ?) e Filótimo (? - ?)¹²⁰ ambos respondiam ao arpinate (Cíc., *Att.* VIII. 1; VIII. 11b; X. 7; XIII. 33). No entanto, as grandes responsabilidades eram confiadas à supervisão de Ático. Os serviços realizados pelo financista, expressos nas passagens, variam entre intermediação de crédito, vendas e compras de propriedades e dívidas em nome de Cícero, patrocínio em momentos de profunda escassez, representação geral dos interesses financeiros, etc. Constatamos, sobretudo, a transitividade de Ático entre os assuntos mais formais, como o recebimento ou transferências de heranças ou pagamentos com terceiros, e aqueles ligados a uma raiz familiar, o que, segundo defendemos, atribui um tom íntimo a algumas das solicitações, um gesto que não se estende indistintamente.

Elaboramos como hipótese deste trabalho se os intercâmbios políticos e econômicos executados por Cícero e Ático se davam no âmbito da relação de amizade cultivada por eles. Nesse trajeto, considerando a relação intrínseca entre riquezas e imagem pública à época, debruçamo-nos sobre o apoio de Ático dispensado a Cícero nas crises que este atravessou e percebemos que as transações de compra e venda, direcionamentos financeiros, somas ofertadas no seio do vínculo não se configuravam correspondências meramente comerciais, mas eram direcionadas pela *amicitia*. Os apelos enviados para conseguir o suporte do amigo, em especial, nas atividades mais delicadas e que - possivelmente - fugiam do habitual a ser solicitado, vinham acompanhados de estruturas de cordialidade. Além disso, Cícero se preocupou em responder ao suporte recebido sempre com gratidão e reconhecimento, elementos indispensáveis para a harmonia do vínculo. Embora o arpinate não tenha demonstrado abertamente tal limite no *De Amicitia*, a benevolência do equestre nos assuntos econômicos de Cícero e o apreço recebido como resposta aos serviços prestados, característicos da relação de amizade, são explicitados nos debates financeiros das correspondências. Com fundamento nas análises desenvolvidas até aqui, portanto, aventamos que as disponibilidades financeiras encontradas por Cícero em Ático achavam-se respaldadas pela *amicitia*.

¹²⁰ Não deve ser confundido com o agente de Terência que possuía o mesmo nome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento deste trabalho, um de nossos objetivos foi entender os benefícios econômicos que circundavam a relação cultivada por Cícero e Ático. Com efeito, buscamos discutir a importância da sociabilidade financeira exercida dentro e fora deste vínculo de amizade e a relevância da mesma nos momentos de instabilidade. Seleccionada a documentação para esta análise, isso é, as missivas *ad Atticum*, o discurso *De Amicitia* e a biografia *Vita Attici*, questionamentos específicos foram apresentados e foram cruciais para a verificação de nossa hipótese; foi averiguada a presença política e financeira de Cícero nos anos após seu exílio, visamos discutir os eventos que provocaram abalos em suas riquezas; investigamos a interdependência financeira de Cícero e a posição central ocupada por seus *amici* à sua estabilidade; além disso, defendendo a individualidade política e econômica de Ático, apuramos a origem de seu patrimônio e atividades de financiamento, particularmente interessados em abordar os serviços financeiros prestados a Cícero. Embora cientes de que este tema de investigação não encontra seu fim, como qualquer outro objeto, com os argumentos desenvolvidos no decorrer desta Dissertação, construímos um raciocínio em direção à nossa hipótese. Nesse viés, depois de indagarmos sobre a natureza e as vantagens contidas nos cuidados patrimoniais fornecidos por Ático a Cícero durante suas mais graves crises, sustentamos que tais serviços não aconteciam em um campo à parte da *amicitia*, mas sim compreendia uma das faces da própria amizade.

O estudo do mundo econômico no período tardo republicano constituiu um elemento central nesta pesquisa, em particular com análises sobre as relações socioeconômicas da segunda metade do século I. O distanciamento atual do campo econômico na historiografia nacional e internacional é notável, no entanto, defendemos que as práticas econômicas estavam imbricadas com a cultura, política e religião. Logo, mesmo que exista uma dificuldade maior em traçar a configuração econômica de períodos antigos, esse recuo prejudica o campo do estudo histórico. A adequada compreensão do contexto em que se enquadra a documentação e, como nos orienta metodologicamente Maingueneau (1992), auxilia-nos a acessar com mais criticidade o conteúdo e as perspectivas apresentadas por cada autor. Dessa forma, como pudemos depreender, a dinâmica creditícia articulada por Ático em nome de Cícero se encontra em uma extensa cadeia de interações e sofre as consequências das oscilações externas. Assim, parte das dificuldades patrimoniais vividas pelo arpinate tinha suas raízes em acontecimentos que independem de sua ação direta, como ocorreu em 48, durante a Guerra Civil. As dívidas acumuladas por ele, também, são percebidas dentro do

cenário à época. De modo similar, colorimos o espaço de negociação comum a Ático e distinguimos as características das relações exclusivamente financeiras, levando-nos a interpretar seu exercício financeiro com mais precisão. No âmbito deste trabalho, portanto, abordamos as estruturas e instrumentos financeiros nos quais estavam inscritos Cícero e Ático, o que contribuiu para a identificação do intercâmbio econômico mantido por eles.

Naquilo que diz respeito ao conceito de sociabilidade, apresentamos a sua indispensabilidade para a realização pública na República Romana, fosse para a ascensão individual ou coletiva de aliados. O exercício do poder durante o século I estava vinculado às redes interdependentes, as interações informais face a face ou epistolares determinavam decisões senatoriais, apoio para eleições, comandos em campanhas decisivas, etc. Diante dessas considerações, defendemos em nosso estudo a importância da sociabilidade para a realização econômica das elites romanas. As relações estabelecidas por meio da confiança (*fides*) eram mais equilibradas e favoreciam o estabelecimento de compromissos monetários. Na natureza variada das conexões recorrentes chamamos a atenção para a *amicitia*, descrita por Cícero como um presente dos deuses aos homens bons. Originada no afeto mútuo, ela tinha como propósito conduzir os virtuosos à plena realização de suas qualidades. Embora não fosse seu objetivo, benefícios poderiam surgir dentro da amizade romana. Contudo, conforme problematizamos, Cícero não caracteriza quais os favores cabíveis; seriam possíveis, então, apenas trocas morais? Quando cruzamos as declarações teóricas contidas no *De Amicitia* com a prática contida na comunicação epistolar, entendemos que não. Portanto, assim como outras categorias de conexões interpessoais, a *amicitia* era uma facilitadora à vida econômica na Roma republicana.

Em vista disso, e analisando as correspondências de Cícero, concebemos os seus pedidos de ajuda e responsabilidades monetárias atribuídas a Ático como uma face da *amicitia* nutrida por ambos. Sob nossa perspectiva, liberdade para fazer solicitações complexas e, mais ainda, a confiança depositada no financista estavam pautadas no relacionamento primário que tinham: o relacionamento de amizade. A benevolência encontrada por Cícero nas atitudes de Ático e a gratidão (*gratia*) recebida pelo equestre promoviam um sistema favorável a ambos. As práticas citadas eram características da amizade. Dessa maneira, os desabafos acerca de seus problemas patrimoniais, a segurança em seguir as orientações feitas por Ático, a tranquilidade com a qual encarregava suas transações mais íntimas e comprometedoras, o fato de confiar a sua reputação moral e a de sua família ao equestre tinham sua retribuição em moedas imateriais bastante significativas, ou seja, eram retribuídas com apreço e lealdade. Observamos, também, como as situações de

vulnerabilidade expõem com mais clareza a dependência interpessoal e os serviços baseados em acordos simbólicos ou informais. Os relatos feitos nessas circunstâncias são marcados por discursos de intimidade que nos permitem visualizar a justificativa para tal interação.

Nesta Dissertação discutimos, com ênfase, a sociabilidade financeira praticada por Cícero e Ático. Ao longo desse raciocínio, contemplamos temas caros ao estudo da sociedade na República Tardia, debruçando-nos sobre o sistema financeiro e, concomitantemente, a prática política. O caso analisado compreende uma fase de um espaço complexo de conexões e, apesar dos elementos que lhe são singulares, refletem uma dinâmica importante e comum na vida econômica romana. Portanto, esperamos que a investigação proposta, estruturada na análise documental e metodologias apropriadas, possa em algum grau contribuir para o campo da História Antiga, tanto no estudo das instituições e dos instrumentos econômicos presentes no mundo republicano antigo quanto na compreensão do poder exercido pelas redes políticas e financeiras.

BIBLIOGRAFIA

Documentações textuais

CÍCERO, M. T. **Cartas a Ático**. Introducción, traducción y notas de Juan A. Ayala. México: Universidad Autónoma de México, 1975.

CÍCERO, M. T. **Cartas a Ático**. Introducción, traducción y notas de Miguel Rodríguez-Pantoja Márquez. Madrid: Gredos, 1996.

CÍCERO, M. T. **Sobre a amizade (*De Amicitia*)**. Introdução e tradução de João Teodoro Marote. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.

CÍCERO, M. T. *De Amicitia*. In.: **Cicero in twenty-eight volumes: *De Senectute*, *De Amicitia*, *De Divinatione***. Translated by W. A. Falconer. Cambridge: Harvard University Press, 1923, p.

NEPOS, C. **Life of Atticus**. Introductions, translated and commentary by Nicholas Horsfall. Oxford: Clarendon Press, 1989

NEPOS, Cornélio. Vida de Ático. In: OLIVEIRA, F. (tradução, introdução e notas). **Cornélio Nepos: Vidas de Epaminondas, Catão e Ático**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023.

Obras de Referência

HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A. **The Oxford Classical Dictionary**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MICHAELIS. Dicionário online de português. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PAULY, A. F.; WISSOWA, G. (org.). **Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft: Neue Bearbeitung, unter Mitwirkung zahlreicher Fachgenossen** (v. 1-5). Stuttgart: J.B. Metzlersche, 1928.

PAVÓN, P. (org.). **250 mujeres de la antigua Roma**. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla, 2022.

SALISBURY, J. E. **Encyclopedia of Women in the Ancient World**. Santa Barbara: Cremona Drive, 2001.

Obras Gerais

ANDREAU, J. **Banking and Business in the Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ANDREAU, J. Banking, Money-Lending, and Elite Financial Life in Rome. In.: DARI-MATTIACCI, G; KEHOE, D. (ed.). **Roman Law and Economics**: Exchange, Ownership, and Disputes. vol. 2. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 81- 111.

ANDREAU, J. **Économie de la Rome antique**: histoire et historiographie. Recueil d'articles de Jean Andreau. LE GUENNEC, M.-A.; MARTIN, S. (orgs.). Lyon: Una Éditions, 2021. Disponível em: 10.46608/primaluna4.9782356133731ff. Acesso em: 13 fev. 2024.

ALMEIDA, J. C. Sobre o problema das fontes filosóficas no *Laelius vel De amicitia* de Marco Túlio Cícero. **Filosofia Grega e Helenística**: Encontro ANPOF, p. 258-269, 2015.

ALONSO, A. Tulia. In.: **250 mujeres de la antigua Roma**. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla, 2022, p. 66-67.

ANTÓN, B. La epistolografía roman: Cicerón, Sêneca y Plinio. **Helmantica**, vol.142-143, 1996, p. 106-148.

BANG, P. The Ancient Economy and New Institutional Economics. **The Journal of Roman Studies**, v. 99, p. 194-206, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1979.

BARLOW, C. Banker, Moneylenders, and interest rates in the Roman Republic. Tese (Doutorado em História) - The University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill, 1978.

BARLOW, C. The Roman Government and the Roman Economy, 92-80 B.C. **The American Journal of Philology**, v. 101, n. 2, 1980, p. 202-219. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/294431>. Acesso em: 28 out. 2024.

BARROS, J. D'Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 11, p. 5-51, 2008. Disponível em: https://arquivos.ufrrj.br/arquivos/2020060014d7c9230476289aa59521283/Histria_Econmica._Rephe_2008.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

BELTRÃO, C. Construindo a filosofia “clássica”: Cícero e o epicurismo. **Archai**, v. 30, p. 1-24, 2020.

BELTRÁN SERRA, J. La amistad y el amor en el epistolario de Séneca. **Cuadernos de Filología Clásica - Estudios Latinos**, Madrid, p. 17-41, p. 2008.

BERNARD, J.E. **La sociabilité épistolaire chez Cicéron**. Paris: Editions Champion, 2013.

BOREN, H. The Sources of Cicero's Income: Some Suggestions. **The Classical Journal**, v. 57, n. 1, p. 17-24, 1961.

BONZE, I; GAIA, D. V. A literatura jurídica e a escrita da História Econômica e Financeira Romana: considerações metodológicas. **Laborhistórico**, Rio de Janeiro, v. 8, n.º 2, p. 111-129, 2022

BRAGA, Mayan Rodrigues Melo. **Finanças na Roma tardo-republicana: um estudo das relações entre credores e devedores nas Cartas de Cícero a Ático**. 2018. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BRUNT, P. A. **The Fall of the Roman Republic and Related Essays**. New York: Oxford University Press, 1988.

BYRNE, A. H. **Titus Pomponius Atticus**: Chapters of a Biography. Dissertation (Faculty of Bryn Mawr College, doctor of philosophy), 1920.

CARDOSO, C. Economia e sociedade antigas: conceitos e debates. **Classica - Revista Brasileira De Estudos Clássicos**, n.1, v.1, p. 5-19, 1988.

CARDOSO, C. Flamarion. Existiu uma ‘economia romana’? **PHOÏNIX**, v. 17, n. 1, p. 15-36, 2011.

CIPOLLA, C. **Entre a história e a economia**. Barcelona: Cubierta, 1991.

COFFEE, N. **Gift and gain**: how money transformed Ancient Rome. New York: Oxford University Press, 2017.

COLLINS, A.; WALSH, J. Debt deflationary crisis in the late Roman Republic. **Ancient Society**, v. 45, p. 125-170, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44080005>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CONSOLI, S. *Epistylarvm ad Ciceronem*: Reliquiae. Rome: [S.N.], 1913.

CRAWFORD, M. Money and Exchange in the Roman World. **The Journal of Roman Studies**, v. 60, p. 40-48, 1970.

DE GIORGIO, J. P. L'écriture de soi à Rome: Autour de la correspondance de Cicéron. **Latomus**, Bruxelles, 2015.

DÍAZ FERNÁNDEZ, A.; PINA POLO, F. Managing Economic Public Information in Rome: The Aerarium as Central Archive of the Roman Republic. In.: ROSILLO-LÓPEZ, C.; MORCILLO GARCÍA, M. (eds.). **Managing information in the Roman Economy**. London: Palgrave Macmillan, 2021, p. 43-59.

DIXON, Susan. Family Finances: Tullia and Terentia. **Latomus**, Bruxelles, v. 60, n. 2, p. 78-93, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0066477400003154>. Acesso em: 12 abr. 2025.

DIXON, S. The Marriage Alliance in the Roman Elite. **Journal of Family History**, [S.I.], p. 353- 378, 1985.

DOTY, W. The classification of epistolary literature. **The Catholic Biblical Quarterly**, Vol. 31, No. 2 (APRIL 1969), pp. 183-199. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43712384>. Acesso em: abr. 2023.

DRUCKENMILLER, Jenny D. **Cicero's Letters and Roman Epistolary Etiquette**. 2007. 55f. Dissertação (Master of Arts) - Department of Classics, Graduate School, University of Oregon, Eugene, 2007.

ELLIOTT, C. **Economic Theory and the Roman Monetary Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

ENGEL, Niklas. Corruption and the Public Sphere in Late Republican Rome. **Cultural History**, n. 13, v. 1, 2024, p. 12–28. Disponível em: DOI: 10.3366/cult.2024.0294. Acesso em nov. 2024.

ENJUTO SÁNCHEZ, B. Amistad y relaciones sociales en el Mundo Antiguo. Una aproximación al fenómeno en el mundo griego y romano. **Espacio, Tiempo y Forma, serie II, Historia Antigua**, Madrid, p. 85-96, 2009.

EVERITT, A. **Cicero: The Life and Times of Rome's Greatest Politician**. New York: Random House, 2001.

FERRER MASTRO, J. J. Los contratos públicos y el poder privado en la república romana. **Potestas**, n. 2, 2009, p. 5-35.

FINLEY, M. I. **The Ancient Economy**. California: University of California Press, 1974.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. A moeda na Grécia arcaica e clássica - séculos VII a IV a.C.: arqueologia e mudança cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 14, p. 67-83, 2004.

FLORENZANO, M. B. Borba. **O mundo antigo: economia e sociedade**. São Paulo: Atual, 1995.

FLOWER, H. **Roman republics**. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

FOGEL, J. Can Girls Be Friends? Talking about Gender in Cicero's *de Amicitia*. **The Classical World**, v. 103, n. 1, p. 77-87, 2009.

FÖGEN, Thorsten. Ancient Approaches to Letter-Writing and the Configuration of Communities through Epistles. In.: CECCARELLI, Paola; et. al. (ed.). **Letters and Communities: Studies in the Socio-Political Dimensions of Ancient Epistolography**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 43-80.

FREDERIKSEN, M. Caesar, Cicero and the Problem of Debt. **The Journal of Roman Studies**, v. 56, n. 1-2, p. 128-141, 1966. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/300140>. Acesso em dez. 2024.

GAIA, D. V. Entre a lei e o costume na Roma Tardo-Republicana e Imperial: Em torno de questões financeiras. **Phoînix**, Rio de Janeiro, v. 24, nº. 2, p. 108-123, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.26770/phoenix.v24.2.n6>. Acesso em 12 dez. 2022.

GAIA, D. V. Os poderes públicos e o empréstimo de dinheiro a juros na Roma Antiga. **Phoînix**, Rio de Janeiro, v. 22, nº. 1, p. 123-133, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26770/phoenix.v22.1n6>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GAIA, D. V. Profissionais das finanças na Antiguidade romana: os *faeneratores* no final da República e no início do Império. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, nº. 4, p. 651-660, 2018b. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.224.11>. Acesso em: 16 dez. 2022.

GAIA, D. V. Questões para o estudo da Economia Antiga: Notas para uma discussão. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 1, nº. 1, p. 84-98, 2010.

GALLOWAY, M. **All Things to All Men: Ethos** in Cicero's Post-Ides Correspondence. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos) - Victoria University of Wellington. Wellington, 110f., 2021.

GARCÍA, J. Fulvia. In.: Pavón, P. (org.). **250 mujeres de la antigua Roma**. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla, 2022, p. 59-60.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. **American Journal of Sociology**, [S.I.], v. 1, n. 6, p. 201-230, 1983.

MORCILLO GARCÍA, Marta. Auctions, Bankers and Public Finances in the Roman World. In: Verboven, K.; Vanderpe, K.; Chankowski, V. (ed.). **Pistoi dia ténn technèn**: Bankers, Loans and Archives in the Ancient World. Studies in Honour of Raymond Bogaert. Leuven: Peeters, 2008, p. 201-210.

GARCÍA MORCILLO, M. Mentality, motivation, and economic decision-making in Ancient Rome: Cicero and Tullia's shrine. **Economic History Review**, v. 73, n. 3, p. 623-643, 2020.

GEIGER, J. **Cornelius Nepos and Ancient Political Biography**. Stuttgart, 1985.

GORDON, K. P. **A History of Exile in the Roman Republic**. NY: Cambridge University Press, 2006.

HÄGG, T. **The Art of Biography in Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HALES, S. At Home with Cicero. **Greece & Rome**, Cambridge, v. 47, n. 1, p. 44-55, 2000.

HALL, Jon. **Politeness and politics in Cicero's Letters**. New York: Oxford University Press, 2009.

HARRIS, W. A Revisionist view of Roman Money. **The Journal of Roman Studies**, v. 96, p. 1-24, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20430486>. Acesso em: 09 abr. 2023.

HARRIS, W. The Roman Economy in the Late Republic, 133–31 BC. In.: **Rome's Imperial Economy**: Twelve Essays. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 257-287.

HAROCHE-BOUZINAC, G. **Escritas epistolares**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

HERNÁNDEZ, M. V. *De quaerenda, de collocanda pecunia, etiam de tenda*: Aproximación a la mentalidad productiva en Cicerón. **HABIS**, Zaragoza, v. 25, p. 121-126, 1994.

HERNÁNDEZ, M. V. *Mercator y Negotiator*: ambigüedad y realidad económica en la obra de Cicerón. **Caesaraugusta**, Logroño, v. 66, p. 195-216, 1990.

HOBSON, Matthew. A historiography of the study of the Roman economy: economic growth, development, and neoliberalism. In: PLATTS, H.; PEARCE, J.; BARRON, C.; LUNDOCK, J.; YOO, J. (orgs.). **TRAC: Proceedings of the Twenty-Third Annual Theoretical Roman Archaeology Conference, King's College, London**. Oxford: Oxbow Books, 2014. p. 11-26.

HOLLANDER, D. **Farmers and Agriculture in the Roman Economy**. New York: Routledge, 2019.

HOLLANDER, D. B. **Money in the Late Roman Republic**. Boston: Brill, 2007.

HUTCHINSON, G. O. **Cicero's Correspondence**: A literary study. New York: Oxford University Press, 2002.

JEHNE, M. The Senatorial Economics of Status in the Late Republic. In: Beck, H.; Jehne, M.; Serrati, J. (eds.). *Money and Power in the Roman Republic*. **Latomus**, Bruxelles, v. 355, 2016, p. 188-207.

JONES, R. Cicero's Accuracy of Characterization in His Dialogues. **The American Journal of Philology**, v. 60, n. 3, p. 307-325, 1939.

KAY, P. **Rome's economic revolution**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

KASER, M. **Roman Private Law**. Tradução de R. Dannenbring Muckleneuk: University of South Africa, 1984.

KENTY, J. The political context of Cicero's oration *De Domo Sua*. **Ciceroniana**, on-line, v. 2, n. 2, p. 245-264, 2018.

KONSTAN, D. **A amizade no mundo clássico**. Tradução de M. Fiker. São Paulo: Odisseus, 2005.

LADEIRA, F. **A correspondência de Cícero durante a Guerra Civil**: a crise política romana sob a ótica pública e privada. 2020. 335f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Letras). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

LEACH, E. Absence and Desire in Cicero's "De Amicitia". **The Classical World**, v. 87, n. 2, p. 3-20, 1993.

LÉOVANT-CIREFICE, V. L'influence d'Atticus sur le *De Amicitia*. **Vita Latina**, n. 180, p. 90-97, 2009.

LINDER, Douglas. The Trial of Gaius (or Caius) Verres: An Account. **SSRN Electronic Journal**, sem paginação, 2008. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1305177>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LINDSAY, H. The Biography of Atticus: Cornelius Nepos on the Philosophical and Ethical Background of Pomponius Atticus. **Latomus**, Bruxelles, n. 57, v. 2, p. 324-336, 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41538297>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

LO CASCIO, E. Property Classes, Elite Wealth and Income Distribution in the Late Republic. In.: BECK, H.; JEHNE, M; SERRATI, J. (ed.) Money and Power in the Roman Republic. **Latomus**, Bruxelles, v. 355, 2016, p. 153-164.

LOBUR, J. **Cornelius Nepos**: a study in the evidence and influence. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2021.

LOMAS, K. Vicinitas: Neighbourhoods, Networks and Identities in Ciceronian Italy. **Gerión**, Revista de Historia Antigua, Madrid, vol. 37, n. 1, p. 51-73, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/GERI.63868>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LOMAS, Kathryn. The Weakest Link: Elite Social Networks in Republican Italy. In.: Roselaar, S.T (ed.). **Processes of integration and identity formation in the Roman Republic**. The Netherlands: Brill, 2012, p. 197-215.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In.: LUCA, T. R. de; PINSKY, C. B. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MALHERBE, A. J. **Ancient Epistolary Theorists**. United States of America: The Society Biblical Literature, 1988.

MARCHETTI, S. C. Words and Silence: Atticus as the Dedicatee of *De Amicitia*. **The Classical World**, vol. 103, no. 1, p. 93-99, 2009. Disponível em: www.jstor.org/stable/40599908. Acesso em 18 jul. 2021.

MARIN, P. **Blood in the Forum**: The struggle for the Roman Republic. New York: University of Michigan Press, 2009.

MARTÍN FERREIRA, A. I. Cornelio Nepote: Revisión de un clásico a través de seu público. **Minerva**, n. 18, p. 117-136, 2005.

MARTINO, Francesco de. **História económica de la Roma antigua**. Madrid: Akal, 1985.

McCUTCHEON, R. **An Archeology of Cicero's Letters**: A Study of Late Republican Textual Culture. 2013. 257f. Tese (Doctorate of Philosophy) - Graduate Department of Classics, University of Toronto, Toronto, 2013.

MCDERMOTT, William C. M. Cicero and M. Tiro. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 21, n. 2, p. 259-286, 2nd Qtr. 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4435264>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MÉNDEZ SANTIAGO, B. Servilia. In.: Pavón, P. (ed.). **250 mujeres de la antigua Roma**. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla, 2022, p. 49-50.

MILLAR, F. Cornelius Nepos, 'Atticus' and the Roman Revolution. *Greece & Rome*, v. 35, n. 1, p. 40-55, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/643278>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MOFFITT-BROWN, Madison. **Cicero and His Exploration of Friendship**. Dissertação (Mestrado em História), Honors Program Theses, University of Puget Sound, 2019.

MORAIS, R. De Sula ao “1º triunvirato”: o legado de Crasso e Pompeio Magno. In.: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. de (coord.). **História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César**. [Coimbra]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 363-388.

NICGORSKI, W. Cicero's Distinctive Voice on Friendship: *De Amicitia* and *De Republica*. In.: Von Heyking, J.; Avramenko, R. (ed.). **Friendship and politics: essay in political thought**. Notre Dame: University of Notre Dame, 2008, p. 84-114.

NICHOLSON, J. The Delivery and Confidentiality of Cicero's Letters. **The Classical Journal**, v. 90, n. 1, p. 33-63, 1994.

NICOLET, C. Economy and society, 133-43 B-C. In: CROOK, J. A.; LINTOTT, A.; RAWSON, B. (ed.). **The Cambridge Ancient History**. 2. ed. v. 9. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 599-688.

NICOLET, C. **Rendre à César: Économie et société dans la Rome antique**. Paris: Gallimard, 1988.

NOREÑA, C. Coins and Communication. In.: Peachin, M. (ed.). **The Oxford Handbook of Social Relations in the Roman World**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 1-25.

OLIVEIRA, E. de. O casamento fugaz de Cícero com Publília. **EUPHROSINE**, n. 46, p. 349-362, 2018.

PALMEIRA, M. “A Economia Antiga é um Campo de Batalha”: história social de uma controvérsia erudita. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 38, p. 340-372, 2018.

PAULSON, L. **Cicero and the People's Will: Philosophy and Power at the End of the Roman Republic**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2023.

PERLWITZ, O. **Titus Pomponius Atticus: Untersuchungen zur Person eines einflussreichen Ritters in der ausgehenden römischen Republik**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1992.

PHILLIPS, John. Atticus and the Publication of Cicero's Works. **The Classical World**, v. 79, n. 4, p. 227–37, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/4349870>. Acesso em: 08 abr. 2024

PIACENTIN, S. **Financial Penalties in the Roman Republic**: A Study of Confiscations of Individual Property, Public Sales, and Fines (509–58 BC). Boston: Brill, 2021.

PINA POLO, F. Circulation of Information in Cicero's Correspondence of the Year 59-58 B.C. In.: **Political Communication in the Roman World**. Cristina Rosillo-López (ed.). Boston: Brill, 2017.

PINA POLO, F. *Cupiditas pecuniae*: Wealth and Power in Cicero In.: BECK, H.; JEHNE, M; SERRATI, J. (ed.) Money and Power in the Roman Republic. **Latomus**, Bruxelles, v. 355, 2016a, p. 165-177.

PINA POLO, F. **Marco Tulio Cicerón**. Barcelona: Editorial Planeta, 2016b.

POWELL, J. Cicero's style. In.: STEEL, C. (ed.) **The Cambridge companion to Cicero**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 41-72.

POWELL, J. **Laelius De Amicitia**: Introduction. In.: Cicero: On Friendship and The Dream of Scipio. Oxford: Oxbow Books, 2015.

POWELL, J. The Manuscripts and Text of Cicero's Laelius *de Amicitia*. **The Classical Quarterly**, v. 48, n. 2, p. 506-518, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/639839>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PROST, F. La philosophie cicéronienne de l'amitié dans le Laelius. **Revue de Métaphysique et de Morale**, n. 1, p. 111-124, 2008.

RAWSON, E. **Cicero**: A Portrait. London: Penguin Books, 1975.

RAUH, N. Cicero's Business Friendships: Economics and Politics in the Late Roman Republic. **Aevum**, n. 60, p. 3-30, p. 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20858020>. Acesso em: 18 dez. 2022.

RENDÓN, D. La función de las imágenes en la reflexión filosófica de Cicerón. **Revista de Estudios Sociales**, v. 44, p. 75-90, 2012.

RÍOS SÁNCHEZ, A. J. La epistolografía: Roma y el Renacimiento. **Kañina**: Costa Rica, n. 35, vol. 2, 2011, p. 37-49.

ROLLINGER, C. Beyond Laelius: The Orthopraxy of Friendship in The Late Republic. **Ciceroniana**, v. 1, n. 2, p. 343-367, 2017.

ROSILLO-LÓPEZ, C. Cash Is King: the Monetization of Roman Politics. In: BECK, H.; JEHNE, M; SERRATI, J. (ed.) Money and Power in the Roman Republic. **Latomus**, Bruxelles, v. 355, 2016, p. 26-37.

ROSILLO-LÓPEZ, Cristina. Informal political communication and network theory in the late Roman Republic. **Journal of Historical Network Research**, [S.l.], v. 4, p. 90-113, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25517/jhnr.v4i0.75>.

ROSILLO-LÓPEZ, C. La etiqueta epistolar senatorial en el corpus Ciceroniano: normas sociales e infracciones en el siglo I a.C. **Gerión**, v. 40, n. 1, p. 115-130, 2022a. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/geri.79298>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ROSILLO-LÓPEZ, C.; MORCILLO GARCÍA, M. **Managing information in the Roman Economy**. London: Palgrave Macmillan, 2021, p. 3-20.

ROSILLO-LÓPEZ, C. **Political conversations in Late Republican Rome**. Oxford: Oxford University Press, 2022b.

ROSILLO-LÓPEZ, C. **Political Communication in the Roman World**. Boston: Brill, 2017a.

ROSILLO-LÓPEZ, C. **Public Opinion and Politics in the Late Roman Republic**. New York: Cambridge University Press, 2017b.

ROTONDI, G. **Leges publicae populi Romani: elenco cronologico con una introduzione sull'attività legislativa dei comizi romani**. Napoli: Istituto Editoriale Italiano, 1962.

RUSSELL, Amy. **The politics of Public Space in Republican Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SALISBURY, J. **Encyclopedia of women in the ancient world**. California: *ABC-Clio*, 2001.

SCHEIDEL, W. Approaching the Roman economy. In: SCHEIDEL, W. (ed.). **The Cambridge Companion to the Roman Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 1-21.

SCHEIDEL, W. Demography. In: SCHEIDEL, W. (ed.). **The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 38-86

SCHUBERT, C. Nepos als biograph: Der tod des Atticus. **Rheinisches Museum für Philologie**, n. 158, p. 260-303, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26315639>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SHATZMAN, I. Senatorial Wealth and Roman Politics. Bruxelles: **Latomus**, Bruxelles, v. 142, 1975.

SMUTNY, R. The Sources of Cicero's Income. **The Classical Weekly**, v. 45, n. 4, p. 49-56, 1951.

SOMMER, R. T. Pomponius Atticus Und Die Verbreitung Von Ciceros Werken. **Hermes**, n. 61, v. 4, p. 389-422, 1926.

STEM, R. **The Political Biographies of Cornelius Nepos**. Michigan: University of Michigan Press, 2012.

STEEL, C. **Reading Cicero**: Genre and Performance in Late Republican Rome. Bristol: Bristol Classical Press, 2005.

STEEL, C. **The end of the Roman Republic 146 to 44 BC**: Conquest and crisis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

STEWART, R. Catiline and the Crisis of 63-60 B.C.: the Italian Perspective. **Société d'Études Latines de Bruxelles**, n. 54, v. 1, 1995, p. 62-78.

TAN, James. **Power and Public Finance at Rome, 264-49 BCE**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

TEMIN, P. **The Roman market economy**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

TEMMERMAN, K. Ancient biography and formalities of fiction. In.: Demoen, K.; Temmerman, K. (ed.). **Writing biography in Greece and Rome**: Narrative Technique and Fictionalization. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 3-25.

TEMPEST, K. **Cicero**: Politics and Persuasion in Ancient Rome. New York: Continuum, 2011.

TITCHENER, F. Cornelius Nepos and the Biographical Tradition. **Greece & Rome**, v. 50, n. 1, p. 85-99, 2003.

AMELA VALVERDE, L. Cicerón y los cistóforos (Cic. Att. 2, 6, 2; 2, 16, 4 y 11, 1, 2). **Faventia**, Barcelona, v. 26, n. 2, p. 91-98, 2004.

AMELA VALVERDE, L. Cneo Pompeyo Magno: El defensor de la República romana. Madrid: Signifer Libros, 2003.

VERBOVEN, Koenraad. Faeneratores, negotiatores and Financial Intermediation in Roman World. In: Verboven, K.; Vondorp, K.; Chankowski, V. (ed.). **Pistoi dia ténn technè**: Bankers, Loans and Archives in the Ancient World. Studies in Honour of Raymond Bogaert. Leuven: Peeters, 2008, p. 17-212.

VERBOVEN, K. Playing by Whose Rules? Institutional Resilience, Conflict and Change in the Roman Economy. In: **Complexity Economics**: Building a New Approach to Ancient Economic History. Cham: Palgrave Macmillan, 2021, p. 21-53.

VERBOVEN, K. **The Economy of Friends**: Economic Aspects of Amicitia and Patronage in the Late Republic. Bruxelles, 2002.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.). **História da vida privada**: do Império Romano ao ano mil. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. v. 1, p. 27-132.

VOLK, K. **The Roman Republic of Letters**: Scholarship, philosophy, and politics in the age of Cicero and Caesar. Oxford: Princeton University Press, 2021.

VON ALBRECHT, M. **A History of Roman Literature**: From Livius Andronicus to Boethius. Leiden: Mnemosyne, 1997.

VON ALBRECHT, M. **Cicero's Style**: a synopsis. Boston: Brill, 2003.

VON REDEN, S. Money and finance. In: SCHEIDEL, W. (org.) **The Cambridge companion to the roman economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, 266-286.

WELCH, K. E. T. Pomponius Atticus: A Banker in Politics? **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v. 45, n° 4, pp. 450-47, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4436441>. Acesso em: 10 dez. 2020.

WILLIAMS, C. A. **Reading Roman Friendship**. New York: Cambridge University Press, 2012

WISEMAN, T. P. The Senate and the populares, 69-60 B.C. In.: CROOK, J.; LINTOTT, A.; RAWSON, E. (org.). **The Cambridge Ancient History**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 9, 2008, p. 327-368.

WHITE, P. **Cicero in letters**: epistolary relations of the late republic. New York: Oxford University Press, 2010.

WILSON, Andrew. Raw Materials and Energy. In: SCHEIDEL, W. (ed.). **The Cambridge Companion to The Roman Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 133-155.

WOOD, Neal. The Economic Dimension of Cicero's Political Thought: Property and State. **Canadian Journal of Political Science**, v. 16, n. 4, p. 739-756, 1983.

ZHANG, Xiaoxi. **Cicero's Marital Strategies**: Some Case Studies. 2020. PhD Dissertation – Princeton University, Department of Classics, Princeton, 2020.

APÊNDICE - CATÁLOGO DO *CORPUS* DOCUMENTAL

Abaixo, apresentamos o catálogo desenvolvido para cada uma das documentações utilizadas nesta pesquisa, isso é, o conjunto epistolar destinado a Ático, a biografia escrita por Cornélio Nepos e, por último, o discurso ciceroniano sobre a amizade. Em particular para as cartas, elaboramos quatro categorias: (a) queixas financeiras de Cícero a Ático; (b) solicitações financeiras de Cícero a Ático; (c) os recursos financeiros de Ático, marcada com 8 epístolas; (d) relações de *amicitia*. Ademais, para auxiliar nossa identificação e o acesso do leitor às passagens, empregamos elementos visuais: na coloração vinho são destacadas os comentários e queixas explícitas de Cícero a respeito de sua condição financeira; em amarelo se encontram as passagens nas quais ele solicita informações financeiras, conselhos, faz e pede informes sobre contatos, dívidas, somas de dinheiro. Engloba, também, seus agradecimentos por ajudas financeiras e serviços prestados pelo Ático; em verde estão identificados os comentários acerca dos patrimônios, atividades e interesses econômicos de seu destinatário, o equestre Ático. Nos casos em que ocorram intersecções temáticas, manteremos a cor do principal eixo temático no contato feito, com um recorte do segundo assunto no outro tom de cores. Para as seguintes documentações, uma vez que seus assuntos e objetivos já estão delimitados, não percebemos a necessidade de apresentar categorias para sua classificação. Com efeito, em *Vitta Attici* destacamos os trechos documentais a respeito da trajetória política e financeira de Ático, enfatizando os comentários de Nepos referentes a sua sociabilidade e interações com Cícero. Para *De Amicitia*, catalogamos as definições, características e exemplos oferecidos por seu autor, Cícero, sobre este tipo de relacionamento na Antiguidade. Também foram documentadas as passagens em que ele reconhece as possibilidades de intercâmbios dentro da amizade.

a) *Epistulae ad Atticum*

LIVRO	Nº	ANO	LOCAL	PASSAGENS
-------	----	-----	-------	-----------

4	1	57	Roma	• “Sobre as minhas finanças, como sabe, estou em plena confusão. Ademais, existem certos assuntos familiares que não me atrevo a confiar em uma carta [...] Espero você e rogo que se apresse e venha totalmente disposto a dar-me os seus conselhos. Parece que estou começando a viver uma nova vida. Já estão começando a odiar-me em secreto e a endividar-me abertamente alguns daqueles que me defenderam quando eu estava ausente. Tenho grande necessidade de você.”
4	2	57	Roma	• “Caso eventualmente você receba minhas cartas com menor frequência do que as enviadas a outros, peço que não atribua isso a negligência minha, tampouco às minhas ocupações. Por mais numerosas que sejam, estas não alcançam tal intensidade a ponto de interromperem o caminho para o nosso apreço e meu reconhecimento.” • “Falei diante dos pontífices no dia 29 de setembro; tratei o assunto com todo o cuidado e, se alguma vez fui alguém na arte da oratória - ou mesmo que nunca tenha sido outra coisa -, naquele momento, sem dúvida, a dor e a gravidade da situação me deram certa eloquência.” • “[...] em minha vida privada me encontro em grandes dificuldades. Já sabe com quais gastos e com quais dificuldades estou construindo minha casa.” • “A generosidade de meus amigos já se esgotou sobre esse assunto, o que me produz desonra; o que você percebeu à distância, os seus amigos que estão aqui também percebem. Com o seu apoio e os recursos dessas pessoas, eu teria conseguido tudo com facilidade — se me fosse permitido agir por meio dos meus defensores.”
4	3	57	Roma	• “Em relação ao patrimônio, minha situação é precária. No entanto, a fim de corresponder à generosidade de meu irmão Quinto e, também, não ficar completamente sem recursos, recorri, apesar de sua oposição, à ajuda dos meus

				amigos. Não sei o que decidir em sua ausência a respeito de toda a minha situação. Assim, peço que retorne o quanto antes.”
4	4a	56	Anzio	• “Você comprou uma equipe magnífica. Ouvi dizer que os gladiadores lutaram magnificamente. Se tivesse decidido alugá-los, com os dois últimos jogos já teria recuperado o investimento.”
4	7	56	Arpino	• “Seu dinheiro está suficientemente seguro, eu garanto a você. Porque teme? Qualquer um que houvesse nomeado seu herdeiro (a não ser que fosse Públio) não pode ser um ele não pode ser um malandro maior do que era mesmo? Portanto, você não perderá nenhum dinheiro neste assunto, e você será mais prudente no futuro.”
5	1	51	Menturnas	• “Por isso, preciso que você se empenhe ainda mais para que nenhum novo decreto seja emitido, para que essa nossa saudade não dure mais de um ano.” • “Com relação às garantias financeiras, peço que você as conceda durante sua estada em Roma; há também outras referentes a vendas, como as dos terrenos de Mênio ou Atílio.” • “Quanto a Ópio, tudo foi feito conforme os meus desejos, especialmente porque você lhe concedeu um crédito de oitocentos mil sestércios; quero que esse valor seja pago com dinheiro emprestado, para que eu não tenha que esperar por uma grande cobrança por parte dos meus credores.”
5	4	51	Benevento	• “Você fez bem em explicar a Opio sobre os 800.000 sestércios e, já que você tem Filótimo lá, planeje e resolva as coisas com ele e, se você me estima, cancele a dívida antes da sua viagem; você vai tirar um grande peso de cima de mim.”
5	5	51	Venusia	• “Mas antes de ir, conserte o negócio de 20.000 e 800.000 sestércios. Por favor, pense que isso é o mais importante e necessário: que eu, com a sua ajuda, possa terminar o que comecei com o desejo impulsionado por você.”

6	5	51	51	• “Contudo, já não tenho mais solicitações a lhe fazer, nem assuntos novos a relatar. Tudo o que havia para ser encarregado, já lhe confiei - e sei que, como prometido, você cumprirá.” • “Uma coisa não deixarei de pedir a você é que, enquanto estiver na cidade, deixe resolvida a minha dívida com César.”
9	5	51	51	• “Por favor, me informe o que você está fazendo, onde pretende estar em cada momento, e como deixou meus assuntos em Roma - especialmente aqueles oitocentos e vinte mil sestércios [...] Mas não se esqueça de uma coisa (você está ausente agora, e por isso essa questão não está sendo tratada, mas estará presente a tempo, como me disse): cuide pessoalmente - e também junto aos nossos aliados, especialmente Hortênsio - para que meu ano de magistratura permaneça como está; que nenhum novo decreto seja apresentado [...]”
10	5	51	Atenas	• “Mas, talvez prefira ter notícias minhas. Aqui estão elas: Até este momento não se tem gastado nada do dinheiro público ou privado, nem comigo e nem com nenhum daqueles que me acompanham.” • “[...] não tenho ideia do que está fazendo ou onde está; nunca estive tão mal informado de meus assuntos e não sei o que se revolveu sobre a dívida com César e sobre os assuntos econômicos de Milão [...]”
6	1	50	Laodicéia	• “Mas nosso amigo Gnaeus o suporta com misericórdia; Ele não tem seu capital e se contenta com o interesse e não completo.” • “O que você escreve sobre Filótimo e o pagamento de 20.600.000 sestércios, ele virá para o Chersonese no início de janeiro, mas até agora não ouvi nada dele. Camilo me escreve que tem recebido meu saldo.” • “É verdade que você, com certa ousadia e com o auxílio de Herodes, conseguiu obter de César cinquenta talentos? Pelo que ouvi, essa ação provocou a intensa ira de Pompeu, que acredita que esse dinheiro lhe

				pertencia e que César apenas está se empenhando nas obras do Bosque.”
6	9	50	Atenas	• “Além disso, ele agradeceu você por ter providenciado a instalação das estátuas.” • “Se me aprecia, vigie os planos desse cozinheiro de conta, Filótimo. A respeito da herança de Precio, que é uma grande preocupação para mim - porque verdadeiramente o estimo - não permita nem até mesmo tocá-lo, mesmo que seja pequeno. Você vai dizer que eu preciso de dinheiro por todo o aparato do meu triunfo. Você dirá a si mesmo que, seguindo seu conselho, não vou mostrar uma vaidade louca, nem vou ser tão apático que o rejeite.”
7	1	50	Atenas	• “Eu disse a Terência e também para ele que eu vou depositar em suas mãos as somas para que eu possa reunir elas para a preparação do triunfo que estou esperando.”
7	2	50	Brindis	• “O próprio Cúrio percebeu o quanto você deseja que eu o estime, e estou extremamente satisfeito com ele.” • “Quanto à pequena dívida de Numério, muito obrigado. Estou ansioso para saber o que fez Hortênsio e o que está fazendo Catão.”
7	8	50	Formias	• “O que mais me preocupa é que devo pagar a dívida com César e dar a ele o que planejava usar para meu triunfo. Bem, é ruim dever dinheiro a um inimigo político. Mas isso e outras coisas vamos discutir quando estivermos juntos.”
7	18	49	Formias	• “Meu irmão Quinto está ansioso para pagar-te o que deve, ele o fará por meio de Egnatio [...] mas, nessas circunstâncias, Quinto não tem líquido em casa, nem pode pedir a Egnácio ou tomar emprestado de qualquer lugar. Surpreende que você não tenha percebido essa dificuldade geral [...] e, especialmente sendo você, a quem nunca vi agir de maneira leviana, no entanto, fiquei comovido com a sua queixa.”

8	7	49	Formias	• “Pois bem, eu o prefiro, mas ao Pompeu de então, tal como era — ou como me parecia ser; já este, que foge antes mesmo de saber de quem foge ou para onde, que entregou nossos bens [...]” • “Escrevi a Filótimo sobre as despesas da viagem: que ele as obtenha da Moneta (já que ninguém paga) ou dos seus camaradas, os Ópios. As demais instruções, eu as darei a você.”
9	9	49	Formias	• “Com relação à propriedade de Lanuvio, assim que soube da morte de Fameas, desejei que, caso a república sobrevivesse, algum dos meus a comprasse; no entanto, não pensei em você, que é o mais próximo de todos para mim. Sei, de fato, quanto você costuma buscar por ano e quanto investe em terras, e vi o seu <i>digamma</i> não apenas em Roma, mas até mesmo em Delos.” • “Eu ofereci por ela 500.000 sestércios. Fiz uma oferta neste valor através de um terceiro, quando estava à venda, mas ele não aceitou. Mas, eu acho que agora toda essa propriedade está depreciada por causa da escassez de dinheiro. Se você comprá-lo, seria muito adequado para mim, ou melhor, seria adequado para nós dois.”
10	11	49	Cumas	• “Em relação às questões financeiras (ouço-o muitas vezes falar deles), não é que ele não queira pagar e esteja preocupado por ele. Mas, se Q. Axio não me paga os 12.000 no meu exílio sestércios que emprestei a seu filho e ele reclama da situação atual, e se Lepta e outros fazem o mesmo, confesso que estou surpreso ao saber que Quintus está sendo cobrado pelos 20.000 sestércios. Você deve ver como ele é apressado. No entanto, ele ordenou absolutamente que você seja pago. Você acha que ele está atrasado ou que ele é um avaro em questões de dinheiro? Ninguém é como ele.”
10	15	49	Cumas	• “[...] Funisulano trouxe-me sua carta onde se repete o mesmo informe com mais

				confiança. Dei uma resposta aberta sobre o assunto dele, que o crédito seja dado a você. No entanto, ele ainda não cumpriu suas obrigações, pois me deve uma grande quantia e não é considerado rico. Agora disse que pagará; que um devedor seu se atrasou, mas que possui fundos com ele e irá usá-los para pagar a dívida comigo; pode dar o dinheiro aos mensageiros. Eros, o homem de Filótimo, irá te dizer quanto é.” • “A respeito de meu irmão, você sabe que ele está muito preocupado em devolver o dinheiro que lhe deve, mas ainda não conseguiu receber de Ignácio Rufo. Áxio, envergonhado por conta dos doze mil, me escreveu várias vezes pedindo que eu desse a Gálio tudo de que ele precisasse. E ainda que ele não me tivesse escrito, poderia eu agir de outro modo? Eu prometi a ele mais de uma vez, mas ele queria muito e de uma vez. O dinheiro teria sido muito útil para mim nas atuais circunstâncias.”
10	16	49	Cumas	• “Espero ainda ser seu amigo. Ao desejar isso, somente desejo sua prosperidade, enquanto eu continuar sendo um amigo seu.”
11	1	48	Epiro	• “Mas toda a minha esperança de manter meu bom crédito e minhas propriedades particulares, coloquei em sua comprovada benevolência comigo. Se você me mostrar nesses momentos de desespero e crise, terei mais coragem para enfrentar os perigos que compartilho com os outros; Eu imploro e imploro que você faça isso.” • “Com uma carta de câmbio, você pode facilmente proteger meu crédito.” • “Se eu não tivesse achado que estava tudo resolvido — confiando, como você bem sabe, naquela pessoa em quem já há muito tempo depus confiança demais [...]” • “De novo, eu imploro que você se encarregue de me proteger em tudo, de modo que se forem salvos aqueles que estão comigo, eu também seguirei ileso e

				terei certeza que devo a minha salvação à sua benevolência.”
11	2	48	Epiro	• “[...] como me disse, esta herança é suficiente para proteger meu crédito e meu bom nome, ainda que me dê conta que, mesmo sem ela, você teria me protegido com seus próprios recursos.” • “A respeito do dinheiro que eu tinha na Ásia, retirei quase a metade. Parece-me que estará mais seguro onde está do que nas mãos dos publicanos.” • “Sobre o dote, por todos os deuses, peço que se encarregue do assunto e proteja minha infeliz filha, vítima da minha culpa e negligência. Caso ainda restem recursos meus, utilize-os; e, se possível, também os seus próprios, desde que isso não lhe cause incômodo.” • “Nada me falou dos 60.000 sestércios que você menciona, nem que foram deduzido do dote [...] Recebi de seus agentes 20.000 sestércios e os vestidos que necessitava.”
11	3	48	Acampamento de Pompeu	• “Ambas as alternativas são perigosas; por um lado corro o risco de perder uma soma tão grande neste momento tão difícil e, por outro, uma ruptura com Dolabela [...] Por isso, como nos demais assuntos, e muito mais neste, confio a decisão deste problema em sua amizade e benevolência, e a consideração e desejo da pobre Túlia. Eu teria atendido melhor à pobre, se desde o início tivesse tratado pessoalmente com você, e não por escrito, sobre minha segurança e meus bens.” • “De qualquer forma, há muitas circunstâncias particulares - que, sem dúvida, você percebe o quão graves são - e que eu teria facilmente podido evitar. Ainda assim, não pesarão tanto se, como tem acontecido até agora, elas forem suavizadas por sua colaboração e empenho comigo.” • “O dinheiro está com Ignácio [...] ainda careço completamente de tudo, porque a pessoa que é minha atual companhia também se encontra em apuros. Eu fiz um

				empréstimo a ele, com a grande esperança de que, quando tudo estiver arranjado, isso me traga tanta honra com ganhos financeiros.”
11	4a	48	Dirráquio	• “Com relação ao segundo pagamento, conforme escrevi na carta levada por Pólex, peço que você considere com toda atenção o que melhor convém fazermos.”
11	13	47	Brindis	• “Com relação à aquisição da propriedade em Frúsino, você já conhece meu desejo há bastante tempo. Embora, na época, minha situação estivesse melhor e eu não imaginasse que as coisas chegassem a um ponto tão desesperador, continuo, ainda assim, com o mesmo desejo. Veja de que maneira a compra pode ser realizada. E, por favor, na medida do possível, procure garantir que eu tenha de onde obter dinheiro para as despesas necessárias.” • “Se eu tinha algo disponível, entreguei a Pompeu quando me pareceu prudente fazê-lo. Assim, retirei esse valor com seu administrador e pedi emprestado de outro lugar, logo quando Quinto queixou-se de que eu não lhe havia dado nada - quando, na verdade, ele sequer havia me pedido [...] diga-me o que pode ser feito e o seu conselho sobre tudo isso.”
11	15	47	Brindis	• “Escrevi-te anteriormente que Minúcio só pagou 12.000 sestércios. Gostaria que fizesse o possível para que me seja enviado o restante.”
11	21	47	Brindis	• “Por favor, você verá o que se faz e como se resolve o assunto do testamento. Sobre o dinheiro, Terência me escreveu precisamente o que eu sugeri a você antes e, se for preciso, usarei o dinheiro que você menciona.”
11	24	47	Brindis	• “Quando diz que minha fortuna e a sua estão a disposição de Túlia, acredito na sua, mas qual é a minha? Sobre Terência (deixo de lado as outras coisas, que são incontáveis), o que mais se pode dizer? Você escreveu a ela pedindo que trocasse os doze mil sestércios, esse parecia ser o

				valor restante daquele dinheiro. Porém, ela me enviou apenas dez mil com um bilhete dizendo se tratar de tudo o que havia sobrado. Para mim, se ela foi capaz de subtrair essa quantia tão pequena de um valor já modesto, está bem claro o que fez com aquela quantia maior.”
11	25	47	Brindis	• “Fomos cegos no segundo pagamento; eu teria preferido outra coisa, mas não consideramos isso. Peço que você, desde que seja possível, reúna dinheiro, roupas, utensílios, todo o possível para lidar com essa situação desesperadora.”
12	21	45	Astura	• “Para os jardins, já que está de acordo, reúna a quantia necessária; você conhece minhas contas. A verdade é que, se você receber de Faberio, não teremos dificuldades.” • “Sobre Terência, não posso escrever com mais propriedade do que você. Cumprir meu dever continua sendo, para mim, algo igualmente respeitável. Se algo der errado, prefiro lamentar a conduta dela do que a minha.” • “Tenho que pagar 100.000 sestércios a a esposa de L. Lolio. Eros disse que não pode fazer comigo estando ausente, eu suponho porque se deve aceitar e oferecer alguma avaliação. Desejo que eu o tivesse dito, pois se o assunto já está pronto para um arranjo, como você me escreve, e se você não está me enganando neste ponto, eu poderia ter lidado com você. Por favor, descubra e faça alguma coisa.”
12	25	45	Astura	• “Por isso, de onde posso retirar mais dinheiro? Pode retirar de Hermógenes 600.000 sestércios, especialmente se o dinheiro é necessário; e vejo que também disponho de outros 600.000. Com o restante terei que pagar os acréscimos de Sílio [...] Algo deverá também vir de outros lugares. Encarregue-se de tudo.”
12	34	45	Astura	• “Aprecio de uma maneira extraordinária sua benevolência, diligência e prudência quando você cuida dos meus negócios e

				apresenta os seus planos em nossas cartas.”
13	27	45	Astura	• “Farei como me disse sobre meu filho, deixando o tempo a sua própria escolha. Por favor, procure fazer com que ele receba uma carta de troca pelo valor que necessita.”
13	32	45	Astura	• “Por favor, proponha a Marco, se achar justo, cobrir as despesas de sua viagem com os aluguéis de minhas propriedades em Argileto e Aventino; com isso eu poderia estar totalmente satisfeito, se soubesse que ele ficaria em Roma e montaria uma casa, como estava pensando em fazer; depois de fazer essa proposta a ele, gostaria-me de organizar tudo para que possamos proporcionar o que for necessário dessas rendas.”
13	1	45	Túsculo	• “Quanto ao dinheiro, vejo que você coloca todo o seu esforço, ou melhor dizendo, que já o colocou. Se conseguir, deverei a você os jardins. A verdade é que não existe outro tipo de propriedade que eu prefira, principalmente, claro, levando em conta a razão pela qual comecei com isso. Certamente não há outro tipo de propriedade que eu prefira [...]”
13	3	45	Túsculo	• “Eu, certamente, aprovo todos esses títulos de crédito, até o ponto de que só me preocupa o fato de que você parece duvidar. Não vejo com bons olhos, de fato, essa ideia de te remeter a mim; se eu cuidasse pessoalmente dos meus negócios, não faria nada sem contar com o seu conselho”
13	22	45	Arpino	• “Não culpo seus copistas e também não acuso você. No entanto, eu escrevo sobre outra coisa: Cerelia tem algumas cópias do trabalho, ela o conseguiu por outro meio que não os meus próprios.” • “Quanto a isso de citar meus devedores por delegação, muito bem. Me faz mal saber que você está tendo dificuldades por causa do terreno de Ovia.”

				• “Não havia nenhuma razão para que citasse o secretário Túlio; se houvesse, eu teria dado instruções, pois não há nada depositado com ele para cumprir um voto, mas sim alguma quantia com o meu secretário; foi isso que decidi destinar a esse assunto..”
13	23	45	Túsculo	• “Porém, Trebácio disse que todos estão aproveitando-se desse desconto. O que acredita que vão fazer meus devedores? Conhece a classe de gente que são. Por isso, atue no assunto discretamente. É incrível o pouco que me preocupo dessas coisas. Asseguro-te solenemente e gostaria que acreditasse, que minhas pequenas propriedades me geram mais preocupação que prazer e me dói muito não ter a quem deixá-las.”
13	41	45	Túsculo	• “Ele também disse que Cluvio havia deixado para Terência um legado de 50.000 sestércios, para a sepultura e outras coisas, mas nada para mim.” • “Entregarei a Quinto tudo o que sobrar depois de pagar minhas dívidas e as comprar, que acredito que irão me endividar ainda mais. Não sei nada sobre a casa do Arpino.”
13	47	45	Túsculo	• “Por favor, consiga as informações sobre minhas contas com Pólex. É um terror que meu filho tenha necessidade de dinheiro neste ano, independente da razão. Vou lidar com isso com mais cuidado mais tarde.”
14	7	44	Formias	• “Agora peço encarecidamente [...] que você não deixe faltar absolutamente nada para ele. Para mim, isso é um assunto de dever, reputação e de prestígio. Sei que compartilhamos a mesma ideia [...] Rogo que você faça todo o possível para que o mantenhamos com uma renda honrável e generosa.”
14	10	44	Cumas	• “Estou me ocupando, como é meu dever, e o seguirei fazendo, de seu assunto Butroto. Pergunta-me se a propriedade de Clúvio chega a 100.000 sestércios ao ano. Parece

				que sim, pois no primeiro ano líquido 80.000.”
14	11	44	Puteoli	• O que me diz sobre Marco me alegra; gostaria que tudo fosse bem. Agradeço-te muitíssimo que tenha se preocupado e que ele tenha meios abundantes para viver e para o luxo e peço-te de novo que siga fazendo.” • “Sobre o assunto com Clúvio, já que você demonstra mais diligência nos meus assuntos do que eu mesmo, a quantia chegou a cem mil; o desabamento não diminuiu o valor; na verdade, cogito se agora isso não fez com que se tornasse mais lucrativa.”
14	16	44	Puteoli	• “Agradeço-te imensamente por ter escrito a Jenão. Trata-se, para mim, de um dever e de uma questão de reputação zelar para que nada falte a Marco.”
15	15	44	Astura	• “Como pode ver, minha viagem se vê impedida pela maneira que Eros conduz meus negócios. Pois, ainda que ele tenha me apresentado uma balança favorável no dia 5 de abril devo ter muito muito dinheiro, porém ele precisou fazer um empréstimo e eu quero que a renda desses rendimentos seja reservada para a sepultura.” • “Por isso, por favor, faça o possível para ele receber [Cícero, o Jovem] a quantia que necessita. Assim, ele ao menos garantirá os gastos anuais em Atenas (se eu pudesse, não lhe atrapalharia assim).”
15	17	44	Pompéia	• “Por favor, meu querido Ático, proporcione a meu filho o dinheiro que acredita ser conveniente e perdoa-me que te imponha essa responsabilidade. Mas, agradeço profundamente o que está fazendo até agora.”
15	20	44	Túsculo	• “Assim, meu caro Ático (quero que recebas isso com coragem, assim como eu o escrevo), considerando ter anunciado uma morte vergonhosa como a de Cátulo para nós, decidi sair da armadilha, buscando não uma fuga, mas a esperança

				de uma morte melhor. Toda a culpa é do Bruto [...] Portanto, precisamos nos apressar, mas antes necessito seu conselho: eu deveria partir desde Brundísio ou Puteoli?” • “Você escreve que é preciso tomar um empréstimo por cinco meses, ou seja, até o primeiro de novembro, no valor de 200 mil sestércios; pois nesse dia vence o dinheiro que Quinto deve. Gostaria, portanto - já que, segundo afirma Tirão, você não acha conveniente que eu me desloque a Roma por esse motivo -que, se o assunto não lhe for incômodo, veja de onde tirar o dinheiro e o lance a minha conta.” • “O restante averiguarei diretamente com Eros, com mais detalhes, inclusive sobre os aluguéis das propriedades do dote; as quais, se forem pagas pontualmente a Marco — embora eu deseje que ele tenha mais conforto —, ainda assim, ele praticamente não passará necessidade.” • “Na verdade, vejo que eu também preciso de dinheiro para a viagem; eu pagarei à medida que forem chegando as rendas das propriedades, embora eu precise do valor total.”
16	1	44	Puteoli	• “Quanto aos 210 mil, magnífico. É preciso corrigir as contas de meu filho. Óvio acaba de chegar. Ele trouxe muitas coisas que me agradam, incluindo, entre outras mensagens suas, esta, que também não é ruim: ele tem mais do que o suficiente com oitenta mil sestércios, mas Jenão os fornece muito lentamente e com mesquinha”
16	2	44	Puteoli	• “Mas, por favor, meu querido (você percebe meu tom amável?) enquanto você estiver em Roma, transacione, ordene e cuide de todos os meus negócios, não dependa de meu retorno. Porque mesmo que eu deva o suficiente para lidar com meus credores, no entanto, muitas vezes acontece que os devedores não me pagam em dia. Se isso não acontecer, coloque minha reputação acima de tudo, mantenha o meu crédito não apenas com um novo

				empréstimo, mas também vendendo se for necessário.”
16	3	44	Pompéia	• “Quanto a Jenão, averiguarei pessoalmente, embora não creia que ele tenha agido com negligência ou mesquinharia. Quanto a Herodes, agirei conforme suas instruções e averiguarei com Saufeu e Jenão aquilo que você me escreveu.” • “Mas, o que mais me preocupa são as contas vindas dos meus atrasos; embora já estejam em ordem, a dívida de Dolabela está entre essas e os devedores que agora configuram devido à transferência me são desconhecidos, estou preocupado e não há nada que me angustie mais. Assim, não me parece ter cometido um erro ao escrever com toda clareza a Albucio que, caso ocorra algo como uma discrepância no pagamento das dívidas, ele tente me ajudar e que, inclusive, encarrego você, caso isso aconteça, de entrar em contato com ele. Você o fará se achar conveniente, e ainda mais se for para o Épiro.”
16	5	44	Puteoli	• “Estou esperando a carta de Nepos. Verdaderamente deseja meus livros? Por que parece que os temas que tanto me interessam não são dignos de serem lidos.” • “Não há nenhuma recopilação de minhas cartas, mas Tirão possui cerca de setenta e algumas outras podem ser retiradas com você. Devo estudá-las e corrigi-las. Então, por fim, poderão ser publicadas.”
16	15	44	Arpino	• “E quanto à soma, quero cobrá-la com absoluta veemência e severidade. Admito que, ao que parece, recorrer aos fiadores é, de certa forma, 'mal visto', gostaria que considerasse o seguinte: podemos, sem recorrer aos fiadores, chamar seus mandatários a juízo. Eles não entrarão em litígio e, se o fizerem, sei bem que os fiadores serão liberados. Mas também considero vergonhoso para ele que seus mandatários não paguem sob o pretexto de que a dívida está devidamente regulada, e julgo adequado à minha dignidade fazer valer meu direito evitando ao máximo sua

				desonra. Sobre esse assunto, gostaria que me escrevesse qual é a sua opinião. E não tenho dúvidas de que administrará tudo isso com a devida delicadeza.” • “Portanto, adeus ao que ficou para trás; o que me preocupa agora é o meu patrimônio. Mas... que patrimônio? Antes de tudo, deve vir minha reputação. Pois, embora muitos me devam, não tenho sequer recursos para pagar a Terência. E você sabe também decidi pagar vinte e cinco mil sestércios a Montano. Marco pediu, com muita delicadeza, que eu lhe concedesse o crédito necessário. Eu, com a maior generosidade, sabendo que você aprovava, prometi e pedi a Eros que separasse o valor. Porém, além de não tê-lo feito, Aurélio acabou sendo forçado a pegar o dinheiro emprestado com juros completamente abusivos. Quanto à dívida de Terência, Tirão escreveu dizendo que o dinheiro viria de Dolabela. Acho que ele entendeu errado [...] ou, mais provavelmente, não entendeu nada. Afinal, você me repassou a informação de Conceio sobre o dinheiro, e Eros também disse praticamente as mesmas palavras.” • “Assim, sobre as demais coisas escritas com tanta gentileza, não foi possível responder como de costume, com o ânimo tão perturbado. Estou compartilhando esta preocupação que agora me angustia, para que juntos possamos resolvê-la. Por quais meios, claro, já tenho em mente, mas nenhuma decisão firme será tomada antes de nos encontrarmos pessoalmente.”
--	--	--	--	---

APÊNDICE 2 - <i>De Amicitia</i> (44 A.E.C.)	
Parágrafos e linhas	Trecho documental destacado
I.2	“Você, Ático, deve se lembrar - tanto mais que era muito ligado a Públio Sulpício - de qual não foi a surpresa e o pesar do povo, quando se soube que esse homem, tribuno da plebe, havia declarado ódio mortal a Quinto Pompeu, então cônsul, de quem ele havia sido aliado fiel e amigo íntimo.”
I.3	“[...] Cévola mencionou o fato e nos contou as ideias que Lélcio havia exposto sobre a amizade, a ele e a seu outro genro, Caio Fânio [...] Guardei em minha memória a lembrança dos pensamentos expressos nessa conversa, e os relatei com uma certa liberdade [...]”
I.4	“Muitas vezes, você [Ático] me havia solicitado que escrevesse sobre a amizade e esse tema, merecedor da atenção de todos, pareceu-me, também, digno da amizade que nos une. Procurei, pois, com todo prazer, responder a seu pedido, esperando ser útil a muita gente. Mas, como em o <i>Catão, o Velho</i> , o tratado sobre a velhice que dediquei a você, eu havia posto em cena Catão, já idoso, a tratar do assunto, pois ninguém me parecia mais apto a falar dessa ideia do que um homem que havia tido uma velhice tão longa [...]”
I.5	“[...] nesta nova obra, é um amigo que escreve sobre a amizade a seu amigo mais querido [...] Peço-lhe, pois, que me esqueça por um instante, e imagine estar a ouvir o próprio Lélcio [...] Lendo-a, você vai se reconhecer nela.”
III.10	“[...] e atormentar-se com seus próprios males é amar-se a si mesmo e não ao amigo.”
IV.15	“[...] quando lembro da amizade que nos ligava, sinto um prazer tal, que penso ter sido feliz por ter convivido com Cipião. Com ele compartilhei preocupações políticas e problemas particulares; com ele convivi em tempos de paz e durante a guerra.”
V. 17	“[...] eu só posso exortá-los a colocar a amizade acima de todos os bens terrestres, pois não há nada mais conforme com a natureza e mais importante tanto na prosperidade como na adversidade.”
V.18	“[...] penso que só pode haver amizade entre pessoas de bem; eu não tomo a palavra da amizade num sentido muito rigoroso, como fazem aqueles que tratam de tais assuntos, de maneira mais sutil: quem sabe, eles tenham razão, mas não pensam nas necessidades comuns de cada dia [...] eles entendem uma perfeição que jamais algum homem pôde alcançar; e para nós, é a prática e a vida de cada dia que devemos ter em vista e não ficções e ambições.”

APÊNDICE 2 - <i>De Amicitia</i> (44 A.E.C.)	
V.19	“[...] entre nós e nossos parentes a própria natureza criou laços de amizade, mas estes nem sempre são sólidos bastante. Assim é que a amizade vale mais que o parentesco: porque a afeição pode desaparecer do parentesco, mas, da amizade, é impossível; com efeito, sem afeição, nada mais resta a que se possa chamar amizade [...]”
VI.20	“O grande valor da amizade aparece perfeitamente, quando vemos, de maneira clara, que a própria natureza criou um amplo vínculo ligando a infinita massa dos seres humanos, e que, na amizade, ele se estreita e se reduz, de maneira tal que a afeição reúne apenas duas pessoas, ou pouco mais. A amizade nada mais é, com efeito, que um entendimento perfeito em todas as coisas, divinas e humanas, acompanhado de generosidade e afeição mútuas, e, tirante a sabedoria, não creio que os deuses imortais tenham dado ao homem algo melhor do que ela [...] é exatamente a virtude que gera e conserva a amizade, e sem ela não pode existir, de maneira alguma, qualquer amizade.”
VI.22	“Portanto, quando a amizade liga homens assim, ela apresenta tantas vantagens que eu nem saberia descrever. [...] Mas a amizade compreende um sem-número de bens! Para qualquer lado que nos voltemos, lá está ela, prestativa; não há lugar em que não tenha a sua vez, não há circunstância em que seja intempestiva ou inoportuna; assim, como dizem, a água e o fogo, muitas vezes, não são mais úteis do que a amizade [...] E não me refiro, aqui, a uma amizade vulgar ou apenas medíocre que, apesar dos pesares, também tem o seu encanto e a sua utilidade; refiro-me à verdadeira e perfeita amizade, como a daquelas poucas personagens que mencionei. Pois a amizade torna mais brilhantes os dias felizes e mais leves os dias adversos, deles compartilhando conosco e fazendo a sua a nossa dor.”
VII. 23	“A amizade apresenta, pois, vantagens muito numerosas e importantes, mas há uma que a todas supera: ela inspira uma fagueira esperança que ilumina o futuro e não permite que os ânimos desfaleçam ou se apequenam. Porque aquele que tem diante dos olhos um amigo verdadeiro vê, de certa forma, sua própria imagem ideal. Desse modo, os ausentes se fazem presentes; os pobres se tornam ricos; os pobres se tornam ricos; os fracos, poderosos e, o que é mais incrível, os mortos continuam vivos [...]”
VII.26	“[...] quando eu penso na amizade, quer me parecer que o problema essencial é saber se o que leva o homem a procurar a amizade é a fraqueza e a necessidade, a esperança de que uma troca de favores prestados e recebidos lhe permitirá obter do outro e depois de devolver o que ele não poderia obter por si só, ou então, se essa não é uma simples característica da amizade, cuja causa está alhures,

APÊNDICE 2 - <i>De Amicitia</i> (44 A.E.C.)	
	mais profunda, mais bela, mais diretamente oriunda da própria natureza [...] Pois o amor, do qual deriva a palavra amizade, é o primeiro impulso que leva à simpatia. Quanto ao lucro, muitas vezes ocorre que o obtemos, mesmo com pessoas para com as quais demonstramos uma consideração que simula a amizade, deferências que são devidas a circunstâncias. Ora, na amizade, não há nada de fingido, nada de simulado: tudo é verdadeiro e sincero.”
IX.29	“Sem dúvida, o amor se consolida quando foi feito um favor, quando se manifestou o devotamento, quando os encontros se tornaram habituais [...] Mas julgar que a amizade nasce da fraqueza e do desejo de ter alguém que nos proporcione o que desejamos é aviltar muito e, de certa forma, fazer decair as origens da amizade, fazendo-a nascer da necessidade e da carência.”
IX.32	“[...] e entendamos nós que é natureza que cria o sentimento de afeição e a amizade, a qual nasce da simpatia, quando a honestidade se manifesta [...] Pois se os laços de amizade fossem atados pela utilidade, eles se romperiam quando esta mudasse, mas como não se pode mudar a natureza, as verdadeiras amizades são eternas.”
X.33	“Apesar do que vimos, ele, pessoalmente, dizia que nada é mais difícil do que fazer durar uma amizade até o último dia da vida. Pois, muitas vezes, acontece que os interesses dos dois amigos não coincidem mais ou, ainda, que suas posições políticas não estejam mais de acordo; muitas vezes, ainda, dizia ele, os caracteres mudam, ora sob o efeito da adversidade, ora sob o peso da idade.”
X.34	“Pois, na grande maioria dos homens, não há pior desgraça para a amizade do que a paixão pelo dinheiro [...] muitas vezes, é assim que irrompem as mais profundas inimizades entre os amigos mais íntimos.”
X.35	“Nascem, ainda, profundas discórdias, e geralmente, justificáveis, quando se pede aos amigos algo que não seja correto, como ajudar a satisfazer um apetite sensual, ou a cometer uma injustiça.”
XII.40	“Eis, pois, a lei que é preciso estabelecer na amizade: não pedir nada de desonesto, e também, não atender a pedido dessa espécie. Pois, é vergonhoso e totalmente inaceitável pretender desculpar-se de suas más ações, sobretudo, as que ameaçam destruir o Estado, confessando que as cometeu para ajudar um amigo.”
XIII. 44	“Por conseguinte, eis a primeira lei a estabelecer na amizade: só pedir aos amigos coisas honestas; para ajudar os amigos, só fazer coisas honestas, sem sequer esperar que eles peçam [...] Na amizade, é preciso sempre ouvir os amigos que dão bons conselhos; que eles intervenham, não somente para advertir, com fraqueza, mas até com

APÊNDICE 2 - <i>De Amicitia</i> (44 A.E.C.)	
	energia, se a situação o exigir, e que essa intervenção seja acatada.”
XIII.45	“[...] é preciso fugir das amizades por demais amplas, para que um só não tenha que se preocupar com vários [...] o melhor é deixar as rédeas da amizade soltas o máximo possível, puxando-as ou afrouxando-as, à vontade [...]”
XIII.46	“[...] donde se segue, que as coitadas das mulheres procuram a proteção da amizade mais do que os homens, os pobres, mais do que os ricos, os infelizes mais do que aqueles que julgamos felizes.”
XIII.48	“[...] visto que a amizade nasce, quando a virtude se manifesta com algum brilho, levando a alma que se lhe assemelha a se juntar e se unir a ela quando isso ocorre, inevitavelmente, nasce a afeição.”
XIV. 49	“Haverá coisa mais absurda do que se encantar com coisas vãs [...] e não achar igual encanto numa alma virtuosa, portanto, capaz de amar, ou melhor, de pagar, por assim dizer, amor com amor? Pois nada é mais agradável do que ter sua afeição retribuída e trocar desvelos e favores.”
XIV. 51	“Parece-me, igualmente, que aqueles que fazem do interesse o objetivo das amizades tiram desse vínculo o que ele tem de mais digno de amor. Pois o que nos encanta não é a vantagem auferida com um amigo, mas exatamente a sua afeição e o que um amigo nos proporciona só é agradável, com a condição que o faça com afeto [...] Aliás, eu, verdadeiramente, não sei se é mesmo importante que os amigos nunca precisem de nada. Como é que a amizade entre mim e Cipião teria nascido, se ele jamais tivesse precisado de um conselho, de um favor meu, tanto na paz como na guerra? Por conseguinte, a nossa amizade não nasceu por ser útil, mas a utilidade teve por origem a amizade.”
XV. 55	“Que há de mais insensato, entretanto, quando se dispõe de recursos, de riqueza, de grande influência, do que procurar ter tudo o que é possível obter com dinheiro, cavalos, servos, guarda-roupa esplêndido, louça cara, e não granjear amigos, que constituem, por assim dizer, o melhor e mais belo objeto a dar a sua vida?”
XVI.58	“É verdadeiramente submeter a amizade a muita estreiteza e muita mesquinhez no cálculo de um equilíbrio exato entre receitas e presentes. Em minha opinião, a verdadeira amizade é mais rica e mais pródiga. Ela não procura, mesquinhamente, nunca dar mais do que recebeu: pois não se deve ter medo de sofrer algum prejuízo, de ver algum oferecimento degradar por completo, de se mostrar generoso na medida com a amizade.”
XVIII.65	“A base da estabilidade e da constância que buscamos na amizade é

APÊNDICE 2 - <i>De Amicitia</i> (44 A.E.C.)	
	a sinceridade: com efeito, sem ela, nada é estável. É preciso, ainda, escolher como amigo alguém de temperamento franco, sociável e simpático, isto é, que goste das mesmas coisas que nós [...] Verifica-se, assim, o que eu disse no começo: não pode haver amizade senão entre pessoas de bem. Com efeito, só o homem de bem, que podemos nos permitir chamar também de sábio, é capaz de observar estas duas regras na amizade: primeiramente, evitar tudo o que seja fingido, tudo o que seja simulado [...] Além disso, não se limitar a rejeitar as acusações feitas por alguém contra seu amigo, mas, também, não ser desconfiado, sempre propenso a acreditar que o amigo seja culpado de algum delito.”
XIX.67	“E é aqui que se apresenta um problema um tanto difícil: Às vezes, precisamos dar a novos amigos - que mereçam a nossa amizade - preferência em relação aos antigos, da mesma forma que, geralmente, preferimos cavalos mais novos aos velhos.”
XIX.69	“Na amizade, é da maior importância que nos coloquemos ao nível do inferior. Muitas vezes, há casos de superioridade, como o de Cipião, em meio ao que eu chamaria de nossa grei. Mas jamais ele pretendeu demonstrar qualquer superioridade, seja em relação a Filo, Rútílio, ou a Múmio, seja aos amigos de nível inferior ao seu.”
XIX.70	“Essa é a postura que todos devem ter e imitar: caso consigam destacar-se pela virtude, pelo talento ou pela riqueza, que distribuam uma parte aos parentes, aos que os cercam; assim, se os pais foram de condição humilde, se alguns parentes forem poucos dotados ou de condição modesta, que aumentem os seus recursos, assegurando-lhes honra e dignidade [...]”
XX. 71	“Em suma, aqueles que, em seu círculo de amizade e de relações, se sentirem com alguma superioridade devem colocar-se em pé de perfeita igualdade com os que lhes são inferiores, e da mesma maneira, os que são inferiores não devem colocar-se em pé de perfeita igualdade com os que lhes são inferiores, e da mesma maneira, os que são inferiores não devem ficar tristes por se verem superados por seus amigos e parentes, em talento, fortuna ou dignidade.”
XX.73	“Por outro lado, nossos favores devem ser proporcionais, primeiramente, aos meios de que dispomos, depois, também às capacidades daquele que amamos e queremos ajudar.”
XX.75	“Muitas vezes, há situações graves que obrigam amigos a se separar: quem pretender obstáculo, sob a alegação de que não poderia suportar a saudade, demonstra fraqueza de caráter e pouca energia e, por isso mesmo, falta de espírito de justiça na vivência da amizade.”

APÊNDICE 2 - <i>De Amicitia</i> (44 A.E.C.)	
XX.76	“Às vezes, a ruptura das amizades é uma necessidade inevitável. Portanto, o nosso discurso passa, agora, das amizade entre sábios às amizades comuns. Muitas vezes, manifestam-se em amigos alguns defeitos, que ora lesam os seus próprios amigos, ora lesam estranhos [...]”
XXI.71	“E se houver alguma modificação no caráter e nos gostoso dos amigos, como pode acontecer; ou se as diferentes posições políticas provocarem uma discórdia (e não estou mais falando, como há pouco, da amizade entre os ‘sábios, mas das amizades comuns), será necessário tomar cuidado para que haja apenas rompimento da amizade, e não pareça que criamos uma inimizade. Não há nada mais infame do que começar a atacar uma pessoa com a qual, antes, convivíamos familiarmente.”
XXI.78	“É necessário, então, procurar evitar as brigas com os amigos e caso venha a acontecer algo parecido, não sufocar a amizade repentinamente, mas deixá-la como que extinguir-se pouco a pouco [...] Mas se a inimizade for tolerável, então, o melhor é suportá-la e, em nome da antiga amizade, fazer recair toda a responsabilidade em quem agiu de forma errada e não em que foi vítima das consequências.”
XXI.79	“Ora, merecem amizade as pessoas cujo íntimo inspira afeto. É uma espécie rara [...] Mas a maioria das pessoas, nos bens que possui, só valoriza aquilo que lhes pode trazer alguma utilidade, e tanto no que se refere aos amigos como aos animais, só dedica profunda afeição se tiver expectativa de auferir grandes vantagens.”
XXII.83	“Estão, pois, perigosamente enganados aqueles que julgam que as paixões e os erros de toda a espécie podem correr à solta na amizade; ela nos foi dada pela natureza para ser a auxiliar das virtudes e não a companheira dos vícios, para que possibilite a virtude atingir a perfeição, pois, sozinha, não consegue unir-se e associar-se a outros para chegar lá.”
XXII.85	“Daí por quê - convém repeti-lo muitas vezes -, antes de concedermos a nossa afeição, devemos fazer uma avaliação e não começar amando para só depois avaliar.”
XXIII.86	“Com efeito, de todos os bens que interessam ao homem, a amizade é o único cuja utilidade é unanimemente reconhecida por todo mundo [...] Sobre a amizade, por outro lado, todos, sem exceção, estão de acordo, tanto os que se consagraram à política, como os que amam a pesquisa e a ciência, os que se ocupam de seus negócios, sem se preocupar com os outros, enfim, os que se entregaram aos prazeres, pensando, todos eles, que não há vida sem amizade, por

APÊNDICE 2 - <i>De Amicitia</i> (44 A.E.C.)	
	menos questão que se faça de viver com dignidade.”
XXIV.88	“Com efeito, as relações de amizade são variadas e múltiplas e oferecem muitos motivos a suspeita e irritação; uma das qualidades características do sábio é saber ora evitá-los, ora atenuar-lhes os efeitos, ora suportá-los.”
XXIV.90	“Com efeito, diz Catão, de maneira muito feliz, como geralmente o faz: ‘Às vezes, é melhor ter amigos cruéis do que amigos que nos parecem cheios de doçura: os primeiros, muitas vezes, dizem a verdade, os outros, nunca.’”
XXV.91	“Então, é próprio da verdadeira amizade dar e receber advertências, dá-las francamente e sem rudez, recebê-las com paciência e sem mau humor; do mesmo modo, é preciso admitir que não há pior flagelo na amizade do que a adulação, a bajulação, a obsequiosidade [...]”
XXV.92	“Pois a amizade consiste, por assim dizer, em fazer de várias almas uma só [...]”
XXVI.99	“Quando o bajulador age abertamente, nós percebemos logo, a menos que sejamos muito tolos; mas se for esperto e se esconder, é preciso prestar muita atenção para não deixá-lo insinuar-se.”
XXVI.100	“[...] acende-se, assim, tanto a chama do amor como a da amizade. Pois as duas palavras derivam do verbo amar, e amar nada mais é do que sentir afeto pelo ser que se ama, sem pensar em necessidade de um, ou proveito do outro, apesar de que, o proveito, mesmo se não o procuramos, vem por si, como resultado da amizade.”
XXVII. 103	“Quanto a mim, entre todos os bens que me foram concedidos, pela sorte ou pela natureza, não há nada que se possa comparar à amizade de Cipião. Nessa amizade, encontrei uma perfeita concordância de ideias em política, sábios conselhos para os meus negócios particulares, uma tranquilidade prazerosa. Jamais o magoei no que quer que fosse, pelo menos que eu tenha percebido; e jamais ouvi de sua boca uma palavra menos agradável. Tínhamos a mesma casa, os mesmos gêneros de vida, tudo era comum entre nós, não somente o tempo que passamos juntos no exército, mas também nossas viagens e estadas no campo.”

c) *Vita Attici*

APÊNDICE 3 - <i>VITA ATTICI</i>	
Parágrafos	Trecho documental destacado
§1.1	“Tito Pompônio Ático, descendente do tronco mais antigo de sangue romano, conservou por toda a vida o estatuto equestre, herdado dos seus antepassados. Teve um pai diligente e, de acordo com as circunstâncias de então, rico e sobretudo apaixonado pelas letras.”
§1.3-4	“Por esse motivo, na infância era considerado famoso entre os da sua idade e brilhava com luz bastante para se fazer aceitar de boa mente pelos seus ilustres condiscípulos. Dessa forma, com a sua dedicação, era um incentivo para todos os outros, em cujo número se contavam Lúcio Torquato, Gaio Mário filho, Marco Cícero, aos quais, com seu convívio, de tal modo ficou ligado que, por toda a vida, ninguém lhe foi mais caro do que eles.”
§2.2	“Assim, ao ver que, após o assassinato de Sulpício, a cidade estava perturbada pela revolta de Cina e que não era possível viver de viver sob o seu estatuto [...] entendeu que era o momento certo para se entregar aos seus estudos, transferiu-se para Atenas.”
§2.3-4	“E para que a ausência no estrangeiro não causasse danos ao seu patrimônio, para aí levou a maior parte da sua fortuna. Viveu aí de tal modo que se tornou muito caro a todos os atenienses, e merecidamente. De fato, para além de simpatia, que já era grande, apesar de jovem, muitas vezes aliviou com os seus recursos a falta de recursos públicos dos atenienses. Assim, quando se fazia necessária a concessão de empréstimos, mesmo em condições não favoráveis, ele [Ático] intervinha e, de modo justo, não aplicava juros exagerados e não cobrava por adiantamentos.”
§3.1	“Ora ele comportava-se de tal modo que aos de mais baixa condição parecia uma pessoa comum, aos de primeira, um seu igual. Em vista disso, trataram de lhe oferecer todas as honras públicas que sabiam e de diligenciar atribuir-lhe a cidadania. Todavia, ele declinou esse privilégio.”
§3.3	“É que, em todas as vertentes da procuradoria de negócios públicos, tinham-no como agente e fiador [...]”
§4.3	“Pompônio viveu aí vários anos e, apesar de consagrar ao seu patrimônio tanta dedicação quanta a que deve consagrar um pai de família que não é negligente, e de dedicar o tempo restante às letras

APÊNDICE 3 - <i>VITA ATTICI</i>	
§4.4	ou à pólis dos atenienses, nem por isso deixou de apoiar os amigos nas obrigações cívicas. “De fato, costumava ir aos comícios eleitorais deles e, quando se tratava de algum assunto da maior importância, não faltava. Assim, mostrou uma singular fidelidade a Cícero em todas as suas situações de perigo; e quando este se exilou da pátria, ofereceu-lhe duzentos e cinquenta mil sestércios.”
§4.5	“No momento da partida, toda a cidade de Atenas o escoltou, com suas lágrimas mostrando a dor da futura saudade.”
§5.1	“Tinha por tio Quinto Cecílio, cavaleiro romano, familiar de Lúcio Luculo, um homem rico, de temperamento muito difícil. Ático respeitava de tal modo a sua rudeza que, apesar de mais ninguém o poder aturar, manteve a sua afeição, sem qualquer agravo, até ao fim da velhice. Em consequência, veio a colher o fruto da sua dedicação.”
§5.2	“De fato, à sua morte, Cecílio adotou-o por testamento e fê-lo seu herdeiro de três quartos. Dessa herança recebeu cerca de dez milhões de sestércios.”
§5.4	“Por outro lado, era amigo íntimo de Quinto Hortênsio, que nessa altura detinha a primazia na eloquência, a tal ponto que não era possível perceber qual deles o apreciava mais, Cícero ou Hortênsio. Hortênsio. E, ainda que fosse extremamente difícil devido à enorme emulação existente entre eles, Ático conseguia que não se interpusesse nenhuma animosidade entre eles [Cícero e Hortênsio], assim tornando-se a ponte entre esses varões.”
§6.1	“Posicionava-se nos negócios públicos de modo a estar sempre do lado dos aristocratas e assim ser considerado, todavia sem participar em tormentas civis [...]”
§6.2	“Não se candidatou a magistraturas, apesar de lhe estarem abertas dada a sua popularidade e o seu estatuto, pelo fato de não ser possível candidatar-se de acordo com os costumes dos antepassados, nem alcançá-las com observância das leis no meio dos subornos de tão generalizada corrupção eleitoral, nem exercê-las de acordo com o bem público, sem perigo, corrompidos como estavam os costumes da cidade.”
§6.3	“Nunca participou de movimentações públicas. De nenhum negócio foi fiador ou arrematante. Contra ninguém lançou acusação, nem em seu nome nem em nome de outrem, nunca foi a tribunal por motivo dos seus bens, não foi juiz em nenhum julgamento.”

APÊNDICE 3 - <i>VITA ATTICI</i>	
§6.4	“Aceitou muitas prefeituras conferidas por cônsules e pretores, mas na condição de a nenhum deles seguir até à sua província, de se contentar com a honraria, de recusar vantagens para o seu património; e nem sequer aceitou ir para a Ásia com Quinto Cícero, apesar de, com este, poder obter o lugar de legado. Entendia ele que não lhe ficava bem, depois de ter recusado exercer a pretura, ser acólito de um pretor.”
§6.5	“Daí resultava ele tornar-se querido por todos com essa sua conduta, pois viam que ela era motivada pelo sentido do dever, não por temor ou calculismo.”
§7.1	“Quando tinha cerca de sessenta anos, aconteceu a guerra civil de César. Requereu dispensa por motivo de idade, mas também não saiu da cidade. Aos seus amigos que iam partir para junto de Pompeu, deu, do seu património, tudo aquilo de que precisavam, e não ofendeu Pompeu, de quem era próximo.”
§7.3	“Porém, a neutralidade de Ático foi tão benéfica a César que, quando passou a cobrar os financistas privados, o general não só não cobrou Ático como permitiu que o sobrinho de Ático e Quinto Cícero deixassem o acampamento de Pompeu em paz.”
§8.4	“Mas Ático, por entender que os benefícios aos amigos deviam ser prestados à margem de facções e por sempre se ter mantido afastado de projetos dessa natureza, respondeu: se Bruto quisesse usar os seus recursos, que usasse tudo quanto tinha à sua disposição, mas, quanto a essa tarefa, ele próprio nunca conversaria nem reuniria com ninguém.”
§8.6	“E ele, que recusara contribuir com dinheiro para aquele partido quando estava no seu auge, enviou cem mil sestércios a Bruto, quando este foi derrubado e se retirou da Itália, e, mesmo estando ausente no Epiro, também lhe mandou entregar trezentos mil. E Ático não lisonjeou Antônio, então poderoso, mais do que o costume, nem abandonou os desesperados.”
§9.3	“Apesar de possuir uma profunda intimidade com Cícero, ser amicíssimo de Bruto, Ático não lhes ofereceu apoio para prejudicar Antônio. Mas, deu abrigo, tanto quanto lhe foi possível, aos amigos íntimos que fugiam da cidade e ajudou-os com tudo aquilo que necessitavam.”
§9.4	“Quanto a Fúlvia, oprimida por diversos processos e tomada por profundos temores, Ático não poupou esforços em auxiliá-la, oferecendo-lhe sua ajuda com tamanha dedicação que passou a acompanhá-la em todas as audiências e a assumir o papel de fiador em todos os seus negócios.”

APÊNDICE 3 - <i>VITA ATTICI</i>	
§9.5	“Além disso, tendo ela, quando a situação lhe era favorável, comprado a prazo uma propriedade fundiária e não conseguindo depois, em situação calamitosa, obter empréstimo, Ático interveio e emprestou-lhe dinheiro sem juros e sem qualquer ajuste, considerando que o maior ganho era ser reconhecido como de boa memória e agradecido e ao mesmo tempo para mostrar que era seu costume ser amigo das pessoas, isso não dependia dos acasos da fortuna.”
§10.4	“Porém, apesar de nutrir por Cícero tal ódio que era inimigo não apenas dele, mas também de todos os seus amigos, que queria proscrever a conselho de muitos, Antônio respeitou a memória dos bons ofícios de Ático e, depois de indagar onde é que ele estava, escreveu-lhe, do seu próprio punho, a dizer que perdesse o temor e viesse de imediato ao seu encontro: que ele mesmo o tinha riscado da lista dos proscritos, e, em atenção a ele, também riscara Cano.”
§11.1	“Logo que se livrou dessas calamidades, de nada mais tratou senão de prestar auxílio ao maior número de pessoas em tudo o que pudesse.”
§11.3	“É difícil, e desnecessário, pormenorizar tudo. Uma única coisa queremos que fique clara: a sua liberalidade não foi nem ocasional nem calculista. “
§11.4	“Isto pode ser deduzido dos próprios fatos e das circunstâncias, pois não se procurava vender aos afortunados, pelo contrário, sempre socorreu os aflitos, ele que, realmente, em relação a Servília, mãe de Bruto, não a respeitou menos depois da morte deste do que quando ele estava no auge.”
§11.5	“Deste modo, fazendo uso de liberalidade, não granjeou qualquer inimizade, pois não lesava ninguém nem se fosse vítima de alguma injúria, deixava de preferir perdoar a vingar-se. Também guardava para sempre a memória dos benefícios recebidos.”
§13.1	“E, na verdade, ele não deixou de ser considerado tão bom pai de família como cidadão. De fato, apesar de endinheirado, ninguém foi menos comprador do que ele, ou menos edificador. E, todavia, não deixou de ter uma boa habitação, de primeira, e de usufruir de tudo o que havia de melhor.”
§13.5	“Era elegante, mas não exagerado ou suntuoso: ele mostrava cuidado com a diligência, não focava na abundância. A sua mobília era simples, e não era muita, de modo a dispensar constantes reparos.”

APÊNDICE 3 - <i>VITA ATTICI</i>	
§13.6	“E, embora me pareça que a alguns isso virá a parecer fútil, não vou omitir que – apesar de ser um cavaleiro romano, e dos mais distintos, e de convidar para sua casa pessoas de todas as ordens, e com não pouca liberalidade –, de acordo com o seu diário de despesas, ele costumava registrar um dispêndio não superior a três mil [sestércios] ao mês.”
§14.2	“Pois apesar de ter tido um enorme incremento na sua fortuna, ele não mudou nada na sua vivência quotidiana, nada no seu estilo de vida, e fez uso de tanta moderação que nem com os dois milhões de sestércios que herdara do pai se comportou com menos esplendor, nem com dez milhões viveu com mais abundância do que era seu propósito, mantendo o mesmo nível em ambas as situações de fortuna.”
§14.3	“Não possuía nenhum jardim, nenhuma vila suntuosa próxima da cidade ou à beira mar, nem qualquer propriedade rústica na Itália, para além das de Arécio ou de Nomento, e todos os seus créditos financeiros provinham de propriedades no Epiro e prédios em Roma. Ele costumava guiar os seus gastos em dinheiro não pela grandeza da sua fortuna, mas pela racionalidade.”
§15.1	“Quanto a mentiras, nem as dizia nem podia suportá-las. Assim, a sua afabilidade não era desprovida de gravidade, nem a sua gravidade desprovida de complacência, e era difícil de perceber se era mais respeito ou mais amor o que os amigos nutriam por ele. Tudo o que se lhe pedia, ele prometia de boa fé, pois não considerava liberalidade, mas leviandade, comprometer-se com aquilo que não podia cumprir.”
§15.3	“Consequentemente, ele assumia a função de procurador nos negócios de toda a família dos Cícero, bem como de Catão de Útica, Quinto Hortênsio, Aulo Torquato e de diversos outros membros da ordem equestre romana, e pelo que se pode perceber não foi por incapacidade, mas por decisão própria, que optou por não se estabelecer na esfera pública.”
§16.1	“Não consigo realmente apresentar maior testemunho da sua humanidade do que o seguinte: sendo jovem, foi extremamente amável para com o velho Sila, da mesma maneira que, sendo velho, para com o jovem Marco Bruto, e de tal modo conviveu com Quinto Hortênsio e Marco Cícero, da sua idade, que seria difícil concluir para que idades tinha maior inclinação.”
§16.2	“Todavia, foi Cícero quem com ele teve uma amizade especial, de forma que nem sequer para com seu irmão Quinto teve mais afeto ou mais intimidade. Desse fato são prova, para além dos livros vindos ao conhecimento público em que dele faz menção, os onze volumes

APÊNDICE 3 - <i>VITA ATTICI</i>	
	de epístolas que Cícero enviou a Ático entre o seu consulado e o termo da sua vida. Quem os ler, não sentirá grande necessidade de uma história seguida daqueles tempos.”
§17.1	“E quanto ao amor de Ático à família, que mais hei de recordar para além de eu realmente o ter ouvido dizer, em pessoa, no funeral de sua mãe [...] que nunca tivera necessidade de se reconciliar com a sua mãe, nunca tivera mal-querença com a sua irmã, a qual tinha quase a sua idade.”
§17.3	“E não foi só a natureza que o fez assim, embora a ela todos estejamos sujeitos, mas também a sua cultura, pois teve tal estima pelos preceitos dos principais filósofos que os utilizou para guiar a sua vida, não para ostentação.”
§18.1	“Também foi um total imitador dos costumes dos antepassados e um amante da Antiguidade, de que era tão diligente conhecedor que, na totalidade, a narrou naquele volume em que apresentou a cronologia dos magistrados.”
§18.3	“Fez o mesmo, separadamente, em outros livros, de modo que, a pedido de Marco Bruto, elencou cronologicamente a família Júnia, desde o seu berço até à época atual, registrando quem era filho de quem, que magistraturas e em que data as tinha recebido.”
§18.4	“A pedido de Marcelo Cláudio, ele escreveu sobre os Marcelos; e também o fez a pedido de Cipião Cornélio e de Fábio Máximo, sobre os Fábio e Emílios. Para quem tem o desejo de informação sobre varões ilustres, nada consegue ser mais agradável do que estes livros.”
§18.5	“Também se inclinou à poesia, para, julgamos nós, não ficar privado do seu encanto. De fato, narrou em verso aqueles que, no povo romano, pela honestidade e pela grandeza dos seus feitos sobrepujaram os outros [...]”
§18.6	“Existe ainda um livro escrito em grego sobre o consulado de Cícero.”
§19.1	“Ora Ático, contente com a ordem equestre com que tinha nascido, alcançou intimidade com o imperador, filho do divino, ele que já antes havia conseguido essa intimidade por nenhum outro motivo que não fosse a sua regra de vida [...]”
§19.4	“Ático viu nascer uma neta, filha de sua jovem filha com Agripa, com quem ela se casou. Quando a menina mal completou um ano, César a prometeu em casamento a Tibério Cláudio Nero, filho de Drusila e enteado de César. Esse laço fortaleceu o parentesco e

APÊNDICE 3 - <i>VITA ATTICI</i>	
	tornou as relações de intimidade ainda mais frequentes.”
§20.3-4	“Por consequência, como o templo de Júpiter Féretro, situado no Capitólio e fundado por Rômulo, havia ficado sem telhado e ameaçava ruir devido à sua antiguidade e à negligência na conservação, foi por insistência de Ático que César (Augusto) decidiu restaurá-lo. E, na verdade, apesar de estar distante, Ático não recebia menos cartas de Marco Antônio, a ponto de ele, mesmo estando geograficamente afastado, ter o cuidado de informar Ático sobre o que fazia.” “O valor deste posicionamento, mais facilmente o poderá avaliar quem conseguir ajuizar quanta sabedoria se revela na capacidade de manter o relacionamento e a benevolência daqueles entre os quais não só existia rivalidade em relação aos mais altos feitos, mas até tanta maledicência quanta a que necessariamente se gerou entre César e Antônio, pois cada um deles ambicionava ser ele o príncipe, não apenas da cidade de Roma, mas de todo o orbe terrestre.”
§20.5	
§21.1	“Foi desta maneira que, tendo completado setenta e sete anos e aumentado, até ao fim da velhice, não menos a sua dignidade do que a sua popularidade e a sua fortuna (de fato, por nenhum outro motivo a não ser a sua bondade, ele recebeu muitas heranças), e, tendo gozado de uma saúde tão boa que durante trinta anos não precisou de medicamentos.” “Ático contraiu uma doença que, de início, tanto ele como os médicos desvalorizaram, pois julgaram tratar-se de um tenesmo, para o qual receitaram remédios rápidos e fáceis.” “Mas antes de isto acontecer, ao sentir que as dores e a febre aumentavam, mandou que lhe trouxessem o genro Agripa e, juntamente com ele, Lúcio Cornélio Balbo e Sexto Peduceu.” “De fato, nos últimos dias, apenas estive prolongando a vida, e de tal modo que fiz aumentar as dores sem esperança de salvação. Por isso peço, primeiro, que aceitem a minha decisão e não tentem me impedir.”
§21.2	
§21.3	
§21.6	
§22.3	“Assim, ele se absteve de alimentos durante dois dias, de súbito a febre baixou e a doença começou a aliviar-se. No entanto, não evitou o seu propósito e, como resultado de sua decisão, faleceu em cinco dias, no dia anterior às calendas de abril, quando eram cônsules Gneu Domício e Gaio Sósio.” “Foi transportado numa pequena carreta, de acordo com o que ele próprio deixou escrito, sem qualquer pompa fúnebre, com um acompanhamento de todos os bons cidadãos. Foi sepultado ao lado
§22.4	

APÊNDICE 3 - *VITA ATTICI*

	da Via Ápia, junto do quinto marco miliário, no túmulo de Quinto Cecílio, seu tio.”
--	---